



NERA- Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

O “PASSAR A BOIADA” NA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Lorena Izá Pereira, Camila Ferracini Origuéla e Estevan Leopoldo de Freitas Coca

OS MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS DA PESCA TRADICIONAL NO LITORAL AMAZÔNICO BRASILEIRO: DA INVISIBILIDADE À NEGLIGÊNCIA

Alessandro Silva Marçal, Cláudia Cristina Lima Marçal e
Gilberto de Miranda Rocha

TERRITÓRIO E MEMÓRIAS DO TRABALHO: A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NAS MARGENS DO RIO DE CONTAS NO DISTRITO DE SUÇUARANA - TANHAÇÚ - BAHIA

Miriam Cléa Coelho Almeida e Sônia de Souza Mendonça Menezes

AS CONTRADIÇÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL NA LUTA PELO TERRITÓRIO DOS APANHADORES DE FLORES SEMPRE-VIVAS

Maria Clara Salim Cerqueira

EVIDÊNCIAS DE UM CRIME: O FECHAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL BOA ESPERANÇA

Cássia Betania Rodrigues dos Santos

A LÓGICA DA REFORMA AGRÁRIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA ATENDER O CAPITAL

Osmiriz Lima Feitosa e Selma Suely Baçal de Oliveira

ZONEAMENTO TERRITORIAL PARA A CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO (ZTC): UMA PROPOSTA CRÍTICA AO ZONEAMENTO AGROAMBIENTAL PARA O SETOR SUCROALCOOLEIRO (ZAA)

Elienai Constantino Gonçalves

ACAPARAMIENTO E CONTROLE DE TERRAS: A PRESENÇA CHINESA EM TERRAS BRASILEIRAS E ARGENTINAS

Monalisa Lustosa Nascimento e Alexandre Cesar Cunha Leite

ORGANIZACIONES DE LA PRODUCCIÓN FAMILIAR Y POLÍTICAS PÚBLICAS EN EL MARCO DEL DESARROLLO DEL CAPITALISMO AGRARIO EN URUGUAY

Emiliano Guedes Bica

RESENHA: A ATUALIDADE DA REFORMA AGRÁRIA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Fernanda Aparecida Matheus



Revista NERA nº. 56

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>

EDITORES

**Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira**

CONSELHO EDITORIAL

**Antonio Augusto Rossotto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Hannah Wittman
Wendy Wolford**

**NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
2021**

Revista NERA (RNERA) nº. 56

EDITORES

Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Rossoto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Wendy Wolford
Hannah Wittman

CONSELHO CIENTÍFICO

Antonio Augusto Rossotto Ioris – Cardiff University (Cardiff, País de Gales)
Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Carolina Gonçalves Leite – UFPE (Recife, PE, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Ana Rute do Vale – UNIFAL-MG (Alfenas, MG, Brasil)
Anderson Antônio da Silva – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carolina Russo Simon – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Daniela Pessoa de Goes Calmon – International Institute of Social Studies (The Hague, Holanda)
Danilo Borja – University of Calgary (Calgary, Canadá)
Débora Assumpção e Lima – UNICAMP (Campinas, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Elieni Constantino Gonçalves – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Evandro César Clemente – UFG (Jataí, GO, Brasil)
Fábio Teixeira Pitta – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Facundo Martín – UNCUYO, (Mendoza, Argentina)
Fernando Mendonça Heck – IFSP (Tupã, SP, Brasil)
Famarion Dutra Alves – UNIFAL-MG (Alfenas, MG, Brasil)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil)
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Humberto Tommasino – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UFTM (Uberaba, MG, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
José Carlos Dantas – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
José Sobreiro Filho – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UnB (Brasília, DF, Brasil)
Leandro Vieira Cavalcante – UFRN (Natal, RN, Brasil)
Lindberg Nascimento Júnior – UFSC (Florianópolis, SC, Brasil)
Luciano Concheiro Borquez - UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Luiz Jardim de Moraes Wanderley – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Marcelo Gomes Justo – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
Marco Antonio Mitidiero Junior – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Maria Clara Salim Cerqueira – UFMG (Belo Horizonte, Brasil)
Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevideu, Uruguai)

Mateus de Almeida Prado Sampaio – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Matías Carámbula Pareja – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
 Michele Linder – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
 Mônica Shicavinatto – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
 Munir Jorge Felício – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
 Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
 Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
 Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
 Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina)
 Rodrigo Simão Camacho – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
 Roni Mayer Lomba – UNIFAP (Amapá, AP, Brasil)
 Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)
 Sedeval Nardoque – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Sílvia Aparecida de Sousa Fernandes – UNESP (Marília, SP, Brasil)
 Suana Medeiros Silva – UFAL (Delmiro Gouveia, AL, Brasil)
 Thaís Tartalha do Nascimento Lombardi – UFABC (São Bernardo do Campo, SP, Brasil)
 Thiago Araújo Santos – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Valdemar João Wesz Junior – UNILA (Foz do Iguaçu, PR, Brasil)
 Valmir José Valério – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
 Virginia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
 Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
 Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

CAPA

Lucas Pauli – USP (São Paulo, Brasil)

Revista NERA

Distribuída por



Indexada por



Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2	2015 – ano 18, nº 28, Dossiê
1999 – interrompida	2015 – ano 18, nº 29
2000 – ano 3, nº. 3	2016 – ano 19, nº 30
2001 – interrompida	2016 – ano 19, nº31
2002 – interrompida	2016 – ano 19, nº32, Dossiê
2003 – interrompida	2016 – ano 19, nº33
2004 – ano 7, nº. 4	2017 – ano 20, nº34, Dossiê
2004 – ano 7, nº. 5	2017 – ano 20, nº35
2005 – ano 8, nº. 6	2017 – ano 20, nº36, Dossiê
2005 – ano 8, nº. 7	2017 – ano 20, nº37
2006 – ano 9, nº. 8	2017 – ano 20, nº38, Dossiê
2006 – ano 9, nº. 9	2017 – ano 20, nº39, Dossiê
2007 – ano 10, nº. 10	2017 – ano 20, nº 40
2007 – ano 10, nº. 11	2018 – ano 21, nº 41
2008 – ano 11, nº. 12	2018 – ano 21, nº 42, Dossiê
2008 – ano 11, nº. 13	2018 – ano 21, nº 43
2009 – ano 12, nº. 14	2018 – ano 21, nº 44
2009 – ano 12, nº. 15	2018 – ano 21, nº 45, Dossiê
2010 – ano 13, nº. 16	2019 – ano 22, nº 46
2010 – ano 13, nº. 17	2019 – ano 22, nº 47, Dossiê
2011 – ano 14, nº. 18	2019 – ano 22, nº 48, Dossiê
2011 – ano 14, nº. 19	2019 – ano 22, nº 49
2012 – ano 15, nº. 20	2019 – ano 22, nº 50
2012 – ano 15, Dossiê	2020 – ano 23, nº 51
2012 – ano 15, nº. 21	2020 – ano 23, nº 52 – Dossiê
2013 – ano 16, nº. 22	2020 – ano 23, nº 53
2013 – ano 16, nº. 23	2020 – ano 23, nº 54 – Dossiê
2014 – ano 17, nº. 24	2020 – ano 23, nº 55
2014 – ano 17, nº. 25	2021 – ano 24, nº 56
2015 – ano 18, nº 26, Dossiê	Quadrimestral
2015 – ano 18, nº 27	ISSN 1806-6755

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
 FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
 Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552

Site: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

O “PASSAR A BOIADA” NA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA EM TEMPOS DE PANDEMIA

THE “PASSAR A BOIADA” ON THE BRAZILIAN AGRARIAN QUESTION IN TIMES OF PANDEMIC

8

EL “PASSAR A BOIADA” SOBRE LA CUESTIÓN AGRARIA BRASILEÑA EN TIEMPOS DE PANDEMIA

Lorena Izá Pereira, Estevan Leopoldo de Freitas Coca e Camila Ferracini Origuéla

OS MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS DOS PESCADORES TRADICIONAIS DO LITORAL AMAZÔNICO BRASILEIRO: DA INVISIBILIDADE À NEGLIGÊNCIA

THE MULTIPLE TERRITORIES OF TRADITIONAL FISHERMEN ON BRAZILIAN AMAZON COASTLINE: FROM INVISIBILITY TO NEGLECT

24

LES MULTIPLES TERRITOIRES DES PÊCHEURS TRADITIONNELS SUR LA CÔTE AMAZONIENNE BRÉSILIENNE: DE L'INVISIBILITÉ À LA NÉGLIGENCE

Alessandro Silva Marçal, Cláudia Cristina Lima Marçal e Gilberto de Miranda Rocha

TERRITÓRIO E MEMÓRIAS DO TRABALHO: A PRODUÇÃO AGRÍCOLA MARGENS DO RIO DE CONTAS NO DISTRITO DE SUÇUARANA - TANHAÇÚ - BAHIA

TERRITORY AND MEMORIES OF WORK: AN AGRICULTURAL PRODUCTION IN MARGINS OF THE RIO DE CONTAS IN THE SUÇUARANA DISTRICT - TANHAÇÚ - BAHIA

51

TERRITORIO Y MEMORIAS DE TRABAJO: PRODUCCIÓN AGRÍCOLA EN LOS RÍOS DE RÍO DE CONTAS EN EL DISTRITO DE SUÇUARANA - TANHAÇÚ - BAHIA

Miriam Cléa Coelho Almeida e Sônia de Souza Mendonça Menezes

AS CONTRADIÇÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL NA LUTA PELO TERRITÓRIO DOS APANHADORES DE SEMPRE-VIVAS

CONTRADICTIONS BETWEEN CULTURAL AND NATURAL HERITAGE IN *SEMPRE-VIVAS* FLOWER HARVESTERS TERRITORIAL STRUGGLE

72

LAS CONTRADICCIONES DEL PATRIMONIO CULTURAL Y NATURAL EN LA LUCHA POR EL TERRITORIO DE LOS RECOGEDORES DE FLORES SIEMPREVIVAS

Maria Clara Salim Cerqueira

EVIDÊNCIAS DE UM CRIME: O FECHAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL BOA ESPERANÇA

93

EVIDENCE OF A CRIME: THE CLOSING OF THE MUNICIPAL SCHOOL BOA ESPERANÇA

EVIDENCIA DE UN DELITO: EL CIERRE DE LA ESCUELA MUNICIPAL BOA ESPERANÇA

Cássia Betania Rodrigues dos Santos

A LÓGICA DA REFORMA AGRÁRIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA ATENDER AO CAPITAL

113

THE LOGIC OF LAND REFORM IN THE BRAZILIAN AMAZON: A PUBLIC POLICY TO MEET CAPITAL DEMANDS

LA LÓGICA DE LA REFORMA AGRARIA EN LA AMAZONÍA BRASILEÑA: UNA POLÍTICA PÚBLICA PARA SERVIR A LA CAPITAL

Osmiriz Lima Feitosa e Selma Suely Baçal de Oliveira

ZONEAMENTO TERRITORIAL PARA A CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO (ZTC): UMA PROPOSTA CRÍTICA AO ZONEAMENTO AGROAMBIENTAL PARA O SETOR SUCROALCOOLEIRO (ZAA)

139

TERRITORIAL ZONING FOR SUGARCANE IN THE STATE OF SÃO PAULO (TZS): A CRITICAL PROPOSAL FOR THE AGRO-ENVIRONMENTAL ZONING OF THE SUGAR-ALCOHOL SECTOR (ZAA)

ZONIFICACIÓN TERRITORIAL DE LA CAÑA DE AZÚCAR EN EL ESTADO DE SÃO PAULO (ZTC): UNA PROPUESTA CRÍTICA A ZONIFICACIÓN AGROAMBIENTAL PARA EL SECTOR ZUCROALCOOLEIRO (ZAA)

Elienai Constantino Gonçalves

ACAPARAMIENTO E CONTROLE DE TERRAS: A PRESENÇA CHINESA EM TERRAS BRASILEIRAS E ARGENTINAS

162

ACAPARAMIENTO AND CONTROL OF LAND: THE CHINSES PRESENCE IN BRAZILIAN AND ARGENTINA LAND

ACAPARAMIENTO Y CONTROLE DE TIERRAS: LA PRESENCIA CHINA EN TIERRAS BRASILEÑAS Y ARGENTINAS

Monalisa Lustosa Nascimento e Alexandre Cesar Cunha Leite

ORGANIZACIONES DE LA PRODUCCIÓN FAMILIAR Y POLÍTICAS PÚBLICAS EN EL MARCO DEL DESARROLLO DEL CAPITALISMO AGRARIO EN URUGUAY

187

ORGANIZAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

AGRÁRIO NO URUGUAI

FAMILY PRODUCTION ORGANIZATIONS AND PUBLIC POLICIES
IN THE FRAMEWORKS OF DEVELOPMENT OF AGRARIAN
CAPITALISM IN URUGUAY

Emiliano Guedes Bica

**RESENHA: A ATUALIDADE DA REFORMA AGRÁRIA NA AMÉRICA
LATINA E CARIBE**

213

REVIEW: THE CURRENCY OF AGRARIAN REFORM IN LATIN
AMERICA AND THE CARIBBEAN

RESEÑA: LA ACTUALIDAD DE LA REFORMA AGRARIA EN AMÉRICA
LATINA Y EL CARIBE

Fernanda Aparecida Matheus

COMPÊNDIO DE AUTORES

219

COMPENDIUM AUTHORS

COMPENDIO DE AUTORES

COMPÊNDIO DE EDIÇÕES

253

COMPENDIUM EDITIONS

COMPENDIO EDICIONES

O “passar a boiada”¹ na questão agrária brasileira em tempos de pandemia

Lorena Izá Pereira

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.
e-mail: iza.pereira@unesp.br

Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) – Alfenas, Minas Gerais, Brasil.
e-mail: estevan.coca@unifal-mg.edu.br

Camila Ferracini Origuéla

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – São Paulo, São Paulo, Brasil. e-mail:
ferracinicamila@yahoo.com.br

Resumo

A pandemia do novo Coronavírus tornou mais explícita uma questão estrutural no Brasil: o par inseparável concentração e desigualdade. Se não bastasse todas as dimensões da vida afetadas com as consequências da pandemia e o negacionismo em torno do vírus, o governo brasileiro aproveitou o momento para “passar a boiada”, isto é, para encaminhar/aprovar reformas que, ao menos teoricamente, necessitam de um amplo debate por parte da sociedade. Este cenário é marcado por contradições, pois ao mesmo tempo em que há o avanço do agronegócio, há o aumento da insegurança alimentar, sendo este último essencial no combate aos efeitos da pandemia. As resistências também são renovadas/recriadas e o poder da alimentação é, mais uma vez, colocado no centro. O objetivo deste texto é evidenciar as contradições da narrativa em torno da necessidade de expansão do agronegócio e como que em tempos de pandemia aproveita-se para encaminhar/aprovar medidas de interesse geral, especialmente relacionadas à questão ambiental/fundiária. Embora não estejam diretamente relacionados com o tema da pandemia, os artigos do número 56 da Revista NERA mostram a multiplicidade da questão agrária, para além do campesinato e em diferentes regiões deste país de dimensões continentais.

Palavras-chave: Questão agrária; meio ambiente; alimentação; políticas públicas.

The “*passar a boiada*” on the Brazilian agrarian question in times of pandemic

Abstract

The new Coronavirus pandemic has made a structural issue in Brazil more explicit: the pair inseparable concentration and inequality. If all the dimensions of life affected by the consequences of the pandemic and the negativity surrounding the virus were not enough, the Brazilian government took the time to “*passar a boiada*”, that is, to send / approve reforms that, at least theoretically, need a broad debate on the part of society. This scenario is marked by contradictions, as at the same time that agribusiness advances, there is an

¹ Em vídeo da reunião ministerial ocorrida no dia 22 de abril o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou que o período da pandemia seria ideal para “passar a boiada”, ou seja, aproveitar o período em que a sociedade estaria com todas as atenções voltadas para a questão da saúde para passar reformas que necessitam de um amplo debate, sobretudo em relação a pasta ambiental. Maiores informações disponíveis em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/09/o-que-passou-na-boiada-de-ricardo-salles-durante-a-pandemia>. Acesso em: 24 dez. 2020.

increase in food insecurity, the latter being essential in combating the effects of the pandemic. The resistances are also renewed/recreated and the power of the feed is once again placed in the center. The purpose of this text is to highlight the contradictions of the narrative around the need to expand agribusiness and how, in times of pandemic, it takes the opportunity to forward / approve measures of general interest, especially related to the environmental / land issue. Although they are not directly related to the pandemic theme, the articles in issue 56 of Revista NERA show the multiplicity of the agrarian question, beyond the peasantry and in different regions of this country of continental dimensions.

Keywords: Agrarian question; environment; food; public policy.

El "*passar a boiada*" sobre la cuestión agraria brasileña en tiempos de pandemia

Resumen

La pandemia del nuevo coronavirus ha hecho más explícito un problema estructural en Brasil: el par inseparable concentración y desigualdad. Si todas las dimensiones de la vida afectadas por las consecuencias de la pandemia y la negatividad que rodea al virus no fueran suficientes, el gobierno brasileño se tomó el tiempo de "*passar a boiada*", es decir, aprobar reformas que, al menos teóricamente, necesitan amplio debate por parte de la sociedad. Este escenario está marcado por contradicciones, ya que al mismo tiempo que avanza el agronegocio, se incrementa la inseguridad alimentaria, siendo esta última fundamental para combatir los efectos de la pandemia. Las resistencias también se renuevan/recrean y el poder de la alimentación vuelve a colocarse en el centro. El propósito de este texto es resaltar las contradicciones de la narrativa en torno a la necesidad de expandir el agronegocio y cómo, en tiempos de pandemia, se aprovecha para adelantar/aprobar medidas de interés general, especialmente relacionadas con el tema ambiental/tierra. Aunque no están directamente relacionados con el tema de la pandemia, los artículos del número 56 de la Revista NERA muestran la multiplicidad de la cuestión agraria, más allá del campesinado y en diferentes regiones de este país de dimensión continental.

Palabras-clave: Cuestión agraria; medio ambiente; alimentación; políticas públicas.

Introdução

Desde os primórdios da implantação do sistema capitalista os povos do campo são os mais afetados com o processo interminável de acumulação do capital, primeiramente materializado através da acumulação primitiva ou originária² (MARX, 2013)³ e hoje por meio da acumulação por espoliação/despossessão⁴ (HARVEY, 2004). Na realidade, desde 1492, quando as veias da América Latina foram abertas (GALENO, 2010) e o sistema-mundo

² É o processo de separação dos trabalhadores dos seus meios de produção. Marx (2013, p. 785) é "prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida".

³ Obra publicada pela primeira vez em 1867.

⁴ Virgínia Fontes (2017) argumenta que a acumulação por espoliação/despossessão envolve a eliminação dos direitos e estabelece o controle capitalista. As formas de expropriação não se limitam à acumulação primitiva, mas fazem parte da expansão ampliada do capital e do sistema capitalista.

moderno-colonial foi instaurado (PORTO-GONÇALVES, 2012) até aos anos vinte do século XXI a desterritorialização dos povos do campo e tradicionais é vital para a manutenção do modelo de produção vigente.

Desde 1500 (no caso do Brasil) até hoje, a população rural é o principal alvo do desejo de concentração somado à necessidade de acumulação. Na colonização as características eram a corrida pelo ouro e metais/pedras preciosas e pela implantação de monocultivos que atendessem as necessidades da população da metrópole (PRADO JR., 1969; GALEANO, 2010). Em cada ciclo os interesses são modificados, primeiro vem a exploração do Pau-Brasil, em seguida a cana-de-açúcar, posteriormente o algodão, a borracha, a pecuária e assim segue (MOREIRA, 2018), sempre com o objetivo de atender o capital dominante, ou seja, o capital externo.

Na dita Revolução Verde,⁵ a necessidade de acumulação foi marcada pela intensa mecanização da produção, pela introdução de mudanças da base tecnológica e pela utilização de produtos químicos que alteram o ritmo natural da produção agrícola, mas que permitem maior produtividade. Concomitantemente, a Revolução Verde promove a expansão das fronteiras agrícolas, a desterritorialização dos povos do campo em prol da modernização e da implementação do novo, do moderno. Assim, “complexos industriais construídos para a produção de armas químicas passaram a produzir insumos para o setor agrícola” (SAUER, 2010, p. 146).

Desde meados de 1990 o agronegócio apresentou alterações, especialmente devido à entrada feroz do neoliberalismo em todas as esferas da vida da população latino-americana. A expansão das fronteiras e a violência continuam, mas a velocidade, as estratégias e as justificativas se renovam. Os cultivos geneticamente modificados (transgênicos) se tornaram realidade no campo e as “sementes do mal” compõem o pacote ditado pelas grandes corporações. A produtividade aumenta, mas o custo ambiental e social são grandes.

No século XXI as relações capitalistas no campo são renovadas mediante uma diversidade de dinâmicas multiescalares. Dentre estas destaca-se o *boom* das *commodities*, que compreende a inflação dos preços das *commodities* agrícolas e minerais no mercado internacional (FLEXOR e LEITE, 2017) e o consenso da *commodities*, isto é, uma nova ordem econômica, política e ideológica sustentada pelo aumento dos preços das *commodities* (SVAMPA, 2013). Ademais, a sociedade vive sob os moldes estabelecidos pelo regime alimentar corporativo (McMICHAEL, 2016), no qual um pequeno grupo de corporações controla a maior parte do sistema agroalimentar, desde a produção até a comercialização (COÇA, 2019).

⁵ Mendonça (2018, p. 80) caracteriza a revolução verde como um conceito “criado a partir da ideia de uma suposta neutralidade científica”.

Todos estes processos inserem a terra na agenda do século XXI e resultam na intensificação da corrida mundial por terras, nas alterações das territorialidades e do controle dos territórios, impactam diretamente a natureza, os povos tradicionais que são desterritorializados em prol do agronegócio e a questão alimentar, uma vez que as territorialidades são alteradas da produção de alimentos para o cultivo de *commodities* com destino a exportação. Assim, a questão agrária sempre esteve no cerne do debate, mas agora, em um contexto de pandemia, a mesma assume um importante papel e não pode mais ser negligenciada, uma vez que é apenas com a reforma agrária popular que se pode pensar em um outro modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro.

Assim, o objetivo deste texto é evidenciar as contradições da narrativa em torno da necessidade de expansão do agronegócio e como que em tempos de pandemia, no qual o debate público está voltado às consequências da crise sanitária e aproveita para encaminhar/aprovar medidas de interesse geral, especialmente relacionadas à questão ambiental/fundiária. A apresentação está organizada em dois tópicos, primeiramente é debatido a questão agrária em tempos de pandemia e, posteriormente, discute-se os artigos que compõem o número 56 da Revista NERA.

Questão agrária em tempos de pandemia

Desde março de 2020 o Brasil vive uma situação de crises sanitária, social e econômica decorrentes da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). Até o início de janeiro⁶ foram registrados 7.716.405 casos e, neste mesmo período, a COVID-19 ceifou a vida de 195.725 pessoas em todo o Brasil. Além da crise sanitária, marcada pela sobrecarga dos hospitais (especialmente leitos de UTI) e do impacto último que é a morte, a pandemia escancarou - mais ainda - a desigualdade social neste país de dimensões continentais, que é um dos pilares que sustentam a nossa sociedade na atualidade. Assim, o par concentração/desigualdade é estrutural e não conjuntural.

Os impactos decorrentes da pandemia por si só são intensos, porém, a situação do Brasil é pior porque vivemos uma crise política, com um governo que desde antes da pandemia está preocupado em garantir os benefícios de quem está no comando e os seus interesses, por meio de ataques a direitos, sejam estes sociais, ambientais e trabalhistas (SAUER, LEITE e TUBINO, 2020), travando um discurso fascista, racista, xenófobo, machista, sexista e homofóbico. Ademais, o governo brasileiro por diversas vezes nega a

⁶ Dados coletados no dia 03 jan. 2021.

gravidade dos impactos da pandemia, com falas comparando o novo Coronavírus a uma “gripezinha”⁷.

Os exemplos são diversos e em múltiplas escalas. A taxa de desemprego, que já apresentava elevação antes da pandemia, aumentou de modo exorbitante, atingindo novos recordes a cada mês. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID-19 (PNAD COVID-19), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego no trimestre de junho/agosto de 2020 foi de 14,4%, atingindo 13.800.000 de desempregados, a maior taxa desde o início da pesquisa em 2012 (IBGE, 2020a). Para além do desemprego, muitos postos de trabalho foram flexibilizados⁸, o que resultou na diminuição de carga horária trabalhada e, conseqüentemente, impactou nos salários.

A consequência direta da diminuição do poder aquisitivo da população é o aumento das dívidas e da inadimplência. De acordo com os dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), por meio da reportagem publicada no Portal G1, em 03 set. 2020, o percentual de famílias endividadadas em agosto de 2020 era de 67,5%, a maior desde 2010, quando a entidade começou a contabilizar tal dado. Neste contexto, as famílias tendem a garantir o pagamento do essencial para a reprodução da vida, como alimentação e moradia, embora o número de despejos devido aos atrasos no pagamento de aluguéis também seja alto.

Por sua vez, os preços dos alimentos apresentaram um aumento hiperbólico. Segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (IBGE, 2020b), desde o início da pandemia a variação mensal de preços do grupo de alimentos e bebidas apresenta curva ascendente, uma vez que em fevereiro, antes da pandemia, a variação mensal era de 0,11% e em novembro a mesma correspondeu a 2,54%. O arroz, a carne bovina e o óleo de soja foram - e ainda são - os maiores destaques na mídia, com o aumento do preço acima da inflação. O primeiro da lista, o arroz, chegou a ser comercializado a R\$40,00 o pacote com cinco quilos (EXAME, 08 set. 2020).

A equação maior taxa de desempregados, somada a diminuição da renda média da população e aumento do preço dos alimentos tem como resultado a inclinação das desigualdades e intensificação da fome. É de conhecimento que a fome é uma questão de distribuição e de produção, se configurando como estrutural no sistema no qual estamos alicerçados. Como já pontuava Josué de Castro (1959, p. 62): “o problema da fome mundial

⁷ Fala de Jair Bolsonaro (sem partido) em março de 2020. Maiores informações disponíveis em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em: 24 dez. 2020.

⁸ De acordo com os dados da PNAD COVID-19 (IBGE, 2020a), entre 20 a 26 de setembro 2.700.000 de pessoas estavam afastadas do trabalho devido ao isolamento social, 7.900.000 se encontravam em trabalho remoto e 15.300.000 não procuraram empregos em decorrência da pandemia ou por falta de trabalho na localidade. Maiores informações disponíveis em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>. Acesso em: 24 dez. 2020.

não é, por conseguinte, um problema de limitação da produção por coerção das forças naturais; é antes um problema de distribuição”. Ainda segundo Castro (1984), a fome e seus efeitos são pouco debatidos em comparação a outras calamidades, como guerras e epidemias. A fome já é um problema por si só e em tempos como este, tende a acentuar.

Como Origuéla, Coca e Pereira (2020) indicaram na apresentação do número 55 da Revista NERA (set./dez. 2020), a tendência neste tempo pandêmico é o aumento da fome. Os dados preliminares do documento *The State of Food Security and Nutrition in the World 2020*, publicado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em 2020, antes da pandemia, em 2019, aproximadamente 690.000.000 pessoas (8,9% da população global) estavam em situação de subnutrição e a projeção preliminar é de que 83.000.000 a 132.000.000 de pessoas passam a integrar o grupo de desnutridos.

Ao mesmo tempo, o agronegócio atingiu recordes de produção no país. Segundo reportagem publicada pela *Exame* (01 dez. 2020), o PIB do agronegócio crescerá 9% em 2020, impulsionado pelo aumento da produção e também dos preços. A soja foi uma das *commodities* que apresentaram recordes, com estimativa de 268.700.000 toneladas produzidas na safra 2020/2021, ou seja, 4,2% a mais do que na safra anterior, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (2020). Todo este cenário evidencia que o problema não é a escassez de alimentos, mas o acesso, onde um fator crucial é o preço e, assim, a pandemia apenas reforça o que Castro (1959) já sublinhou.

O avanço do agronegócio não ocorre por meio de um curso natural, mas como um projeto de governo que insere a terra no centro dos interesses (SAUER, LEITE e TUBINO, 2020). É importante pontuar que desde a dita modernização da agricultura o agronegócio adquire mais espaço ao ponto de ser a principal atividade econômica do Brasil. O agronegócio é um modelo predatório e extremamente dependente dos financiamentos públicos. Mesmo em tempos de governos progressistas, como o caso do Partido dos Trabalhadores (PT) - que presidiu o país entre 2003 e 2016 - não buscou-se romper com esse modelo, que cada dia mais se expande.

Desde o golpe de 2016 o monocultivo em larga escala para exportação pautado no neoextrativismo passa a ter mais espaço no Brasil (SOYER e BARBOSA JR., 2020), pois apenas este modelo para o campo interessa. No início do mandato de Jair Bolsonaro (sem partido) medidas de flexibilização, especialmente em relação à questão ambiental e exploração de recursos naturais e minerais e de criminalização de movimentos sociais, de camponeses, indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais foram tomadas (FERNANDES, CLEPS JR., SOBREIRO FILHO, LEITE, SODRÉ e PEREIRA, 2020).

Na pandemia, quando o assunto principal era - e deveria ser - a saúde pública, “passou-se a boiada” em diferentes setores, especialmente no que se refere às questões ambientais e fundiárias. Na pasta ambiental os ataques se deram por meio de diferentes

caminhos. Primeiro há a criação de uma psicosfera em torno da pauta ambiental, sustentada por discursos falaciosos como o de Jair Bolsonaro na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2020, no qual o presidente em exercício colocou a culpa do desmatamento e queimadas em ONGs e em comunidades indígenas que realizam a prática da queimada na Amazônia (BRASIL, 22 set. 2020).

Há o desmonte e a militarização de órgãos de monitoramento do desmatamento e de fiscalização, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Em relação ao INPE também houve uma investida na desqualificação do órgão, com declarações contrárias às evidências científicas apresentadas pelo mesmo e que confirmam o avanço do desmatamento. Este projeto de desmonte ocorre desde 2019, quando o então presidente do INPE, Ricardo Galvão, foi exonerado em decorrência de desentendimentos acerca dos números do desmatamento no Brasil (FOLHA DE S. PAULO, 02 ago. 2019).

Na pandemia, além do negacionismo em relação ao desmatamento e às queimadas, houveram anúncios de cortes de recursos do IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para o ano de 2021 (FOLHA DE S. PAULO, 13 set. 2020). Ao mesmo tempo, o desmatamento atinge recorde, colocando no cenário internacional não apenas a Amazônia, mas também o Cerrado e o Pantanal. De acordo com os dados do INPE (2020), em 2020 foram registrados 22.099 focos de incêndio no Pantanal. Já o desmatamento na Amazônia apresentou um aumento de 34% no último ano e 102.955 focos de incêndio (INPE, 2020). O Cerrado, que desde a década de 1970⁹ é área da expansão do agronegócio, teve seu recorde em queimadas, com 63.657 focos de incêndio apenas em 2020 (INPE, 2020)¹⁰.

O atual governo é cúmplice do desmatamento por ação e por omissão, uma vez que o desmatamento e o agronegócio avançam conjuntamente. O desmatamento e as queimadas são práticas ilegais que estão estritamente vinculadas a grilagem de terras, ao latifúndio, a exploração do trabalho e da natureza, a violência, a contaminação, a fome, a concentração, a desigualdade e tantas outras mazelas sob as quais a nossa sociedade está alicerçada. Ao analisar as queimadas no Pantanal mato-grossense, o Repórter Brasil (22 set. 2020) indicou que o fogo iniciou em terras de pecuaristas que fornecem para gigantes do agronegócio, como as empresas da família Maggi.

Também, em meio a pandemia, foi aprovada a Lei n. 13.986, de 07 de abril de 2020, conhecida como a Lei do Agro, que dentre as disposições alterou a Lei n. 5.709, de 07 de outubro de 1971, que regulamenta a aquisição de imóveis rurais por estrangeiros no

⁹ Impulsionado pelo Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (PRODECER), programa bilateral entre Brasil e Japão.

¹⁰ Dados coletados em 28 dez. 2020.

Brasil, flexibilizando a estrangeirização da terra no país. Em dezembro, foi aprovado no “saldão de final de ano”¹¹ do Senado o Projeto de Lei n. 2.963/19, que flexibiliza ainda mais o processo de aquisição de terras rurais por estrangeiros no Brasil, colocando em xeque a soberania nacional.

Tal Projeto de Lei é de autoria de Irajá Abreu (PSD/TO), filho da senadora Kátia Abreu (PP/TO), a “rainha da motosserra”, que se beneficiou com a venda de terras a estrangeiros. Segundo informações do Canal Rural, em 1997 o então governador do Tocantins, Siqueira Campos, desterritorializou agricultores familiares sob a justificativa de improdutividade. Tais terras foram repassadas a políticos a um preço baixo e Kátia Abreu foi uma das beneficiárias, pagando R\$27.914,00 por 1.268 hectares, isto é, R\$22,00 por hectare (ISTOÉ, 29 mai. 2015). Abreu vendeu suas terras a empresa Sollus Capital, vinculada a argentina Los Grobo, por R\$4.400.000,00, obtendo um lucro maior que 16.000%.

Vale lembrar que não é a primeira vez que marcos jurídicos que flexibilizam a estrangeirização da terra são propostos e discutidos. Em 2012 o Projeto de Lei n. 4.059 estava em foco. Em 2015 o tema novamente foi posto em pauta uma vez que a Sociedade Rural Brasileira (SRB) entrou com um pedido de suspensão, negado pela então presidente Dilma Rousseff (PT) (VALOR ECONÔMICO, 14 dez. 2015). Após o golpe de 2016, a liberação da estrangeirização de terras estava dada como certa, declarações do então Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, pontuaram que até o final de março de 2017 a liberação ocorreria (GLOBO RURAL, 16 fev. 2017), o que não foi consolidado.

Desde então o assunto pouco apareceu na mídia, retornando quando Jair Bolsonaro (sem partido) assumiu a presidência, com declarações de que a China compraria o Brasil. Inclusive a temática da estrangeirização no Brasil levada a cabo pela China é analisada no sétimo artigo desta edição, intitulado Acaparamiento e controle de terras: a presença chinesa em terras brasileiras e argentinas, de autoria de Monalisa Lustosa Nascimento e Alexandre Cesar Cunha Leite.

A estrangeirização da terra é um processo secular, complexo e solidário (SASSEN, 2016), envolvendo diferentes agentes e interesses, não apenas estrangeiros, mas de toda a bancada ruralista. A estrangeirização resulta em diferentes impactos, diretos e indiretos. Diretamente a estrangeirização necessariamente promove a alteração da territorialidade, considerando que a estrangeirização ocorre para a produção de *commodities* para a exportação e/ou exploração da natureza; alienação do nosso território para atender as demandas externas e a desterritorialização de camponeses.

¹¹ Expressão utilizada pelo Canal Rural (18 dez. 2020) para se referir a sessão que aprovou o Projeto de Lei em questão em apenas 44 minutos.

Embora frequentemente a estrangeirização seja dada como uma alternativa à crise alimentar (PEREIRA, 2020), a mesma influi na promoção da insegurança alimentar, deixando o país mais vulnerável aos ditames do mercado internacional e do regime alimentar corporativo (McMICHAEL, 2016). Há diferentes pesquisas analisando os impactos da estrangeirização no Brasil, que são singulares em cada território (BUSCIOLI, 2017; FELICIANO e ROCHA, 2019; FERNANDES, FREDERICO e PEREIRA, 2019).

Kluck (2020) pontua que muito embora os discursos e as medidas governamentais pareçam uma “bagunça generalizada”, na realidade é uma estratégia para a promoção de um projeto de governo que reproduz o *modus operandi* do sistema capitalista de produção. Enquanto a mídia e a população estão com as atenções nas declarações absurdas do presidente em exercício e de seus aliados, a boiada está passando e nossos direitos atacados em prol dos interesses de pequenos grupos.

A pandemia diminuiu a distância entre campo e cidade e trouxe novamente para o centro do debate que a questão agrária não é um problema exclusivo do campo. A reforma agrária é uma possibilidade para a reorganização territorial da sociedade brasileira (ALENTEJANO, 2020), incluindo o espaço urbano. Uma das alternativas para se enfrentar as consequências da pandemia é por meio da reforma agrária popular, da soberania alimentar e da agroecologia, construindo “outras práticas produtivas, outras formas de comercialização, outras relações de trabalho, outras relações sociedade-natureza” (ALENTEJANO, 2020, p. 35-36).

A nossa realidade só irá mudar a partir de um modelo de desenvolvimento pautado na construção desde abaixo, na equidade, nas soberanias e na agroecologia. Enquanto continuarmos nos reproduzindo sob os pilares hegemônicos que sustentam o par desigualdade/concentração, a sociedade estará fadada a pobreza, a fome, a violência, ao desmatamento e a morte.

Sobre este número

A primeira edição de 2021 evidencia a diversidade da questão agrária na América Latina. Os oito artigos e uma resenha que compõem esse número trazem para o debate temas como os territórios da pesca, os povos tradicionais, o patrimônio cultural, a educação do campo, a expansão do agronegócio canavieiro e a estrangeirização da terra. As escalas de análise também são múltiplas, desde a amazônia paraense até o campo uruguaio.

O número 56 é iniciado com o artigo “Os múltiplos territórios da pesca tradicional no litoral amazônico brasileiro: da invisibilidade à negligência”, de autoria de Alessandro Silva Marçal, Cláudia Cristina Lima Marçal e Gilberto de Miranda Rocha. Por meio da análise do litoral paraense, os autores contribuem para o debate dos múltiplos territórios dos

pescadores tradicionais. Dentre as diversas conclusões, o artigo aponta que o modelo de gestão da pesca para o litoral amazônico tem ameaçado os territórios tradicionais da pesca e estas, por sua vez, são fundamentais para a preservação do bioma.

Em seguida, o artigo com o título “Território e memórias do trabalho: a produção agrícola nas margens do Rio de Contas no distrito de Suçuarana – Tanhaçu – Bahia”, de Miriam Cléa Coelho Almeida e Sônia de Souza Mendonça Menezes, coloca no cerne da discussão a diversidade da produção agrícola nas margens do Rio de Contas, especialmente no trecho que compreende o distrito de Suçuarana, município de Tanhaçu, localizado na mesorregião Centro-Sul Baiano. Através das categorias território e trabalho, Almeida e Menezes analisam as configurações territoriais das memórias do trabalho na produção agrícola.

O artigo “As contradições do patrimônio cultural e natural na luta pelo território dos apanhadores de flores sempre-vivas”, de autoria de Maria Clara Salim Cerqueira, contribui para o debate sobre o patrimônio cultural e natural, comunidades tradicionais e emancipação. Através da escala de análise Mata dos Crioulos, localizada em Diamantina, norte de Minas Gerais e da concepção marxiana de política, o texto tem como objetivo refletir acerca das transformações das relações das comunidades tradicionais e as lutas pela emancipação política e humana. Dentre as considerações finais, Cerqueira destaca que há uma tentativa de abordar o patrimônio cultural e natural como uma unidade, mas a realidade é diferente. É através do seu território que os apanhadores de flores sempre-viva reivindicam e lutam pela sua existência.

O quarto artigo desta edição, com o título “Evidências de um Crime: O Fechamento da Escola Municipal Boa Esperança”, de autoria de Cássia Betania Rodrigues dos Santos, tem como objetivo analisar as narrativas utilizadas pelo Estado ao fechar a Escola Municipal Boa Esperança, localizada no povoado de Boa Esperança, a 15 km da sede municipal de Damianópolis, na mesorregião Leste Goiano, região do agronegócio. A escola em questão possuía infraestrutura e demanda, mas mesmo assim foi fechada com a justificativa de melhoria do ensino e educação, o que é uma farsa. Fechar uma escola do/no campo mostra a conflitualidade e a disputa por um território material e imaterial.

No artigo “A lógica da reforma agrária na Amazônia brasileira: uma política pública para atender o capital”, os autores Osmiriz Lima Feitosa e Selma Suely Baçal de Oliveira tem como objetivo analisar os elementos que desencadearam a constituição das políticas agrárias na Amazônia brasileira. O artigo aborda temáticas como reforma agrária de mercado e produção capitalista no campo. Feitosa e Oliveira pontuam que a lógica da reforma agrária na Amazônia brasileira se consolidou nos pilares do capitalismo dependente, reproduzindo a concentração fundiária, a exploração (da natureza e do trabalho) e a dominação.

Em seguida, o autor Elienai Constantino Gonçalves, por meio do artigo “Zoneamento Territorial para a Cana-de-açúcar no estado de São Paulo (ZTC): Uma proposta crítica ao Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro (ZAA)”, discute a expansão da atividade canavieira no estado de São Paulo, o maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil (IBGE, 2020c). Gonçalves apresenta o Zoneamento Territorial para a Cana-de-açúcar no estado de São Paulo (ZTC) como uma contraproposta ao Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro (ZAA), estabelecido em 2008 por meio de parceria entre a Secretaria de Infraestrutura, Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria da Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo. Segundo Gonçalves, o ZAA é um instrumento que legitima a expansão territorial do agronegócio canavieiro.

O texto intitulado “Acaparamiento e Controle de terras: a presença chinesa em terras brasileiras e argentinas”, de autoria de Monalisa Lustosa Nascimento e Alexandre Cesar Cunha Leite possui como objetivo analisar a estrangeirização da terra no Brasil e na Argentina, focando nos investimentos de agentes chineses. Esta escolha de escalas de análises não é por acaso, mas sim porque se configuram como países chave na estrangeirização, o Brasil e a Argentina como principais alvos do processo na América Latina e a China como um dos mais importantes agentes. O artigo é extremamente importante neste momento de aprovação no Senado do Projeto de Lei que flexibiliza a aquisição de imóveis rurais por estrangeiros no Brasil.

No último artigo do número 56, com o título “Organizaciones de la producción familiar y políticas públicas en el marco del desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay”, o autor Emiliano Guedes Bica tem como objetivo analisar as características e fatores condicionantes da relação entre políticas públicas e formas de organização da agricultura familiar no marco do capitalismo agrário no Uruguai. Analisar o avanço do agronegócio no Uruguai é necessário, sobretudo em um momento no qual o cultivo de soja se consolida na República Unida de la Soja.

A edição é finalizada com a resenha do livro “A atualidade da reforma agrária na América Latina e Caribe”¹², redigida por Fernanda Aparecida Matheus. O livro em questão compreende uma coletânea organizada por Bernardo Mançano Fernandes, Luís Felipe Rincón e Regina Kretschmer e publicada por meio de uma parceria entre a editora Perseu Abramo e o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) em 2018. O livro é resultado de uma reunião do Grupo de Trabalho “Desarrollo rural, campesinado, disputas territoriales y decolonialidad” do CLACSO, realizada em Asunción/Paraguai, em 2008. O livro traz onze artigos sobre diferentes países, como Brasil, Argentina e Paraguai.

¹² O livro está disponível gratuitamente na página eletrônica do CLACSO. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20181119123615/Actualidad_reforma.pdf. Acesso em: 30 dez. 2020.

O número 56 traz contribuições importantes para o debate da questão agrária na América Latina, especialmente em um momento de pandemia e de desmontes nos diferentes setores, especialmente no Brasil, onde o governo está aproveitando das crises econômica, social, política e sanitária para passar a boiada e garantir os interesses daqueles que realmente importam para o Estado.

Desejamos a todas(os) uma excelente leitura e que sejam frutíferos os debates!

Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Reforma agrária, caos urbano, agronegócio e pandemia. **Revista Tamoios**, v. 16, n. 1, p. 32-38, 2020.

BCC. 2 momentos em que chamou COVID-19 de 'gripezinha', o que agora nega. **BBC**, caderno Brasil, publicado em 27 nov. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em: 24 dez. 2020.

BRASIL. Lei n. 5.709, de 07 de outubro de 1971. Regula a Aquisição de Imóvel Rural por estrangeiro Residente no País ou Pessoa Jurídica Estrangeira Autorizada a Funcionar no Brasil. **Presidência da República Casa Civil** - Subchefia para assuntos Jurídicos. Brasília, 07 de outubro de 1971.

BRASIL. Projeto de Lei n. 4.059, de 13 de junho de 2012. Regulamenta o art. 190, da Constituição Federal, altera o art. 1º, da Lei n. 4.131, de 03 de setembro de 1962, o art. 1º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972 e o art. 6º Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996 e dá outras providências. Câmara dos Deputados, Brasília – DF.

BRASIL. Projeto de Lei n. 2.963, 20 de maio de 2019. Regulamenta o art. 190 da Constituição Federal, altera o art.1º da Lei nº. 4.131, de 3 de setembro de 1962, o art. 1º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972 e o art. 6º da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996 e dá outras providências. **Senado Federal**, Brasília – DF.

BRASIL. Lei n. 13.986, de 07 de abril de 2020. Institui o fundo Garantidor Solidário; altera a Lei n. 5.709, de 7 de outubro de 1971 e dá outras providências. **Presidência da República Casa Civil** - Subchefia para assuntos Jurídicos. Brasília, 07 de abril de 2020.

BRASIL. Em discurso na ONU, Presidente Bolsonaro destaca enfrentamento à Covid-19 e combate ao crime ambiental. **Governo do Brasil**, notícias, publicado em 22 set. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2020/09/em-discurso-na-onu-presidente-bolsonaro-destaca-enfrentamento-a-covid-19-e-combate-ao-crime-ambiental>. Acesso em: 28 dez. 2020.

BUSCIOLI, Lara D. Estrangeirização da terra e disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS). **Revista NERA**, ano 21, n.36, p. 133-158, 2017.

BRASIL DE FATO. O que passou na “boiada” de Ricardo Salles durante a pandemia? **Brasil de Fato**, caderno Geral, publicado em 09 jun. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/09/o-que-passou-na-boiada-de-ricardo-salles-durante-a-pandemia>. Acesso em: 24 dez. 2020.

CANAL RURAL. Senado aprova venda de terras a estrangeiros em 44 minutos. **Canal Rural**, publicado em 18 dez. 2020. Disponível em: https://blogs.canalrural.com.br/beneditorosa/2020/12/18/senado-aprova-venda-de-terras-a-estrangeiros-em-44-minutos/?fbclid=IwAR1EPpYX-4p94TaTffLOM5VHc-J6ug_Fqfxa1LHozruB1s8ScfZWx0kOSzQ. Acesso em: 28 dez. 2020

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo – vol. 01. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou ação. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COÇA, Estevan Leopoldo de Freitas. O alimento e a atualidade da Geopolítica. ALVES, Flamarion Dutra; AZEVEDO, Sandra de Castro; COÇA, Estevan Leopoldo de Freitas; VALE, Ana Rute do (Org.). **A dimensão política no espaço**. Conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea. Alfenas: UNIFAL, 2019, p. 261-276.

CONAB. **Boletim da Safra de Grãos**. Brasília: Companhia Nacional de Abastecimento, 2020.

EXAME. Arroz dispara mais de 20% em 2020 e é vendido até por R\$40. **Exame**, caderno Finanças, publicado em 08 set. 2020. Disponível em: <https://exame.com/minhas-financas/preco-do-arroz-dispara-mais-de-20-em-2020-e-chega-a-custar-r-40/>. Acesso em: 23 dez. 2020.

EXAME. PIB do agronegócio do Brasil terá alta recorde em 2020, prevê CNA. **Exame**, caderno Economia, publicado em 01 dez. 2020. Disponível em: <https://exame.com/economia/pib-do-agronegocio-do-brasil-tera-alta-recorde-em-2020-preve-cna/>. Acesso em: 24 dez. 2020.

FAO. **The State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI) Report 2020**. Roma: Organização das Nações Unidas Para a Alimentação e Agricultura, 2020.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. Acumulação pela renda da terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CLEPS JR., João; SOBREIRO FILHO, José; LEITE, Acácio Zuniga; SODRÉ, Ronaldo Barros; PEREIRA, Lorena Izá. A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-facismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, n. 42, p. 333-362, 2020.

FLEXOR, Georges; LEITE, Sérgio Pereira. Mercado de terras, *commodities boom* e *land grabbing* no Brasil. MALUF, Renato; FLEXOR, Georges (Org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais**: conjunturas e políticas públicas. Rio de Janeiro: E-papers, 2017, p. 20-38.

FOLHA DE S. PAULO. Diretor do Inpe será exonerado após críticas do governo a dados de desmate. **Folha de S. Paulo**, caderno Ambiente, publicado em 02 ago. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/diretor-do-inpe-sera-exonerado-apos-criticas-do-governo-a-dados-de-desmate.shtml>. Acesso em: 28 dez. 2020.

FOLHA DE S. PAULO. Apesar de incêndios, governo corta orçamento do Ibama e ICMBio em 2021. **Folha de S. Paulo**, caderno Ambiente, publicado em 13 set. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/09/apesar-de-incendios-governo-corta-orcamento-do-ibama-e-icmbio-em-2021.shtml>. Acesso em: 28 dez. 2020.

FONTES, Virgínia. David Harvey: espoliação ou expropriação? Há “lado de fora” do capital? **Revista Direito e Práxis**, v. 8, n. 3, p. 2199-2211, 2017.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: L&MP (1971), 2010.

GLOBO RURAL. Compra de terras por estrangeiros vai elevar demanda. **Globo Rural**, caderno Agronegócios. Publicado em: 16 fev. 2017. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Economia-e-Negocios/noticia/2017/02/compra-de-terra-por-estrangeiros-vai-elevar-demanda.html>. Acesso em: 28 dez. 2020.

G1. Endividamento das famílias bate novo recorde em agosto e inadimplência é maior em 10 anos, aponta CNC. **Portal G1**, caderno Economia, publicado em 03 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/03/endividamento-das-familias-bate-recorde-em-agosto-e-inadimplencia-e-a-maior-em-10-anos-aponta-cnc.ghtml>. Acesso em: 23 dez. 2020.

HARVEY, David. O ‘novo’ imperialismo: acumulação por espoliação. **Socialist Register**, p. 95-125, 2004.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID-19**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020a. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>. Acesso em: 24 dez. 2020.

IBGE. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9262-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo-especial.html>. Acesso em: 24 dez. 2020.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal (PAM)**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 24 dez. 2020.

INPE. **Programa Queimadas**. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2020. Disponível em: <http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/situacao-atual/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

ISTOÉ. Canal Rural acusa ministra da agricultura de ter recebido mais de 1 mil hectares de forma ilegal. **Istoé**, caderno Brasil, publicado em 29 mai. 2015. Disponível em: https://istoe.com.br/420625_CANAL+RURAL+ACUSA+MINISTRA+DA+AGRICULTURA+DE+TER+RECEBIDO+MAIS+DE+1+MIL+HECTARES+DE+FORMA+ILEGAL/. Acesso em: 28 dez. 2020

KLUCK, Erick Gabriel Jones. Terra e floresta em foco: percursos recentes da regularização da terra e anistia a crimes ambientais. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 681-711, 2020

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política – livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

McMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

MENDONÇA, Maria Luisa. **Economia política do agronegócio**. São Paulo: Annablume, 2018.

MOREIRA, Ruy. **Mudar para manter exatamente igual**. Dos ciclos espaciais de acumulação . O espaço total. A formação do espaço agrário. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COÇA, Estevan Leopoldo de Freitas; PEREIRA, Lorena Izá. Da centralidade da questão agrária à atualidade da luta pela terra e reforma agrária no Brasil. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 09-20, set.-dez., 2020.

PEREIRA, Lorena Izá. A estrangeirização da terra é a solução para a crise alimentar? As narrativas de agentes estrangeiros para justificar a apropriação de terras no exterior. **Revista Geografia em Atos** (GeoAtos online), v. 4, n. 19, p. 63-82, set-dez/2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A reinvenção dos territórios na América Latina / Abya Yala**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2012.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

REPÓRTER BRASIL. Fogo no Pantanal mato-grossense começou em fazendas de pecuaristas que fornecem para gigantes do agronegócio. **Repórter Brasil**, publicado em 22 set. 2020. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/09/fogo-no-pantanal-mato-grossense-comecou-em-fazendas-de-pecuaristas-que-fornecem-para-gigantes-do-agronegocio/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

SASSEN, Saskia. **Expulsões** - Brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2016.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade** - a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAUER, Sérgio; LEITE, Acácio Zuniga; TUBINO, Nilton Luís Godoy. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 258-318, 2020.

SOYER, Gabriel; BARBOSA JR., Ricardo. O extrativismo agrário do governo Bolsonaro a partir das relações Estado-sociedade. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 522-554, 2020.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, p. 30-46, 2013.

VALOR ECONÔMICO. Estrangeiro vai ter limite para comprar terras. **Jornal Valor Econômico**, caderno de Política, página A6, publicado em 14 dez. 2015.

Sobre os autores

Lorena Izá Pereira – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Presidenta

da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) (biênio 2020/2022). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-2352-1760>

Estevan Leopoldo de Freitas Coca – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Atualmente é professor na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG). <https://orcid.org/0000-0001-9424-9699>

Camila Ferracini Origuéla – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Atualmente é pesquisadora colaboradora do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI/UNESP). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-1509-3604>

Como citar este artigo

PEREIRA, Lorena Izá; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; ORIGUÉLA, Camila Ferracini. O “passar a boiada” na questão agrária brasileira em tempos de pandemia. **Revista NERA**, v. 24, n. 56, p. 08-23, jan.-abr., 2021.

Os múltiplos territórios dos pescadores tradicionais do litoral amazônico brasileiro: da invisibilidade à negligência

Alessandro Silva Marçal

Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém, Pará, Brasil.
e-mail: alessandromarcal@gmail.com

Cláudia Cristina Lima Marçal

Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém, Pará, Brasil.
e-mail: claudia.marcal@ymail.com

Gilberto de Miranda Rocha

Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém, Pará, Brasil.
e-mail: gilrocha29@gmail.com

Resumo

Nas últimas décadas, os investimentos públicos, os avanços tecnológicos e o crescimento populacional proporcionaram o rompimento das barreiras que historicamente limitaram o uso dos ecossistemas costeiro-marinhos amazônicos, acarretando ameaças ao modo de vida dos pescadores tradicionais e à conservação destes importantes ecossistemas. Diante disso, o governo tem buscado conciliar os múltiplos interesses no litoral amazônico, bem como atender às reivindicações territoriais destas populações tradicionais, por meio da criação de unidades de conservação, resultando na maior faixa contínua de manguezais protegidos do mundo. Contudo, a falta da devida percepção quanto aos múltiplos territórios que compõem o modo de vida destes pescadores tradicionais, tem contribuído para que suas conquistas sejam de direitos e não de fato. Desta forma, a presente pesquisa visa, através do estudo de caso do litoral paraense e de uma abordagem pautada na contextualização histórica e teórica, contribuir para uma melhor percepção destes múltiplos territórios dos pescadores tradicionais e para a superação da dicotomia produtivo x improdutivo que tem pautado a gestão da pesca na Amazônia.

Palavras-chave: Litoral amazônico; pescadores tradicionais; populações tradicionais; gestão da pesca; múltiplos territórios.

The multiple territories of traditional fishermen on the Brazilian amazon coastline: from invisibility to neglect

Abstract

In the last decades, public investments, technological advances and population growth have led to the breaking of barriers that historically limited the use of Amazonian coastal marine ecosystems, causing threats to the traditional fishermen's way of life and the conservation of these important ecosystems. Therefore, the government has sought to reconcile the multiple interests on the Amazon coast, as well as to meet the territorial claims of these traditional populations, through the creation of conservation units, resulting in the largest continuous protected mangrove forest in the world. However, the lack of a proper perception of the multiple territories that make up these traditional fishermen's way of life, has contributed for their conquests to be rights and not in fact. Thus, this research aims, through the case study of the coast of Pará and an approach based on historical and theoretical context, to contribute to a better perception of these multiple territories of traditional fishermen and to

overcome the productive x unproductive dichotomy that has guided fisheries management in the Amazon.

Keywords: Amazonian coastline; traditional fishermen; traditional populations; fisheries management; multiple territories.

Les multiples territoires des pêcheurs traditionnels sur la côte amazonienne brésilienne: de l'invisibilité à la négligence

Resumé

Au cours des dernières décennies, les investissements publics, les avancées technologiques et la croissance démographique ont conduit à la suppression des barrières qui limitaient historiquement l'utilisation des écosystèmes marins côtiers amazoniens, menaçant le mode de vie des pêcheurs traditionnels et la conservation de ces écosystèmes importants. Par conséquent, le gouvernement a cherché à concilier les multiples intérêts sur la côte amazonienne, ainsi qu'à répondre aux revendications territoriales de ces populations traditionnelles, à travers la création d'unités de conservation, aboutissant à la plus grande bande continue de mangroves protégées du monde. Cependant, le manque de perception appropriée des multiples territoires qui composent le mode de vie de ces pêcheurs traditionnels, a contribué à ce que leurs conquêtes soient des droits et non des faits. Ainsi, cette recherche vise, à travers l'étude de cas de la côte du Pará et une approche basée sur le contexte historique et théorique, à contribuer à une meilleure perception de ces multiples territoires de pêcheurs traditionnels et à surmonter la dichotomie productive x improductive qui a guidé la gestion des pêches en Amazonie.

Mots-clés: Côte amazonienne; pêcheurs traditionnels; populations traditionnelles; gestion des pêches; territoires multiples.

Introdução

Nas últimas décadas, os investimentos públicos em infraestrutura, juntamente com os avanços tecnológicos, a valorização dos alimentos e o crescimento da população amazônica proporcionaram o rompimento das barreiras que historicamente limitaram o uso dos ecossistemas costeiro-marinhos amazônicos, possibilitando que o capital, sob um discurso modernizante, se expandisse sobre os recursos naturais historicamente utilizados pelos pescadores tradicionais do litoral amazônico.

Neste cenário, os pescadores tradicionais que historicamente garantiram fartura de alimentos no litoral amazônico, desenvolvendo por gerações métodos e invenções voltados ao melhor aproveitamento do potencial endógeno, passam a ter seu modo de vida ameaçado, ao figurarem sob o estereótipo de improdutivos, em uma narrativa que fundamenta um processo de desterritorialização que os coloca como obstáculos ao progresso. Contudo, a capacidade secular de inovação destes pescadores, certamente, foi determinante para que estes se apropriassem da realidade na qual foram imersos e, assim como apontando por De Paula (2020), se reinventassem como população tradicional, buscando obter maior simetria na disputa pelo território, por meio das garantias oferecidas

pelos compromissos constitucionais e acordos multilaterais¹, tais como a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Convenção de Ramsar e outros.

Como populações tradicionais, estes pescadores obtiveram nos últimos anos maior expressão a nível local e global, e conseqüentemente, maior atenção às suas reivindicações territoriais, que o governo brasileiro buscou atender especialmente por meio da criação de Unidades de Conservação (UCs) e pela observância dos direitos destas populações nas políticas públicas e planos nacionais.

Apesar das expressivas conquistas territoriais e de direitos dos pescadores tradicionais do litoral amazônico, estudos como o de Santos e Santos (2005), Furtado (2006), Silva (2011), Silva *et al.* (2017), Rocha, Soares e Moraes (2018), Canto *et al.* (2018), Sombra *et al.* (2018), Marçal (2019) e De Paula (2020) evidenciam que, de fato, estas conquistas não têm sido suficientes para assegurar os meios de produção que compõem o modo de vida destas populações tradicionais. Além disso, De Paula (2020) aponta os conflitos territoriais como uma das principais ameaças a estas populações tradicionais e, a partir de Raffestin, afirma: “[...] quando o território/territorialidade não é reconhecido pelos que estão externos, resulta na perda de autonomia, em uma situação de desequilíbrio que pode chegar ao desaparecimento de determinado grupo” (DE PAULA, 2020, p. 181). Isso, nos leva a compreender que a falta da devida percepção dos múltiplos territórios que compõem o modo de vida destes pescadores tradicionais, esteja contribuindo para que suas conquistas sejam de direitos e não de fato.

Diante do exposto, o objetivo do presente estudo é contribuir para uma melhor percepção dos múltiplos territórios que compõem o modo de vida dos pescadores tradicionais do litoral amazônico, assim como para a superação da dicotomia produtivo x improdutivo na gestão da pesca na Amazônia, sem a presunção de esgotamento destes debates, mas com a intenção de cooperar com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

O presente estudo foi dividido em quatro sessões: as duas primeiras são dedicadas aos procedimentos metodológicos e referenciais teóricos, a fim de obter a sustentação necessária ao desenvolvimento da pesquisa científica; a terceira sessão foi conduzida por meio de uma revisão histórica direcionada à obtenção de elementos que nos possibilitem perceber os territórios que compõem o modo de vida destas populações

¹ Multilateral: Cooperação entre organizações composta principalmente por estados soberanos (BRASIL, 2020).

tradicionais, assim como, as conflitualidades² que têm ameaçado seus meios de produção; na última sessão, nos apoiaremos na análise realizada para tecer as considerações finais.

Materiais e Métodos

Inicialmente, foi contemplada, por meio de uma investigação indutiva, a complexidade das interações socioambientais que envolvem o objeto do estudo, percorrendo diversas áreas das ciências humanas e naturais em relação à pesca tradicional no litoral amazônico, até alcançarmos o momento que Lüdke e André (1986) e Godoy (1995) definem como de opção metodológica.

Neste ponto, nos apoiamos em Godoy (1995) e Lüdke e André (1986) para optarmos pelo estudo de caso, visando uma investigação científica que proporcionasse uma compreensão holística e histórica do que nos propomos a conhecer e, ainda, como forma de obter uma percepção mais completa das multiplicidades que compõem o litoral amazônico brasileiro. Segundo Pereira *et al.* (2009), além de o litoral amazônico representar 35% da costa brasileira, delimitado pela fronteira franco-brasileira no Estado do Amapá e a baía de São Marcos no Estado Maranhão, abriga incontáveis realidades demográficas e uma das maiores diversidades ambientais do planeta.

Em tais circunstâncias, foi delimitado como unidade de caso o litoral do Estado do Pará, sendo a escolha fundamentada tanto na valorização do contato direto dos pesquisadores com a situação estudada, quanto no fato de esta unidade abrigar a maior extensão de malha viária e instalações de indústrias pesqueiras, portuárias e turísticas, além de ter estreitas relações com a pluralidade que compõe o litoral amazônico. Vale ressaltar que, em virtude da diversidade socioambiental que compõe o litoral paraense, a fim de obtermos uma análise mais próxima da realidade, este estudo foi subdividido em duas Macrozonas, a primeira corresponde ao Marajó, tendo como delimitação o Arquipélago do Marajó; e a segunda corresponde à Macrozona Nordeste, que compreende a faixa costeira-marítima que se estende da capital Belém-PA até a divisa do Estado do Pará com o Maranhão.

Para a construção do estudo, foram privilegiadas as percepções adquiridas pelos pesquisadores após anos de convivência com práticas tradicionais no litoral amazônico e de conversas informais com pescadores desta região, proporcionadas tanto por um ambiente familiar com estreita relação com estas práticas, quanto por experiências profissionais adquiridas em mais de cinco anos de atuação como analistas ambientais, na gestão de

² “A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais” (FERNANDES, 2004, p. 2).

Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX MAR) no Litoral do Estado do Pará. Percepções estas que proporcionaram a condução de uma análise qualitativa, baseada em pesquisa documental, por meio de relatórios, projetos, planos nacionais, instrumentos legais e infralegais direcionados à gestão da pesca, reservas extrativistas e populações tradicionais no litoral amazônico. Como apontam Lüdke e André (1986, p. 39) “Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retidas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador.”

Ademais, considerando a potencialidade das representações cartográficas, com auxílio das ferramentas de geoprocessamento do sistema livre QGIS 3.4.7, de dados batimétricos da Companhia Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e vetoriais, da Marinha do Brasil (MB) e Ministério do Meio Ambiente (MMA), obtidos gratuitamente nos sítios eletrônico destas instituições públicas, produzimos o mapa que nos subsidiou na análise do fator profundidade e no ordenamento pesqueiro no litoral amazônico.

Além disso, nos valem de pesquisa bibliográfica por meio de livros, artigos científicos e dissertações disponíveis em meio digital e impresso, tanto para a complementação da revisão histórica, quanto para a acurácia analítica dos dados, por meio da construção do quadro teórico e do confronto com as percepções de outros pesquisadores (GODOY, 1995).

A percepção dos múltiplos territórios dos pescadores tradicionais

Inicialmente, buscou-se compreender como se constitui um modo de vida. A partir de Silva *et al.* (2017), entende-se que ocorre por meio de um processo histórico, caracterizado pela acumulação de conhecimentos por um grupo, ao longo de gerações e em relação a determinado ambiente, lhes possibilitando desenvolver métodos e inovações, a partir dos materiais que dispõem, para extrair deste meio os recursos necessários à sua reprodução.

Também se buscou um referencial para pescador tradicional. A princípio, foi observado que as definições de pescador artesanal e de subsistência estabelecidas no Novo Código de Pesca³, apesar de contemplar práticas destas populações, não são suficientes para comportar a pluriatividade que envolve seu modo de vida. Carneiro (2012) corroborou para este entendimento, ao alertar que:

Essas representações do senso comum duto, chamadas pelo autor de infraideologias do desenvolvimento, que são partilhadas pelos atores presentes na configuração desenvolvimentista, qualquer que seja sua filiação política, são normalmente produzidas a partir de teorizações

³ Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009.

acadêmicas e possuem como principal defeito o fato de procurar generalizar explicações que são necessariamente parciais. (CARNEIRO, 2012, p. 139).

Assim, para a obtenção de um referencial mais próximo dos pescadores tradicionais apoiamo-nos nos estudos de Loureiro (1985), Furtado (2006), Silva e Simonian (2015), Flores e Rocha (2018), Costa (2018) e Marçal (2019) para percebermos estes como grupos sociais juridicamente aptos a serem qualificados como população tradicional, compostos por pessoas reais, com origens pluriétnicas que possuem formas próprias de organização social e de utilização dos recursos naturais, sendo capazes de se apropriar de inovações tecnológicas para o desenvolvimento de suas práticas e cujo modo de vida é pautado em múltiplas atividades, que são definidas tanto pelos calendários sazonais, quanto pelas melhores oportunidades que se apresentam disponíveis.

Os referenciais do modo de vida dos pescadores tradicionais, juntamente com os estudos de Rocha, Soares e Moraes (2018), Canto *et al.* (2018) e Sombra *et al.* (2018), nos permitiram concluir que não é possível ter a devida percepção dos múltiplos territórios dos pescadores tradicionais do litoral paraense, sem um contexto histórico, tampouco sem uma categoria de análise geográfica que comporte a complexidade que envolve o objeto de estudo, seja pela dinamicidade dos territórios tradicionais, que não permitem que estes sejam claramente visíveis, conforme apontado por Vasconcellos Sobrinho (2016), ou por estes se adaptarem às possibilidades que estas populações dispõem de modo permanente e/ou sazonal, como explica Teixeira *et al.* (2018, p. 170): “A sazonalidade das atividades agrícolas e extrativas, o regime de cheias e secas, os conhecimentos a respeito da riqueza da fauna e flora, são elementos fundantes desse uso múltiplo”.

Ao contemplar a complexidade que envolve os territórios dos pescadores tradicionais, fez-se necessário perpassar pelos referenciais de território, sendo que os estudos de Haesbaert (2004), Saquet (2007) e Heidrich (2009), são elucidativos. O território é um produto da apropriação direta, projetada ou simbólica, que modifica o espaço, conferindo a este múltiplas formas de dominação e adequação, que se expressam em diferentes escalas, de modo formal ou informal, conforme Haesbaert (2004, p. 03) enuncia:

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) [...].

A complexidade é inerente às projeções territoriais. O litoral amazônico enseja diversidade e múltiplas facetas. Silva (2011), Rocha (2016), Rocha, Soares e Moraes (2018), e Canto *et al.* (2018) compreendem que, para além das projeções inerentes às

políticas e ações do Estado na sua perspectiva de ordenamento territorial, das empresas e diferentes grupos sociais, os territórios e as territorialidades tradicionais na região amazônica não são de fácil percepção, tampouco podem ser tratados de modo resolutivo, seja por estes se manifestarem de forma permanente ou sazonal, histórica ou contemporânea, ou, ainda, por sua adaptabilidade às transformações econômicas, sociais e ambientais.

A síntese dessas diferentes abordagens nos levou a desenvolver a noção de recursos territoriais e de múltiplos territórios⁴ ou de territórios multissituados⁵, que possuem quatro características principais: atributos de posição e localização relacionados à dimensão histórica do local e ao aprendizado local; os atributos relacionados à sua construtibilidade, semelhantes às relações entre os atores locais suas coordenações e conflitos; complexidade sistêmica, ou seja, resulta de uma sinergia de recursos locais combinados dentro do projeto do território; e, finalmente, um significado, ou uma natureza ideal, bem como uma temporalidade própria, ligados à sua matriz territorial.

A sobreposição, limites e conflitualidade entre atividades modernas e tradicionais ampliam a complexidade da dinâmica dos espaços em foco. Compreender a dinâmica territorial no litoral amazônico implica ir além da configuração espacial que possui e, também a de interface que está na origem da sua complexidade.

Bodiguel (1997) traduz a funcionalidade dos espaços costeiros em relações de interesse, regulação e poder, que se combinam, a um só tempo. Ele, analisa os espaços costeiros, portanto, o litoral, como um espaço de interesses, regulação e poder: interesses porque seus recursos (naturais, humanos) são o pretexto para questões (econômicas, políticas e, ideológicas) gerando múltiplos conflitos; espaço de regulação, porque o litoral mantém uma posição de fronteira entre dois ambientes: é o teatro de normas endógenas (sistema de valores), o ponto de aplicação das normas nacionais (a regra legal) e de sua redefinição. E, por fim, um espaço de Poder onde a autoridade pública (política, jurídica), atores privados e a afirmação da sociedade civil se confrontam.

Ao considerar o recorte espacial do estudo, nos deparamos com o desafio de perceber os territórios dos pescadores tradicionais no litoral amazônico; para tanto, nos valem do território dado, que, segundo Pecqueur (2005), são porções de espaço estabelecidas a partir de decisões político-administrativas para a organização do território. Para percebermos como *Territórios Formais* destas populações, tanto das Colônias de

⁴ Múltiplos territórios: Terminologia utilizada por Haesbert (2004) ao se referir à complexidade das formas históricas e contemporâneas referentes à territorialidade humana e suas diversas formas de territorialização na atualidade.

⁵ "Território multissituados: conjunto de lugares distantes e contrastantes que vêm de diferentes zoneamentos e formam espaços funcionais, políticos e habitados." (GIRAUT, 2013/4, p. 300, tradução nossa)

Pesca, quanto das unidades de conservação (UCs) do grupo uso sustentável⁶, foram criadas no litoral paraense, as Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX MAR) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), que, segundo Flores e Rocha (2018), são manifestações explícitas de espaços que dispõem de recursos naturais historicamente utilizados pelas populações tradicionais.

Complementarmente, a fim de perceber os *Territórios informais*, que são dinâmicos e cíclicos, deve-se atentar que ocorrem em um determinado período de tempo e no mesmo espaço, pois são móveis: as territorialidades podem se deslocar de um espaço para outro, os limites do território podem se contrair ou se expandir. Aqui, eles são compreendidos por expressões das ações, capacidades técnicas e instrumentos de trabalho ancorados em modos e gêneros de vida, assim como por suas características e dinâmicas ambientais e pelos recursos naturais dos espaços vividos e apropriados por populações tradicionais. Tais características impõem mobilidades dos diferentes grupamentos humanos no tempo e no espaço.

Assim, a fim de melhor compreender os territórios informais dos pescadores no litoral amazônico, foram consultados os estudos de Loureiro (1985), Mello (1985), Furtado (1981, 2002, 2006), Silva (2011), Marçal (2017) e Silva *et al.* (2017), bem como, informações do Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE) (BRASIL, 2006). Estes estudos, propiciaram a compreensão de que estes territórios abrangem faixas terrestres e marítimas, não sendo estes aleatórios, mas delimitados, entre outros, pela capacidade de deslocamento, pelos períodos das safras e plantios, pelo tipo de apetrechos de pesca e pelas características da paisagem.

Além disso, foi possível perceber que a profundidade da massa d'água é determinante para a conflitualidade que envolve a pesca tradicional e a industrial. Os dados do Programa REVIZEE (BRASIL, 2006) corroboram com esta afirmativa, ao evidenciarem que a pesca industrial de arrasto de peixes diversos, se praticada a menos de 75 m de profundidade, tem entre os principais recursos pesqueiros, capturados e descartados, espécies determinantes para o modo de vida dos pescadores tradicionais do litoral paraense, tais como a pescada gó (*Macrodon ancylodon*), que segundo Marçal (2017), chega a compor mais de 65% da biomassa capturada por ano nas artes de pescas fixas utilizadas por estas populações tradicionais.

Também corroboram para a percepção da profundidade como determinante para produção dos territórios tradicionais de pesca os estudos de Silva *et al.* (2017, p. 268) ao constatar que: “Outro delimitador é a diferença de profundidade no rio, mensurada empiricamente por esses sujeitos sociais com uso de bastões de madeira.”

⁶ Grupo de UCs que tem entre seus objetivos assegurar uso sustentável dos recursos naturais, de forma socialmente justa e economicamente viável.

A Construção Histórica dos Territórios dos Pescadores Tradicionais

A ocupação do litoral paraense, segundo Silveira e Schaan (2005) e Furtado (2006), se iniciou há mais de três mil anos a.C., quando antigas populações foram atraídas pelas riquezas das extensas faixas de manguezais, que lhes proporcionaram os recursos necessários para se estabelecerem de forma sedentária e desenvolver, durante gerações, um saber milenar sobre as múltiplas formas de utilização dos ecossistemas costeiro-marinhos amazônicos.

De acordo com Silveira e Schaan (2005), estas populações tinham uma dieta orientada para os recursos aquáticos, praticamente não utilizando a fauna terrestre. Muitas das espécies consumidas por estas populações compõem atualmente os principais alvos da pesca tradicional, especialmente dos pescadores, que, assim como os nativos, praticam a pesca desembarcada ou em troncos escavados, nas mediações do seu local de estadia, utilizando apetrechos fabricados manualmente, com materiais naturais (LOUREIRO, 1985; SILVEIRA, SCHAAN, 2005; ADRIÃO, 2006; NASCIMENTO, 2006).

Mesmo após a chegada dos europeus neste litoral, os recursos pesqueiros permaneceram determinantes para o desenvolvimento local. Contudo, a fusão do conhecimento endógeno dos indígenas, com o exógeno dos estrangeiros, permitiu o desenvolvimento de métodos inovadores pelos pescadores tradicionais, que lhes possibilitou utilizar novos apetrechos e embarcações, além de técnicas de conservação do pescado (FURTADO, 1981, 2002, 2006; LOUREIRO, 1985).

Com estas inovações, foram produzidos múltiplos territórios permanentes e sazonais de pesca, pois os pescadores tradicionais, dispendo da tecnologia náutica de propulsão a vela, do sal para a conservação do pescado e, ainda, do conhecimento milenar sobre os ecossistemas costeiro-marinhos amazônicos, obtiveram os meios para se deslocarem ao longo deste litoral em busca dos cardumes de maior interesse ou das áreas mais piscosas (LOUREIRO, 1985; MELLO, 1985; FURTADO, 2002; NASCIMENTO, 2006).

Ademais, deve ser observado que no período colonial, não havia grandes possibilidades ao comércio no litoral amazônico, assim estes pescadores tradicionais tiveram que garantir sua autossuficiência, exercendo pluriatividades, nas quais a pesca era praticada de modo intercalado às atividades agrícolas e coletoras, sendo o cotidiano desta população regido não pelo calendário gregoriano, mas por períodos de plantio-colheita, safra de frutas, pescado e outros. Esta estratégia, somada à disponibilidade de terra para o cultivo e múltiplas formas de extrativismo que a vegetação nativa oferecia, assegurou até poucas décadas, o que estas populações tradicionais saudosamente reconhecem como período de “fartura”, no qual havia disponibilidade dos meios para produção de seu alimento,

medicamentos e apetrechos (FURTADO, 1981, 2002, 2006; MELLO, 1985; NASCIMENTO, 2006).

Além disso, a chegada dos europeus no litoral amazônico também se refletiu na conflitualidade que tem determinado a concentração de mais de 90% da população da Macrozona Marajó na área urbana e negado os territórios sazonais dos pescadores tradicionais desta macrozona, pois, desde o período colonial, as extensas áreas de campos naturais com acesso fluvio-marinho e próximas à cidade de Belém despertaram o interesse das oligarquias, que se apropriaram de praticamente todo este território para a formação de poucos latifúndios dedicados a pecuária extensiva (LOUREIRO, 1987; GOMES *et al.*, 2018).

No final do século XIX, com o advento do ciclo da borracha o governo brasileiro, como forma de superar a histórica falta de mão de obra na Amazônia, promoveu a migração de milhares de pessoas para a região, resultando num acréscimo da população amazônica de 127 mil habitantes, no ano de 1823, para mais de 1,4 milhões em menos de um século (CARDOSO, MÜLLER, 2008; D'AGOSTINI *et al.*, 2013). Em decorrência desse incremento populacional, houve aumento na demanda por alimento, madeira, carvão, óleos e outros insumos, além do látex, que impulsionou o crescimento econômico da época.

Neste cenário, ocorreram múltiplas transformações nos territórios do litoral paraense, em especial na Macrozona Nordeste: seja pela construção da linha férrea Belém-Bragança, que passou conferir maiores possibilidades para o deslocamento e o comércio na região; ou pelo assentamento de centenas de famílias imigrantes em minifúndios às margens desta linha férrea, visando o abastecimento da capital com alimentos e insumos; ou por esta conjuntura ter tornado os ganhos com a pesca e o estabelecimento permanente neste litoral mais atrativo de modo a possibilitar que famílias se dedicassem permanentemente à pesca; ou ainda, por esta redução do isolamento ter se refletido na antropização de praticamente toda a vegetação nativa desta macrozona (FURTADO, 1981; LEANDRO, SILVA, 2012; SOUZA, 2018; ROCHA, SOARES, MORAES, 2018; SOMBRA *et al.*, 2018).

Na atualidade, a Macrozona Nordeste vivencia um déficit florestal que, além de contribuir para o assoreamento dos rios e o aumento da pressão sobre os fragmentos florestais, compostos praticamente por matas ciliares e manguezais, tem levado os pescadores tradicionais a arcar com custos cada vez maiores para a aquisição dos recursos florestais necessários às suas práticas, tais como construção ou reforma de embarcação, casa, cercados, apetrechos e outros.

Também vale destacar que neste período o rápido crescimento da população urbana brasileira, gerou uma demanda por pescado, que o tradicional sistema de pesca brasileiro, sem acesso a novas tecnológicas, não foi capaz de suprir, havendo necessidade

de importação do produto. Esta situação, somada à instabilidade gerada pela I e II Guerra Mundial, levou o governo brasileiro a investir na organização dos pescadores que, visando ampliar a produção pesqueira, conjuntamente com a defesa da costa brasileira, promoveu a “Missão do Cruzador José Bonifácio”, responsável pela fundação das primeiras Colônias de Pesca no litoral paraense, as quais podemos identificar como os primeiros territórios formais destes pescadores tradicionais (BRASIL, 1980; GOULARTI FILHO, 2017).

Após a 2ª Guerra Mundial, com o declínio do mercado da borracha, o governo brasileiro criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), visando a continuidade do desenvolvimento da região, por meio da substituição do modelo extrativista tradicional pelo modelo agropecuário e industrial, o que se refletiu no setor pesqueiro, por meio da concessão de incentivos e subsídios para instalação de indústrias de beneficiamento de pescado, e, ainda, na promoção de expedições científicas ao longo do litoral amazônico, voltadas à avaliação do potencial de seus recursos pesqueiros (MESCHKAT, 1959; BRASIL, 1961; OLIVEIRA, TRINDADE, FERNANDES, 2014).

Estas expedições, constataram que o litoral amazônico abriga significativos estoques de Camarão Rosa (*Farfantepenaeus brasiliensis* Latreille, 1817 e *Farfantepenaeus subtilis* Pérez-Farfante, 1967), o que atraiu centenas de embarcações industriais nacionais e estrangeiras, produzindo, assim, os primeiros territórios da pesca industrial na região (MESCHKAT, 1959; BRASIL, 1985; DIAS NETO, 2010). Além disso, foi identificado que a pesca tradicional amazônica encontrava-se limitada por seus apetrechos de simples fabricação, pela indisponibilidade de gelo e pelas dificuldades para o escoamento do pescado, sendo sugerido o apoio estatal de modo a possibilitar o acesso pelos pescadores tradicionais a linhas de crédito e novas tecnologias para o seu desenvolvimento (MESCHKAT, 1959). Entretanto, foi observado que estas medidas não foram devidamente implementadas no litoral paraense até o presente momento, seja por não ter sido identificada uma assistência técnica que de fato contemple a pesca tradicional, ou ainda, em decorrência da histórica informalidade imposta aos reais pescadores tradicionais deste litoral, ao não lhes possibilitar o acesso ao apoio estatal, pois até hoje a maioria destes pescadores não possuem o Registro Geral de Pesca (RGP) exigido para acessar as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento da atividade pesqueira nacional.

Decorridos 13 anos de significativos investimentos públicos, a SPVEA foi extinta, em virtude de inúmeras fraudes e do fracasso do seu modelo de desenvolvimento, deixando milhares de famílias desamparadas, que sem alternativas técnicas ou científicas, tiveram que recorrer ao saber tradicional, para utilizar o potencial endógeno da Amazônia a fim de garantir sua sobrevivência, sendo a pesca tradicional no litoral paraense, uma das práticas que muitas destas famílias buscaram, contribuindo para o enriquecimento da

diversidade ética e sociocultural dos pescadores tradicionais desta região, bem como para a produção de múltiplos territórios materiais e imateriais (BRASIL, 1961; LOUREIRO, 1985; FURTADO, 2006; OLIVEIRA, TRINDADE, FERNANDES, 2014; SIMONIAN, 2018).

Após a extinção da SPVEA, o desafio para o desenvolvimento da Amazônia foi proporcionar, a curto e longo prazos meios para o bem-estar de seus milhares de habitantes. Contudo, este desafio não foi devidamente percebido pelos governos militares, ao adotarem como principal estratégia desenvolvimentista na Amazônia a construção de rodovias para sua maior integração com o país, e, ainda, a concessão de subsídios e incentivos estatais para promover a migração de grandes produtores agropecuários que, além ampliarem o acúmulo de terra e expandirem as indústrias extrativistas na região, implementaram sistemas produtivos, especialmente dedicados ao mercado externo e com baixa capacidade de absorção de mão de obra (SIMONIAN, 2018; ALMEIDA, JARDIM, 2018, 2019).

Com esta orientação estatal, houve a expansão da malha rodoviária na Macrozona Nordeste e, com isso, o surgimento de novas relações comerciais, dentre as quais se destacam as atividades turísticas, por proporcionarem novas oportunidades aos pescadores tradicionais, ou, ainda, por produzirem múltiplas ameaças a estes territórios tradicionais, especialmente em decorrência da especulação imobiliária, que tem promovido o bloqueio com cercas e muros dos acessos tradicionais aos estuários, bem como reduzido drasticamente os espaços disponíveis para o cultivo e moradia destas populações tradicionais (ROCHA, SOARES, MORAES, 2018; SOMBRA *et al.*, 2018; ALMEIDA, JARDIM, 2019; MARÇAL, 2019).

Vale ressaltar que, neste período, a estratégia desenvolvimentista do governo, dedicou especial atenção ao território marítimo nacional, pois com o advento de uma corrida internacional para a apropriação dos recursos naturais nos oceanos, o Brasil decidiu investir na prospecção de oportunidades energéticas e minerais em seu espaço marítimo (BAKKER, 1983). Tal estratégia certamente contribuiu para a produção dos diversos blocos exploratórios de petróleo atualmente em processo de licenciamento no litoral amazônico. Ademais, o Estado instituiu de forma unilateral, o *Mar territorial* de 200 Milhas Náuticas (MN) a partir da costa e adotou restrições a embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras. Entretanto, estas medidas unilaterais não foram suficientes para impedir a invasão do litoral amazônico por centenas de embarcações de pesca estrangeiras (BRASIL, 1980, 1981).

Neste íterim, o Brasil também buscou o incremento de sua balança comercial por meio do aumento da produção pesqueira nacional. Para tanto, criou a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) que, ao tomar a pesca tradicional amazônica sob os estereótipos de primitiva e predatória, dedicou seus recursos para a formação de pesquisadores e técnicos e ainda para o fomento a pesquisas ictiológicas, em especial a

pesca da Piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii* Valenciennes, 1840), em virtude de seu potencial para a exportação (FREITAS, 1977; BRASIL, 1980; LOUREIRO, 1985; GOULARTI FILHO, 2017).

Com tais estratégias, a SUDEPE identificou o litoral amazônico como o de maior potencial para a produção pesqueira do país e colocou estes recursos pesqueiros à disposição do capital que, juntamente com a ampliação da malha rodoviária da Macrozona Nordeste e a concessão de financiamentos a fundo perdido, possibilitaram o rompimento das barreiras que historicamente delimitaram o uso destes recursos pesqueiros, proporcionando assim a expansão dos territórios da pesca industrial no litoral amazônico (BRASIL, 1980, 1981). No entanto, sem serem percebidos os efeitos das sazonalidades amazônicas sobre os recursos pesqueiros, fomentou-se uma estrutura industrial superestimada, cuja ociosidade tem sido utilizada como justificativa para o requerimento de maiores subsídios e aproximação de sua área de captura à costa (BRASIL, 1981; LOUREIRO, 1985; MELLO, 1985).

Tais requerimentos, ao serem atendidos, permitiram o avanço da pesca industrial no estuário paraense em baixas profundidades, o que acabou por promover graves conflitos socioambientais, tanto pela destruição dos apetrechos e embarcações da pesca tradicional, quanto por provocar uma altíssima mortalidade dos peixes de menor interesse comercial, resultando na drástica redução dos recursos pesqueiros próximos à costa. Os jornais da época explicitaram tal situação:

Aproximadamente cinquenta toneladas de filhinhos de piramutaba e arraia estão sendo jogadas fora semanalmente nas praias de Roque e Machado, na região de Vigia, por pescadores que trabalham nos barcos das companhias de pesca mecanizada. Esta cena vem se repetindo há cerca de seis anos, quando empresas de pesca amarram redes em duas lanchas, numa profundidade igual a do rio e arrastam das águas tudo que estiver na frente. Nesta atividade mais do que predatória, são recolhidos peixes que servem à exportação, e os que não se prestam a essa finalidade são jogados ao rio, [...] os pescadores de Vigia atravessam um dos piores períodos desde que foi implantado o sistema de pesca mecanizada na região, de vez que o pouco peixe que conseguem pescar não dá nem para o sustento da família (JORNAL O LIBERAL, 1982 apud LOUREIRO, 1985, p. 145 – 146).

Com a redução dos estoques pesqueiros próximo à costa, a expansão da pesca industrial e o aumento da capacidade de deslocamento dos pescadores tradicionais do litoral paraense, proporcionada pela ampliação da malha rodoviária e a adaptação de motores a combustão e uso de urnas para o armazenamento de gelo nas embarcações, foram produzidos múltiplos territórios da pesca tradicional ao longo de todo litoral amazônico, estendendo-se até as águas francesas. Contudo, também ocorreu um progressivo aumento da concorrência pelos recursos pesqueiros na região, que sem a

devida mediação, resultou no início do processo de submissão ao capital pelos pescadores tradicionais deste litoral, pois à medida que estes se tornam dependentes da aquisição de apetrechos e equipamentos industrializados com o intuito de assegurar a produção pesqueira que necessitam, são privados de seus meios de produção não capitalistas e obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver (MELLO, 1985; LOUREIRO, 1985; LIZARAZO, 2017).

Na década de 1980, o avanço de uma crise econômica e a ameaça estrangeira sobre os recursos naturais, levaram o Brasil a buscar maior alinhamento com as discussões ambientais internacionais, tanto para a obtenção de financiamentos junto a bancos multilaterais, quanto para a defesa de seu território, por meio de acordos multilaterais. Como consequência, o Brasil obteve o reconhecimento internacional dos limites marítimos nacionais⁷, ao tornar-se signatário da CNUDM e ao assumir o compromisso de conservar estes ecossistemas costeiro-marinhos e prevenir impactos adversos à pesca de subsistência das populações tradicionais (BRASIL, 2012; ALMEIDA, JARDIM, 2019).

Esta crise econômica também repercutiu na redução dos incentivos e subsídios estatais concedidos à pesca industrial o que, somado à sobre-exploração do camarão e da Piramutaba no litoral amazônico, evidenciou a insustentabilidade do modelo (BRASIL, 1985; LOUREIRO, 1985; DIAS NETO, 2010). Posteriormente, foi reconhecido pela SUDEPE o equívoco de sua proposta de modernização:

[...] à pesca industrial, com a implementação do programa de incentivos fiscais, visando à modernização e industrialização do setor pesqueiro, em detrimento do segmento artesanal, equivocadamente marginalizado das decisões governamentais. Tal fato proporcionou, no período precedente (1970/79) um maior índice de crescimento da pesca industrial [...]. Por outro lado, considerando agora o período compreendido entre 1979-1985, relativo à vigência do III PND e coincidentemente com o IV PNDP, observa-se surpreendentemente, maiores incrementos na produção da pesca artesanal, revelando assim o seu potencial produtivo, ao contrário da negativa resposta traduzida, neste período, pela pesca industrial, que recebeu maior apoio governamental” (BRASIL, 1985, p. 4).

Nesta década, também promoveu-se a redemocratização do país que foi consolidada com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), na qual a nação assumiu o compromisso de: Construir uma sociedade livre, justa e solidária; Erradicar a pobreza; Reduzir as desigualdades sociais e regionais; e, ainda, Assegurar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as atuais e futuras gerações.

A partir dos compromissos assumidos no âmbito nacional e internacional, houve maior atenção estatal para mediação dos conflitos vivenciados pelos pescadores tradicionais do litoral paraense, especialmente os relacionados à pesca industrial e às

⁷ Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993.

atividades turísticas. Em decorrência, foi promovido o reordenamento territorial do litoral paraense, por meio da institucionalização das seguintes medidas: limitação de 250 embarcações industriais; proibição da pesca industrial a menos de 10 MN da costa; e, ainda, a criação das duas primeiras UCs na região, sendo estas a Área de Proteção Ambiental (APA) do Marajó e a APA de Algodual-Maiandeuá (LOUREIRO, 1985). Além disso, a gestão da pesca no litoral paraense foi direcionada para a conservação dos recursos pesqueiros, com maior atenção ao social, fato este explicitado pela instituição do Seguro Defeso (DIAS NETO, 2010; GOULARTI FILHO, 2017; SOMBRA *et al.*, 2018).

Na década de 90, com a consolidação do regime democrático e a constatação da eficácia dos acordos internacionais, houve uma reformulação da política interna e externa nacional, elevando a importância da temática socioambiental no país, o que proporcionou ao Brasil destaque internacional ao ponto de ser escolhido para sediar a ECO-92. Neste momento, o Brasil tornou-se signatário da CDB, reafirmando seu compromisso com a conservação dos ecossistemas costeiro-marinheiros e com o respeito aos direitos das populações tradicionais (BRASIL, 1995, 2012; MARÇAL, 2019).

Após a ECO-92, o governo brasileiro passou a receber bilhões por meio de programas multilaterais, especialmente para o aprimoramento da governança pública, construção de instrumentos de gestão ambiental, identificação de áreas prioritárias para a conservação, criação de UCs, e ainda, desenvolvimento de projetos-piloto relacionados às populações tradicionais e aos ecossistemas amazônicos (PNUD, 2020; BRASIL, 2020).

Tal contexto nos possibilitou constatar que: mais de um milhão de pessoas têm seu modo de vida baseado no extrativismo tradicional na Amazônia; que os planos de desenvolvimento até então implementados contribuíram para que a maioria da população nesta região vivenciasse situação de extrema pobreza (BRASIL, 1995; 1997); e, ainda, que seria necessária a reversão deste quadro social no intuito de assegurar a conservação ambiental dos ecossistemas, uma vez que foi reconhecido que: “pobreza e agressão ambiental revelam-se fatores associados no mesmo processo de degradação” (BRASIL, 1995, p. 15).

Os citados programas multilaterais, também possibilitaram o desenvolvimento de estudos científicos relacionados aos aspectos socioambientais do litoral paraense, havendo destaque para o Projeto Manejo e Dinâmica em Áreas de Manguezais (MADAM) e o Programa REVIZEE. Ademais, foram viabilizadas atividades de capacitação e fortalecimento da organização social dos pescadores tradicionais deste litoral, as quais possibilitaram a estas populações uma maior compreensão de sua importância, de seus direitos e deveres para com a conservação ambiental.

Tais ações proporcionaram a ampliação do conhecimento técnico-científico em relação ao modo de vida destes pescadores tradicionais e, ainda, maior expressão de suas

históricas reivindicações territoriais, o que, somado ao compromisso de criação de UCs, assumido pelo Brasil no âmbito da CDB, possibilitou a criação de nove RESEX MAR⁸ no litoral paraense (MARÇAL, 2019).

Na primeira década do século XXI, o momento favorável da economia, somado às orientações proporcionadas pela consolidação da Agenda 21 brasileira, possibilitou significativos investimentos públicos para redução das desigualdades sociais, o que se refletiu em consideráveis melhorias na infraestrutura social, no poder aquisitivo da população do litoral paraense, na elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios e no maior dinamismo da economia local. Isso proporcionou o surgimento de novos postos de trabalho e maiores possibilidades para que estas populações tradicionais tivessem acesso a bens e serviços, tais como: energia elétrica, televisão, geladeira, moto, motor de rabeta, celular, médicos, odontólogos, medicamentos industrializados e outros (ADRIÃO, 2006; NASCIMENTO, 2006; ALMEIDA, JARDIM, 2018, 2019; MARÇAL, 2019).

Em consonância com a maior inserção na dinâmica global, foram produzidas, em curto espaço de tempo, múltiplas transformações nos territórios da pesca tradicional, pois a facilidade de acesso a inovações tecnológicas, somada ao surgimento de incontáveis possibilidades de comercialização e conservação do pescado⁹, proporcionaram a muitos pescadores a ampliação de seus esforços e territórios de pesca, para assegurar os rendimentos necessários à sobrevivência destes nesta nova realidade. Contudo, sem a devida contribuição do conhecimento técnico-científico para o desenvolvimento de suas práticas e/ou mediação das múltiplas sobreposições territoriais que foram produzidas, têm ocorrido o aumento da pressão sobre os recursos naturais ainda disponíveis e a produção de um ambiente que torna estes pescadores mais suscetíveis ao uso de técnicas predatórias e às disputas territoriais por meio da violência (SANTOS, SANTOS, 2005; SILVA, 2011; CPP, 2016; MARÇAL, 2019).

Ademais, houve redução ou desaparecimento de múltiplas práticas tradicionais, pois a promoção de um modelo de educação e saúde desarticulado do potencial endógeno e a ausência de um planejamento territorial integrado para a mitigação dos impactos socioambientais sobre estas populações resultaram na erosão do conhecimento tradicional e redução da disponibilidade de áreas para moradia, cultivo e extrativismo vegetal. Conseqüentemente, foram produzidos indivíduos desprovidos dos meios necessários à sua subsistência e com maior dependência de auxílios estatais, como evidencia Marçal (2019) em seu estudo de caso da RESEX Maracanã, ao constatar que entre 2002-2013 grande

⁸ RESEX MAR de Soure (2001), RESEX Maracanã (2002), RESEX Mãe Grande Curuçá (2002), RESEX São João da Ponta (2002); RESEX Chocoaré Mato-Grosso (2002); RESEX MAR Caeté Taperuçu (2005); RESEX MAR Gurupí Piriá (2005); RESEX MAR Tracuateua (2005); e RESEX MAR Araí-Peroba (2005).

⁹ A partir do momento que estes pescadores passaram a contar com energia elétrica e geladeiras/freezer foram rompidas muitas das barreiras que ainda regulavam a mercantilização dos recursos pesqueiros nesta costa.

parte das famílias deixou de utilizar plantas medicinais, para recorrer a medicamentos fornecidos nos postos de saúde ou adquiridos nas farmácias.

Neste cenário, temos evidenciado que a elevação do IDH no litoral paraense não se refletiu em garantias na segurança alimentar destas populações, muito menos nas devidas melhorias no bem estar dos pescadores tradicionais, como apresenta Nascimento (2016, p. 28-29): “O presente é apontado pelos pescadores como o tempo da ‘famitura’ ou tempo faminto. Assim, como ao se reportar a abundância do passado o parâmetro era a presença do peixe, agora a ‘famitura’ concretizasse na sua escassez”.

Na última década, os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, especialmente no âmbito das *Metas Aichi* e da Convenção de RAMSAR, possibilitaram que as zonas úmidas do litoral amazônico fossem reconhecidas mundialmente como áreas prioritárias para a conservação, por meio da criação do Sítio Ramsar Regional Estuário do Amazonas e seus Manguezais. Também proporcionaram a criação de mais cinco UCs de Uso Sustentável¹⁰ no litoral paraense, compondo a maior faixa contínua de manguezais protegidos do mundo. Entretanto, tais conquistas atenderam parcialmente¹¹ às reivindicações das populações tradicionais no litoral paraense, o que atribuímos em grande parte, as estratégias governamentais adotadas para o enfrentamento da crise econômica que assola o Brasil desde a última década, estratégias estas focadas no incentivo à expansão da indústria turística, pesqueira, portuária e petrolífera no litoral paraense (AZEVEDO, PIERRI, 2014; ALMEIDA, JARDIM, 2019; MARÇAL, 2019).

Em decorrência destas estratégias, as orientações da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), quanto à necessidade de uma gestão pesqueira participativa, em escala adequada, com perspectivas ecossistêmicas, justa distribuição dos custos e benefícios para garantir a sustentabilidade dos recursos pesqueiros não foram devidamente apropriadas na gestão da pesca no litoral amazônico, à medida que observamos que tem sido proporcionado à pesca industrial estender sua captura sobre recursos pesqueiros que são determinantes para os pescadores tradicionais, sem o estabelecimento de medidas que visem assegurar a justa distribuição destes recursos no litoral paraense e a sustentabilidade de seus estoques (AZEVEDO, PIERRI, 2014; SILVA, SILVA, CINTRA, 2014; MARÇAL, 2017; FAO, 2018; BRASIL, 2019).

Nos últimos anos, com os avanços da pesca industrial sobre recursos pesqueiros determinantes para as populações tradicionais do litoral paraense, tornou-se comum ouvir pescadores tradicionais inconformados com a redução do tamanho e quantidade do pescado capturado na costa, enquanto testemunham além das 10 MN da costa, o descarte

¹⁰ RESEX Marinha Cuinarana (2014); RESEX Marinha Mocapajuba (2014); RESEX Marinha Mestre Lucindo (2014), RDS Campo das Mangabas (2016), REVIS Padre Sérgio Tonetto (2016).

¹¹ Aguardam deliberação das solicitações para ampliação da RESEX Chocoaré-Mato Grosso e de criação de novas RESEX MAR, nos municípios paraenses de Primavera, Salinópolis, Quatipuru e São João de Pirabas.

pela pesca industrial de milhares de toneladas de pescado de seu interesse. Além disso, com menores possibilidades para o exercício das pluriatividades, tem se tornado mais frequente os casos de famílias que migram para centros urbanos, inclusive muitas para a região Sul, e ainda, ampliada a dependência por auxílios estatais na região. A percepção dos autores deste estudo evidencia que a falta da justa distribuição dos recursos naturais, não se reflete somente em incremento das exportações nacionais, mas também em altos custos sociais, ambientais e econômicos para a nação.

Em consonância com as informações levantadas em 2019, o Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG), lançou um livro comemorativo de seus 150 anos de ciência na Amazônia, no qual Almeida e Jardim (2019) corroboram com a percepção de que os modelos de desenvolvimento implementados no litoral paraense, não ofereceram as devidas contribuições para o desenvolvimento socioeconômico deste litoral. Barthem *et al.* (2019) colabora na percepção que a falta de planejamento e gestão integrada da faixa terrestre tem se refletido em maior pressão antrópica sobre ecossistemas costeiro-marinhos e, ainda, destaca a urgência no desenvolvimento de cooperações necessárias para assegurar uma gestão da pesca em escala adequada, ao evidenciar que os recursos pesqueiros determinantes para sustentabilidade do litoral Amazônico tem seus ciclos de vida ameaçados pela expansão da indústria mineral e energética nos Andes.

Além do mais, Barthem *et al.* (2019) ressaltam que soluções genéricas não são suficientes para assegurar a justa distribuição dos recursos pesqueiros, destacando a necessidade de ser promovido o desenvolvimento de soluções sob medidas para a diversidade local, como elucidam em:

No entanto, uma das questões-chave é como desenvolver uma combinação adequada de benefícios privados, provenientes da pesca, com os benefícios ambientais, ecológicos e socialmente desejáveis. Este é um desafio que não pode ser equacionado com uma solução genérica, que atenda toda a região, devendo, por outro lado, **considerar soluções sob medida** para os diversos tipos de recursos, visando tanto a conservação biológica e física do ecossistema aquático quanto o manejo dos recursos pesqueiros [...] (BARTHEM *et al.*, 2019, p. 108, grifo nosso).

Ainda em 2019, o governo brasileiro, por meio de uma publicação¹² no Diário Oficial da União (DOU), submeteu a consulta pública, pelo prazo de 30 dias, uma proposta de alteração na normativa que trata do ordenamento da pesca industrial da piramutaba na faixa do litoral amazônico, compreendida entre a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa até a divisa do Pará com o Maranhão. Apesar do avanço que representa esta medida, compreendemos que sem o desenvolvimento de uma estratégia participativa, com maior aderência à realidade vivenciada pelos pescadores tradicionais do litoral paraense afetados

¹² Portaria SAP/MAPA nº 5.195, de 5 de novembro de 2019, publicada no DOU em 07/11/2019.

por este ordenamento, não será proporcionada a devida participação desta população tradicional.

Além disso, compreendemos que a publicação desta consulta pública, sem estar acompanhada de dados atualizados de estoque pesqueiro no litoral amazônico e das informações técnico-científicas que subsidiaram a elaboração da proposta, tais como a projeção de captura e descarte por profundidade, também não proporcionou a participação de fato pela sociedade brasileira. Machado (2013) corrobora para este entendimento, ao elucidar que:

A informação ambiental não visa só à história dos fatos, mas, sobretudo, à formação do conhecimento das pessoas, para que elas possam constatar o que está ocorrendo e o que poderá acontecer. Informadas, essas pessoas terão a possibilidade de deliberar sobre intervir, ou não, pois o desconhecimento lhes causa uma cegueira cívica (MACHADO, 2013, p. 232).

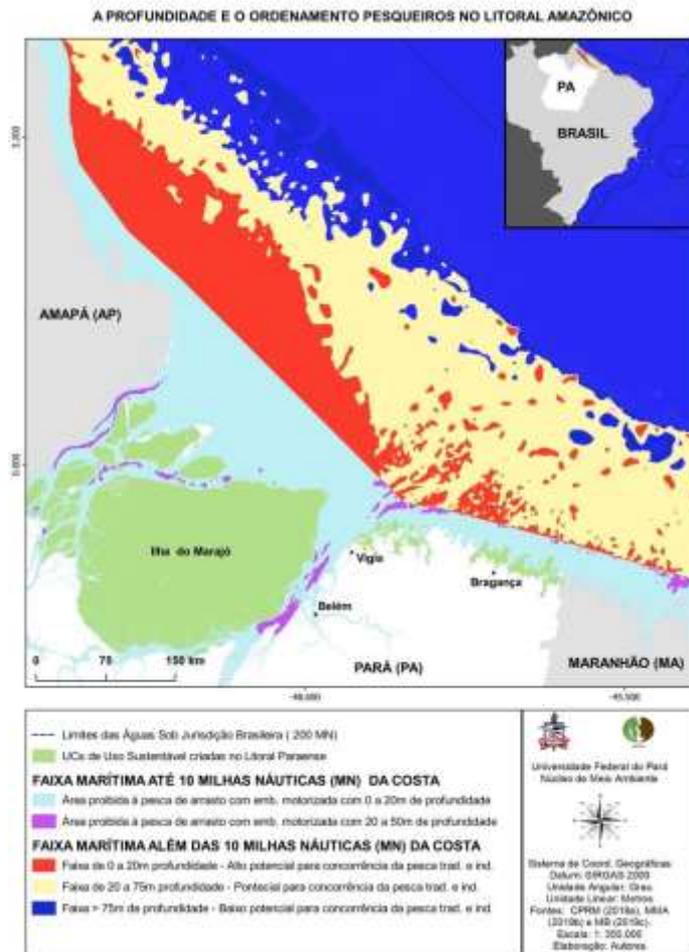
Em 2020, em plena pandemia de coronavírus, foi publicada a normativa¹³ que alterou o ordenamento da pesca industrial da piramutaba na faixa do litoral amazônico, compreendida entre a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa até a divisa do Pará com o Maranhão, no litoral amazônico, sendo veiculado em sítio eletrônico oficial uma notícia que declarava que “A demanda visa atender um pleito do **setor produtivo** [...]” (BRASIL, 2020b, on-line, grifo nosso). Tal justificativa, levou-nos a questionar o quanto os avanços técnico-científicos em relação aos aspectos sociais, econômicos e ambientais no litoral amazônico têm nos permitido superar, na gestão da pesca no litoral amazônico, a relação dicotômica produtivo x improdutivo, que equivocadamente marginalizou os pescadores tradicionais.

Além disso, ao constatarmos que a normativa publicada neste ano de 2020, tal como as normativas da SUDEPE nos anos 80, utilizam a faixa de 10 MN para proibir a pesca com qualquer tipo de arrasto por embarcações motorizadas, percebemos que ainda não houve a devida apropriação quanto aos impactos socioambientais da prática de arrasto de fundo por embarcações motorizadas em baixa profundidade e em faixas marítimas entre 20 e 75m de profundidade. Considerando o fato de a ampla plataforma continental amazônica abrigar extensas faixas marítimas de baixa profundidade além das 10 MN, torna-se imprescindível considerar a profundidade para proporcionar soluções sob medida para a justa distribuição dos recursos pesqueiros no litoral amazônico.

No intuito de oferecer uma melhor percepção em relação às extensas faixas marítimas de baixa profundidade além das 10 MN, para o aprimoramento do ordenamento pesqueiro no litoral amazônico, com o auxílio da ferramenta SIG Q.GIS 3.4.7, dados batimétricos da CPRM e de arquivos vetoriais da MB e MMA, produzimos o mapa abaixo.

¹³ Instrução Normativa SAP/MAPA nº 6, de 13 de abril de 2020, publicada no DOU em 14/04/2020.

Mapa 01: A profundidade e o ordenamento territorial pesqueiro.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerações finais

O desenvolvimento deste estudo permitiu verificar significativos avanços no conhecimento técnico-científico em relação aos pescadores tradicionais do litoral amazônico, os quais evidenciam que, mesmo às margens do apoio estatal, estes pescadores historicamente conseguiram se apropriar de inovações tecnológicas para o desenvolvimento de suas práticas, lhes permitindo exercer até o presente um dos papéis de maior importância social, cultural e econômica deste litoral, não fazendo jus a qualquer tipo de associação com o termo improdutivo.

Quanto às contribuições do presente trabalho para a percepção dos múltiplos territórios dos pescadores tradicionais do litoral amazônico, foi possível constatar que estes territórios são múltiplos e compreendem as faixas terrestres e marítimas, podendo se manifestar tanto de forma permanente quanto temporária de acordo com os períodos de plantio-colheita, safra de frutas, pescado e outros. Ademais, constatamos que sem a devida atenção dos modelos desenvolvimentistas para a garantia de seus múltiplos territórios, e

para a justa distribuição dos recursos naturais no litoral amazônico, estas populações tradicionais têm sido espoliadas de seus meios de produção, o que, além de ameaçar a sustentabilidade dos ecossistemas costeiro-marinhos amazônicos, vem produzindo altos custos socioeconômicos à Nação.

Com relação aos territórios tradicionais de pesca, foi percebido que estes são delimitados por uma combinação de fatores, especialmente relacionados ao ciclo de vida dos recursos pesqueiros, às características da paisagem e às possibilidades que o pescador dispõe para captura, conservação e escoamento do pescado. Foi possível constatar também que o modelo de gestão da pesca no litoral amazônico tem ameaçado estes territórios tradicionais ao não assegurar a justa distribuição dos recursos pesqueiros e a sustentabilidade destes estoques, e, conseqüentemente, a conservação ambiental destes que representam a maior faixa contínua de manguezais do mundo. Neste ínterim, e ainda, considerando que o início da fase de implementação da Década dos Oceanos, proposto pelas Nações Unidas para 2021-2030 tende a favorecer a implementação das ações necessárias para a promoção do desenvolvimento sustentável no litoral amazônico, destacamos entres as medidas necessárias para superarmos este cenário as que seguem:

1) Reverter a informalidade vivenciada pela maioria dos pescadores tradicionais deste litoral, oferecendo as devidas possibilidades para o acesso ao Registro Geral de Pesca (RGP) e assistência técnica, de modo que estes possam contribuir para a reversão da histórica lacuna de dados em relação à pesca no litoral amazônico;

2) O desenvolvimento de uma estratégia específica que assegure a devida participação, das populações tradicionais afetadas, na gestão da pesca no litoral amazônico que contemple os recursos tecnológicos e territoriais disponíveis, tais como as oportunidades oferecidas pela criação dos conselhos das UCs deste litoral;

3) Que as áreas de captura sejam delimitadas pela distância da costa e profundidade da massa d'água, sendo exigido o registro do volume de pescado descartado;

4) Disponibilizar em sítios eletrônicos oficiais: os dados de desembarque, o, volume ou estimativas de descarte, estatística pesqueira, relação de embarcações autorizadas, subsídios concedidos e outros necessários para o controle social que requer a ação pública;

5) Que a gestão dos recursos pesqueiros na Amazônia seja realizada em uma escala adequada, por meio do desenvolvimento de cooperações no âmbito nacional e internacional, a fim de assegurar a efetiva participação de todos os interessados e afetados, de modo a garantir a justa distribuição dos custos e benefícios da conservação ambiental.

Referências

ADRIÃO, Denize. Pescadores de Sonhos: um olhar sobre as mudanças nas relações de trabalho e na organização social entre as famílias dos pescadores diante do veraneio e do turismo balnear em Salinópolis, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 1, n. 2, 2006.

ALMEIDA, A. F. JARDIM, M. A. G. Mudanças Socioeconômicas e Ambientais Resultantes das Políticas Públicas de Desenvolvimento Socioeconômico no Litoral do Nordeste Do Pará, Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 49, p. 108-129, 2018.

_____. A. F. JARDIM, M. A. G. Conservação da zona costeira brasileira: abordagem sobre as políticas públicas e questões socioeconômicas e ambientais no litoral do nordeste paraense. In: GALÚCIO, A. V.; PRUDENTE, A. L. (Org). **Museu Goeldi: 150 anos de Ciência na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2019. p. 112-150.

AZEVEDO, N. T. de; PIERRI, N. A Política Pesqueira no Brasil (2003-2011): A Escolha pelo Crescimento Produtivo e o Lugar da Pesca Artesanal. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 32, p. 61-80, 2014.

BAKKER, Múcio Piragibe Ribeiro de. A Política Nacional para os Recursos do Mar, **Revista do Serviço Público**, v. 40, n. 4, p. 99-104, 1983.

BARTHEM, Ronaldo et al. Bases para a conservação e o manejo dos estoques pesqueiros da Amazônia. In: GALÚCIO, A. V.; PRUDENTE, A. L. (Org). **Museu Goeldi: 150 anos de Ciência na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2019. p. 105 -148.

BRASIL. Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. **Comissão de Sindicância, Relatório Geral**, Belém: SPVEA, 1961.

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. **Plano Nacional do Desenvolvimento da Pesca 1975-1979**, Brasília: SUDEPE, v. I, 1980.

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. **A Pesca no Brasil. Coletânea de tópicos da palestra proferida pelo Superintendente da SUDEPE na Escola de Guerra Naval, para os participantes do Curso Superior de Guerra Naval / TIMM, J. U.** (Org). Brasília: SUDEPE, 1981.

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. **I Plano Nacional do Desenvolvimento–Nova República**. Brasília: SUDEPE, 1985.

_____. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal**. Brasília: MMA, 1995.

_____. Ministério Do Meio Ambiente. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável Com Populações Tradicionais**. Brasília: MMA, 1997.

_____. Ministério Do Meio Ambiente. **Programa REVIZEE: Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva, Relatório Executivo**, Brasília: MMA, 2006.

_____. Ministério Da Defesa (MD). **Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)**, Brasília: MD, 2012. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>. Acesso em 28 jun. 2019.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 70, de 16 de dezembro de 2019. Estabelece as espécies e a área de operação da autorização de

pesca complementar para período de defeso do camarão rosa (*farfantepenaeus brasiliensis*, *farfantepenaeus subtilis*) camarão sete-barbas (*xiphopenaeus kroyeri*), camarão branco (*litopenaeus schmitti*), conforme o disposto na Portaria Interministerial MDIC/MMA nº 75, de 20 de dezembro de 2017, e suas alterações. **Diário Oficial da União**: Seção 1 - Extra, Brasília, ed. 242-B, p. 6, 12 dez. 2019.

_____. Companhia Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). In: Batimetria do Brasil, **Arquivos Vetoriais**. 2019a. Disponível em: <http://geosgb.cprm.gov.br/downloads/#>. Acesso em: 26 mai. 2020.

_____. Ministério Do Meio Ambiente (MMA). In: Unidades de Conservação (todas). **Arquivos Vetoriais**, 2019b. Disponível em: <http://mapas.mma.gov.br/i3geo/datadownload.htm#>. Acesso em: 09 ago. 2019.

_____. Marinha do Brasil (MB). In: Limites Marítimos. **Arquivos Vetoriais**, 2019c. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/dhn/?q=node/169>. Acesso em: 28 jul. 2019.

_____. Ministério Do Meio Ambiente (MMA). **Recursos Externos**. 2020. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/recursos-externos.html>. Acesso em: 22 mai. 2020.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Secretaria estabelece normas para a pesca da piramutaba no estuário Norte do Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/secretaria-estabelece-normas-para-a-pesca-da-piramutaba-no-norte-do-brasil>. Acesso em: 25 mai. 2020b.

BODIGUEL, Maryvonne. **Le littoral**: Entre nature et politique. Paris: L'Harmattan, 1997.

CANTO, Otávio *et al.* Conflitos Socioambientais e Gestão Do Território em Unidades de Conservação na Zona Costeira do Estado Do Pará-Amazônia-Brasil. In: SILVA, C. N. da; OLIVEIRA NETO, A. da C.; SOBREIRO FILHO, J. (Org). **Perspectivas e Análises do Espaço Geográfico**. Belém: GAPTA/UFGPA, v. 1, 2018. p. 87-114.

CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/mnx6g/pdf/cardoso-9788599662731-00.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2020.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Práticas, discursos e arenas: notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 4, 2012.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES (CPP). **Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil** /TOMÁZ, A. de F.; SANTOS, G. (Org). Brasília, 2016.

COSTA, Paula Chamy Pereira da. Reservas extrativistas marinhas: reflexões sobre desafios e oportunidades para a cogestão em áreas marinhas protegidas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Ed. especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, v. 48, nov. 2018.

D'AGOSTINI, S. *et al.* Ciclo Econômico da Borracha – Seringueira Hevea Brasiliensis (HBK), **Páginas do Instituto Biológico**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 6-14, 2013.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. Conflitos por território na pesca artesanal brasileira. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 180-204, jan./abr. 2020.

DIAS NETO, José. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil**. 2. ed. Brasília: IBAMA, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**, 2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/handle/iditem/564>. Acesso em: 25 jul. 2020.

FLORES, M. do S. A.; ROCHA, G. M. RESEX'S Marinhas no Litoral Paraense: Acesso a Direitos Territoriais e ao Desenvolvimento. *In*: ROCHA, G. M.; MORAES, S. C. (Org). **Uso do Território e Gestão da Zona Costeira do Estado do Pará**. Belém: Núcleo de Meio Ambiente/UFPA, 2018. p. 93-112.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The State of World Fisheries and Aquaculture 2018: Meeting the sustainable development goals**. Rome, 2018.

FREITAS, Luis Aimberê Soares de. **Uma estratégia para o desenvolvimento da pesca na Amazônia Ocidental**. Belém: Governo do Estado do Amazonas, 1977.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. Pesca artesanal: um delineamento de sua história no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, Nova Série Antropologia, n. 79, 1981.

_____. Lourdes Gonçalves. Pesqueiros Reais & pontos de pesca. Traços da territorialidade haliêutica ou pesqueira amazônica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, Série Antropologia, v. 18, n. 1, 2002.

_____. Lourdes Gonçalves. Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, Ciências Humanas, v. 1, n. 2, 2006.

GIRAUT, Frédéric. Territoire multisitué, complexité territoriale et postmodernité territoriale : des concepts opératoires pour rendre compte des territorialités contemporaines ?. **L'Espace géographique**, p. 293-305, 2013/4.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GOMES, Dérick *et al.* Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia Marajoara. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p.135-161, dossiê, 2018.

GOULARTI FILHO, Alcides. Da SUDEPE à Criação da Secretária Especial de Aquicultura e Pesca: As Políticas Públicas Voltadas às Atividades Pesqueiras No Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 49, jul./dez. 2017.

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2019.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**, 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, 2009, p. 271-290.

LEANDRO, L. M. de L.; SILVA, F. C. da. A estrada de ferro de Bragança e a colonização da zona bragantina no estado do Pará. **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n. 2, p. 143-174, 2012.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho. **Revista NERA**, ano 20, n. 36, Dossiê Território, Campesinato, Trabalho e Resistências, p.58-81, 2017.

LOUREIRO, Violeta. **Os Parceiros do Mar: Natureza e Conflito Social na Pesca Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1985.

_____. Violeta. **A miséria da ascensão social: capitalismo e pequena produção na Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1987.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagem Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 21. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

MARÇAL, Alessandro Silva. **Os Desafios Para a Gestão das Reservas Extrativistas Marinha Da Amazônia: Estudo de caso Reserva Extrativista Maracanã/PA**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

MARÇAL, Cláudia Cristina Lima. **A Pesca de Curral em uma Reserva Extrativista na Zona Costeira Amazônica: Composição da Captura e Implicações para o Manejo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aquática e Pesca) - Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

MELLO, Alex. **A Pesca Sob o Capital: A Tecnologia a Serviço da Dominação**. Belém: UFPA, 1985.

MESCHKAT, Arno. **Considerações sobre a pesca na Amazônia**. Belém: SPVEA, II Série Recursos Naturais, 1959.

NASCIMENTO, Ivete. Tempo de fatura e tempo de famitura no litoral do Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, Ciências Humanas, v. 1, n. 2, p. 23-33, 2006.

OLIVEIRA, W. P. de; TRINDADE, J. R.; FERNANDES, D. A. O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 201-230, 2014.

PECQUEUR, Bernard. O Desenvolvimento Territorial: Uma Nova Abordagem dos Processos de Desenvolvimento para as Economias do Sul. **Raízes**, v. 24, n. 1-2, jan./dez. 2005.

PEREIRA, L. *et al.* The Brazilian Amazon Coastal Zone, **Journal of Integrated Coastal Zone Management**, v. 9, n. 2, p. 3-7, 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Project Documents Center: BRA**, 2020. Disponível em: <https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/Forms/AllItems.aspx?RootFolder=%2fdocs%2fpdc%2fDocuments%2fBRA&FolderCTID=0x0120008F90FBF6FA09BA4B986DA533205DBD00>. Acesso em: 23 mai. 2020.

ROCHA, Gilberto de Miranda. Aprendizagem territorial. *In*: ROCHA, G. M.; TEISSERENC, P.; SOBRINHO VASCONCELLOS, M. (Org). **Aprendizagem Territorial: Dinâmicas territoriais, participação social e ação local na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2016. p. 09-22.

ROCHA, G. M.; SOARES, D. de A. S.; MORAES, S. C. Estruturas Espaciais, Dinâmicas Territoriais e Vetores de Desenvolvimento da Zona Costeira Paraense. *In*: ROCHA, G. M.; MORAES, S. C. (Org). **Uso do Território e Gestão da Zona Costeira do Estado do Pará**. Belém: Núcleo de Meio Ambiente/UFPA, 2018. p. 49-74.

SANTOS, G. M. dos; SANTOS, A. C. M. dos. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.19, n. 54, 2005.

SAQUET, Marco Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.

SILVA, Christian *et al.* Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil). **Revista NERA**, ano 20, n. 40, p. 246 - 272, set./dez. 2017.

SILVA, Christian Nunes da. Percepções ambientais-territoriais de pescadores artesanais do estuário amazônico. *In:* SILVA, J. M. P. da; SILVA, C. N. da (Org.). **Pesca e territorialidades: contribuições para a análise espacial da atividade pesqueira**. 1. ed. Belém: GAPTA/UFGA, 2011. p. 49-66.

SILVA, J. B.; SIMONIAN, L. T. L. População tradicional, Reservas Extrativistas e racionalidade estatal na Amazônia brasileira. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 33, p. 163-175, 2015.

SILVA, L. E. O. da; SILVA, K. C. de A.; CINTRA, I. H. A. Sobre a Pesca Industrial Para Peixes Diversos na Plataforma Continental Amazônica. **Revista Brasileira de Engenharia de Pesca**, v. 7, n. 2, 2014.

SILVEIRA, M. I.; SCHAAN, D. P. Onde a Amazônia encontra o mar: estudando os sambaquis do Pará. **Revista de Arqueologia**. n. 18, p. 67-79, 2005.

SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. Políticas públicas e participação social nas Reservas Extrativistas amazônicas: entre avanços, limitações e possibilidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, 2018.

SOMBRA, Daniel *et al.* A Reterritorialização Pesqueira no Estado do Pará: Reprodução contraditória das relações capitalistas. **Revista de Geografia**, v. 35, n. 2, 2018.

SOUZA, Luciano Andrade de. A Estrada de Ferro de Bragança e a produção do espaço na Amazônia: reflexões acerca do Município de Benevides (PA). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, v. 05, n. 01, p.123-136, jan./jun. 2018.

TEIXEIRA, Thaís *et al.* A diversidade produtiva em Reservas Extrativistas na Amazônia: entre a invisibilidade e a multifuncionalidade. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 48, Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, 2018.

VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário. Aprendizagem territoriais na Amazônia paraense: o que as experiências nos ensinam? *In:* ROCHA, G. M.; TEISSERENC, P.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. (Org.) **Aprendizagem Territorial: Dinâmicas territoriais, participação social e Ação Local na Amazônia**. Belém: NUMA/UFGA, 2016. p. 315-331.

Sobre os autores

Alessandro Silva Marçal – Graduação em Engenharia Florestal pela Universidade Federal Rural da Amazônia. Pós-graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Atualmente é analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade lotado na RESEX Maracanã e mestrando do PPGEDAM, Núcleo de Meio Ambiente/Universidade Federal do Pará (NUMA/UFGA). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-9394-3937>

Cláudia Cristina Lima Marçal – Graduação em Ciências Biológicas (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestrado em Ecologia Aquática e Pesca pela Universidade Federal do Pará (UFGA). Atualmente é analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade lotado na RESEX Maracanã e doutoranda em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na

Amazônia do PPGEDAM, Núcleo de Meio Ambiente/Universidade Federal do Pará (NUMA/UFPA). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-6739-5209>

Gilberto de Miranda Rocha – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Pará e Pesquisador Produtividade PQ 2 CNPq. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-5434-9708>

Como citar este artigo

MARÇAL, Alessandro Silva; MARÇAL, Cláudia Cristina Lima; ROCHA, Gilberto de Miranda. Os múltiplos territórios dos pescadores tradicionais do litoral amazônico brasileiro: da invisibilidade à negligência. **Revista NERA**, v. 24, n. 56, p. 24-50, jan.-abr., 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Alessandro Silva Marçal** ficou especialmente responsável pela aquisição de dados, interpretação, análise e desenvolvimento teórico-conceitual; a segunda autora **Cláudia Cristina Lima Marçal**, interpretação, análise, procedimentos técnicos e tradução; e o terceiro **Gilberto de Miranda Rocha**, pela interpretação, análise e orientação para desenvolvimento teórico-conceitual do artigo.

Recebido para publicação em 19 de junho de 2019.

Devolvido para a revisão em 10 de julho de 2020.

Aceito para a publicação em 10 de agosto de 2020.

Território e memórias do trabalho: a produção agrícola nas margens do Rio de Contas no distrito de Suçuarana - Tanhaçú - Bahia

Miriam Cléa Coelho Almeida

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Vitória da Conquista, Bahia, Brasil.
e-mail: miriam.coelho@uesb.edu.br

Sônia de Souza Mendonça Menezes

Universidade Federal de Sergipe (UFS) – São Cristóvão, Sergipe, Brasil.
e-mail: soniamendoncamenezes@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa as configurações territoriais das memórias do trabalho na produção agrícola das margens do Rio de Contas, no trecho do distrito de Suçuarana, Tanhaçú – Bahia, nas duas últimas décadas. Para tanto, entende o território, a memória e o trabalho como uma unidade dialética contraditória que se vincula ao processo geral da acumulação capitalista. Nesta perspectiva teórica, utilizou-se das contribuições de Harvey (2006), Smith (1988), Oliveira (1997-99), Marx (1985), Hobsbawm (2014), Pollak (1989), Carvalho (2013) Coca (2013), dentre outros. A análise dos dados e das narrativas dos trabalhadores e trabalhadoras evidenciam as transformações ocorridas, simultaneamente, na produção, na distribuição, na circulação e no consumo dos mais diferentes tipos de cultivos e nas configurações territoriais. Ademais, desnudam as contradições e as disputas de classe e poder travadas entre agricultores familiares camponeses, atravessadores, consumidores, Sindicato e o Estado.

Palavras chave: Território; memória; trabalho; produção agrícola.

Territory and memories of work: an agricultural production in margins of the Rio de Contas in the Suçuarana district - Tanhaçú - Bahia

Abstract

This paper is about to analyze the territorial configurations, in the last two decades, of working and memories in the agricultural production at the Rio de Contas' shores, located in the district of Suçuarana, Tanhaçú – Bahia. Therefore, the territory, the memory and the work are understood as a contradictory dialectical unit that is linked to the general process of capitalist accumulation. In this means to build this theoretical perspective, we used the contributions of Harvey (2006), Smith (1988), Oliveira (1997-99), Marx (1985), Hobsbawm (2014), Pollak (1989), Carvalho (2013) Coca (2013), among others sources. The data analysis and narratives of both male and female workers show the transformations that occurred. Simultaneously, transformations took place in many different facets such as production, distribution, circulation and consumption in the most different types of crops and in territorial configurations. Furthermore, they reveal their own contradictions and as class and power are disputed between peasant family farmers, middlemen, consumers, the Syndicate and the State.

Keywords: Territory; memory; work; agricultural production.

Territorio y memorias de trabajo: producción agrícola en los ríos de Río de Contas en el distrito de Suçuarana - Tanhaçú - Bahia

Resumen

Este artículo analiza las configuraciones territoriales de las memorias de trabajo en la producción agrícola en las riberas del Río de Contas, en espacio del distrito de Suçuarana, Tanhaçú - Bahía, en las últimas dos décadas. Con este fin, entiende el territorio, la memoria y el trabajo como una unidad dialéctica contradictoria que está vinculada al proceso general de acumulación capitalista. En esta perspectiva teórica, utilizamos las contribuciones de Harvey (2006), Smith (1988), Oliveira (1997-99), Marx (1985), Hobsbawm (2014), Pollak (1989), Carvalho (2013) Coca (2013) , entre otros. El análisis de datos y narrativas de trabajadores y trabajadoras muestra las transformaciones que ocurrieron, simultáneamente, en la producción, distribución, circulación y consumo de los más diferentes tipos de cultivos y en las configuraciones territoriales. Además, exponen las contradicciones y las luchas de clase y poder que se pasan entre los campesinos, agricultores, intermediarios, consumidores, la Unión y el Estado.

Palavras clave: Territorio; memoria; trabajo; producción agrícola.

Introdução

O presente artigo é resultado de pesquisa realizada em Pós Doutorado que analisou as conformações territoriais das memórias do trabalho na produção agrícola das margens do Rio de Contas, no trecho do distrito de Suçuarana, Tanhaçú – Bahia, nas duas últimas décadas. Pauta-se no entendimento de que estas memórias são reveladoras das transformações ocorridas ao longo do tempo, nas formas de produção, de distribuição, de circulação e de consumo dos mais diferentes tipos de cultivos e, conseqüentemente, nas configurações territoriais da área em estudo inserida no semiárido nordestino, mais especificamente, no Território de Identidade do Sertão Produtivo da Bahia.

O tratamento do território, da memória e do trabalho é feito de modo entrelaçado, por compreender que estas categorias analíticas se constituem numa unidade dialéctica contraditória – portanto, embora possuam bases epistemológicas próprias, estão entrecruzadas e interconectadas. Para uma maior elucidação desta estratégia teórico-metodológica, inicialmente, são firmadas as filiações teóricas que fundam a concepção do território como produto dos antagonismos de uma sociedade de classe inserida numa totalidade histórica. Em seguida, percorre-se o arcabouço teórico da memória para expor os elementos que a aproximam do processo geral da produção capitalista e que a compreenda como um constructo social eivado de contradições e conflitos. Nessa direção, para demonstrar as determinações materiais da memória, considerou-se o trabalho como base fundante de sua construção e reconstrução. Entretanto, diante da subordinação ao capital, o trabalho se encontra na condição de estranhado e alienado e, assim, a memória também irá abrigar essa condição. Além disso, ao partir do pressuposto de que a memória é construída

por homens e mulheres concretos por meio do trabalho e que esta construção não se dá fora do espaço, as configurações territoriais participam, simultaneamente, desse processo de (re)construção das memórias, ora determinando, ora sendo determinadas, num contínuo movimento dialético contraditório.

Os dados e as informações presentes e analisados neste artigo foram coletados em fontes secundária (órgãos e institutos de pesquisa públicos, relatórios, teses, artigos, etc.) e primária (aplicação de formulários de pesquisa com agricultores familiares camponeses¹ e consumidores e entrevistas com Secretário de Agricultura e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais). A quantidade de formulários aplicados foi definida com base no critério da “saturação de dados”, entendido como o momento em que as respostas dadas pelos entrevistados é marcado pela repetitividade das respostas (BABBIE, 1999). Apesar da polêmica que envolve a aplicação de formulários, considerou-se a importância de se ter um suporte na mensuração de dados municipais e na possibilidade de estabelecer relações entre a realidade local, estadual e nacional. Mesmo reconhecendo os riscos da quantificação, optou-se por não abdicar dos números, mas garantir qualidade à quantidade. Ademais, concorda-se com a advertência de Besson (1995) de que não se pode “absolutizar, autonomizar ou naturalizar” o dado, mas compreendê-lo como uma “representação conceitual e ideológica” da realidade.

Para enriquecer as informações, foram consideradas as histórias de vida e de trabalho de trabalhadores e trabalhadoras que – ao rememorem suas experiências – permitiram conhecer as articulações das memórias com o processo de trabalho na produção agrícola, e vice-versa, em diferentes contextos temporais e espaciais e suas metamorfoses.

Território, memória e trabalho: alguns pressupostos

O tratamento do território, da memória e do trabalho como unidade dialética contraditória não nega as bases epistemológicas próprias de cada categoria, mas evidencia os elementos que as aproximam, as soldam e, ainda, que as vinculam ao processo geral da produção e acumulação capitalista.

Com base nesse pressuposto, parte-se aqui da concepção de território como produto dos antagonismos de uma sociedade de classe inserida numa totalidade histórica. Essa demarcação teórica é importante porque o território como categoria analítica tem sido alvo de diferentes interpretações e definições, cujos estudos estão permeados por concepções teórico-metodológicas distintas e divergentes. Existe um longo percurso teórico, sobretudo na ciência geográfica, acerca do conceito de território. Não se deseja, neste

¹ Na realidade examinada, os agricultores reúnem em si as condições de agricultor familiar, camponês e vendedor da força de trabalho.

momento, debruçar sobre essas diferenciações conceituais, mas apenas sinalizar as filiações que serviram de âncora para as análises aqui empreendidas.

Desse modo, uma primeira consideração a se fazer é que a análise da produção territorial está inserida no contexto geral da produção capitalista. Contudo, “[...] o surgimento de uma estrutura espacial diferente com a ascensão do capitalismo não é um processo livre de contradições” (HARVEY, 2006, p. 53). As estruturas espaciais são possibilitadas em função da constituição do sistema de produção e trocas que se processa desde as micro até as escalas globais. Com o avanço da divisão internacional do trabalho, vê-se, simultaneamente, a estruturação de um sistema geográfico integrado de produção e troca, que, segundo Harvey (2006), atende aos propósitos da acumulação capitalista. Ao mesmo tempo, é possível notar os antagonismos dessa produção espacial também em diferentes níveis escalares.

Embora se identifique, ao longo do tempo, uma variedade de tendências e perspectivas na abordagem do território, neste estudo, ao considerar que o processo de produção territorial está articulado com o processo de acumulação capitalista, será fundamental destacar a sua natureza contraditória. Isso significa inseri-lo no conjunto das determinações históricas, políticas, econômicas e sociais. Além disso, partilha-se da tese de que o território encerra objetividade e subjetividade por apresentar dimensão concreta resultante de uma totalidade histórica.

Nessa perspectiva, adere-se às formulações de Oliveira (1997, p. 09), para quem o território

[...] é um espaço transformado pelo trabalho é, portanto, uma produção humana, logo espaço de luta, de luta de classes ou fração de classes. Por causa de todas as relações que envolve, inscreve-se no campo do poder, sendo, pois, o lugar da luta cotidiana da sociedade pelo seu devir histórico.

Nessa direção, há que se pensar o território como a expressão dos antagonismos da sociedade de classes, vez que as classes sociais disputam, no processo de acumulação capitalista, projetos territoriais distintos. Com base nessas premissas, Oliveira compreende o território como uma:

[...] síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/mo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O *território* é, assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra (OLIVEIRA, 1999, p. 74, grifo do autor).

É assim que a produção capitalista do espaço gera o desenvolvimento desigual e combinado do espaço (SMITH, 1988). A produção do espaço é marcada por processos territoriais distintos numa clara demonstração da movimentação das classes sociais em disputa, edificando, por um lado, o território do capital e do trabalho e, por outro, o território da classe trabalhadora e da negação ao trabalho. Contudo, esses espaços se articulam para a reprodução do capital e da força de trabalho. Nessa perspectiva, Oliveira (1999) orienta que “[...] são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território” (p. 74). Em seguida, ele conclui que “[...] o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza” (OLIVEIRA, 1999, p. 74, grifos do autor). Em face disso, Oliveira (1999) adverte sobre a simultaneidade da produção territorial, a qual contém “construção/destruição/manutenção/transformação”, sendo o território “[...] uma unidade dialética, portanto, contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve” (p. 74). Com base nessa formulação, esse processo de produção do território “[...] é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução” (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

A lógica contraditória desse processo contínuo de produção territorial, segundo Oliveira (1999), é o que “[...] constrói/destrói *formações territoriais* em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma *formação territorial* conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital, conformando *regiões*” (p. 75, grifos do autor).

Esses apontamentos sobre o território sinalizam para a necessidade de se pensar a memória para além das noções da psicofisiologia, da neurofisiologia e da psiquiatria, as quais evidenciavam a dimensão individual da memória (LE GOFF, 1990), para considerá-la como um constructo social eivado de contradições e conflitos, e determinada pelas condições objetivas e subjetivas da sociedade.

Tais determinações objetivas e subjetivas desnaturalizam a memória e nos fazem pensar nos processos históricos, políticos e ideológicos que a envolvem e que justificam a sua seletividade e intencionalidade. Ademais, as determinações materiais da memória atestam as suas relações como o mundo do trabalho e vice versa, vez que são construídas e desconstruídas por homens e mulheres concretos numa sociedade de classes (ALMEIDA, 2017).

Essa dimensão política e ideológica da memória é também destacada nas contribuições de Hobsbawm (2014) sobre a tese de que as tradições podem ser uma invenção da esfera política, amplamente difundidas pela memória oficial que a impõe e a mantém. Com a tese da “invenção” das tradições, é fundamental considerar que, na

abordagem da memória, o ato de recordar o passado pode implicar em (re)interpretações, esquecimentos, omissões e supressões deliberadas. A tradição inventada é entendida como “[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas” (2014, p. 9). Essas práticas objetivam induzir “[...] valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. [...] tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado” (HOBSBAWM, 2014, p. 9).

Adiciona-se a essas considerações sobre a dimensão política da memória, o entendimento de Pollak (1989), ao propor uma análise da memória para além da lembrança, na qual são também destacadas as dimensões do esquecimento e do silêncio. Para o autor, é necessário pensar, dentre outras coisas, nas funções do “não dito” e no enquadramento da memória. Na avaliação de Pollak,

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, [...] uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLAK, 1989, p. 8).

O “não dito” possui, então, um conteúdo que merece ser compreendido e considerado nos estudos da memória. Além disso, alerta-se para os riscos do trabalho de enquadramento da memória, em função das reinterpretações, da seletividade e de modificações do passado ao sabor dos “combates do presente e do futuro” (POLLAK, 1989).

As problematizações apontadas por Hobsbawm (2014) e Pollak (1989) levam a crer que os atos da memória envolvem a negociação e o conflito, mediados por necessidades e interesses do presente e do futuro. Isso lança a memória ao campo do poder e da ideologia, configurando-a como uma construção impregnada de contradições sociais e ideológicas. Nesses termos, embora sejam indissociáveis, é apropriado falar em memórias, pois cada uma será a expressão de um interesse de classe.

Os pressupostos até aqui apresentados para se entender que a memória é construída por homens e mulheres concretos, segundo as determinações materiais de existência, numa sociedade de classes e inserida em uma totalidade histórica, demonstram claramente a necessidade de se considerar o trabalho no processo de construção da memória. Para tanto, é essencial considerá-lo como base fundante, como condição da existência do homem, em qualquer tipo de sociedade, cuja função é mediar o intercâmbio entre o homem e a natureza, conforme preconiza a concepção marxiana.

Ao analisar essa relação social do homem com a natureza, Engels acrescenta que “[...] o homem não só transforma a natureza de acordo com seus interesses, mas também, em grande medida, a domina. E essa acentuada diferença ocorre especificamente através

do trabalho” (2004, p. 28). Para Marx e Engels, os homens se diferenciam dos animais “[...] logo que começam a *produzir* seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material” (2001, p. 10-11, grifo dos autores).

Contudo, essa primeira forma de trabalho é superada no momento em que o trabalhador se apresenta ao mercado como vendedor de sua força de trabalho, e, assim, pressupõe-se “[...] o *trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem*” (MARX, 1985, p. 149, grifo do autor) e, ao mesmo tempo, imprime-se um caráter mais processual ao trabalho, no qual exige que, antes de sua execução, ocorra um planejamento ou uma imaginação do que se deseja concretizar.

Ao considerar o processo de trabalho em sua totalidade e o seu resultado, vê-se que são os meios e os objetos que compõem os meios de produção e que o trabalho é o trabalho produtivo. É assim que o processo de trabalho se distancia da forma primeira de se satisfazer as necessidades humanas elementares, como “[...] *condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana*” (MARX, 1985, p. 153, grifo do autor) e se transforma, sob as determinações do capital, em “*processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista*” (1985, p. 153, grifo do autor). Para Marx (1985), nessa fase, duas situações são fundamentais: o trabalhador passa a trabalhar sob o controle do capitalista que comprou a sua força de trabalho, e o produto do trabalho não mais pertence ao trabalhador, mas ao capitalista.

Esse metabolismo social do capital no processo de produção capitalista faz com que “[...] o caráter útil do trabalho, sua dimensão concreta tornam-se subordinados a outra condição, a de ser *dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual*, socialmente determinada para gerar mais valor” (ANTUNES, 2010, p. 10, grifo do autor). Nesses termos, o trabalho abstrato é gerador de mercadorias e de valorização do capital e, na sociedade capitalista, ele é “*trabalho assalariado, fetichizado e, alienado*” (ANTUNES, 2010, p. 10, grifo do autor). Assim, o trabalhador é transformado em mercadoria, em um ser estranhado, cujo resultado do processo de trabalho é alheio ao trabalhador, o que, para Antunes, “[...] significa dizer que, sob o capitalismo, o trabalhador não se reconhece, mas se nega no trabalho” (2010, p. 11).

Na interpretação de Mészáros (2007), essa metamorfose acontece porque as primeiras relações entre a humanidade e a natureza, entendidas pelo autor como mediações de primeira ordem, são sobrepostas pelas mediações alienantes de segunda ordem do capital – nesse processo, o trabalho cumpre funções produtivas desumanas e se submete profundamente aos interesses do capital. Como resultado disso, o ser humano é reduzido à “condição reificada” à “carcaça do tempo”, cujo objetivo é adequá-lo “[...] aos estreitos limites

da *contabilidade do tempo* do sistema: o único gênero de contabilidade – extremamente desumanizadora - compatível com a ordem social do capital” (MÉSZÁROS, 2007, p. 42, grifo do autor).

Diante disso, embora unificados no ato laboral, assiste-se ao distanciamento entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato, o qual alcança níveis extremos com a expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção, com o trabalho assalariado e ainda com a divisão do trabalho e, conseqüentemente, a ampliação das atividades produtoras de *mais valia* para quase todos os setores da vida social.

Essas metamorfoses do trabalho, suscintamente, levantadas ocorrem, concomitantemente, ao processo de construção e desconstrução da memória, o que os torna indissociáveis e simultâneos (ALMEIDA, 2017).

Desde as relações primeiras do homem com a natureza por meio do trabalho, as experiências processadas permitem produzir e acumular conhecimento. Assim, nota-se que essas experiências sociais mediadas pelo trabalho, desde então, compõem os processos de (des)construção da memória.

Parte-se do princípio de que os mesmos homens que produzem sua materialidade também produzem ideias e pensamentos. Se o pensamento, as ideias e a consciência expressam a produção da materialidade, com a memória acontece o mesmo. Portanto, numa sociedade de classes, as ideias dominantes de uma época são as ideias das classes economicamente dominantes (ALMEIDA, 2017).

Estas formulações reafirmam a crença de que as memórias do trabalho da produção agrícola expressam o legado dos sistemas tradicionais e artesanais de cultivo, ao tempo em que deixarão entrever as rupturas e incorporações de práticas impostas pelo processo de “modernização agrícola”. Assim, acredita-se que a produção histórica deixa para as gerações futuras não apenas o seu legado objetivo-material, mas também uma memória permeada por contradições e processos ideológicos presentes na sociedade.

São essas pressuposições que articulam memória, trabalho e território e são elas que serviram de âncora para examinar o processo histórico da produção agrícola nas margens do Rio de Contas no distrito de Suçuarana, Tanhaçú - Bahia.

As transformações na produção, na distribuição, na circulação e no consumo dos produtos agrícolas

O município de Tanhaçú –BA, mesmo encravado no semiárido nordestino e com uma base fundiária constituída, predominantemente, por estabelecimentos rurais que não ultrapassam 100 hectares, desenvolve cultivos que, contraditoriamente, evidenciam a convivência lado a lado de técnicas ainda rudimentares com o uso de insumos químicos e

técnicas de irrigação. Essa coexistência entre o tradicional e o “moderno” atesta a inserção da produção local ao processo geral da acumulação capitalista. Isto acontece porque

Em sua tendência constante para acumular quantidades cada vez maiores de riqueza social sob o seu controle, o capital transforma a face do mundo inteiro. Nenhuma pedra feita por Deus permanece no lugar, nenhuma relação original com a natureza permanece inalterada, nenhum ser vivo deixa de ser afetado. Em consequência, os problemas da natureza, do espaço e do desenvolvimento desigual são colocados juntos pelo próprio capital. O desenvolvimento desigual é o processo e o padrão concreto da produção da natureza que, de alguma maneira, se reduz à discussão do valor de uso, do valor, e do valor de troca (SMITH, 1988, p. 20).

As narrativas das histórias de vida dos entrevistados confirmam que a produção agrícola não acontece desconectada do processo geral da produção capitalista de alimentos, como atesta a afirmação desse produtor: “Só planto o que tem mercado, o que não tem, não planto. Se tiver mercado para o alimento tradicional eu planto, se não tiver, não vou plantar, porque não sai [...]”². Nesse sentido, o produto que dela decorre, em grande medida, está comprometido com o valor de troca. Entretanto, na base empírica analisada, com pequena exceção, parte da produção é destinada ao consumo das famílias, e o excedente é comercializado para complementação da renda familiar.

Essa singularidade, porém, não significa dizer que não aconteceram transformações substanciais nas técnicas de produção e na comercialização dos alimentos ou que não exista um contato dessa produção com as tendências hegemônicas de cultivos pautadas no paradigma da Revolução Verde. Nos estabelecimentos rurais, notam-se, por um lado, permanências de sistemas tradicionais e, por outro, sinais da incorporação da “modernização agrícola” com a presença de cultivos que atendem à lógica do consumo, que requerem o uso de novas técnicas e insumos agrícolas, e que exigem novas formas de comercialização.

Estas transformações são evidenciadas pelos próprios produtores ao declararem as diversas condições que determinam o que plantar em suas terras: para 83% dos produtores, o preço no mercado é o que define o que será plantado; para 61%, a adaptação dos cultivos ao ambiente físico precisa ser levada em consideração; já 26% dão peso à produtividade e ao tempo de produção do cultivo; outros 22% apontaram que os custos produtivos e o consumo pela população orientam suas escolhas; e apenas 6% registraram uma preocupação com o transporte do produto até o mercado consumidor. Nenhum dos entrevistados indicou alguma condição que não estivesse vinculada às possibilidades de produção e de mercado. No entanto, como dito, parte da produção é destinada ao consumo familiar.

² Declaração de produtor local em 13 de outubro de 2019.

A reorientação da produção agrícola local se expressa de diferentes maneiras: na inserção de novas variedades de produtos (que implicou em uma adaptação das formas tradicionais de cultivo às novas formas de produção); na escolha de sementes; nas formas de plantio; no manejo; na colheita e na comercialização dos alimentos.

Ao se considerar o uso de sementes, 30% dos entrevistados declararam ainda utilizar somente sementes crioulas; 13% utilizam crioulas e híbridas; 13%, somente híbridas; 4,5% associam híbridas e transgênicas; 4,5% usam somente transgênicas; e 35% reconheceram que não sabem qual o tipo de semente que usam. Dentre as justificativas apresentadas para o uso das sementes crioulas, está o baixo custo – pois são retiradas da própria lavoura – e, para o não uso, destacam a dificuldade em encontrá-las no mercado, a baixa produtividade, a pouca resistência às pragas e a qualidade do produto, que, para eles, é incompatível com a exigência dos consumidores. O uso das sementes híbridas é defendido por estas serem consideradas mais produtivas e resistentes às condições climáticas, tal argumentação é a mesma para o uso das transgênicas. Ao justificar o uso das sementes híbridas esse agricultor destaca: “[...] as sementes crioulas não produz tanto e não tem preço e consumo. O povo num quer não! Só quer o milho grande com a espiga grande e bonito. Quando eu compro é o milho 1051”³, em referência à semente híbrida do milho AG-1051.

Apesar de estes registros nos darem uma ideia geral do tipo de semente utilizado pelos agricultores, não se pode tomá-los como verdades absolutas, pois se sabe que a intensa comercialização de sementes híbridas e transgênicas no mercado pode dificultar – ou mesmo impedir – a sua identificação pelos produtores que, em sua maioria, adquirem as sementes no mercado local e, sequer, conseguem saber a sua origem. Essa prática e a inexistência de uma política de preservação das sementes crioulas no município foram relatadas pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Não existe essa observação na semente, não. O trabalhador aqui ele vai lá e compra a primeira semente e depois dessa primeira semente ele começa a fazer a sua semente por ele mesmo. [...] Às vezes, eles trabalham dessa maneira. Aqueles que tem o conhecimento de criar uma semente com qualidade ele cria. Qualidade pela experiência. E aqueles que não tem esse conhecimento eles plantam lá de todo jeito. Toda semente que eles pegam eles acabam plantando⁴.

O Secretário Municipal da Agricultura também reafirma a inexistência de uma política de preservação das sementes crioulas:

³ Relato de produtor local em 28 de dezembro de 2019.

⁴ Entrevista concedida em 14 de outubro de 2019.

Eu como técnico tenho a preocupação que si perca esses materiais genéticos. Em relação ao poder público, a Prefeitura hoje não faz nenhum tipo de controle. Faz assim: a gente orienta, nas palestras da importância de ter aquelas sementes guardadas dos anos anteriores, muitas passadas pelas geração do avô, guarda para plantar no próximo ano. E há uma preocupação sim em relação a perder esse material genético, que hoje a indústria vende as semente híbrida⁵.

Outra prática que ameaça as sementes crioulas são as relações contratuais para acesso aos financiamentos bancários ou de políticas estatais que definem o que plantar, qual o tipo de semente e quais insumos deverão ser utilizados no cultivo, tais condicionantes retiram do produtor a autonomia nas escolhas como evidencia a fala desse produtor: “Antes nós tinha nossa semente, guardava de um ano pro outro, passava de um pra outro, mas agora nós num decide a semente mais não. Quando nós faiz contrato já tem que segui tudo certinho do jeitim que eles manda promode não dá errado e nós perder o plantio”⁶.

As alterações vão além das sementes, foram constatadas mudanças significativas nos alimentos produzidos, alguns antes disponíveis não são mais encontrados na feira livre local e nem cultivados no município. Na lista dos que desapareceram – ou se encontram escassos – estão: algodão (*Gossypium mustelinum*), sisal (*Agave sisalana*), mamona (*Ricinus communis*), feijão carioca (*Phaseolus vulgaris*), arroz da terra (*Oryza sativa*), mandioca (*Manihot esculenta*), maxixe silvestre (*Cucumis anguria*), melancia comprida (*Citrullus lanatus*), beldroega (*Portulaca oleracea*), gabiraba (*Campomanesia xanthocarpa*), cavaçu (*Coccoloba laevis Casaer*), melão coalhada (*Cucumis melo L.*), abacate de pescoço (*Persea americana*), abóbora moranga (*Curcubita máxima*), manga rosa (*Mangifera indica L.*), manga espada (*Mangifera indica*), maracujá do mato (*Passiflora cincinnata*), fruta de palma (*Opuntia sp*), coco licuri (*Syagrus coronata*) e laranja da terra (*Citrus aurantium L.*). Apesar desse cenário, quando indagados sobre a possibilidade de retomar essas práticas com o apoio técnico e econômico de políticas estatais, 65% dos agricultores declararam ter interesse em realizar cultivos tradicionais – em suas lembranças, percebia-se a lembrança saudosa das fartas colheitas do arroz, do algodão, do feijão, entre outros.

Na opinião dos agricultores, a decadência desses cultivos se deve à seca, às pragas (bicudo no algodão), à queda do preço no mercado, à concorrência externa, ao desmatamento e ao aumento da demanda de outros alimentos no mercado. Os relatos desses agricultores expressam alguns desses problemas:

Aqui a gente prantava muito algodão e nas baixadas a gente prantava arroz na época da chuva. Maxixe dava demais, a gente nem precisava prantar. Mas, com esse tempo seco e o bicudo acabou tudo⁷.

⁵ Entrevista concedida em 12 de outubro de 2019.

⁶ Relato de produtor local em 28 de dezembro de 2019.

⁷ Relato de produtor local em 28 de dezembro de 2019.

Antigamente, não precisa de veneno e nem adubo e produzia muito, porque a chuva era constante. Agora, sem chuva, se não for irrigado, no adubo e na base do veneno, não dá⁸.

O cultivo de sequeiro está acabano, porque não tem chuva. A gente pranta no pó e a chuva não vem. Aí, perde todo o trabai e o dinheiro⁹.

No relato dos consumidores, esses alimentos foram substituídos por outras variedades que “vieram de fora”, a exemplo do maxixe liso, da melancia redonda, da manga *palmer* e *tommy*, do maracujá amarelo (*Passiflora edulis*), entre outros. Apesar de se registrar uma aprovação de 27% consumidores a estes novos alimentos – pois os consideram de fácil preparo, ou com uma aparência melhor, sobretudo, quanto ao brilho e ao tamanho – 73% dos consumidores entrevistados os desaprovam, pois, para 60%, deles houve uma alteração negativa quanto ao sabor, 30% acreditam que esses cultivos são realizados com o uso intenso de agrotóxicos, para 45% o tempo de perecibilidade é muito menor e para 15% a textura não é a mesma. Com essas razões, estes últimos desejam o retorno dos produtos considerados tradicionais – que ainda guardam o sabor, a forma, a aparência e a textura em suas memórias.

Ao analisarem as transformações ocorridas na produção e no consumo de alimentos, Menezes (2013) e Coca (2016) chamam a atenção para o poder do aparato midiático, a exemplo do *marketing* e da propaganda, cujo conteúdo ideológico se ancora na “[...] redução do trabalho feminino e na praticidade” (MENEZES, 2013, p. 49) e, com isso, “[...] devastam da dieta produtos locais tradicionais” (MENEZES, 2013, p. 52). Nessa direção, Coca (2016) também irá concluir que “tem sido cada vez menos frequente o consumo de alimentos frescos e produzidos localmente” (p. 46). Para os autores, vê-se, cada vez mais, o consumo de alimentos industrializados ou processados e, conseqüentemente, uma padronização nas dietas.

Ao ponderar sobre as ameaças às sementes crioulas e as mudanças na dieta da população, Carvalho (2013) chama a atenção para o controle oligopolista das sementes e a disponibilização de alimentos processados no mercado e incorporados nas dietas das populações tradicionais, o que “Introduziu elementos novos na concepção de mundo dessas populações pela negação do tradicional em nome do moderno” (CARVALHO, 2013, p. 44).

Essas mudanças, obviamente, exigiram dos sujeitos sociais envolvidos na produção de alimentos repensar o processo de trabalho e das técnicas de produção. Nas narrativas, aparecem os desafios por eles enfrentados quando se deparam com um novo produto que requer um conhecimento de manejo com o qual não estão acostumados. Afinal, “[...] plantar maracujá e pinha não é a mesma coisa de plantar algodão, feijão ou milho [...] é

⁸ Relato de produtor local em 28 de dezembro de 2019.

⁹ Relato de produtor local em 28 de dezembro de 2019.

bem diferente. A gente aprende no olho, aos tiquim [...], porque curso a gente não tem não [...]”¹⁰.

A introdução de novas técnicas e novos insumos e, sobretudo, da irrigação dos cultivos nas margens do Rio de Contas significou para muitos produtores um aumento da produtividade. Os alimentos que antes eram levados pelos próprios produtores – a pé, a cavalo ou em pequenas caminhonetes, exclusivamente, à feira livre do distrito de Suçuarana, quando muito à feira livre da sede municipal – passaram a ser comercializados em outros municípios baianos e em outros Estados. Entretanto, a comercialização desse excedente forçou alterações na forma de comércio, sobretudo, pela perda da autonomia de muitos pequenos produtores na definição dos seus parceiros comerciais e do preço de seus produtos.

Para 78% dos agricultores familiares camponeses, a produção é comercializada no estabelecimento rural, como dizem: “na porteira”. Contudo, o excedente é entregue ao atravessador – que, em 89% dos casos, leva-o e não fixa o preço no momento da aquisição. O preço é definido quando o atravessador retorna da venda e paga ao produtor o que considera adequado aos seus interesses lucrativos. Apenas 11% dos produtores declararam somente repassar ao atravessador por um preço fixo. O poder econômico exercido pelo atravessador deixa os agricultores vulneráveis. Muitos deles relataram que, se não aceitarem essas condições, seu produto fica na porteira ou sofrem sanções por parte do atravessador, que ameaça não pegar a produção da semana seguinte.

Sobre essa relação conflituosa, um produtor relata: “Aqui, nós não ganha nada não, aqui nós só sofre. Quem ganha mesmo é o atravessador. Pode ver lá... ele só anda de carrão, e o pobre do produtor anda de pé [...]”¹¹. A declaração do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais corrobora o relato do pequeno produtor:

[...] esse trabalhador que te falou isso não mentiu não. É o grande problema hoje, que quem ganha hoje não é quem produz. Quem ganha hoje é quem atravessa. Eles pegam a mercadoria sem nenhum preço fixado, leva embora, quando chega lá ele se combina com o outro que pegou do outro lá também, faz do mesmo jeito e aí chega e paga o preço que eles querem. É [...] cê vê hoje, o trabalhador ele não tem nada. O atravessador tem suas grandes fazendas, suas grandes propriedades hoje, tá por cima da situação. Então, é um problema muito doloroso [...]”¹².

Ao avaliar especificamente o controle capitalista do processo de alimentação da população, Coca (2016) conclui que ele se expressa no espaço e no tempo. No espaço, com o “[...] distanciamento entre produtores e consumidores” e, no tempo, com o uso de “[...]”

¹⁰ Relato de um trabalhador agrícola em 28/12/2019.

¹¹ Relato de um trabalhador agrícola em 12/10/2019.

¹² Entrevista concedida em 14/10/2019.

mecanismos de controle dos recursos energéticos com o intuito de maximizar o processo produtivo, todavia, desprezando os conhecimentos tradicionais da população do campo” (COCA, 2016, p. 35).

As estratégias utilizadas pelo capital estão presentes em todo o processo produtivo, em que, embora esteja fragmentado pelas etapas da produção, da distribuição, da circulação e do consumo, não se pode perder de vista a relação dialética que esses processos possuem, vez que o consumo pode estar na produção e a produção no consumo. Na produção, destaca-se o controle na comercialização e no consumo de sementes, do uso de insumos químicos, das técnicas de cultivos, etc. Na distribuição, estão a atuação marcante do atravessador e as dificuldades dos agricultores de superarem as barreiras do deslocamento até o mercado consumidor. No consumo, estão as determinações do que plantar, quando plantar, como plantar, como vender e onde vender.

Ademais, o *modus operandi* da produção capitalista de alimentos delineado pelas estratégias até aqui elencadas coloca em risco a sobrevivência de comunidades agrícolas tradicionais e de seus costumes, retira a autonomia dos agricultores familiares camponeses e, ainda, imprime um rastro de destruição no meio ambiente com o uso indiscriminado de agrotóxicos que contaminam o solo, os alimentos, a água, etc.

Apesar da força destrutiva do capital em direção à “modernização” e à padronização da produção, da distribuição, da circulação e do consumo de alimentos, é possível vislumbrar alternativas de enfrentamento para além do capital (MÉSZAROS, 2002). Embora não se registrem ações de fortalecimento de cultivos tradicionais no município, exemplos que podem iluminar as práticas agrícolas locais são as ações da Via Campesina no sentido de enfrentar o poder do agronegócio por meio do fortalecimento da produção local, de movimentos sociais vinculados ao campo, como o MST, MPA, MMC, dentre outros, com a produção de alimentos saudáveis agroecológicos e orgânicos que se contrapõem às *commodities* da monocultura do agronegócio mundial, dentre outras iniciativas.

Acredita-se que a convicção na valorização dos cultivos tradicionais como uma estratégia de ruptura com a padronização da produção agrícola encontra fôlego em análises que se baseiam no entendimento de que

[...] nesses territórios tradicionais, o tecido social continue entrelaçado por conexões aglutinadoras, como as relações de proximidade, as trocas de saberes entre amigos, vizinhos, parentes e o compadrio, que denotam processos de criação de alternativas, com vistas à permanência e à inclusão no meio rural (MENEZES, 2013, p. 36).

Além disso, para a autora “[...] em meio à “modernização” ou à inserção do uso de técnicas modernas – e embalados por essas mudanças –, os agricultores, em determinados

territórios, resgatam atividades enraizadas e (re)inventam produtos” (MENEZES, 2013, p. 36). Resta saber se essas iniciativas terão a força necessária para sobreviverem às investidas da produção capitalista de alimentos e se receberão a proteção adequada das políticas de valorização e fortalecimento dos cultivos tradicionais implementadas pelo Estado. Tais iniciativas terão sucesso à medida que o mercado consumidor legitima e demanda esses alimentos tradicionais, agroecológicos e os orgânicos cultivados pelos camponeses. São visíveis a ascensão da demanda e o crescimento de feiras da agricultura familiar camponesa, agroecológicas e de produtos orgânicos comercializados diretamente pelo agricultor. Portanto, faz-se necessária uma articulação do campo cidade no sentido de fortalecer os laços entre aqueles que produzem alimentos e os consumidores; a aproximação desses grupos resultará no fortalecimento das cadeias curtas e na redução ou no fim da prática exploratória dos atravessadores.

As configurações territoriais das memórias do trabalho

O município de Tanhaçú está inserido no Território de Identidade do Sertão Produtivo, composto por 20 municípios. Conforme dados do IBGE (2018), o município de Tanhaçú – BA possui uma população estimada de 20.416 habitantes, com uma área total de 1.277,513km², um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,577 e um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 191.104,00.

De acordo com os dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017, do total de 78.409,337 hectares ocupados pelos estabelecimentos agrícolas, apenas 5.795,82 são utilizados com lavouras, estando 4.548,335 hectares utilizados com lavouras temporárias, 1.244,076 com cultivos permanentes e 3,409 destinados ao cultivo de flores. Outras áreas são ocupadas por Pastagens (36.105,389), Matas ou Florestas (16.832,554) ou Sistemas Agroflorestais (8.853,304). Vê-se que a área utilizada nos estabelecimentos agropecuários do município com as lavouras representa, aproximadamente, 7% do total. Este quadro pode estar relacionado a vários fatores tanto físicos (região do semiárido, com baixo índice pluviométrico e com longo período de estiagem, – portanto, dependente da irrigação dos cultivos, e, em algumas áreas, registra-se a presença de solos com limitações para a agricultura por serem rasos, desérticos e com pavimento detrítico), quanto sociais (região em que predominam agricultores familiares camponeses com baixos rendimentos e com dificuldade de acesso aos financiamentos e às técnicas de cultivos) ou políticos (pouca participação nas políticas estatais de fomento ou valorização dos cultivos tradicionais).

Ao tomar como parâmetro o recorte espacial da pesquisa, observa-se o predomínio de pequenos estabelecimentos rurais. Do total examinado, 57% não ultrapassam 10 hectares, 17% têm entre 11 e 20 hectares, 4% estão entre 31 e 40 hectares, 9% possuem

entre 41 e 50 hectares e 13% mais de 60 hectares. Dos agricultores entrevistados, 61% declararam residir nas propriedades desde que nasceram e ainda viverem com filhos, netos e bisnetos no mesmo lugar. Os 39% dos demais agricultores que não moram na terra cultivada, 33% residem em fazendas próximas, 56% no distrito de Suçuarana e 11% em outro município. 82% das famílias possuem até 4 filhos e 13,5% mais de quatro. Apenas 4,5% não possuem filhos.

Estudo feito por Almeida, Souza e Santana (2011) na mesma área pesquisada revelou que a terra representa para muitas famílias que residem no local a única possibilidade de trabalho e de sobrevivência e, em sua maioria, são consideradas devolutas, passadas de geração a geração. A inexistência de titulação definitiva das terras tem sido apontada pelos agricultores como uma das dificuldades para acesso ao financiamento bancário ou a políticas estatais.

Em todo o território analisado, nota-se a prática da policultura com uma diversidade de cultivos simultâneos. Dentre os cultivos declarados pelos entrevistados, estão: limão (48%), feijão catador (48%), quiabo (48%), maracujá (39%), milho (35%), maxixe liso (26%), pinha (22%), manga (17%), melancia (13%), feijão de arranca (13%), feijão de corda (13%), laranja (9%), palma (9%), pimenta (9%), mandioca (4,5%), tomate (4,5%), batata doce (4,5%), andú (4,5%), hortaliças (4,5%) e capim (4,5%). Grande parte da produção – sobretudo, de maracujá, manga, pinha, quiabo, melancia e limão – é escoada para além dos limites municipais, o que amplia e complexifica as relações territoriais. Os principais mercados são: Vitória da Conquista (BA), Salvador (BA), Juazeiro (BA), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP). Como dito, essa comercialização, quase que, em sua totalidade, é feita pelo atravessador. As condições socioeconômicas dos produtores e a inexistência de uma associação deixam os pequenos proprietários ainda mais vulneráveis.

Mas este não é o único problema enfrentado pelos pequenos produtores. As terras onde estão os cultivos se situam na estreita faixa de terras agricultáveis nas margens do Rio de Contas, e, em 2012, as terras localizadas na margem esquerda do rio tiveram sua área cultivável ainda mais reduzida em razão das desapropriações feitas para a construção da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL). Para muitas famílias, isso representou a expulsão da terra ou a impossibilidade de continuidade dos cultivos. Além do mais, o município tem enfrentado longos períodos de estiagem e com corte total do curso d'água do Rio de Contas. Sem a água para irrigar os cultivos, os produtores têm enfrentado a perda de cultivos e animais.

A aridez não é apenas física, os agricultores familiares camponeses estão sozinhos, não dispõem de assistência técnica em razão do sucateamento dos órgãos de extensão rural e, em geral, produzem tendo como parâmetro os saberes geracionais. Dados do Censo Agropecuário (2017) mostram que do total de 2.737 estabelecimentos

agropecuários existentes no município, apenas 84 declararam receber assistência técnica. Esse cenário reafirma a dificuldade de acesso dos agricultores à assistência técnica, exceto quando esta convém à empresa que comercializa os insumos agrícolas.

Apesar das dificuldades enfrentadas, vê-se, no território, como já registrado, a inserção de novos cultivos que vêm exigindo transformações nas propriedades, como: a ampliação da área cultivada, o uso da irrigação a motor, insumos agrícolas, principalmente, com a adoção de sementes híbridas ou transgênicas que requerem uma adubação química, e o uso de agrotóxicos. De acordo com o Censo Agropecuário (2017), no município de Tanhaçú, de um total de 2.737 estabelecimentos agropecuários, 415 utilizam adubação química, 917 utilizam apenas a adubação orgânica e 368 associam a adubação química e orgânica. Dentre o total de estabelecimentos, 1.552 declararam utilizar agrotóxicos e 1.077 declararam não utilizar. Este número reforça a tendência nacional e mundial de intensificação do uso de agrotóxico nos cultivos, mesmo em pequenas propriedades. O uso da adubação química e do agrotóxico, têm provocado graves problemas ao meio ambiente, como a poluição dos solos e dos mananciais hídricos e aos trabalhadores e trabalhadoras que, sem conhecimento adequado, sem assistência técnica e sem uma fiscalização rigorosa dos órgãos competentes, expõem a sua saúde e a de consumidores.

Todos os agricultores entrevistados indicaram alterações em suas propriedades. Para 35%, foi necessário ampliar a área cultivada, 83% declararam utilizar adubação química, todos possuem cultivos irrigados com micro aspersores, 22% construíram galpões de pequeno e médio portes para armazenamento, 35% ampliaram a reserva hídrica com a construção de pequenos açudes, tanques ou poços artesianos e 35% reconfiguraram os cultivos para controle de pragas, com a prática da alternância de cultivos no solo e o uso de máquinas. Na fala desse agricultor são apontadas as alterações em sua propriedade: “Aqui na minha terrinha eu tive que botá um motô para puxar água do rio, senão, não dá nada. Também num vô mentir eu coloco veneno pra matar um bisorim que fura tomate e pimentão. É só um tiquim também. Agora eu consigo produzir mais e até levar pra feira”¹³.

Para o Secretário Municipal de Agricultura, a produção agrícola mudou bastante nos últimos vinte anos, atribuem-se as mudanças à perfuração de poços artesianos. Em sua avaliação,

[...] devido à possibilidade de perfuração de poços, eles mudaram o perfil da agricultura aqui. O pessoal que ficava distante das margens dos Rios só produzia algodão, mamona, feijão, milho de forma tradicional de sequeiro, e também a agropecuária sempre teve. Hoje não, hoje mudou o cenário da produção. Hoje tá produzindo quase tudo aqui através da irrigação por meio

¹³ Relato de produtor local em 28/12/2019.

dos poços. Hoje temos o maracujá que o pessoal está plantando bastante, o tomate, o quiabo, melancia esses outros tipos de cultura irrigada¹⁴.

Entretanto, sabe-se que essa prática tem ocorrido, em grande medida, sem autorização e ou acompanhamento dos órgãos fiscalizadores. O Presidente do Sindicato confirma essa tendência em curso, de que os produtores estão “[...] continuando perfurando os poços clandestinos, que é muito perigoso. Nós temos aqui em torno de 1 mil metros 16 poços artesanais clandestinos. [...] nós temos região que tem um poço distante do outro 10 metros de distância”¹⁵. Os sinais de esgotamento dos recursos hídricos do subsolo, bem como os efeitos da sua salinização, já são motivo de preocupação.

As transformações marcadas pela e na memória do trabalho agrícola nas margens do Rio de Contas, em suas diferentes fases – produção, distribuição, circulação e consumo – fazem e refazem o território, ao passo que este se constitui no produto concreto das contradições e das disputas de classe e poder travadas entre agricultores familiares camponeses, atravessadores, consumidores, Sindicato e o Estado. Dito de outra forma, o território permanentemente se (re)produz na relação contraditória capital-trabalho.

Considerações finais

Com o tratamento do território, da memória e do trabalho como unidade dialética contraditória, foi possível conhecer as transformações ocorridas, ao longo do tempo, na produção, distribuição, circulação e no consumo dos produtos agrícolas nas margens do Rio de Contas, no Distrito de Tanhaçú – BA. Essas mudanças se realizam permeadas de contradições e envoltas em disputas. Os agricultores se veem entre o valor de uso e o valor de troca, pois, por um lado, está o desejo pelos cultivos tradicionais com a saudade declarada de produtos que já não se encontram mais ou a insistência pelo uso de técnicas antigas que nem sempre funcionam com os novos cultivos e, por outro, está a luta premente pela sobrevivência que, como visto, traduz-se, muitas vezes, na adoção de novos cultivos, considerados mais aceitos pelo mercado ou no uso de insumos agrícolas como os produtos químicos que, inclusive, podem lhes custar a vida.

Esse dilema se expressa numa configuração territorial em que predomina a policultura, viabilizada pela convivência de instrumentos de trabalho nos sistemas tradicionais de cultivo (como a enxada, o machado, a adubação orgânica, a semente crioula, etc.) com os instrumentos dos sistemas considerados modernos (a adubação química, os agrotóxicos, as máquinas, as sementes híbridas ou transgênicas, etc.).

¹⁴ Entrevista concedida em 12/10/2019.

¹⁵ Entrevista concedida em 14/10/2019.

As configurações territoriais e as memórias do trabalho também deixam entrever uma perda da autonomia dos pequenos produtores para decidirem o que plantar, como plantar, para quem vender e como vender. A fragilidade no nível de organização deixa-os vulneráveis ao poder econômico dos atravessadores e, cada vez mais, distantes de políticas comprometidas com a preservação dos sistemas tradicionais de cultivos e com uma produção de alimentos mais saudáveis.

Referências

ALMEIDA, M. C. C. **Memória, trabalho e território: o processo de trabalho na construção civil na cidade de Vitória da Conquista – Bahia.** 2017. 202f. Tese (Doutorado em Memória, Linguagem e Sociedade, PPGMLS-UESB), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA, 2017.

ALMEIDA, M. C. C.; SOUZA, S. T.; SANTANA, M. R. O traçado da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) e os impactos sócio espaciais no município de Tanhaçú – BA. In: Questões epistemológicas: a prática social da geografia atual, sua relevância e contribuição para a Bahia contemporânea. VIII encontro Baiano de Geografia e X Semana de Geografia da UESB, 16 a 19 de ago. 2011. **Anais.** Vitória da Conquista: UESB. ISSN: 2179-4774.

ANTUNES, R. Trabalho uno ou omni. A dialética entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. **ARGUMENTUM**, Vitória, v.2, n.2, p. 9-15, jul./dez., 2010.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de Survey.** Belo Horizonte, MG: UFMG, 1999. Tradução de Guilherme Cesarino.

BESSON, J. L. As estatísticas: verdadeiras ou falsas. In: BESSON, J. L. (Org.) **A ilusão das estatísticas.** São Paulo: Editora UNESP, 1995. 289p.

CARVALHO, H. M. de. O oligopólio na produção de sementes e a tendência à padronização da dieta alimentar mundial. In: STEDILE, João Pedro; DOUGLAS, Estevam. **A questão agrária no Brasil.** O debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COCA, E. L. de F. **A soberania alimentar através do estado e da sociedade civil: o programa de aquisição de alimentos (PAA), no Brasil e a rede farm to cafeteria Canada (F2CC), no Canadá.** 2016. 360 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2016.

ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** In: A dialética do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

IBGE. **Censo Agropecuário. Dados Preliminares (2017).**

IBGE. **Dados estimados de população (2018).**

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006. Tradução: Carlos Szlak.

HOBSBAWM, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Org.) **A invenção das tradições.** 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. Tradução: Celina Cardim Cavalcante.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Unicamp, 1990. Tradução: Bernardo Leitão [et al.]. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. V. I, 2. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985, (V. I) (Coleção os Economistas).

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MENEZES, S. de S. M. Comida de ontem, comida de hoje. O que mudou na alimentação das comunidades tradicionais sertanejas? **OLAM Ciência e tecnologia**. Rio Claro, SP: UNESP, Ano XIII, v.1, n. 2. p. 31 – 58, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/index>. Acesso em: 13/06/2019.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002. Tradução: Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007. Tradução: Ana Cotim e Vera Cotrim.

OLIVEIRA, A. U. de. **A fronteira Amazônica Mato-Grossense: grilagem, corrupção e violência**. São Paulo: USP/FFLCH, 1997. (Tese de livre docente).

OLIVEIRA, A. U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F.A.; DAMIANI, A. L.; OLIVEIRA, A. U. et all. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SMITH, N. **O desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

Sobre as autoras

Miriam Cléa Coelho Almeida – Doutorado em Doutorado em Memória:Linguagem e Sociedade (2017) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestrado em Geografia (2005) pela UFBA. Graduação em Geografia pela UFBA (1992). Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-2662-4466>.

Sônia de Souza Mendonça Menezes – Doutorado (2009), Mestrado (2001) e Graduação em Geografia (1987) pela Universidade Federal do Sergipe (UFS). Professora Associada do Departamento de Geografia da UFS. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-6072-771X>

Como citar este artigo

ALMEIDA, Miriam Cléa; MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Território e memórias do trabalho: a produção agrícola nas margens do rio de Contas no Distrito de Suçuarana – Tanhaçú – Bahia. **Revista NERA**, v. 24, n. 56, p. 51-71, jan.-abr., 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo “Território e memórias do trabalho: a produção agrícola nas margens do Rio de Contas no distrito de Suçuarana – Tanhaçú – Bahia” foram construídas pelas autoras. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em conjunto. As

autoras **Miriam Cléa Coelho Almeida** e **Sônia de Souza Mendonça Menezes** foram responsáveis pela aquisição e interpretação de dados e pelo desenvolvimento teórico-conceitual

Recebido para publicação em 27 de julho de 2020.
Devolvido para a revisão em 26 de novembro de 2020.
Aceito para a publicação em 12 de dezembro de 2020.

As contradições do patrimônio cultural e natural na luta pelo território dos apanhadores de flores sempre-vivas¹

Maria Clara Salim Cerqueira

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
e-mail: mclaracerqueira@gmail.com

Resumo

Os povos e comunidades dos apanhadores de flores sempre-vivas tiveram em seu território diversos conflitos nas últimas décadas devido à implantação de unidades de conservação de uso restrito que sobrepueram parte de suas terras. As relações e negociações políticas sempre foram feitas com muita dificuldade, tendo o Estado por muito tempo negado a condição de sujeitos de direito desses povos. Entretanto, o cenário foi alterado após o início de um diálogo e reconhecimento de suas práticas agrícolas a nível internacional. A partir do trabalho de campo com algumas famílias da comunidade da Mata dos Crioulos, Diamantina/MG, temos como objetivo elaborar uma reflexão em diálogo com a concepção marxiana de política para elucidarmos as transformações das relações das comunidades tradicionais e as lutas pela emancipação política e humana.

Palavras-chave: Território; comunidades tradicionais; conflitos; Estado.

Contradictions between cultural and natural heritage in the *sempre-vivas* flower harvesters territorial struggle

Abstract

The communities of *sempre-vivas* flower harvesters had in their territory several conflicts in the last decades due to the implementation of restricted use preservation units that overlapped part of their land. The political relations and negotiations have always been handled under great difficulty, having their status as subjects denied by the local government, for a long time. However, this scenery has remarkably changed after the beginning of a dialogue and recognition of their agricultural practices at international level. As a result of field work with some families from *Mata dos Crioulos* community in Diamantina/MG, we aim to elaborate a writing dialoguing with the Marxian concept of politics to elucidate the changes in the relation between traditional communities and State, and the struggle towards political and human emancipation.

Key-words: Territory; traditional peoples; conflicts; State.

Las contradicciones del patrimonio cultural y natural en la lucha por el territorio de los recogedores de flores siemprevivas

Resumen

Los pueblos y comunidades de los recogedores de flores siemprevivas tuvieron en su territorio diversos conflictos en las últimas décadas, debido a la implantación de unidades de conservación de uso restringido que abarcaban parte de sus tierras. Las relaciones y negociaciones políticas siempre se desarrollaron con mucha dificultad, y el Estado negó por

¹ Texto formulado a partir de apontamentos que surgiram durante pesquisa de mestrado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

mucho tiempo la condición de sujetos de estos pueblos; sin embargo, se alteró mucho el escenario tras el inicio de un diálogo y del reconocimiento de sus prácticas agrícolas a nivel internacional. Desde el trabajo de campo con algunas familias de la comunidad *Mata dos Crioulos em Diamantina/MG*, pretendemos elaborar una reflexión en diálogo con la concepción marxiana de la política para dilucidar las transformaciones en las relaciones de las comunidades tradicionales y las luchas por la emancipación política y humana.

Palabras-clave: Territorio; comunidades tradicionales; conflictos; Estado.

Introdução

As comunidades tradicionais são um importante centrais para a compreensão da formação social brasileira, porém apenas foram reconhecidas politicamente como tal no final do século XX, e a legislação que as regulamenta com essa nomenclatura foi promulgada apenas em 2004 no país (BRASIL, 2004) pautada pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), englobando então comunidades além das indígenas e quilombolas que eram reconhecidas pela Constituição de 1988 (BRASIL, 1988). Esse reconhecimento tardio indica que esses grupos são propensos a estar em situação de conflito, seja pela falta de amparo do Estado ou pelos conflitos relacionados ao uso da terra propriamente dito. Apresentaremos nesse texto o caso de uma comunidade tradicional em particular para tecer reflexões acerca das relações políticas das comunidades tradicionais em geral com o Estado brasileiro.

Em Minas Gerais se concentra a maior porção de terras da Serra do Espinhaço, um grande divisor hidrográfico entre as bacias do centro e do leste do Brasil e a do rio São Francisco (SAADI, 1995). Em sua porção meridional estão abrigadas diversas comunidades camponesas e quilombolas que se autointitulam como *apanhadores de flores sempre-vivas*. O extrativismo vegetal é importante fonte de renda para as famílias dessas comunidades, além de ser também uma atividade basilar nos âmbitos social, cultural, econômico e político. Em meados dos anos 1990, a implantação de Unidades de Conservação (UCs) de uso restrito que sobrepujam os territórios dessas comunidades deram início a uma sequência de conflitos socioambientais (MONTEIRO, 2011) que até os dias de hoje afligem esses povos.

A comunidade da Mata dos Crioulos, caso específico a ser tratado neste texto, teve o acesso ao seu território restringido com a implantação do Parque Estadual do Rio Preto (PERP) no ano de 1996 pelo Instituto Estadual de Florestas do estado de Minas Gerais (IEF-MG). Além de apanhadores de flores sempre-vivas, eles também se autointitulam quilombolas, e o processo de titulação de terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) está em andamento. Por muito tempo, a invisibilidade foi a condição de sobrevivência das comunidades dos apanhadores de flores sempre-vivas: não

tinham acesso a políticas públicas. Na comunidade da Mata dos Crioulos, o distanciamento e desinteresse dos poderes públicos é evidenciado por sua própria localização: o perímetro reivindicado como território da comunidade se situa em regiões limítrofes dos municípios mineiros de Diamantina, Couto de Magalhães de Minas, Serro, Santo Antônio do Itambé, Serra Azul de Minas, Felício dos Santos e São Gonçalo do Rio Preto. Entretanto, o principal acesso à comunidade é realizado por uma estrada de terra, em péssimas condições de circulação, que leva à Diamantina, o que faz com que a Prefeitura deste município seja a responsável pelo território da comunidade e seus habitantes.

Outro aspecto fundamental para compreender a dinâmica da comunidade da Mata dos Crioulos é a prática da transumância: em uma época do ano, moram na área “baixa” da comunidade para cuidar das plantações, e em outra época sobem para a “chapada”, denominação dada pelos moradores para onde estão os campos que apanham as flores sempre-vivas (CERQUEIRA, 2019; MONTEIRO *et al*, 2019). Esse processo é descrito pelas palavras de uma moradora da comunidade no documentário “Sempre-Vivas” (2014): “No tempo de nós cuidar das nossas roças não é o tempo da campina². E no tempo da campina, nós já cuidemos das nossas lavoura (sic)”. O termo transumância é definido por Oliveira e Silva (1999) como uma atividade tradicionalmente relacionada a técnicas de pastoreio, uma forma de migração sazonal ocasionada por fatores climáticos. O tratamento dado à atividade remete ao que notamos em relação às questões das comunidades tradicionais no Brasil: como um costume em vias de extinção.

A implantação das UCs anteriormente mencionadas impossibilitou que as famílias da comunidade dessem continuidade à prática da transumância: o acesso ao território foi negado para esses povos tradicionais da Serra do Espinhaço pelos agentes do do IEF-MG, que delimitaram os Parques sobre o território ocupado por eles há gerações, negando não apenas sua história, mas sua permanência ali sem quaisquer possibilidades de contestação. De forma violenta e truculenta, eles foram expulsos dos campos da “apanha” de flores, e viram sua atividade ser criminalizada, com multas e prisões (MONTEIRO, 2011, BULHÕES, 2016, CERQUEIRA, 2019). Ao longo dos anos 2000, a restrição de acesso aos territórios pela implantação de UCs atingiu outras comunidades dos arredores de Diamantina/MG, que iniciaram a partir de então uma articulação política própria: a Comissão pelos Direitos dos Povos Extrativistas (CODECEX), através da qual garantem acentos na Comissão Estadual e no Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

Após duas décadas de enfrentamento, a visibilidade foi, então, a estratégia considerada necessária por esses povos, para que eles pudessem permanecer em seu território. No caso da Mata dos Crioulos, o primeiro recurso acionado foi o reconhecimento

² Campina é o nome popular da espécie de flores sempre-viva em formato de margaridinha.

do título de quilombola nos anos 2000 pela Fundação Cultural Palmares para dar início ao processo de titulação de terras quilombolas no INCRA, já que apenas em 2018 foi concedido o reconhecimento da “apanha” de flores sempre-vivas como atividade tradicional pela Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, em ocasião da candidatura do conjunto de comunidades de apanhadores de flores sempre-vivas ao selo de Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM) pela Organização das Nações Unidas (ONU) pela Alimentação e Agricultura (FAO). Foi possível notar que, a partir do momento em que a ONU foi inserida nos diálogos políticos dos apanhadores de flores sempre-vivas, o Estado brasileiro – em todas as suas esferas –, passou a tratar as demandas destas comunidades de modo diferente, vide a celeridade com que foram certificadas como comunidade tradicional pelo Governo Estadual de Minas Gerais.

Buscaremos neste texto, apontar algumas particularidades referentes à institucionalização da luta das comunidades tradicionais no Brasil e como isso afeta suas relações políticas. O patrimônio cultural e o patrimônio natural foram elencados como prioritários na análise, por serem eles evocados por órgãos do Estado, criando um tensionamento em relação a qual deles é mais digno de ser protegido: a natureza ou a cultura? A visão dicotômica em relação à cultura e à natureza não é uma problemática inédita nas ciências humanas, e as políticas públicas podem tentar amenizar os problemas sociais através dessas pautas, mas essas resoluções parecem sempre incompletas. Tendo a luta pelo território como eixo central para as reivindicações das comunidades dos apanhadores de flores sempre-vivas, seria possível pensar o reconhecimento do patrimônio cultural e natural como formas de fortalecimento da luta dessas comunidades?

A análise da problemática da preservação/conservação da cultura e da natureza é fundamental em meio aos conflitos territoriais travados que ameaçam a existência de comunidades inteiras, como é o caso aqui apresentado. Ao nos atermos à divergência das estratégias políticas postas em prática por cada órgão governamental, notamos as contradições das ações do Estado. A partir deste imbróglio, buscaremos compreender mais especificamente a relação política das comunidades tradicionais com o Estado brasileiro, que ora são por ele reconhecidos, legitimados, e ora são violentados.

As questões colocadas neste texto são fruto de elementos notados a partir em trabalho de campo com a comunidade da Mata dos Crioulos entre os meses de fevereiro e maio de 2018, com visitas em casas de algumas famílias por um breve período. Portanto, a elaboração das questões e reflexões representam um processo de pesquisa, com apontamentos preliminares acerca da trama notada na luta pelo território desta comunidade. A *observação participante*, descrita por Foot-Whyte (1980) em sua experiência de pesquisa, foi o caminho escolhido a partir da compreensão da importância do processo de entrada no grupo estudado. A inserção de uma pessoa externa à comunidade em seu cotidiano

transforma momentaneamente das práticas sociais, e é justamente essa percepção que permite que observar os fatos a partir de uma ótica externa específica. A opção por não realizar entrevistas formais faz com que os elementos pesquisados sejam descobertos de maneira orgânica, e permite uma flexibilidade maior dos diálogos, por não negar a posição de sujeito ativo naquele contexto. Assim, as conversas com as famílias fluíram em muitas direções, o que tornou possível absorver elementos que não seriam encontrados em situações de entrevista formal. Entretanto, esse formato também transforma os produtos da pesquisa, e os apontamentos realizados a partir a observação participante geraram um relato que possibilitou a caracterização de certos aspectos dos modos de vida da Mata dos Crioulos e a partir deles produzimos os apontamentos sobre a relação da comunidade com o Estado no âmbito do patrimônio. O conteúdo da pesquisa de campo nos servirá de subsídio para tecer as reflexões acerca das relações políticas e das possibilidades de emancipação que estas trazem para as comunidades tradicionais.

A primeira parte do texto caracteriza as comunidades tradicionais no contexto de avanço do capitalismo no campo. Os conflitos territoriais que envolvem diversos agentes externos – o próprio Estado e empresas privadas – se confrontam com os modos de vida dos apanhadores de flores sempre-vivas e de todos os povos do campo brasileiro. Esse confronto demonstra, de modo inicial, as contradições da ação do Estado, que ora é aliado das comunidades e ora é seu opositor. As imbricações entre as comunidades tradicionais e as instâncias do Estado tanto revelam quanto aprofundam contradições próprias a ação de ambos e da relação entre os mesmos.

Apontamos, a partir daí, que as preocupações com a manutenção de um modo de vida específico não é o ponto central da luta das comunidades tradicionais, e sim o território, o qual é necessário para a reprodução dos modos de vida, em uma relação de dependência mútua entre ambos. A posse da terra é central nas demandas das comunidades, que almejam ter os mesmos direitos que qualquer cidadão brasileiro, e é justamente por meio da reivindicação do território que eles se fortalecem. Apontamos a política, nos termos marxianos, como uma categoria central na análise deste texto, para nos auxiliar a tecer as reflexões acerca da centralidade do território nas lutas sociais e as disputas de poder.

Nos debruçamos então sobre a atuação dos órgãos governamentais que tratam diretamente da questão da cultura, especificamente sobre o caso dos apanhadores de flores sempre-vivas. No momento em que suas articulações políticas alcançam uma escala internacional, o jogo político a nível municipal, estadual e federal se transforma. Isso é evidenciado pelo envolvimento dos órgãos que tratam diretamente do patrimônio cultural, que anteriormente não atuavam diretamente na relação das comunidades tradicionais com o Estado. As comunidades foram, num primeiro embate com os órgãos ambientais, relegadas em contraposição à proteção do patrimônio natural, e posteriormente os órgãos do

patrimônio cultural tentam amenizar os conflitos socioterritoriais. Evidenciaremos as contradições das ações do Estado com alguns apontamentos sobre a prática política, que nos leva ao arremate do tema.

Concluimos – provisoriamente, pois não intentamos esgotar o tema em tão poucas páginas – com alguns esboços a cerca da questão da emancipação humana. As relações políticas nas quais as comunidades tradicionais estão inseridas são repletas de contradições, donde o território é uma constante em suas lutas. É a partir dele que, como movimentos socioterritoriais, esses grupos sociais se articulam e reivindicam suas pautas, independentemente da esfera estatal com a qual estão lidando. É no território que eles se reconhecem e é a partir dele que surgem suas demandas.

As comunidades tradicionais e o avanço do capital no campo

Para iniciar o debate proposto, delimitaremos nosso objeto de estudo: as comunidades tradicionais no Brasil. Carlos Rodrigues Brandão (2012) aponta que a definição de comunidade tradicional é feita normalmente em oposição à de comunidades regionais, “são comunidades que ocupam territórios, socializam restritamente a natureza, relacionam-se com outros grupos tribais, enfim, realizam-se sem, fora ou à margem da sociedade regional e da sua melhor representante: a cidade” (BRANDÃO, 2012, p. 368). É importante frisar que essa definição de povos e comunidades tradicionais em muito dialoga com a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas de Aleksander Chayanov (2014 [1924]), que trata do campesinato como classe. Apesar de algumas peculiaridades – principalmente no campo cultural – apresentadas pelas comunidades tradicionais em relação às definições comuns de campesinato, a *unidade doméstica*, ou familiar, é para ambos a principal unidade econômica. Chayanov (2014) define que, apesar de inserida no sistema capitalista global como um todo, a família se reproduz economicamente a partir dos meios de produção e força de trabalho, em um sistema em que a categoria salário é inexistente, e, portanto não deveria ser considerada como capitalista em si, o que aprofundaremos, o que iremos abordar em breve no texto.

Apesar de discordarmos do fato de que a simples ausência da categoria salário não implica necessariamente numa relação não capitalista, acreditamos ser primordial considerar quais aspectos os povos e comunidades tradicionais tem em comum com o chamado campesinato, para compreendê-los dentro da totalidade do contexto em que se inserem. Ainda assim, as particularidades dos povos do campo, como chamaremos daqui em diante, estão contidas em um sistema global, e o descolamento das particularidades em relação às universalidades apenas nos prejudica a compreender a realidade.

O modo de produção capitalista avança pelo campo brasileiro e pode ser percebidos em diversas manifestações. A mais comum delas, sobre os quais existem inúmeros estudos, é o avanço do agronegócio no Brasil. Entretanto, as comunidades dos apanhadores de flores-sempre vivas não se encaixam nesse contexto específico: os conflitos territoriais vividos por eles não são em confrontos com fazendeiros ou latifundiários, mas com o próprio Estado, a partir da implantação de UCs que visam, no discurso (MINAS GERAIS, 1994), a proteção da natureza e relegam os grupos que habitam esse local.

Creemos ser imprescindível compreender o Estado como parte do sistema capitalista, porém não como um bloco monolítico. Thamy Pobreginschi (2009, p. 17) aponta que a a contradição entre a sociedade civil e o Estado é um dos principais pontos da obra de Karl Marx. Essa separação também é fonte outros “ ‘dualismos abstratos’ que caracterizam de acordo com Marx a idade moderna: o universal e o particular, o homem e o cidadão, o formal e o material, e naturalmente, o político e o social”. Por isso, nossa preocupação nesse texto é compreender a luta pelo território das comunidades tradicionais para além desses chamados dualismos abstratos, sem colocarmos esses grupos sociais em simples antagonismo com o Estado. Para tal, nos apropriamos dos escritos de Marx que tratam da questão do pauperismo em uma crescente população urbana na Inglaterra no século XIX.

Marx (2010b) apontava – a respeito da Inglaterra – que o problema do pauperismo era visto como uma questão moral, e não havia uma compreensão na classe política inglesa a respeito da “importância universal de uma miséria universal” (p. 51), e enquanto a Revolução Industrial avançava, o crescimento da população em condição considerada pobre foi atribuído à falhas administrativas. A assistência social foi disseminada pela própria via administrativa, e então o pauperismo aparecia como culpa dos pobres que não faziam o suficiente para sair dessa condição. “A assistência é engenhosamente entrelaçada com a vingança da burguesia contra o pobre que apela à sua caridade” (p. 53) Marx demonstra que através de argumentos morais, a dominação de uma classe sobre outra se cristalizava. Isso acontecia através das chamadas *workhouses* [casas de trabalho], onde os pobres obtinham amparo do Estado para sobreviver, mas era a partir delas que sua força de trabalho era ainda mais explorada.

O que Marx tira como lição geral da política inglesa em relação ao pauperismo é que ele “foi configurando-se como uma instituição nacional e chegou por isso, inevitavelmente, a ser objeto de uma administração ramificada”, mas essa mesma administração “não tem mais a tarefa de eliminá-lo, mas, ao contrário, de *discipliná-lo e eternizá-lo*” (p. 54, grifo nosso). Esse é o ponto que consideramos crucial para compreender como se desenrolam as relações políticas entre Estado e comunidades tradicionais nos dias de hoje, apesar de não ser diretamente esse o assunto tratado por Marx nesse texto. Os

povos do campo no Brasil foram, desde meados do século XX, retratados no senso comum como pobres e atrasados em relação ao restante da nação, de modo contrastante à expansão das cidades e ao modelo de desenvolvimento industrial. A forma de “discipliná-los”, como Marx aponta sobre os trabalhadores na Inglaterra, foi a promessa da modernização, essa que nunca chegou. O avanço do modo de produção capitalista sobre no campo coloca os povos e comunidades tradicionais não como excluídos – como se poderia conceber sob o paradigma do progresso – mas como o negativo desse avanço mesmo. Externo precisamente porque interno, e essa suposta externalidade é determinada pela totalidade a qual negativamente compõe. Chico de Oliveira (2013) aponta em sua obra *Crítica à razão dualista* que a forma de desenvolvimento econômico do Brasil sempre teve evidentes em seu processo a relação dialética entre o atrasado e o moderno: apesar de serem colocados como opostos, o processo real mostrou que essa oposição é meramente formal, eles são uma “unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia” (p. 32). Compreendemos assim que essa condição de exclusão de determinados grupos sociais é necessária para o desenvolvimento do próprio capitalismo, e que a necessidade recíproca entre a modernidade e a tradição são características da sociedade moderna.

Ariovaldo Oliveira (2001) aponta que:

[a]o mesmo tempo que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado (...), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença e aumento do trabalho familiar no campo) (OLIVEIRA, 2001, p. 73).

O que nos chama atenção é que a contradição apontada pelo autor não nos parece de fato uma contradição, ou ao menos não a real contradição do capital. Como trouxemos anteriormente, não é a simples ausência da categoria salário que caracteriza determinada relação social como capitalista ou não, e as formas de trabalho familiar também são próprias a esse modo de produção. O caráter fetichista do capital torna seus contrários nele mesmo, e cria a necessidade recíproca entre o desenvolvimento e o atraso.

O trabalho assalariado também faz parte da realidade das famílias de apanhadores de flores sempre-vivas assim como no campesinato brasileiro em geral: a atividade tradicional pela qual se articulam não é sua única fonte de renda, e as atividades variam conforme a necessidade imediata. Mas a atividade da “apanha” de flores sempre-vivas é compartilhada, e é ela que mobiliza toda a unidade familiar, indo para a “Chapada do Couto”, onde estão os campos de flores, em determinado período do ano. Apesar de não ser a única ou principal fonte de renda, é através dessa atividade que os modos de vida desses povos são definidos (MONTEIRO *et al*, 2019). Vemos que apesar das relações

sociais dos apanhadores de flores não aparecerem como pautadas exclusivamente pelo modo de produção capitalista, o capital como relação social (MARX, 2017) se embrenha por todos os tempos e espaços, do universal ao particular, se fazendo presente nas práticas e vivências cotidianas. Por sua natureza fetichista, o capital “por toda parte é o contrário do que afirma ser e afirma ser o contrário do que é” (MARX, 2010a, p. 82).

De acordo com Bulhões (2016), o maior foco dos conflitos territoriais da Mata dos Crioulos é o Parque Estadual do Rio Preto, que foi criado a partir do decreto nº 35.611/1994 e tem sua área no município de São Gonçalo do Rio Preto, e não havia uma área significativa de sobreposição, mas a área que foi cercada presenciou inúmeros conflitos entre o povo da comunidade e os agentes dos órgãos ambientais, que não permitiam que as famílias acessassem seu território. Em 2005, com o decreto no 44.175/2005, a área do PERP foi ampliada em direção à Chapada do Couto, local de extrema importância econômica, social e cultural para a comunidade da Mata dos Crioulos, onde estão grande parte das *lapas* – moradias estabelecidas pelas famílias em cavernas – e campos de flores mencionados anteriormente. A delimitação e restrição de uso desta porção do território é a maior fonte dos conflitos territoriais da comunidade, com um total de 4,40ha de área sobreposta entre o PERP e a comunidade. As famílias da comunidade eram tratadas com violência pelos agentes dos órgãos ambientais no momento da implementação do PERP, e ampliação do Parque agravou o conflito entre eles.

Durante a década de 2000, houve também algumas tentativas por parte de uma empresa mineradora de avançar sobre o território da comunidade, que tentou comprar terrenos das famílias e instalar equipamentos para a retirada de minério. Nessa ocasião, em que além da ameaça da empresa mineradora, o PERP era ampliado, as famílias da comunidade se juntaram para lutar e reivindicar seu reconhecimento como quilombolas, com a finalidade de ter seu território delimitado e titulado devidamente pelo Estado. Essa movimento foi o início do processo de autorreconhecimento como povo tradicional não apenas perante o Estado, mas também internamente às famílias, que viram nessa possibilidade o acesso aos direitos básicos garantidos pela Constituição Nacional de 1988, que em seu artigo 5º consta que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros [...] a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade”. Apesar das famílias ocuparem aquele território há muitos anos, esses direitos não eram parte de sua existência, e sua condição de *sujeitos de direito* – compreendido aqui tal como em Evguieni Pachukanis (2017) – era até então negado. Mesmo que sejam hoje reconhecidos como importantes grupos para a formação social brasileira, é notável que esse reconhecimento é dado de forma tardia. As forças sociais em pugna transformam a vida social a partir do capital.

Percebemos então, que, seja pela presença de empresas privadas de mineração, ou a restrição de uso do território pelos órgãos ambientais, os apanhadores de flores sempre-vivas se veem encurralados em meio às disputas territoriais. O processo de expansão do capital também ocorre nas próprias relações sociais internas à comunidade, tendo em vista que o capital é uma relação social totalizante – isso se evidencia pelo fato de que a identificação da comunidade como grupo de “apanhadores de flores sempre-vivas” é a representação própria do trabalho e da mercadoria. A autodefinição deles pressupõe uma atividade específica voltada para o mercado, e o mesmo pode ser dito de outras denominações de povos tradicionais, como por exemplo os relacionados aos pescadores artesanais, catadeiras de coco babaçu, dentre outros. Os agentes externos e internos, cada qual em sua maneira específica, representam o avanço do capital sobre o espaço do campo brasileiro, o que põe em xeque – evidencia ao mesmo tempo que põe em perigo – os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais que resistem e lutam para sobreviver.

Os conflitos territoriais e o território como trunfo

Em meio a esses conflitos, as comunidades articuladas na Comissão pelos Direitos das Comunidades Extrativistas decidiram no ano de 2017 dar entrada com um processo de candidatura ao selo SIPAM da FAO-ONU, inédito no Brasil até então (FAO-ONU, 2018). Em termos práticos, isso significa uma visibilidade em escala internacional, o que tem o potencial de transformar todas as relações políticas das comunidades dos apanhadores de flores sempre-vivas. Para viabilizar a candidatura, a CODECEX articulou um grupo de pesquisadores e técnicos para atuar em conjunto com as comunidades e elaborar os documentos necessários: o dossiê que descreve o Sistema Agrícola Tradicional (SAT) e o Plano de Conservação Dinâmica (PCD).

Para comunidades que sobreviveram por décadas sem nenhum tipo de amparo estatal a estratégia de recorrer à órgãos internacionais foi bastante significativa. Por meio desse processo, compreendemos a relevância da categoria do território para essas comunidades como estratégia de luta e organização política. Para tratar da luta pelo território dos apanhadores de flores sempre-vivas, o termo movimentos socioterritoriais, cunhado por Bernardo Mançano Fernandes (2005), mostra-se relevante, pois estes podem ser definidos como movimentos que têm o território como trunfo e motivação de sua luta, e este é central para seus modos de vida e também sua principal reivindicação.

Marco Aurélio Saquet (2015) define o território como resultado do processo de produção do espaço. Quando pensamos no espaço como um elemento que não é abstrato, mas como parte da materialidade, pressupõe-se que ele esteja incluído nas relações socioespaciais, e portanto, seja socialmente produzido.

Não por coincidência, o território é o conceito mais utilizado nos estudos das comunidades tradicionais, assim como na luta política desses movimentos. Como ressaltado por Saquet acima, a concepção de território está atrelada ao exercício de poder, e consequentemente também de suas disputas. Através do território, as comunidades buscam reconhecimento perante à sociedade e ao Estado para garantir seus direitos em meio ao processo de produção social do espaço, e também de produção social da natureza em acordo com Neil Smith (1988). O território é, então, a base necessária para a reprodução dos modos de vida das comunidades, onde as famílias exercem seu domínio através das territorialidades cotidianas. Dentre as definições mais costumeiras dos povos e comunidades tradicionais, destacamos à dada pelo Dicionário de Educação do Campo, de Valter do Carmo Cruz (2012). Ele aponta quatro fatores que diferenciam esses grupos sociais de outros – ou das sociedades regionais, nos termos de Brandão (2012) já apresentados aqui: o primeiro é a relação com território e a territorialidade, o segundo é a relação profunda com a natureza, com “seus modos de vida [...] diretamente ligados à dinâmica dos ciclos naturais” (CRUZ, 2012, p. 598), o terceiro é a racionalidade econômico-produtiva que tem a unidade familiar como principal polo – assim como vimos em Chayanov (2014) – e o quarto é a forma de se relacionar com comunidades externas. Por iniciar a caracterização das comunidades com seu território e a territorialidade, os demais aspectos também estão imbricados nestes. A organização acontece *no e pelo* território.

Quando as comunidades dos apanhadores de flores sempre-vivas lutam por um reconhecimento internacional através da FAO-ONU, parece-nos necessário nos atermos ao conceito de *escala*. A situação em questão demonstra que as relações de poder são centrais para compreendermos os conflitos que se dão nesse processo. Isso evidencia o caráter “multidimensional, e constituindo-se em uma totalidade” (FERNANDES, 2005, p. 25) do território. A escala geográfica é destrinchada por Renato Emerson dos Santos (2011), que define que os fenômenos como pluriescalares. No caso dos movimentos sociais, isso implica que todas as suas ações e relações são condicionadas e condicionam espaços e territórios em múltiplas escalas, do mundial ao local, por exemplo. No caso em questão, um órgão de nível global possibilita uma nova perspectiva para as questões locais do território, e transforma o envolvimento do Estado brasileiro, em todos os seus níveis – municipal, estadual e federal. Conjugada com o território, “[a] escala revela (e é também mobilizada como um instrumento nas relações de poder, ela evidencia, serve como marco regulatório (enunciado ou ocultado) para elas, de acordo com os jogos e conflitos de interesse” (SANTOS, 2011, p. 124). Essas relações de poder moldam e são moldadas pelas forças sociais, fazendo com que esse território seja a expressão dessas disputas.

A partir do momento que a violação dos direitos dos povos apanhadores de flores sempre-vivas no Espinhaço Meridional são evidenciados ao mundo, o Estado brasileiro

passa a tratá-lo como prioritário, o que pode ser observado desde o início do processo de candidatura ao SIPAM: nas reuniões de negociação e elaboração do PCD, as Prefeituras Municipais envolvidas – Diamantina, Presidente Kubistchek e Buenópolis, em Minas Gerais – se dispuseram a priorizar atividades reivindicadas pelas comunidades, como por exemplo a implantação de políticas públicas de educação do campo e educação quilombola (CERQUEIRA, 2019).

O território é evocado pelas comunidades como seu trunfo de luta, por representar em seu processo toda a história desses grupos que lutam para sobreviver. Essas disputas territoriais são também a expressão da relação política que envolve as comunidades tradicionais no Brasil: política no sentido que Pogrebinschi (2009) analisa na obra de Karl Marx, do tensionamento entre o Estado político e a sociedade civil que caracteriza a modernidade. Para essas comunidades, o território representa a possibilidade de emancipação – não saberíamos precisar se uma emancipação política ou humana –, ou a capacidade de autodeterminação deles próprios, além da relação com o Estado. Cada parte de sua luta se desdobra de formas diferentes em escalas distintas, mas ainda é a relação de poder que em última instância determina essas relações sociais.

A cultura e a política dos modos de vida tradicionais

O que nos chama atenção no processo de reconhecimento como sistema agrícola tradicional é o envolvimento do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico do estado de Minas Gerais (IEPHA-MG). O patrimônio cultural é institucionalmente tratado no Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e em Minas Gerais pelo IEPHA-MG, numa perspectiva dual entre o material e o imaterial: o primeiro trata de bens móveis e imóveis e o segundo trata de manifestações artísticas, modos de fazer, festas e celebrações, dentre outros. Apesar de existirem debates acerca da inter-relação entre material e imaterial, os instrumentos práticos que permitem a conservação e preservação destes mantêm a compreensão dicotômica da realidade. Como vimos nas definições das comunidades tradicionais, a cultura, colocada a partir dos modos de vida, é um dos fatores que possibilita a identificação desses grupos bem como também coloca a possibilidade de preservação e conservação dessa cultura. Curiosamente, no âmbito do Estado, as políticas públicas que abrangem as comunidades tradicionais não estão nas pastas da cultura, ou apenas a tangencia.

Marcia Chuva (2011) descreve as mudanças ocorridas nas políticas públicas do patrimônio desde a criação do IPHAN até os dias de hoje, citando a dissociação entre este e o folclore como o principal divisor de opiniões na área, contradição notória às ideias de Mário de Andrade – fundador da instituição – mas que é tida como caminho a ser seguido

na prática do patrimônio cultural brasileiro. A crítica que a autora faz a respeito da falsa dicotomia entre material e imaterial em que o patrimônio atualmente é trabalhado no Brasil trás alguns elementos importantes: é impossível considerar um bem qualquer sem seus usos cotidianos ou sem saber de seu significado para o grupo de pessoas que vive e convive com ele, bem como é impossível considerar um lugar, um ritual ou um saber sem considerar o local onde determinada atividade ocorre.

As dicotomias não são novidade no que encontramos nas análises científicas como é o caso da sociedade e natureza; cidade e campo, etc. No caso dos modos de vida tradicionais, o material e o imaterial se relacionam de forma indissociável, e os instrumentos existentes de preservação e conservação no âmbito do patrimônio cultural não contemplam essa realidade. O IPHAN pauta parte de suas políticas de “restauração”, que por sua vez tangenciam as todas políticas de preservação e conservação em geral – inclusive do patrimônio imaterial, na teoria do arquiteto italiano Cesare Brandi (1906-1988), como afirma Flávio Carsalade (2011). Esta teoria tem como princípio que os bens são formados e criados a partir de dois pilares principais: a história e a arte, e com base nestes dois itens, é possível realizar um estudo e restauro bem sucedido de qualquer bem. Carsalade (2011) problematiza o fato de que deveriam ser considerados como pilares dos bens culturais também a memória e a cultura coletiva, o que é comumente reproduzido nos discursos referentes ao campo do patrimônio, mas estes não são colocados em prática. Ousamos acrescentar aqui que o território e a territorialidade são igualmente pilares dos bens culturais que deveriam ser abarcados nas políticas patrimoniais, para que estas possam alcançar as comunidades tradicionais e suas pautas.

A luta dos povos tradicionais no âmbito institucional é constante, e apesar do reconhecimento de seus modos de vida como uma cultura a ser preservada/conservada, os órgãos que tratam diretamente desta pauta tem relações incertas e recentes com esses grupos sociais. Não bastando, órgãos que tem a preservação/conservação do patrimônio natural, em determinados contextos são considerados como antagonistas da luta das comunidades tradicionais, como foi o caso dos apanhadores de sempre-vivas a partir da implantação de UCs de uso restrito em seus territórios, gerando inúmeros conflitos em nome da preservação da natureza.

Como os movimentos socioterritoriais poderiam reivindicar o patrimônio para garantir os direitos básicos como cidadãos? Os apanhadores de flores sempre-vivas viram na busca pelo reconhecimento do patrimônio agrícola a partir do selo de Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial como uma estratégia, o que evidencia as contradições da patrimônio cultural e natural, que não foram suficientes para reconhecer a relevância desses povos tradicionais, e continuam não o sendo para outros movimentos socioterritoriais. As políticas públicas que tem em seus textos a preservação e a conservação dos bens naturais

e dos bens culturais deixam de lado a questão social, e acabam por aprofundar a condição de desigualdade social.

Desde a implantação do PERP, o embate com instituições estatais vem moldando as posições políticas coletivas da comunidade. A violência e intolerância foram marcantes nas ações do órgão estadual para com os moradores da comunidade, que viram seu território ser cercado e tomado pelos homens de fora, que diziam querer preservar a natureza que ali encontraram. O diálogo com os órgãos e instituições governamentais do meio ambiente não são, há tempos, considerados como uma possibilidade pelo povo da comunidade.

Entretanto, apenas é possível que esse povos consigam reconhecimento de seus modos de vida e de seus territórios por meio da atuação de órgãos governamentais. Eduardo Viveiros de Castro (2005) aponta que no caso das comunidades tradicionais, o que eles são se mistura com suas definições jurídicas, pois a definição do que e quem elas são é perpetrada pelos “distribuidores autorizados de identidade: o Estado” (VIVEIROS DE CASTRO, 2005, p. 44). Ou seja, para serem reconhecidos como sujeitos de direito, eles precisam se afirmar enquanto grupo social diferente da sociedade de modo geral. Por essas definições aparentarem, a nível fenomenológico, estarem separadas, temos a impressão de que esses grupos sociais vestem-se com uma máscara legitimada pelas relações jurídicas apenas para se enquadrarem como cidadãos. Porém, o que conseguimos visualizar, mesmo não chegando ao fundo da questão, é que estando misturadas como Viveiros de Castro (2005) colocou, as definições jurídicas passam a fazer parte do que as comunidades tradicionais são. O antagonismo entre sociedade civil e Estado parece tomar outra forma – percebemos que um define o outro e vice-versa, mas parecem não levar a nenhuma solução para as reivindicações dos movimentos sociais aqui representados pelas comunidades tradicionais organizadas. Tomamos emprestada a pergunta feita por Marx (2010, p. 58) em suas Glosas críticas marginais novamente: “pode o Estado se comportar de outra forma?”

Pogrebinschi (2009) ao analisar a obra de Marx tendo em vista o *político*, diferencia este da política. A política seria aquela que teria seu fim anunciado junto com o Estado e o seu modo de produção correspondente, enquanto o político seria o que irromperia do desvanecimento do Estado enquanto tal. Ao pensarmos as políticas públicas relacionadas ao patrimônio cultural e natural, relacionamos estas precisamente à política, às relações sociais pautadas pelo capital. Apesar da investida da legislação de compreender o patrimônio como algo uno, na prática vemos exatamente o contrário: as comunidades tem que recorrer ao reconhecimento como patrimônio cultural para não serem subsumidos pelo patrimônio natural no território.

É certo que o patrimônio, seja ele adjetivado da forma que for, é um marco da sociedade ocidental que remete diretamente à propriedade e à figura paterna. A

preservação do patrimônio opera sob a lógica da exclusão: “Se tudo fosse patrimônio a ser preservado, a própria ideia de patrimônio não mais teria sentido”, coloca José William Vesentini (1989, p. 53) ao tentar aproximar a cultura da ecologia. Novamente utilizamos a ideia de Viveiros de Castro (2005): quem precisa da identificação dos índios como índios – ou do patrimônio como patrimônio – é o Estado, e isso se torna necessário a partir do momento em que a existência de algum destes é ameaçada. A condição de esgotamento dos recursos ambientais ou de destruição da memória e do passado, o patrimônio torna-se necessário para demarcar o que deve ser preservado e conservado, e como Vesentini ressalta “as escolhas sobre o que preservar, como preservar, onde preservar, etc. [...] não estão isentas de lutas e relações de poder” (1989, p. 55). E é precisamente sobre essas relações de poder que as comunidades tradicionais disputam seus territórios.

André Guedes (2013) afirma que “a demarcação de territórios e o reconhecimento de identidades tradicionais são uma forma de resistência mais eficaz e imediata às ‘agroestratégias’ do que outras modalidades de luta e reivindicação fundiárias” (GUEDES, 2013, p. 42-3), ao diferenciar a luta das comunidades tradicionais da luta pela terra do campesinato. Entretanto, ao distinguir as lutas pela terra e a luta pelo território, o autor separa os vários povos do campo a partir da compreensão de cultura, associada por ele ao território. A cultura é considerada por Guedes como uma “arma” estratégica acionada por grupos minoritários para reivindicar seus direitos, como de fato os povos e comunidades tradicionais o fazem. Porém, como vimos até agora, os órgãos governamentais que deveriam gerir esta “cultura”, negligenciam os povos do campo.

Se, como estratégia, os apanhadores de flores recorreram ao reconhecimento como patrimônio agrícola pela FAO-ONU, é possível afirmar que através da esfera cultural, os povos tradicionais não tem garantia de reconhecimento perante o Estado. Ainda é necessário ressaltar que no caso dos apanhadores de flores sempre-vivas, localizados no entorno do município de Diamantina/MG, o núcleo urbano da cidade é reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), devido à sua história marcada pela extração do diamante desde o século dezoito. Em um contexto onde já existe um título de reconhecimento cultural internacional, por que os aspectos considerados pela UNESCO não permitem o reconhecimento do entorno da cidade e os povos que tornaram possível, construíram e constroem diariamente essa realidade? As políticas do patrimônio internacional reivindicam uma compreensão de patrimônio cultural e patrimônio natural como uma unidade (UNESCO, 1972), mas como os instrumentos de preservação poderiam colocar isso em prática? Por que, para reconhecer a relevância dos povos apanhadores de flores sempre-vivas, os instrumentos de preservação e conservação cultural não foram suficientes? Não achamos possível, ainda, responder a todas essas questões, entretanto, apontamos que as

contradições da ação do Estado não poderiam ser superadas sem pensarmos nas relações políticas dos movimentos socioterritoriais.

“Ainda que essas lutas sejam iniciadas com frequência em nome da defesa de ‘usos e costumes’, ou tradições, é importante lembrar da preocupação de Marx em seus artigos sobre o furto de madeira”, ressalta Daniel Bensaïd (2017, p. 63) em prefácio da coletânea de artigos de Karl Marx a respeito da lei do furto de madeira na Renânia. Ele prossegue afirmando que “[p]or trás da aparência consensual dos costumes, subside um antagonismo latente entre os direitos consuetudinários dos dominantes e dos dominados”. Assim, vemos que há uma diferença fundamental no que Viveiros de Castro (2005) chamou de mistura entre o ontológico e o jurídico no caso dos povos tradicionais. O conflito de interesses é colocado nas relações jurídicas mediadas pelo Estado, este que apresentamos anteriormente como mediador de problemas sociais, e não solucionador destes, de acordo com Marx (2010). Apesar da via do Estado ser importante para a luta pelo território, a superação das contradições não pode se dar pela mesma via em que não é buscada de fato uma solução para tal. Não defendemos simploriamente a extinção do Estado, mas o que a luta pelo território das comunidades dos apanhadores de flores sempre-vivas nos demonstra é a fragilidade da concentração das lutas apenas pelas vias do Estado. Afinal de contas, a luta pelo território e por direitos tem como fim próprio a emancipação humana da condição de exploração – mas como seria possível alcançar esse objetivo?

Recorremos às formulações de José Chasin, que a partir da leitura da obra de Karl Marx, cunha a expressão *determinação ontonegativa da politicidade*, tendo em vista que Marx rompe com a ideia de Estado como instituição racional ao longo de sua obra. A *emancipação humana* não poderia, portanto, incidir daí. A abordagem da natureza ontológica – em um sentido diferente do colocado por Viveiros de Castro (2005) apresentado anteriormente – “é ontonegativa, precisamente, porque exclui o atributo da política da essência do *ser social*, só o admitindo como extrínseco e contingente ao mesmo, isto é, na condição de historicamente circunstancial” (p. 64, grifos originais). A política é, portanto, compreendida como a negação da essência humana. Chasin aponta ainda que “Marx assinala, categoricamente, que a emancipação é na essência a reintegração ou recuperação humano societária dessas forças sociais alienadas à política” e completa “que ela só pode se realizar como reabsorção de energias próprias despidas da forma política, depuradas, exatamente, da crosta política sob a qual havia se autoaprisionado e perdido” (p. 65).

Portanto, tendo a emancipação humana e superação da política como alvo, seria necessário “fazer uma política que desfaça a política”, em um sentido de “prática *metapolítica*” ou seja, “conjunto de atos de efetivação que não se desembarace de formas particularmente ilegítimas e comprometidas de dominação política, para substituí-las por

outras supostas como melhores” (p. 65). Não estamos reivindicando, a partir destas formulações, a simples atribuição do termo metapolítica na luta pelo território dos apanhadores de flores sempre-vivas. O que almejamos é apontar questões que nos auxiliem a pensar quais as possibilidades possíveis de transformação das relações políticas sem meramente substituir uma forma de dominação por outra – questão que perpassa todos os estudos referentes à comunidades tradicionais e movimentos socioterritoriais, ao nosso ver.

Considerações finais

Apesar de existir na legislação uma tentativa de tratar o patrimônio cultural e o patrimônio natural como uma unidade, ainda é possível perceber que na prática, os instrumentos de preservação e conservação de ambos os campos não apresentam uma perspectiva de que a sociedade e a natureza compõe uma unidade. Não simplesmente pelo fato de que as políticas práticas são elaboradas e executadas por órgãos estatais distintos em cada um dos campos tratados, pois ambos buscam, ao menos no âmbito discursivo, não dissociar a cultura e a natureza em suas políticas. Não nos parece possível que essa problemática possa ser sanada apenas pela boa intenção de órgãos públicos ou mesmo de pesquisas acadêmicas que afirmam a necessidade do fazer uma política que busca a emancipação, sem se preocupar com o significado da política de fato.

No caso dos apanhadores de flores sempre-vivas, o debate de sua relevância cultural em uma agenda internacional através da FAO-ONU – ao invés da UNESCO – apenas reforça o que foi observado: o patrimônio cultural e natural não são trabalhados em uma unidade, nem mesmo numa perspectiva da escala global. São necessários cada vez mais instrumentos para prover os direitos básicos para os cidadãos em meio à institucionalização das lutas socioterritoriais. Vê-se que essas relações não se modificam ao analisarmos uma escala mais próxima: o caso do estado de Minas Gerais. O Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG) nas últimas três décadas travou conflitos com as famílias da comunidade pelo seu território com um discurso de preservação da natureza, mas o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) não demonstrava interesse em preservar a cultura daquela comunidade tradicional, e apenas quando foi estabelecido um diálogo dessas comunidades com a ONU, esse órgão passou a levar em consideração essas reivindicações específicas. Mas isso ainda nos gera o questionamento: se o patrimônio cultural e natural fossem tratados como unidade, isso traria algum avanço nas lutas pela emancipação?

As comunidades tradicionais lutam pelo seu reconhecimento como sujeitos de direito e pelo seu território perante uma sociedade que por muito tempo os negou o direito à existência. Os termos utilizados para defini-los na literatura não podem ser considerados

errôneos, mas devem ser considerados como parte de um fenômeno, e não como forma de explicação da realidade. Definir as comunidades tradicionais como grupos sociais que tem uma relação mais próxima ou harmônica com a natureza os coloca numa posição de responsabilidade perante toda a questão ambiental do planeta, e reforça a condição de dominação sobre eles que não tem sequer acesso aos direitos básicos. Se são eles que sabem cuidar na natureza, o fardo de preservar a natureza recai sobre eles, exceto quando há outros interesses em jogo – o que vemos quando o IEF-MG implanta Parques em áreas historicamente ocupadas por esses grupos. Afirmar que as comunidades tradicionais são grupos que tem uma organização racional-econômica diferente da sociedade capitalista apenas nos distancia da possibilidade de compreender esses grupos como parte da sociedade e da totalidade na qual estão inseridos. O que nos interessa não são as diferenças desses grupos em relação à sociedade em geral, mas sim como essas diferenças se colocam nas relações políticas. As definições que enfocam simplesmente nessas diferenças apenas reforçam a condição de dominados desses povos.

Os conflitos territoriais se complexificam conforme o envolvimento de novos agentes nas negociações políticas, o que se materializa conforme alguns direitos são conquistados através da garantia de reconhecimento pelo Estado. Então as contradições observadas a respeito do patrimônio cultural e natural são sentidos pelas famílias na pele. Para um povo que por gerações garantiu sua existência sem o auxílio do Estado, as articulações internas são prioritárias, e as negociações externas se integram às suas atividades e ao cotidiano como forma de reprodução de seus modos de vida, e isso de forma alguma as descaracteriza. A contradição encontrada nas políticas do patrimônio cultural e natural aqui exposta nos possibilitou a compreensão de forma objetiva dos conflitos territoriais, o que nos permitiu avançar nas formulações acerca da emancipação humana.

Porém, devemos levar em consideração que para lutar por qualquer emancipação que seja, é necessário garantir o direito a sobreviver de forma digna à qualquer pessoa. E vemos que ainda não alcançamos esse *status*, principalmente em relação aos povos do campo. Portanto, a luta desses grupos tem o território como fundamento justamente por ser nele se fazem as relações sociais e é possível a reprodução da vida. Mesmo negligenciados por tanto tempo, foi no território que as comunidades tradicionais se reconheceram como tal, e é através dele como trunfo que elas reivindicam e lutam pela sua existência.

Por fim, *não cabe ao pesquisador definir as formas de organização e luta dos movimentos, cabe ao pesquisador criar condições teóricas e políticas para permitir que as comunidades interessadas articulem sua existência da forma que bem entenderem* - parafraseando o que Viveiros de Castro (2005) infere sobre povos indígenas: “não cabe ao antropólogo definir quem é índio, cabe ao antropólogo criar condições teóricas e políticas

para permitir que as comunidades interessadas articulem sua indianidade” (VIVEIROS DE CASTRO, 2005, p. 49). Apenas dessa forma poderemos contribuir com a formação de um pensamento que não corrobore com as relações de dominação em quaisquer grupos sociais.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. In: COSTA, J. B. A. OLIVEIRA, C. L. [org.] **Cerrado, gerais, sertão: comunidades tradicionais nos sertões roxeamos**. p. 367-380. São Paulo: Intermeios; Belo Horizonte: Fapemig; Montes Claros: Unimontes, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Versão online. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 jan. 2020.

BULHÕES, Tainá. **O território da Mata Dos Crioulos e demandas territoriais distintas: contradições entre Comunidades Quilombolas e Unidades de Conservação**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2016. Disponível em <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B2MHYU>>. Acesso em: 2 dez. 2019.

CARSALADE, Flávio de Lemos. A preservação do patrimônio como construção cultural. **Arquitextos**, São Paulo, ano 12, n. 139.03, Vitruvius, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.139/4166>> Acesso em: 19 fev. 2016.

CERQUEIRA, Maria Clara Salim. **Andanças e territorialidades: as contradições da questão da moradia na comunidade da Mata dos Crioulos**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019.

CHASIN, José. **Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

CHAYANOV, Aleksander Vasilievich. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. [1924] In: CARVALHO, H. M. (org.) **Chayanov e o campesinato**. p. 99-137. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CHUVA, Marcia Regina Romeiro. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, 2011, p 147-165. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2015.

CRUZ, Valter do Carmo. Povos e comunidades tradicionais. In: CALDART, R. S. PEREIRA, I. B. ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. p. 596-602. Rio de Janeiro, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente/SP, Ano 8, n. 6, p. 24-34, 2005. Disponível em <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460/1436>>. Acesso em: 3 set. 2017.

FOOT-WHYTE, William. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, A. Z. **Desvendando máscaras sociais**. p. 77-86. Livraria Francisco Alves Editora S.A., Rio de Janeiro: 1980.

GUEDES, André Duman. Lutas por terra e lutas por território nas Ciências Sociais brasileiras: fronteiras, conflitos e movimentos. In: ACSELRAD, H. (org) **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl. **Glosas críticas** marginais ao artigo “o Rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano. [1844] 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MINAS GERAIS. Decreto nº 35.611, de 01 de junho de 1994. Cria o Parque Estadual do Rio Preto, no Município de São Gonçalo do Rio Preto. Belo Horizonte. 1994.

MINAS GERAIS. Decreto nº 44.175, de 20 de dezembro de 2005. Define novo perímetro e amplia a área do Parque Estadual do Rio Preto, no Município de São Gonçalo do Rio Preto. Belo Horizonte. 2005a.

MINAS GERAIS. Decreto nº 44.176, de 20 de dezembro de 2005. Amplia a área e define novo perímetro do Parque Estadual do Pico do Itambé nos municípios de Santo Antônio do Itambé, Serro e Serra Azul de Minas. Belo Horizonte, 2005b.

MONTEIRO, Fernanda Testa *et al.* Sistema Agrícola Tradicional da Serra do Espinhaço Meridional, MG: transumância, biodiversidade e cultura nas paisagens manejadas pelos(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas. In: EIDT, Jane Simoni. UDRY, Consolacion (editoras técnicas). **Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil**. 1ª ed. Brasília: Embrapa, 2019.

MONTEIRO, Fernanda Testa. **Os(as) apanhadores(as) de flores e o parque nacional das sempre-vivas (MG): travessias e contradições ambientais**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2011. Disponível em < <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MPBB-8LMGEA>>. Acesso em: 3 set. 2018.

OLIVEIRA, Américo. SILVA, Filomeno. Transumância: Uma forma de pastoreio em vias de extinção. In: **Revista Millenium RE**. n. 13. Instituto Politécnico de Viseu, 1999. Disponível em <http://www.ipv.pt/millenium/pers13_1.htm>. Acesso em: 22 fev. 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v. 15, n. 43, p. 185-206, set./dez., 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista – O Ornitorrinco**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO-ONU). **Agricultura tradicional dos apanhadores de flores sempre-vivas pode ser o primeiro patrimônio agrícola mundial brasileiro**. 21 jun. 2018. Disponível em <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1142103/>>. Acesso em 03 jan. 2020.

PACHUKANIS, Evguiéni. **Teoria geral do direito e marxismo**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

POGREBINSCHI, Thamy. **O enigma do político**: Marx contra a política moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SAADI, Allaoua. A geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens. **Revista Geonomos**. Vol 3. No. 1. p. 41-63. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 1995. Disponível em <http://www.igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/3_1_41_63_Saadi.pdf>. Acesso em 18 fev. 2018.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento. **Movimentos Sociais e Geografia**: Sobre a(s) espacialidade(s) da ação sociais. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SAQUET, Marco Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades**: Uma concepção multidimensional voltada pra a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SEMPRE-VIVAS. Direção: Tiago Almeida. Brasil: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), 2014 (23m58s). Disponível em <<https://vimeo.com/116962413>>. Acesso em 27 ago. 2018.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**: Natureza, Capital e a Produção do Espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

UNESCO. **Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural**. Paris, 1972. Disponível em <<https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em 26 ago. 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é. In: RICARDO, B. & RICARDO, F. [org.]. **Povos Indígenas no Brasil**: 2001-2005. São Paulo: Instituto Socioambiental. 2006. Disponível em <<https://pib.socioambiental.org/pt/Downloads>> Acesso em 29 jul. 2018.

VESENTINI, José William. **Geografia, natureza e sociedade**. São Paulo: Contexto, 1989.

Sobre a autora

Maria Clara Salim Cerqueira – Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atualmente é doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0003-0666-2059>

Como citar este artigo

CERQUEIRA, Maria Clara Salim. As contradições do patrimônio cultural e natural na luta pelo território dos apanhadores de flores sempre-vivas. **Revista NERA**, v. 24, n. 56, p. 72-92, jan.-abr., 2021.

Recebido para publicação em 29 de janeiro de 2020.
Devolvido para a revisão em 28 de julho de 2020.
Aceito para a publicação em 18 de setembro de 2020.

Evidências de um Crime: O Fechamento da Escola Municipal Boa Esperança

Cássia Betania Rodrigues dos Santos

Universidade de Brasília (UnB) – Brasília, Distrito Federal, Brasil.

e-mail: cassiageoterra@hotmail.com

Resumo

O presente artigo é fruto de resultados da dissertação de mestrado intitulada “o processo de fechamento das escolas no campo na mesorregião do leste goiano: que crime é esse que continua?” O objetivo desse estudo foi de analisar os argumentos utilizados pelo Estado para o fechamento da Escola Municipal Boa Esperança no povoado de Boa Esperança que se localiza no município de Damianópolis, estado de Goiás. As escolas no e do campo são importantes para que os camponeses reconheçam sua identidade e fortaleçam suas ações. Com o fechamento da escola no campo percebe-se que enfraquece o território do campesinato devido a expulsão desses sujeitos e em contrapartida fortalece outros territórios. Essa escola é uma entre centenas que são fechadas todos os anos no Brasil, obrigando esses sujeitos a frequentar a escola da cidade que não se preocupa com a identidade cultural e que inclusive tem apresentado uma postura preconceituosa sobre estes. Ao estudar na escola da cidade, gera cansaço, desmotivação, insegurança, e é submetido a poeira, a lama, e horas na estrada. Foi importante realizar a pesquisa de campo com observação, entrevistas e roda de conversas e a partir dos dados, constatou que existe um descaso do Estado brasileiro em relação às comunidades camponesas.

Palavras chave: Campesinato; agronegócio; fechamento; escola no campo.

Evidence of a Crime: The Closing of the Municipal School Boa Esperança

Abstract

This article is the result of the results of the master's thesis entitled “the process of closing schools in the countryside in the mesoregion of eastern Goiás: what crime is this that continues?” The objective of this study was to analyze the arguments used by the State to close the Boa Esperança Municipal School in the town of Boa Esperança, located in the municipality of Damianópolis, state of Goiás. Schools in and in the countryside are important for farmers to recognize their identity and strengthen their actions. With the closure of the school in the countryside, he realizes that the territory of the peasantry weakens due to the expulsion of these subjects and in return strengthens other territories. This school is one of hundreds that are closed every year in Brazil, forcing these subjects to attend the school in the city that is not concerned with cultural identity and that has even shown a prejudiced attitude about them. When studying at the city school, he generates tiredness, demotivation, insecurity, and is subjected to dust, mud, and hours on the road. It was important to conduct field research with observation, interviews and conversations and, based on the data, found that there is a disregard for the Brazilian State in relation to peasant communities.

Keywords: Peasantry; agribusiness; closure; school in the field.

Evidencia de un delito: El cierre de la Escuela Municipal Boa Esperança

Resumen

Este artículo es el resultado de los resultados de la tesis de maestría titulada "El proceso de cierre de escuelas en el campo en la región oriental de Goiás: ¿qué crimen es este que continúa?" El objetivo de este estudio fue analizar los argumentos utilizados por el Estado para cerrar la Escuela Municipal de Boa Esperança en la localidad de Boa Esperança, ubicada en el municipio de Damianópolis, estado de Goiás. Las escuelas en y en el campo son importantes para que los agricultores reconozcan su identidad y fortalecer sus acciones. Con el cierre de la escuela en el campo, se da cuenta de que el territorio del campesinado se debilita por la expulsión de estos sujetos y a cambio fortalece otros territorios. Esta escuela es una de las cientos que se cierran cada año en Brasil, lo que obliga a estos sujetos a asistir a la escuela de la ciudad que no se preocupa por la identidad cultural y que incluso ha mostrado una actitud prejuiciosa hacia ellos. Al estudiar en la escuela de la ciudad, genera cansancio, desmotivación, inseguridad y está sujeto al polvo, el barro y las horas de camino. Fue importante realizar una investigación de campo con observación, entrevistas y conversaciones y, con base en los datos, se encontró que existe un desprecio por el Estado brasileño en relación a las comunidades campesinas.

Palabras llave: Campesino; agroindustria; cierre; escuela en el campo.

Introdução

O presente *artigo* é fruto de resultados da *dissertação* de mestrado intitulada “o processo de fechamento das escolas no campo na mesorregião do leste goiano: que crime é esse que continua?” defendida em maio de 2017 na Universidade de Brasília. O materialismo histórico foi o método fundamental, uma vez que considera o movimento do espaço e as ações humanas neste espaço, bem como a busca pela aproximação da essência a partir do estudo das contradições presentes, que se revela no meio rural a partir de dois modelos de campo diferente, do agronegócio e do campesinato.

Ainda, é importante ressaltar que o presente trabalho teve como basilar a categoria geográfica território, e as transições que este sofre com a globalização e o meio técnico científico informacional. São ambos os fenômenos que intrinsecamente interferem no território do agronegócio e do campesinato, mas que nestes territórios “atendem sobretudo a interesses de atores hegemônicos da economia e da sociedade, e desse modo são incorporados plenamente as correntes de globalização” (SANTOS, 2008, p. 48).

Guiados pelo materialismo histórico, o objetivo deste trabalho, foi analisar o processo de fechamento da Escola Municipal Boa Esperança, um dos principais patrimônios do povoado de Boa Esperança, localizado no município de Damianópolis, estado de Goiás e as resistências e as consequências que marcaram esse processo de fechamento da escola.

A princípio, o artigo traz enquanto discussão, o fechamento das escolas no campo, que trata-se de um problema que tem se ampliado, e nos ajuda a compreender a dinâmica

do Estado que se diz democrático, bem como do agronegócio que midiaticamente e politicamente é o modelo de campo mais viável para o país e mundo, seja pela economia gerada, seja para superar a tal crise de alimentos, justificando, portanto, sua sobreposição ao território do campesinato. Como já dizia Silveira (2006, p. 88):

Hoje, estamos vivendo a possibilidade concreta de produzir uma extensão também revolucionária, graças as comunicações e transportes modernos e, particularmente, ao discurso atual que é capaz de produzir a ampliação e reprodução de uma cosmovisão e de um modo de vida. A partir de um dado sistema técnico, um discurso tornou-se planetário, o chamado pensamento único.

É o fortalecimento da rede e do discurso do agronegócio a partir da globalização e meio técnico científico informacional e as ações do Estado sobre o modelo de campo do campesinato. Portanto, para estudar o modelo de campo do agronegócio se faz necessário aspectos que a ele está relacionado, e que neste trabalho é o fechamento de escolas no território do campesinato. Kosik diz que “captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno e como ao mesmo tempo nele se esconde? E compreender o fenômeno é atingir a essência da coisa” (1976, p.16).

não é possível compreender imediatamente a estrutura da coisa, ou a coisa em si mediante a contemplação ou a mera reflexão, mas sim mediante uma determinada atividade. Não é possível penetrar na coisa em si responder à pergunta sem a análise da atividade mediante a qual ela é compreendida ao mesmo tempo esta análise deve incluir também o problema da criação da atividade que estabelece o acesso a coisa em si (KOSIK, 1976, p. 28).

Para que o território do agronegócio exista, precisa destruir ou modificar o território do campesinato, uma vez que na perspectiva do agronegócio é fundamental o máximo de poder sobre o território, ou seja, a propriedade privada, conjuntamente com a exploração do trabalho.

Considerando o fechamento das escolas no território do campesinato, que cabe inicialmente ressaltar que esta nem sempre existiu porque o entendimento era de que o campesinato não precisava de escola. Ainda hoje é presente a concepção de que para manusear a enxada não precisa estudar. Portanto, escolas no e do campo são conquistas através da luta e organização dos próprios sujeitos camponeses.

Contudo, as escolas no campo têm constantemente sofrido ameaças de fechamento e ou fechamento direto. De acordo com Mariano e Sapelli (2014) em dados obtidos no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no Brasil em 2003 havia 103.128 escolas no campo. Em 2013, este número foi reduzido a

74.112, totalizando 29.459 escolas fechadas no campo. Em relação ao estado de Goiás, os dados mais recentes sobre o quantitativo de escolas no campo foram extraídos também de fontes do Censo Escolar do INEP, que registraram em 2000, 1.822 escolas no campo, e ainda este número foi reduzido para 761 escolas em 2007. De 2007 que haviam 761 escolas, foram registrados em 2016 um quantitativo de 512 escolas no campo no estado de Goiás, o que significou dentre 2000 a 2016 um fechamento de 1.310 escolas.

Com o objetivo de analisar o processo de fechamento da escola no campo, que foi selecionado um fragmento deste fenômeno, que é a Escola Municipal Boa Esperança, um dos principais patrimônios do povoado de Boa Esperança, localizado no município de Damianópolis, estado de Goiás e a resistências e consequências que marcam esse processo de fechamento da referida escola.

O povoado de Boa Esperança está localizado a 15 km do município e tem aproximadamente 50 famílias. Lá, há somente dois mercados pequenos e a economia gira em torno da produção interna com criação de hortaliças e aves principalmente. A maioria das famílias trabalham no município de Damianópolis ou ainda trabalham nas fazendas do entorno, ou nas grandes fazendas situadas entre Goiás e Minas Gerais. É comum não encontrar membros da família em casa, já que estes trabalham fora e normalmente voltam somente nos finais de semana.

A Escola Municipal Boa Esperança está localizada no centro deste povoado, assim como a igreja. A escola foi fechada em 2010, porém sua data de fundação ainda é da década de 1980. Em 1998 a escola passou a funcionar num prédio novo, amplo e confortável. Antes, a escola funcionava num casebre, que foi doado por um senhor, dono de uma fazenda próximo do que tornaria o povoado Boa Esperança.

Em 1988 iniciou o Fundamental II, assim a escola passou a ter de primeira a oitava série. Era uma escola estadual, mas sofreu com o processo de municipalização em 2007. Portanto, depois de haver a municipalização da escola, foram apenas mais três anos em funcionamento para a mesma ser fechada.

A Escola Municipal Boa Esperança já atendeu as crianças e jovens do povoado e das fazendas do entorno. E mesmo a comunidade conseguindo o ensino Fundamental II, precisava de transporte para cursar o ensino médio. O ensino médio nunca chegou a funcionar nessa escola, embora fizesse parte do desejo da comunidade. Também foi com o tempo e com luta que apareceu o transporte escolar, já que antes mesmo de funcionar o Fundamental II não havia transporte, portanto, era difícil continuar a estudar.

Hoje, a estrutura da escola tem sido afetada pelo tempo. A última reforma na pintura ocorreu no ano de 2016 por causa das eleições municipais. No entanto, como a estrutura está muito deteriorada foi demolida uma parte da escola, assim a escola que contava com seis salas, hoje está com três salas. Se for reaberta, já não tem condições de

funcionar o fundamental II. Considerada as circunstâncias, a escola possui uma excelente estrutura física, já teve seis salas, uma cantina, o pátio, dois banheiros, a Secretaria, sala do diretor e sala de informática.

No seu último ano, haviam 25 educandos matriculados na escola. Todos os funcionários da escola foram removidos para trabalhar nas escolas do município. Alguns continuaram morando no povoado mesmo trabalhando no município, outros, no entanto, preferiram mudar-se. E a escola, mesmo não funcionando como espaço de aula, já que está fechada, tem funcionado como outros espaços, dentre esses, reuniões da própria comunidade do povoado.

Figura 01: Vista do povoado Boa Esperança e da Escola Municipal Boa Esperança.



Acervo do autor, 2016.

Para articular as categorias com a proposta do trabalho foi importante trazer as entrevistas que foram realizadas com os sujeitos do povoado de Boa Esperança, foram estudantes, pais e responsáveis, funcionários que trabalharam na escola. Com os estudantes foram realizadas rodas de conversa e com os demais sujeitos (professores, diretor e demais funcionários da escola, pais e ou responsáveis, secretário de educação), a entrevista.

A próxima sessão do artigo é discutida o território do campesinato e agronegócio uma vez que estão em constante conflito/disputa, por serem modelos de campo diferentes e que passam por processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização principalmente pela ação do Estado.

Agronegócio versus agricultura camponesa

É na colonização do Brasil por Portugal que está a base de formação da estrutura fundiária. Foi nessa época que iniciou o desenvolvimento da agricultura, a de grande escala

com a *plantation*. Segundo Prado Junior (2006, p.120) “a *plantation* é a exploração em larga escala, tipo “plantação” (modelo de agricultura dos economistas ingleses que foi adotada pelos portugueses)” que no Brasil se deu a princípio pela produção de cana de açúcar e que foi posteriormente complementada com a pecuária.

Os portugueses utilizaram esse modelo não somente para povoar, mas principalmente para exploração das terras brasileiras. Como característica da *plantation* é a grande propriedade monocultural que se complementava com o trabalho dos camponeses, na época os indígenas, posteriormente dos escravos negros, substituídos mais tarde, por trabalhadores assalariados e toda a produção era exportada para a metrópole, Prado Junior (2006). É esse modelo a maior herança do colonialismo, a *plantation* que se transforma, a seu modo, a tradição agrícola no país.

A partir das *plantations* que se constitui a produção por *commodities*, ou seja, a evolução dos latifúndios com a Revolução Verde em monoculturas transnacionais denominada de agronegócio. A Revolução Verde foi um projeto financiado por EUA e que repercutiu pelo mundo no final da Segunda Guerra Mundial com a introdução de um conjunto de técnicas para o melhoramento da produção na agricultura, pois acreditava-se que a fome tornar-se-ia um problema futuro. Foram feitos investimentos nos países em desenvolvimento como Índia, Brasil e México. Tais técnicas só começaram a apresentar resultados a partir da década de 1960 e 1970, período em que os países estavam consideravelmente aumentando sua produtividade no campo. Mas é a:

América latina, a região das veias abertas, onde tudo, desde o descobrimento se transformou em capital europeu e mais tarde, norte americano, tudo acumulado distante dos centros do poder, mas em seu benefício. A terra e suas riquezas, a sociedade e sua capacidade de trabalho e de consumo foram e são demasiadamente exploradas (COSTA, 2017, p. 62).

No caso do Brasil, o país aumentou a produção de alimento para o consumo interno em uma proporção menor do que a produção para a exportação entre 1970 e 1985. Dessa forma, o país se torna um grande exportador, porém com impactos ambientais seja pela perda da vegetação, contaminação de solo e água com os agrotóxicos.

Ciência, tecnologia e informação fazem parte dos afazeres cotidiano do campo modernizado, através das sementes especializadas, da correção e fertilização do solo, da proteção das plantas pelos inseticidas, da superimposição de um calendário agrícola inteiramente novo, fundado na informação, o que leva para as cidades médias do interior um coeficiente de modernidade. Não raro, maior que o da metrópole (SANTOS, 2008, p. 41).

E Fernandes; Wech; Gonçalves (2012) reforçam que num país como o Brasil em que o índice de Gini ultrapassa 0,8, é falar ainda numa dívida histórica com aqueles que sonham, que tem esperança de um dia conseguir conquistar seu pedaço de chão. São milhares de famílias camponesas sem-terra e aquelas que a possui se deveu a luta e resistências constantes. “A modernidade definiu-se como emancipação no que diz respeito ao nós, mas não percebeu seu caráter mítico-sacrificial com relação aos outros” (DUSSEL, 2005, p. 30). Portanto, “nossa formação territorial é, numa perspectiva histórica, essencialmente degradadora dos lugares e de seus habitantes” (MORAES, 2005, p. 58).

Na modernidade do capital resiste as características principais do campesinato, a de compreender sua base familiar. “É pelo trabalho da família na sua própria terra ou na terra alheia, por meio do trabalho associativo, na organização cooperativa, no mutirão, no trabalho coletivo, comunitário ou individual” (FERNANDES, 2008, p. 163).

É o camponês, a agricultura camponesa, responsável por alimentar com poucas terras boa parte da população produzindo diversos tipos de alimentos. Nessa ocasião cabe enfatizar a importância do camponês para o consumo respectivamente das pessoas que residem na cidade. Este sim, se diz que produz e produz alimentos saudáveis e em variedade com suas próprias técnicas e técnicas provenientes da globalização. Variedade esta que pode vir a atender/encher o prato das famílias brasileiras o que só vem a calhar na afirmação de que esse sujeito produz muito, se comparado a um grande capitalista que tem máquinas de grande porte, uma extensa área de terra, mas, pouco aproveitável e importante para nós, pois, a produção geralmente é enviada para o exterior. Com dados científicos, Alentejano (2012, p. 357) apresenta que,

As grandes propriedades pouco ou quase nada produz (são 120 milhões de hectares que os próprios proprietários declaram ao Incra serem improdutivos dentro dos latifúndios), seja porque, quando produzem, concentram-se na produção de poucos produtos, destinados à exportação ou a fins industriais. Com isso, nas duas últimas décadas, a área plantada com gêneros alimentares básicos, como arroz, feijão e mandioca, reduziu-se em mais de 2,5 milhões de hectares, ao passo que a área plantada com soja, milho e cana-de-açúcar aumentou 16 milhões de hectares. Além destas lavouras, as grandes propriedades destinam a maior parte de suas terras à pecuária extensiva e à plantação industrial de árvores, sobretudo o eucalipto. Desta forma, a estrutura fundiária concentrada se converte também num fator de insegurança alimentar.

Assim, a produção camponesa e a produção capitalista são profundamente diferentes entre si. Enquanto o primeiro se organiza em conjunto, parcerias entre parentes e amigos para realização do trabalho, o grande capitalista esvazia ao máximo o campo, substituindo gente por máquinas, e quando precisa de mão de obra, paga para realizar o

trabalho de modo à estrategicamente beneficiar da exploração do trabalhado alheio, através da extração da mais valia. Como já dizia Gasset (1963, p. 28):

O mundo no qual domina a máquina é um mundo sem alma, nivelador, mortificador; é um mundo no qual a quantidade tomou o lugar da qualidade definitivamente e no qual o culto dos valores do espírito foi substituído pelo culto dos valores instrumentais e utilitários.

Complementa ainda que “a tecnização destrói a beleza da cultura, a individualização, a originalidade, tudo se torna uniformemente coletivo, todas as coisas são fabricadas sob um mesmo estilo, perdendo assim a marca da personalidade” (GASSET, 1963, p. 28).

Não quer dizer ainda, que o campesinato deva ficar destituídos das técnicas modernas para trabalho na terra, mas faz uso desta de modo que não agride a sua cultura e ao ambiente. Assim, “a técnica no sentido último da vida, sabendo, contudo, que ela é divina, libertadora e criadora e é também demoníaca, escravizadora e destruidora. É ela, dupla como tudo que existe” (GASSET, 1963, p. 40).

Diante das características que diferencia os modelos de campo, o que percebe é o avanço do modelo de campo do agronegócio que para acontecer tem desterritorializado famílias camponesas. Essa desterritorialização tem se intensificado principalmente a partir do fechamento da escola no campo. Na próxima sessão do artigo é discutido como se deu o surgimento da escola no campo e a importância dela para esses sujeitos. Sendo um direito adquirido, que fortalece a luta contra as mazelas do capital e do Estado burguês e contra o agronegócio. Na ausência da escola no e do campo, os sujeitos não veem perspectivas de se manter na terra.

Movimentos de construção da educação do campo: a importância da escola no e do campo

Ao longo da história da questão política e agrária brasileira, percebemos que o poder esteve quase que exclusivamente sob controle de uma classe específica: a burguesia. Essa burguesia manteve privilegiada inclusive no acesso à educação. A educação também estava acessível somente as pessoas abastadas sendo comum o analfabetismo e principalmente no campo.

As primeiras discussões para uma educação aos povos do campo iniciaram a partir da primeira metade do século XX, sendo que a primeira referência a educação em ordem jurídica ocorreu em 1923 nos anais do 1º Congresso de Agricultura do Nordeste Brasileiro. A Educação Rural que nascia ali, estava atrelada à grande expansão da produção de cana-de-açúcar e a contenção migratória do campo para a cidade, consequência da industrialização.

Com as transformações que foram ocorrendo no espaço devido a tecnologia, a educação, o Estado deixa de ser controlado somente pela classe burguesa. Hoje o Estado é um aparelho em disputa, por diferentes classes, cada qual com interesses distintos. Gramsci, já dizia que o Estado não é neutro, mas também “não é mero instrumento de dominação, o Estado é resultado da condensação de uma relação de forças sociais, o resultado contraditório das lutas de classes, em que se manifestam interesses contraditórios” (MONTANO; DURIGUETTO, 2010, p. 147). Embora o Estado esteja mais sob o poder da burguesia, esse poder já não é mais o mesmo, ele está enfraquecido. Portanto, como já dizia Harvey a classe trabalhadora, os destituídos e os marginalizados ao assumir e adquirir poder no Estado, obtém mesmo que em menor escala a liderança. E uma vez trabalhando na conquista dessa liderança “vai ser possível trazer à baila toda a questão de construir um modo alternativo de produção, de troca e de consumo que não apenas reduza os riscos, como também seja ambiental e socialmente justo e sensível” (2006, p. 292).

O modo alternativo de produção, de consumo, de vida social e ambiental estava sendo construído por esses sujeitos na educação. Se antes, a educação para os povos do campo não era nem pensada, e quando o foi trazia intenções que servia a classe burguesa. Esse quadro muda em meados da década de 1960 e 1970 quando eclodiram manifestações fortes o suficiente para não serem reprimidas e que contestavam a intensa urbanização e a precariedade das condições de vida na cidade. Surge nesse período a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Goiânia, no ano de 1975, e, posteriormente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no ano de 1984, este último tinha como principal preocupação desenvolver uma educação no/do campo, pois colocavam a escola como um elemento importante para compor a luta da terra e sua permanência. Somente em 1988 que foi aprovada em Constituição que a educação é um direito público de todos. É nesse íterim que estava sendo gestada a Educação do Campo.

Assim, a origem da Educação do Campo, está na luta dos trabalhadores do campo reivindicando a cada assentamento e acampamento escolas públicas no campo. Portanto, é na década de 1990 que organizações sindicais associadas a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), movimentos sociais e outras organizações começaram a pautar a Educação do Campo e essa dinâmica ganha vapor no momento que ela torna estudo e assunto dos diversos setores da universidade pública, sendo criado nesse espaço um movimento denominado Movimento Nacional de Educação do Campo.

A Educação no/do Campo, deve ser estabelecida *no* campo, no local onde o camponês reside, e que seja também *do* campo, ou seja, o processo educacional deve se estruturar a partir da realidade social daquele que vive no campo, valorizando a cultura e identidade do camponês, assim também como as peculiaridades do espaço em que o indivíduo está inserido, Caldart (2002).

Segundo Caldart (2008), esta luta Por uma Educação do Campo se consolida em julho de 1998 com a I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica no Campo realizada em Luziânia, a qual surge por meio da realização do I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA) realizado em julho de 1997, na Universidade de Brasília. Nesta Conferência reuniram-se diversos grupos de movimentos sociais, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento dos Trabalhadores (MST), a Universidade de Brasília (UnB) a (UNESCO) o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em que o principal objetivo permeava na discussão sobre a realidade camponesa, tendo como ponto de partida o desafio de debater a realidade das escolas no/do campo. Com esse objetivo traçado, se almejava a consecução de políticas públicas para o desenvolvimento do campo. Ao fim do evento, um documento foi elaborado contendo todas as inquietações e proposições para ter uma educação que valorizasse a (s) cultura (s), a (s) identidade (s) do espaço de origem do camponês, Caldart (2004).

Esses momentos significativos para a Educação do Campo, levaram a aprovação em 2002 do primeiro Marco Legal com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer nº 36/2001 e Resolução nº 1, 2002 do Conselho Nacional de Educação).

Em 2004, na II Conferência Nacional de Educação do Campo, também realizada em Luziânia, o nome “Por Uma Educação Básica do Campo,” passa a ser “Por Uma Educação do Campo”, indicando que a Educação do Campo estaria se tornando uma luta não somente para educação básica, que envolve o ensino infantil, fundamental e médio, mas também englobando o ensino superior. Até porque, “construir a Educação do Campo significa formar educadores e educadoras do e a partir do povo que vive no campo como sujeitos destas políticas públicas que estamos ajudando a construir, e também do projeto educativo que já nos identifica” (CALDART, 2002, p. 158).

Segundo Munarim (2010), a primeira vez que aparece em documento oficial o termo Educação do Campo é no ano de 2008 com a resolução CNE/CEB N°08 de 28 de abril. Em 2010, teve um outro importante marco legal, que foi o Decreto nº 7.352/2010, e de 2012 em diante muitas conquistas foram obtidas para o fortalecimento da Educação do Campo e o povo camponês. Segundo Molina e Freitas (2011, p.17),

Os avanços conquistados abrangem: obtenção de marcos legais e de programas educacionais destinados a esses sujeitos, inserção do tema na agenda de pesquisa das universidades públicas brasileiras e articulação entre os diferentes movimentos sociais e instituições que lutam pela Educação do Campo.

A materialização da Educação do Campo é a partir das Escolas no e do Campo. Os educandos de uma Escola no e do Campo não são somente sabedores de conteúdo, ou

dominadores de competências e habilidades técnicas. Essas crianças e adolescentes “precisam aprender a falar, a ler, a calcular, confrontar, dialogar, debater, duvidar, sentir, analisar, relacionar, celebrar, saber articular o pensamento próprio, o sentimento próprio” (CALDART, 2002, p.106).

A escola, passa então a ser de suma importância para os movimentos de luta pela terra, pois a escola é entendida pelo movimento como um instrumento político, por isso não é qualquer escola. A escola no campo e do campo são igualmente importantes. Além de estar no território camponês, é preciso de uma Escola no e do Campo que ao reconhecer e abraçar a identidade camponesa que a construiu, valoriza essa identidade, ou seja, as crianças, jovens que frequentam a Escola no e do Campo sintam se orgulho de serem camponeses por conhecerem e reconhecerem em sua história, sua cultura. A Escola no e do Campo faz o encontro dos sem-terra com a terra, a Escola no e do Campo mostra a realidade que estão inseridos, os problemas do campo, mas também os prepara para enfrentá-los (CALDART, 2002).

O fechamento da Escola Municipal Boa Esperança: as causas e as consequências no território de Boa Esperança

A partir do que já foi descrito, afirmamos que a cultura camponesa sempre existiu no Brasil e ela foi se fortalecendo de tal forma, principalmente a partir da conquista da escola no e do campo. Como já dizia Costa (2017, p. 69) “a cultura que se faz no lugar de poderes populares instituídos no cotidiano e no trabalho é legitimamente resistente aos adventos da cultura de massa, fazendo se valer dos mecanismos técnicos que essa mesma criou”.

A escola do campo resgata, valoriza e fortalece a cultura camponesa pois sua funcionalidade está para além de atividades de sala de aula, a escola no e do campo é um patrimônio territorial. Portanto, o “patrimônio territorial faz se na solidariedade cultural das comunidades que não deixaram perder seus símbolos pois são tenazes no movimento da sociedade capitalista” (COSTA, 2017, p. 69). Mas, “falar num negligenciado patrimonial equivale a fazer representar também os desígnios da opressão no e do território” (COSTA, 2017, p. 61). Sobre essa negligência fica explícito na fala do secretário de educação do município de Damianópolis, onde fechou a Escola Municipal Boa Esperança, que representando o Estado, diz que quanto ao fechamento da escola do povoado:

Geralmente essa decisão é mais das Secretarias e subsecretarias do Estado. Então, a população não é consultada nesse sentido. Fica difícil de manter a escola por causa dos custos porque o repasse que vem também para os municípios é pequeno. Então para você manter a escola aqui e manter a escola lá termina ficando, igual o recurso de merenda escolar fica

cerca de vinte mil por ano e por aí vai. Então se você perceber a logística, termina que os recursos se persistirem em manter uma escola dessas lá no povoado termina o município dando uma qualidade de ensino ruim por falta de recursos. (Fala obtida em entrevista com Secretário de Educação do município).

Na fala do secretário fica explícito que para ter acesso à educação de qualidade é preciso fechar a escola no campo, de que não é possível ter essa qualidade mantendo a escola no campo aberta com poucos alunos. A promessa de melhorar a educação fechando as escolas, e fechando as escolas no campo é uma farsa já que as escolas da cidade sofrem com superlotação o que também dificulta o trabalho do professor. E o descaso com a Educação no e do Campo, a intenção de fazer com que as escolas no campo estejam fadadas a extinção está claramente exposto quando o secretário em Damianópolis, reforça que,

hoje praticamente em toda a região do Leste Goiano aqui as escolas concentram tudo na cidade. As escolas rurais praticamente que acabaram. E da Boa Esperança não foi diferente. É uma escola que funcionou muitos anos e primários e chegou até funcionar a oitava série, mas com o passar dos anos o que acontece, houve uma migração muito grande do pessoal pra cidade e começou a ficar inviável a manutenção dessas escolas, exatamente pela quantidade de alunos. Era muito pouco os alunos para cada sala e foi ficando difícil. (Grifo nosso). (Fala obtida em entrevista com Secretário de Educação do município).

Por isso afirmamos que é privar a classe camponesa do acesso aos seus direitos. Molina (2008, p. 21) já dizia que “a educação é um direito. E como tudo que diz respeito a nós, seres humanos, a ideia da educação como um direito humano, é mais que isso, a ideia dos direitos humanos é fruto de uma longa construção histórica de milhares de pessoas”. Sobre isso Caldart (2015, p. 16) também nos chama a atenção que:

É preciso que muito mais gente entenda que a lógica assumida pelo Estado em relação à produção agrícola é a mesma lógica assumida para exacerbar a mercantilização da educação; que o mesmo Estado com o qual disputamos políticas públicas de educação para os trabalhadores do campo é o que está garantindo volumosos recursos públicos para fortalecer o modelo agrícola do agronegócio, mesmo sabendo que esse modelo reduz drasticamente o número de trabalhadores no campo.

E ainda o desrespeito, desconsideração que as falas da Secretaria carregam em relação aos direitos dos povos do campo e a ignorância para com o sofrimento de crianças e jovens com a dependência do transporte para chegar à escola. Portanto, quando não tem ônibus, os educandos não estudam, sejam porque eles não têm carro, seja porque o pai e a mãe trabalham. No povoado Boa Esperança, em Damianópolis, a representante da associação da comunidade quem relata que,

Tivemos quase umas férias de ir para a escola, de quinze a vinte dias sem aula, por faltar ônibus. Principalmente quando está chovendo, porque o ônibus não sobe. Já teve dia do ônibus descer deslizando é um perigo pras crianças. São mais de 15 km que as crianças pegam todos os dias, somente para ir. Eles saem cinco horas da manhã. A minha pequena tem que acordar as quatro e meia. (Fala obtida em entrevista com a representante da comunidade).

Mas, sobre o transporte a Secretaria do município de Damianópolis diz que,

Sempre teve transporte para as crianças, e são quatorze km daqui até o povoado de Boa Esperança. é não uma distância... Em poucos minutos os alunos estão aqui. (Fala obtida em entrevista com Secretário de Educação do município).

Nessa fala, fica explícito que o secretário pouco entende ou ignora o fato de que são quinze quilômetros, mas quando o trajeto é de um determinado ponto do povoado para seguir direto para o município de Damianópolis. Como não é o caso, já que são vários estudantes em pontos diferentes e em escolas diferentes, a rota se torna muito maior e dessa forma há um gasto também maior de tempo. O tempo ainda se estende por causa do trajeto que boa parte é de chão, com buracos e outros obstáculos.

Além da distância percorrida, ainda acrescenta a poeira, com os problemas de saúde que podem se agravar, como bem diz os estudantes que passaram por isso no povoado Boa Esperança, em Damianópolis que,

Os meninos vão, muita gente sofre de asma por causa de muita poeira, sol quente. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).

Cabe ressaltar ainda, que o transporte escolar disponibilizado não tem monitor. Por isso, o risco de os educandos se machucarem é ainda maior, seja porque, uns ficam andando pelo corredor do ônibus, outros vão dormindo no ônibus, brigas entre si e entre outras situações que podem estar provenientes. Os educandos de Boa Esperança, em Damianópolis, relatam que,

Até porque nos ônibus não usa cinto de segurança, eles só colocam cinto de segurança no ônibus só para revisão. Ai quando ele vai rodar, tira de novo. Isso é um perigo de criança machucar nessas estradas. Sem contar que levanta cinco horas da manhã, aí vai criança dormindo dentro do ônibus, se tiver um acidente com o menino que tá até dormindo. É menino no corredor, não tem nenhum monitor. Já que mudou tinha que ter pelo menos um ou dois monitores. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).

Por falta de monitor nos ônibus escolares que também acontece de a criança ser esquecida, e ainda de a criança se perder dentre os transportes escolares seja porque é

ainda muito pequena para diferenciar de um e outro, por estar cansada e porque está ansiosa pelo retorno para casa. Sobre isso, os educandos de Boa Esperança, em Damianópolis dizem que,

Já teve até crianças pegando ônibus errado. A duas semanas atrás teve um menino que pegou ônibus errado. Que é criança muito pequena, não tem muito juízo, entra correndo demais. Duas semanas atrás também esqueceram um aluno lá, a mãe teve que ir doida atrás. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).

Outras consequências estão relacionadas principalmente a cultura, pois com o fechamento da escola ocorre o desvinculamento das crianças e adolescentes do convívio familiar. Os momentos de lazer dos jovens, e mesmo da comunidade que são quebrados como os jogos de futebol por exemplo, as festas de datas comemorativas. Isso provoca também a desunião da comunidade que passa a não se encontrar mais. Sobre esses eventos na escola do povoado Boa Esperança, em Damianópolis, o educando diz que,

Sempre comemorava o dia das crianças, o dia dos pais, das mães, festa junina, sempre tinha uma comemoração na nossa escola. Mesmo estando de férias, sempre tinha alguma festinha, sempre tinha apresentações e a comunidade inteira participava. Tinha a parada da leitura, os meninos reuniam para contar histórias, muita gincana, piquenique. Em alguma data comemorativa acontecia o piquenique, a gincana e a gente aprendia era muito, era uma aula. Tinha competição de desenho. Tinha também o inter-classe que era os jogos entre as turmas, mais jogava era futebol. E só jogava futebol também porque não tinha outro espaço pra jogar vôlei, não tinha espaço, nem o material. A gente jogava queimada, eu gostava era muito de jogar. Aqui já teve muita coisa, agora não tem nada. Tinha o PET também, que era tipo um reforço da escola. A escola é o único local que a gente tem para fazer evento. Passava filmes a gente ia lá assistia filme o dia todinho. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).

Os educandos do povoado Boa Esperança, esclarece que na escola da cidade somente dava para participar dos jogos interclasse que ocorria uma vez por ano. São jogos de todas as modalidades e eles enfatizam que quem participava era somente os educandos, portanto, sem a participação dos pais. E, principalmente, os educandos do sexo masculino, porque as educandas da comunidade não conseguiam integrar pelo preconceito de uma cultura também da escola, de que jogos que envolve bola não são jogos de meninas, portanto não dava para montar times. Enquanto que, quando a escola do povoado Boa Esperança estava aberta, a comunidade podia participar, e as meninas se integrava em quaisquer atividades. A representante do povoado de Boa Esperança, em Damianópolis complementa ainda que,

A escola era tudo, a gente fazia festinha, tudo a gente reunia na escola, essa escola era nossa referência pra tudo aqui. Quando não tinha o

postinho, porque agora tem. Mas antes vinha medico para fazer tratamento de dente, exame tudo era o foco a escola. Eles vinham para a escola. A gente fazia festa, até festa de aniversário a gente fazia porque não tinha um outro local bom pra fazer. Até hoje, as reuniões são feitas na escola. Muitas coisas ocorrem na igreja agora, mas o que não pode ocorre tudo na escola por exemplo as reuniões mesmo. (Fala obtida em entrevista com a líder da comunidade).

Também tem o preconceito e a discriminação que os jovens do campo sofrem quando saem para estudar na cidade. Infelizmente ainda predomina uma concepção de que o urbano se põe superior ao campo, e a hierarquização que é produzida acaba atingindo diretamente a identidade e o processo educacional. Quanto a identidade, Claval diz, que ela responde a “uma necessidade existencial profunda, a de responder à questão: quem sou eu? Ela o faz selecionando um certo número de elementos que caracteriza, ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo/; artefatos, costumes, gêneros de vida, meio” (1999, p. 15). Sobre o preconceito com a identidade camponesa ao frequentar a escola da cidade, a representante da comunidade relata em entrevista que:

O pessoal que vai daqui tudo sofre bullying de ser roceiro, de pé sujo. A gente não tinha roupa boa para ir para escola, não tinha sapato, ia de havaiana, não tinha uma mochila para levar as coisas, aí levava em saco de arroz. Ainda bem que nós temos aqui só menino e menina bonita que cala a boca porque aqui é o povoado de gente mais bonita, não é falando não. Mas aí eles baixam a bola. (Fala obtida em entrevista com a representante da comunidade).

Educandos em roda de conversa complementam que:

No começo quando a gente foi pra lá foi muito difícil, eu mesmo me sentia excluído no início, ficava num cantinho. Quando tinha quadrilha mesmo, eu não dancei, porque não tinha coragem. Mais difícil é para as meninas, porque as meninas de lá é muito patricinha, chegava assim e falava – “aquele menino é da tapera”, porque também a gente chega na escola cinza e pior quando chegava atrasado e ônibus quebrava, todo mundo olhava pra gente que tava chegando. – Falavam assim – “Eita, buzão ou o pau de arara quebrou hoje foi?” Eu sei que a gente já passou por cada uma. A gente teve força, o cabelo chegava branco de poeira. Eu não me enxergo como sendo da cidade porque somos acostumados aqui. Nós fomos obrigados do jeito deles lá porque levaram os alunos pra lá. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).

Com a inexistência de escola no campo para a comunidade camponesa, significa não somente a desvalorização da identidade, mas também do território, uma vez que sem a escola dificulta o movimento e transformação do mesmo. Além do êxodo rural, também acaba diminuindo as possibilidades de outros camponeses procurarem esse campo para morar, principalmente se forem pais com filho em idade escolar. Sobre a desvalorização do território, o ex-vigilante da escola do povoado de Boa Esperança diz que,

O ponto negativo com o fechamento da escola é que a gente que mora aqui, porque você fechar uma escola, uma única escola e você fechar é uma grande perda né, eu vejo assim que quando, se abrisse aqui novamente estaria desenvolvendo. Foi uma perda muito grande pra nós, aí uma pessoa pergunta onde fica a escola, nós vamos falar que não tem escola aqui, o pessoal estuda tudo em Damianópolis, agora Damianópolis que é ponto de referência para tudo. (Fala obtida em entrevista com ex-vigilante da escola).

Em Damianópolis, no povoado de Boa Esperança, depois que houve a municipalização da escola, os funcionários do Estado tiveram que ser transferidos para a cidade. O ex-vigilante da escola, foi transferido para a escola da cidade, pois seu concurso era do Estado e não podia continuar atuando na escola da comunidade que passou a ser do município. Ele diz que,

Prefiro trabalhar aqui na comunidade, porque primeiro, se o Estado voltasse a abrir uma escola aqui, eu adorava trabalhar aqui, até mesmo porque, você deslocar de casa, eu mesmo tenho que ir de moto e eu tenho despesa com isso se eu ainda quiser morar aqui né. (Fala obtida em entrevista com ex-vigilante da escola).

Com o fechamento da escola e com as mínimas perspectivas de continuação dos estudos, os jovens que tem permanecido nas comunidades estão sendo capturados para doarem sua força de trabalho ao mercado, mas principalmente do agronegócio. No povoado de Boa Esperança, em Damianópolis, o ex-vigilante da escola fechada neste território diz que,

O pessoal jovem que não tem oportunidade de estudar, termina o ensino médio e que fica mais difícil. Aí vai pras fazendas trabalhar, tem a fazenda AGROFAVAS pros lados da Bahia mexe com café com soja, aí trabalha como tratorista, é uma firma que abriu esse espaço para eles. (Fala obtida em entrevista com ex-vigilante da escola).

Sobre isso, os educandos da roda de conversa no povoado de Boa Esperança, ainda reforçam que,

A maioria trabalha aqui na Bahia, nas fazendas, agricultura muito forte que tem né. Para os homens ficam mais fácil, porque tem curso em Posse, em Mambá que ajuda a se encaixar nas fazendas, mas para as mulheres ficam mais difícil, pras mulheres só tem que estudar mesmo, vê o que dá. Assim não é um preconceito, mas eles procuram empregar os homens né. Não tem muito serviço para as mulheres. Ai a gente termina o 2º grau e fica aí. Se não for embora mesmo para tentar com a cara e a coragem, se não é ficar aqui mesmo. Aqui não oferece né uma faculdade, um curso mais elevado. É essas oportunidades são boas porque tem transporte das fazendas que vem buscar, e é perto também. Ai em Posse em Mambá oferece esses cursos mais rápido de profissionalização de técnico em

segurança, técnico agrícola, almoxarifado, operador de máquinas. Ai eles, nós né, vamos na segunda e voltamos na sexta feira. E tem curso que é oferecido na própria fazenda, aí faz por lá mesmo. Eu mesmo trabalho na AGROFAVAS, eu trabalho de fiscal, que é contador no caso e no almoxarifado. Eu trabalho nessas duas áreas. E ainda bem que nas fazendas lá eles ajudam bastante a gente, aqueles que tem interesse, que mostra serviço também. Aí eles pagam curso. Então assim eles tão dando uma oportunidade que não tinha né. Então tá ajudando mais os jovens a se manterem aqui. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).

E principalmente os homens têm essa “oportunidade” não só de trabalhar, mas de fazer cursos técnicos que são oferecidos pelo agronegócio. E por estarem distante da formação do movimento dos trabalhadores do campo, da Educação do Campo, não percebem que a falta de incentivo para estudar pelas ações do Estado, faz com que sejam capturados e beneficie a lógica de exploração de trabalho imposta pelo mercado capitalista, principalmente do agronegócio.

O trabalho que realizam para o agronegócio é um trabalho explorado e capaz de modelar a mente do sujeito a acreditar nessa perspectiva de campo que é do agronegócio, a partir dos cursos que são estrategicamente oferecidos. Segundo Godelier (1966, p. 316) “a essência do homem é o trabalho e, como o trabalho é roubado, o homem está alienado, e Guiles complementa que “a consciência é existência sem essência. Ela é puro surgimento, pura existência. A consciência é projeto de essência” (GUILLES, 1989, p.311).

Assim,

esta atividade, esta necessidade de escolher a cada momento a visão que temos do mundo, constitui a liberdade. A liberdade é o exílio e somos condenados a ser livres. O indivíduo, por mais livre que seja em si mesmo, é visado por aquilo que se passa no mundo, e depende dos próprios acontecimentos que se passam no instante. Pois, o homem é livre, mas só numa determinada situação. É só nessa situação e com relação a ela que é livre (GUILLES, 1989, p.344).

O trabalho que oferecem exige que eles se desvinculem de segunda a sexta-feira do seu território, retornando somente nos finais de semana. É o descaso do Estado com a população camponesa, e por estarem enfraquecidos com a perda da escola e aliado a isso, distante do movimento da luta pela terra, da educação do campo, veem o agronegócio como uma “oportunidade” de melhorar suas condições financeiras, bem como de se manter no campo.

É preciso, para realmente ser livre, que o homem reconheça sua situação. É com relação a ela que terá liberdade de transformar a realidade ou não, de aceita-la ou não. Essa liberdade, não podemos considera-la como um poder metafísico de natureza humana, ou como a licença de fazer o que quer, ou como um refúgio interior que permanece mesmo nas cadeias. Não se faz o que quer, e, todavia, se é responsável por aqui que se é. O homem é

responsável pela sua escolha, mas ele obrigatoriamente é engajado (GUILLES, 1989, p. 344).

Bogo (2008, p. 175) complementa ao dizer que quando o “capital se instala num território, finge ser a favor de todos. Com a falsa ideia de desenvolvimento, mente que gerará empregos. Na verdade, ele é contra todos, mesmo que alguns consigam emprego”. Com o fechamento da escola percebe que tem havido um movimento a favor do agronegócio, capturando força de trabalho, e com possibilidades futuras de capturar também este território do campesinato. Como já dizia Costa (2017, p. 62):

A estrutura física e social dos territórios de exceção tem seus princípios em outros territórios. Imposições externas forçam a criação de novas regiões, novos territórios, novos lugares ou a mutação dos preexistentes. Esse fenômeno é o que Milton Santos chama de espaço derivado, cujos princípios de organização devem muito mais a uma vontade longínqua do que aos impulsos ou organizações locais. Assim, territórios de exceção perfazem escalas e trazem contradições herdadas dos espaços derivados.

Portanto, considerando a escola no e do campo patrimônio territorial e de luta pelos direitos que entende que ela também seja utopia, e a utopia é “a visão de mudança da estrutura de grupos sociais existentes; é um projeto da sociedade do presente que vislumbra ações com vistas a futuro desejado a ser realizado” (COSTA, 2017, p. 62). O campo sem escola, é um campo com pouca ou nenhuma perspectiva para a comunidade camponesa.

Conclusão

Diante do que foi exposto e analisado, pontuemos alguns pressupostos. Primeiro, que o Estado negligencia o direito de ter acesso à educação básica no povoado de Boa Esperança. Essa negligência se mascara no discurso de que a escola da cidade é melhor ou de que não é possível manter uma escola no campo com poucos estudantes.

Havia uma boa estrutura física para funcionamento da escola, haviam estudantes, mas preferiu fechar inclusive demoliram parte da escola. Importante observar ainda, que a manutenção e custo do ônibus pode ser mais caro do que manter uma escola já construída, equipada e com funcionários, professores que eram da própria comunidade. Desse modo, conclui-se que o processo de fechamento da escola está ligado a intenção deste Estado de expulsar o campesinato e com isso beneficiar diretamente na territorialização ou reterritorialização do agronegócio.

Referencias

- ALENTEJANO, P. Estrutura fundiária. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, expressão Popular, 2012.
- CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In. **Por uma Educação do Campo: Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. 2ª edição, Brasília, 2002.
- CALDART, R. S. **Sobre a especificidade da Educação do Campo e desafios do momento atual**. Porto Alegre, julho de 2015
- CALDART, R. S. **Sobre a educação do campo**. In. Por uma educação do campo: campo – políticas públicas – educação. Incra/MDA. Brasília, 2008.
- CALDART, R. S. **Elementos para construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo**. Ano 2, número 2, 2004.
- CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. **Geografia**, ano 1, nº2, 1999.
- COSTA, E. Ativação popular do patrimônio territorial na América Latina. **Cadernos de geografia**, Colômbia, 2017.
- DUSSEL, E. **Europa, modernidade e eurocentrismo. Em a colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino americanas**. Buenos Aires, 2005.
- FERNANDES, B, M; WECH, C, A; GONÇALVES, E, C. **Políticas fundiárias no Brasil: Uma análise geo-história da governança da terra no Brasil**. 1. ed. Roma: Internacional Land Coalition, 2012. v. 1. P.60
- FERNANDES, B. M. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Antônio Márcio Buainain (org.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- GASSET, J. O. **Meditação da técnica**. DEDALUS. Primeira edição, Rio de Janeiro, 1963.
- GODELIER, M. Notas sobre os conceitos de estrutura e de contradição – Marx e os estruturalistas. In: Estruturalismo, antologia de textos teóricos. **Revista Aletheia**, 1966.
- GUILLES, T. R. **História do existencialismo e da fenomenologia**. São Paulo Edusp, 1989.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.
- MARIANO, A. S. SAPELLI, M. L. S. Fechar escola é crime social: causas, impacto e esforços coletivos contra o fechamento de escolas no campo. **Anais...** 6º seminário nacional estado e políticas sociais. 2º seminário de direitos humanos. Unioeste, Paraná, setembro de 2014.
- MOLINA, M. C. **A constitucionalidade e a justiciabilidade do direito a educação dos povos do campo**. In: Por uma Educação do Campo: Campo – Políticas Públicas – educação. Brasília, MDA, 2008.
- MOLINA, M. C.; FREITAS, H. C. A.. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento social**. 3 ed. Ed Cortez, São Paulo 2010.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Annablume, 2005.

MUNARIM, A. **Educação do Campo: reflexões e perspectivas**. Editora insular, Florianópolis, 2010.

SILVEIRA, M. L. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica a perspectiva existencial. São Paulo, **Geousp - Espaço e tempo**, n. 19, 2006.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico científico informacional**. São Paulo: EDUSP, 2008.

Sobre a autora

Cássia Betânia Rodrigues dos Santos – Mestrado (2017) em Geografia (2018) pela Universidade de Brasília (UnB); Graduação em Geografia (2014) pela Universidade Estadual de Goiás; Graduação em Pedagogia (2020) pela Faculdade Educacional da Lapa. **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0002-7310-2230>

Como citar este artigo

SANTOS, Cássia Betânia Rodrigues. Evidências de um crime: o fechamento da Escola Municipal Boa Esperança. **Revista NERA**, v. 24, n. 56, p. 93-112, jan.-abr., 2021.

Recebido para publicação em 31 de janeiro de 2020.
Devolvido para a revisão em 26 de agosto de 2020.
Aceito para a publicação em 03 de setembro de 2020.

A lógica da reforma agrária na Amazônia brasileira: uma política pública para atender ao capital

Osmiriz Lima Feitosa

Universidade Estadual de Roraima (UERR) – Rorainópolis, Roraima, Brasil.
e-mail: osmirizlima@bol.com.br

Selma Suely Baçal de Oliveira

Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Manaus, Amazonas, Brasil.
e-mail: selmabaca@ufam.edu.br

Resumo

O artigo discute sobre o processo histórico da questão agrária no Brasil, abordando a política agrária como processo de consolidação do capitalismo no campo, partindo do pressuposto econômico como determinação da dominação política e social. O objetivo é analisar os elementos que desencadearam a constituição das políticas agrárias na Amazônia brasileira, alinhadas ao modo de produção capitalista e à reforma agrária de mercado, alicerçada em políticas públicas pautadas na plataforma neoliberal para manutenção da estrutura do capitalismo no campo. A metodologia utilizada é de caráter bibliográfico no viés do materialismo histórico com teóricos que discutem a política de reforma agrária e o capitalismo, além do uso de dados estatísticos secundários. Os resultados evidenciam que o processo histórico agrário se consolidou nas bases do capitalismo dependente atendendo aos interesses do grande capital, fatores que contribuíram para sustentação da estrutura fundiária na Amazônia, cujo destaque é a concentração de terras, a exploração e a dominação.

Palavras-chaves: Política pública; reforma agrária; Estado; capitalismo.

The logic of land reform in the Brazilian Amazon: a public policy to meet capital demands

Abstract

This article addresses the historical process of the land issue in Brazil, approaching land policy as a process of consolidation of capitalism in rural areas, based on the economic assumption as a determination of political and social domination. The aim is to analyze the elements that triggered the constitution of land policies in the Brazilian Amazon, aligned with the capitalist production method and the market-assisted land reform, based on public policies guided by the neoliberal agenda for maintaining the structure of capitalism in rural areas. The bibliographic method was employed from the point of view of historical materialism with theorists who discuss land reform policy and capitalism, and secondary statistical data was also used. The results show that the historical land process was consolidated on the basis of dependent capitalism, meeting the interests of big business, factors that contributed to sustain the land structure in the Amazon, the highlight of which is the concentration of land, exploitation and domination.

Keywords: Public policy; land reform; State; capitalism.

La lógica de la reforma agraria en la Amazonía brasileña: una política pública para servir a la capital

Resumen

El artículo discute el proceso histórico de la cuestión agraria en Brasil, abordando la política agraria como un proceso de consolidación del capitalismo en el campo, basado en el supuesto económico como una determinación de la dominación política y social. El objetivo es analizar los elementos que desencadenaron la constitución de políticas agrarias en la Amazonía brasileña, alineadas con el modo de producción capitalista y la reforma del mercado agrario, basadas en políticas públicas basadas en la plataforma neoliberal para mantener la estructura del capitalismo en el campo. La metodología utilizada es de naturaleza bibliográfica desde el punto de vista del materialismo histórico con los teóricos que discuten la política de reforma agraria y el capitalismo, además del uso de datos estadísticos secundarios. Los resultados muestran que el proceso agrario histórico se consolidó sobre la base del capitalismo dependiente, atendiendo a los intereses del gran capital, factores que contribuyeron a sostener la estructura de la tierra en la Amazonía, cuyo punto culminante es la concentración de la tierra, la explotación y la dominación.

Palabras-clave: Política pública; reforma agraria; Estado; capitalismo.

Introdução

A análise proposta tem como ponto de partida discutir sobre a reforma agrária no Brasil, em particular na Amazônia brasileira, uma vez que, o estudo deriva da tese de doutoramento, em andamento, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM, que investiga a política de reforma agrária como ação intencional da elite burguesa na manutenção da estrutura latifundiária e na consolidação do capitalismo no campo. O objetivo do artigo é analisar os elementos que desencadearam a constituição das políticas agrárias na Amazônia, alinhadas ao modo de produção capitalista e à reforma agrária de mercado, alicerçada em políticas públicas pautadas na plataforma neoliberal para manutenção da estrutura do capitalismo no campo.

Discutir na atualidade a reforma agrária na Amazônia representa um desafio, não somente em detrimento da complexidade do eixo temático, que está atrelado aos fatores políticos, sociais e econômicos envolvendo os diversos problemas agrários, mas pelo caráter ideológico que forjou a democracia no Brasil, visto que, a precariedade vivenciada pelos sujeitos do campo é revelada na realidade concreta dos assentamentos rurais de reforma agrária, em contradição ao avanço de empresas capitalistas nos rincões da Amazônia. Expor essa reflexão crítica com o olhar do materialismo histórico sobre a democracia liberal burguesa dirigida pela estrutura do capital e a realidade do tecido socioeconômico do campo dominado pelo capitalismo, exige que possamos compreender as raízes sociológicas, históricas e ideológicas que alicerçaram as origens da sociedade brasileira ligada às características agrárias.

Nessa concepção, Martins (2000) expõe que a história brasileira se constituiu de forma eminentemente agrária, pois em vários acontecimentos históricos a questão agrária era evidenciada como processo de disputa, contradição e luta pela garantia da propriedade da terra, deixando claro que as transformações políticas, sociais e econômicas ocorridas na história brasileira estão fortemente atreladas ao capitalismo agrário.

A metodologia utilizada é de caráter bibliográfico, fundamentada em autores de corrente marxista, apresentando um pensamento sociológico de relevo sobre a consolidação das bases do capitalismo agrário brasileiro, sustentado teoricamente em quatro autores. O primeiro é José de Souza Martins (2000) no seu livro *“Reforma Agrária: O impossível diálogo”* defendendo a afirmativa que a reforma agrária brasileira foi protagonizada pelas elites agrárias e pelo Estado que estão fortemente ligados ao capitalismo no campo; o segundo é Caio Prado Júnior (2000) no livro *“A questão agrária no Brasil”* ao sustentar que a sociedade brasileira foi forjada no escravismo que alicerçou a estrutura do capitalismo agromercantil; o terceiro é Octavio Ianni (2004), ao abordar no livro *“As origens agrárias do Estado Brasileiro”* que os eventos históricos da sociedade brasileira foram marcados pelas dimensões agrárias capitalistas forjando a estrutura do tecido social rural no Brasil; o quarto é Ariovaldo de Oliveira (2007) por meio do livro *“Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária”* que faz uma análise crítica da relação intrínseca entre reforma agrária e o modo de produção capitalista, apoiado na afirmativa que a agricultura está sob o domínio do capital. Utilizamos também a pesquisa de caráter documental com dados estatísticos de fontes secundárias sobre a questão agrária com base nos órgãos governamentais e institucionais, bem como, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o Censo Agropecuário e a Comissão Pastoral da Terra - CPT, corroborando na sustentação da tese do artigo.

Optamos em tecer algumas reflexões da política agrária, considerando os fatores sociais, políticos e econômicos relacionados à terra como modo de produção, isto é, sua gênese é representada pela propriedade agrária como desenvolvimento do capitalismo no campo por meio da exploração da força de trabalho, pois “o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros” (MARX, 2017, p. 830). Frente a essa realidade, exige-se um conjunto de políticas públicas direcionadas às populações rurais para superação das condições de superexploração no campo, ou seja, aos inúmeros problemas sobre posse e distribuição de propriedades de terras, produção agrícola, força de trabalho, concentração latifundiária, à negação dos direitos sociais do campo, repressão à identidade campesina e acumulação de riquezas, todos esses fatores estão entrelaçados ao modo de produção capitalista alinhado à burguesia latifundiária para atender às demandas do mercado (PRADO JÚNIOR, 2000; IANNI, 2004a, 2004b; MARTINS, 2000; OLIVEIRA, 2007).

O estudo analisa a relação intrínseca que existe entre capitalismo e reforma agrária, considerando as afirmativas de Prado Júnior (2000), Ianni (2004), Martins (2000) e Oliveira (2007), pois ambos estão interligados de forma histórica e política através da ação do Estado com políticas públicas agrárias para Amazônia, visto que “a reforma agrária historicamente aparece no capitalismo como necessidade conjuntural do capital resolver a questão social advinda da concentração de terras” (OLIVEIRA, 2007, p. 37), mas na realidade, a lógica é o aprofundamento da concentração de terras, expansão de empresas privadas e mais exploração da força de trabalho. Ou seja, uma reforma agrária popular é a contradição da estrutura agrária capitalista.

Diante disso, defendemos a tese que a reforma agrária foi capturada pelo capital e transformada em política de mercado. Portanto, as políticas públicas para reforma agrária desenvolvidas na Amazônia seguem a mesma lógica, funcionando como estratégia de arrefecimento das tensões sociais nos assentamentos rurais, manutenção do capitalismo agrário, ampliação da concentração de terras e fortalecimento da estrutura fundiária para expansão do capital.

Reforma agrária na Amazônia: uma política pública para atender ao mercado

O debate sobre a reforma agrária no Brasil corresponde em si uma contradição como política pública por meio dos seus diferentes atores, pois, por um lado, a reforma agrária representa a garantia do acesso dos trabalhadores sem terras à propriedade, a redução da pobreza no campo, as condições para produção de alimentos na pequena propriedade e o direito à vida digna no campo, enquanto por outro, o Estado representa mecanismo institucional gerenciador das políticas públicas, seja nos aspectos legais ou práticos na organização de ações efetivas para viabilidade dos assentamentos rurais das famílias do campo. Eis aqui a contradição afirmada pela corrente marxista, por compreender o Estado como instrumento de dominação criado para manter o *status quo*, simbolizando em sua essência o poder da classe dominante e o aparelho ideológico a serviço do capital, pois:

Cada passo no desenvolvimento da burguesia foi acompanhado por um progresso político correspondente [...] desde o estabelecimento da grande indústria e o mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva do Estado representativo moderno. O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa (MARX E ENGELS, 2008, p. 25).

Portanto, se o Estado emerge na garantia do direito à propriedade privada, logo tem por função a repressão e a opressão como forma de sua manutenção, pois como afirmava Marx (2017, p.830) “a propriedade privada, como antítese da propriedade social e coletiva”.

Essa contradição simboliza a luta histórica dos sujeitos do campo despossuídos dos meios de produção e do capital ao enfrentamento do Estado, considerando que por vias legais ele é o promotor das políticas públicas para o campo, uma vez que, suas ações estão atreladas ao modelo de produção capitalista e à grande burguesia latifundiária. Nesse sentido, pensar o modelo de reforma agrária que o país precisa com o debate sobre a distribuição de terras, garantia de financiamento para produção agrícola aos pequenos produtores rurais, condições de acesso aos serviços sociais básicos (saúde, educação e transporte) perpassa primeiro pela discussão efetiva dos movimentos sociais populares do campo e a construção de uma política pública nacional para o campo que caminha de encontro aos interesses monopolistas do latifúndio e do agronegócio. Essa é a grande ilusão, pois, o gerenciador de políticas públicas é o próprio Estado, e:

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classe não podem objetivamente ser conciliados. E reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis (LENIN, 2017, p. 9).

Ainda nesse sentido, Mézáros (2011) expõe de forma clara que o Estado nasce da própria exigência do capital em assegurar e proteger a produtividade do sistema, pois:

O Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico. Sua função é retificar – deve-se enfatizar mais uma vez: apenas até onde a necessária ação coercitiva puder ajustar aos últimos limites sociometabólicos do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 107).

A assertiva revela o papel do Estado diante do sistema capitalista, logo mostra a contradição das políticas públicas frente ao próprio Estado, uma vez que, sua função é regulamentar e legitimar o capital no sistema produtivo. O debate da reforma agrária apresenta como discussão materialista, histórica e dialética, na medida em que envolve a necessidade da compreensão da totalidade da realidade, interpretação dos fenômenos sociais e a luta de classes. Ora, se o Estado é o provedor da política pública para reforma agrária no atendimento às necessidades sociais básicas dos trabalhadores rurais e camponeses, logo ele representa também de forma legítima, a expansão do capital e a manutenção dos interesses capitalistas. Essa lógica representa uma contradição entre dois extremos, o que evidencia de forma clara que a reforma agrária pensada a partir de um projeto dos atores políticos do Estado se traduz sem efetividade, pois na prática não busca promover qualquer ruptura da estrutura social agrária, mas sim, em garantir o *status quo*.

Afirmamos que a ação do Estado ao propor políticas agrárias encontra-se, ideologicamente travestida no viés de mercado para atender às demandas do capitalismo na

forma de superação de crises. Portanto, propõe compreender a relação entre a crise estrutural do capital e a reforma agrária de mercado como política de Estado, ao considerar que:

Nos primeiros anos da década de 1990, por razões econômicas e políticas, a reestruturação capitalista neoliberal parecia não ter limites. A economia mundial vivia uma nova onda de expansão financeira. Com a implosão do chamado socialismo real, a transição para o capitalismo ocorria na ex-União Soviética e no leste europeu sem qualquer gradualismo. No oriente Médio, a Guerra do golfo mostrava, entre outras coisas, que a “abertura dos mercados e a vitória da democracia” seriam cobradas, inclusive militarmente, pelos Estados Unidos. Na América latina, essa reestruturação ocorria com ainda mais força, impulsionada pelo novo bloco de poder que surgia do manejo da crise da dívida externa e das políticas de liberalização. Em poucos anos, uma série de governos eleitos passaram a se comprometer firmemente com a implementação neoliberal. Por outro lado, os planos de integração econômica subordinada da região à economia norte-americana caminhavam a passos acelerados, a começar pelo Tratado Norte Americano de Livre Comércio – NAFTA¹, iniciado em janeiro de 1994. Àquela altura, exceto Cuba, todos os governos da região estavam alinhados à plataforma neoliberal (SAUER; PEREIRA, 2006, p. 14).

Nessa conjuntura, Sauer e Pereira (2006) mostra que o Brasil também está na lógica do modelo neoliberal e do capital, as políticas de Estado para reforma agrária seguem um modelo para atender ao mercado e as políticas públicas para o campo também se encontram alinhadas ao Banco Mundial, com normas e regras adotadas que não visam resolver as questões sobre o quadro de pobreza, dominação, concentração fundiária e exploração dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, mas potencializar o modelo agrícola dominante de grandes empresas agropecuárias e do agronegócio, ou seja, a agricultura camponesa está sob o domínio do modo de produção capitalista e sua lógica de contradição (OLIVEIRA, 2007). Isto é, uma política reformista caricaturada e travestida de política pública democratizante propondo mudanças macropolíticas e macroeconômicas para o meio rural, mas que na verdade representa em termos práticos, a capacidade de reprodução, acumulação e alienação dos trabalhadores do campo, pois “a riqueza que o capital acumula não aparece como se fosse retirada do trabalhador, e sim produto do capital” (OLIVEIRA, 2007, p. 37), contribuindo para despolitização dos movimentos camponeses e desconstituição do proletário rural, perpetuando o domínio do capital sobre a agricultura (MARTINS, 2000; IANNI, 2004a; PRADO JÚNIOR, 2000; OLIVEIRA, 2007).

Verificamos essa realidade no governo Fernando Collor (1990-1992), com o início das privatizações, e acentuada no governo Fernando Henrique Cardoso-FHC (1995-2002) quando iniciou uma ampla privatização de vários setores da economia brasileira, adotando a reforma agrária de mercado através da implantação de projetos para o campo, nos quais

¹ O North American Free Trade Agreement (NAFTA), que une Canadá, México e Estados Unidos desde 1994, é uma experiência de integração econômica regional de um acordo bilateral de livre comércio.

destacamos: Projeto Lumiar, Projeto Casulo, Projeto Cédula da Terra, Pronaf e Proceca. Embora cada projeto tenha características diferentes, o que não pretendemos nos debruçar sobre análise de cada um deles, considerando suas especificidades e dimensões políticas, mas em linhas gerais, evidenciamos que todos são políticas públicas agrárias ajustadas ao modelo neoliberal, denominado pelos movimentos sociais populares do campo como programa de reforma agrária de mercado estabelecido entre o governo federal – Estado – e o Banco Mundial – mercado (SAUER; PEREIRA, 2006; PEREIRA, 2010; FELICIANO, 2006). O quadro abaixo expõe as características dos principais projetos:

Quadro 1: Projetos criados no governo FHC.

Projeto	Período	Finalidade
Lumiar	1997 - 2000	<p>Trata-se de um projeto de apoio ao desenvolvimento sustentável, com o objetivo de viabilizar os assentamentos tornando-os unidades estruturadas e inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado e integradas à dinâmica do desenvolvimento regional.</p> <p>Desenvolver metodologias e estratégias de ação com foco no desenvolvimento de uma assistência técnica adequada às necessidades dos assentamentos.</p> <p>Introduzir tecnologias mais adequadas para o desenvolvimento da qualidade de vida dos assentamentos, dos processos produtivos e do acesso aos mercados.</p> <p>Implantar e gerir sistemas de informações tecnoeconômicas com mecanismos de comunicação adequados à cultura dos assentados.</p> <p>Construir um fundo de financiamento regular para os serviços de assistência técnica, capacitação e supervisão do desenvolvimento dos assentamentos.</p>
Casulo	1997 - 2012	<p>Geração de emprego e renda na periferia dos núcleos urbanos.</p> <p>Aproveitamento de áreas existentes no entorno dos núcleos urbanos.</p>

		<p>Necessidades de integração competitiva da agricultura familiar ao processo de abertura dos mercados.</p> <p>Necessidade de contribuir para o processo de descentralização das ações do poder público, através de parcerias entre prefeituras municipais, instituições governamentais e ONGs.</p> <p>Importância da gestão participativa da assistência técnica e capacitação como fatores determinantes na viabilidade socioeconômica dos projetos.</p>
Célula da Terra	1997 - 2002	<p>Oferecer uma carta de crédito cooperativo de um novo modelo de política fundiária, integrada ao mercado e sem depender do governo em todas as etapas do processo.</p> <p>Criar condições para agricultores sem terra produzirem, através de financiamento para a compra da terra, com prazo de pagamento de 20 anos através do INCRA, que fará convênios com o Banco do Brasil e bancos regionais, como o do Nordeste, que vai operar o programa. A Cédula da Terra poderá ser ampliada para qualquer empreendimento, inclusive, incorporadores privados e organizações não governamentais.</p>
Procera (Programa Crédito Especial para Reforma Agrária)	1986 - 1999	<p>O Procera passou a cumprir suas finalidades, com a destinação de dez por cento dos recursos dos Fundos Constitucionais do Nordeste, Norte e Centro-Oeste e com o aumento da dotação no Orçamento Geral da União. O programa tem como gestores financeiros os bancos Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia.</p> <p>Em 1995, foram aplicados R\$ 89 milhões, que beneficiaram cerca de 18 mil famílias assentadas. Em 1996, o volume de recursos cresceu 144%: foram R\$ 213 milhões, que financiaram 42 mil famílias. Para 1997, a verba</p>

		prevista foi R\$ 250 milhões – quase 20% a mais do que no ano passado – com atendimento de 50 mil famílias.
Pronaf - (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)	1996 - 2019	<p>Política para o fortalecimento da produção agrícola direcionada às famílias de trabalhadores do campo e para potencializar a agricultura familiar através de pequenos financiamentos aos trabalhadores do campo.</p> <p>Estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar por meio de financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias.</p>

Fonte: INCRA (2018); FELICIANO (2006); PEREIRA (2010).

Observamos que todos os projetos têm como base o financiamento de capitais provenientes do acordo entre o Governo Federal e o Banco Mundial, pois havia duas questões básicas a serem resolvidas: a primeira seria o arrefecimento dos movimentos populares do campo e a desarticulação das pressões sociais camponesas que se tornavam latentes naquele momento histórico, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST; o segundo refere-se ao Estado, que precisava garantir a plataforma neoliberal na década de 1990 com ajustes e reformas, uma vez que “era ideal para o Bird testar o seu novo modelo de reforma agrária de mercado, pois havia uma enorme demanda por terra” (SAUER; PEREIRA, 2006, p. 176). No entanto, essas políticas são apresentadas pela classe dominante de forma ideológica, distorcendo os reais fatores que provocam a desigualdade social, a expropriação e exploração no campo, mas de fato são políticas públicas intencionais de caráter paliativo atendendo às demandas do capital para atenuar as mobilizações do campo.

Constatamos que a dinâmica do modo de produção capitalista através da plataforma neoliberal frente à crise estrutural do capital seria conduzida em vertentes diferentes para consolidar o programa de ajuste estrutural na América Latina. Por um lado, a crise de endividamento dos países periféricos abriu oportunidade ao financiamento para o Banco Mundial atuar como agente financeiro da reestruturação econômica neoliberal, por outro, a valorização de mercado como mecanismo de distribuição de terras, ou seja, as “políticas pró-mercado de terras foi desenhado a partir de limites e pressões estabelecidas de ajuste e contrarreformas estruturais capitaneadas pelo FMI e Banco Mundial” (PEREIRA, 2010, p. 36). Desse modo, compreendemos que a natureza das políticas públicas para o

campo foi determinada pela lógica do capital, bem como, os projetos desenvolvidos pelo governo para fins de reforma agrária na Amazônia. Para corroborar com esse posicionamento, Lustosa (2012) afirma que as mudanças no mundo do trabalho rural apresentam-se como reforma agrária de mercado com ampliação das atividades agropecuárias e agroindustriais, pois:

Vivemos, portanto, um período em que a agricultura, em seus avanços tecnológicos, cada vez mais se integra à lógica do mercado, numa interconexão estreita com a indústria. As transformações atuais do capitalismo alteram a divisão do trabalho vigente no contexto da grande indústria, tornando obsoleta a separação entre estes dois setores produtivos em busca de recomposição de suas necessidades e possibilidades históricas. Essas mudanças ocorrem em diferentes setores, econômicos, de produção, e no campo social, nas bases técnicas de produção, bem como nos processos de organização nas reformas e no caráter do trabalho os quais são colocados em questão (LUSTOSA, 2012, p. 91-92).

É exatamente a lógica de mercado que se confirma neste momento histórico, ao afirmar que o modelo de reforma agrária é organizado com a crise estrutural do capital, pois “a atual crise estrutural do capital afeta em profundidade todas as instituições do Estado e os métodos organizacionais correspondentes” (MÉSZÁROS, 2011, p. 107), ou seja, é a transição de um modelo já esgotado, para reorganização do capital em expandir agora com o agronegócio e a agroindústria. Ainda nessa linha de análise, Sauer e Pereira (2006) também apontam para o mesmo caminho ao refletir sobre a reforma agrária de mercado nos países da América Latina e no Brasil, ao considerar que:

O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (BIRD) encontrou, no Brasil, a partir de 1996, as condições ideais para sua implementação, as quais abarcavam desde a orientação de uma coalização de poder interessada em promover uma contrarreforma radial do Estado (diminuindo gastos com políticas sociais e descentralizando responsabilidades) até a necessidade de criar políticas governamentais capazes de conter a pressão social advinda das lutas históricas por acesso à terra (SAUER; PEREIRA, 2006, p. 173).

Esse modelo acentuou ainda os problemas existentes no campo, como: a concentração latifundiária, a expansão do agronegócio, o aumento dos conflitos rurais, a desigualdade social, o êxodo rural e principalmente a formação de excedente de mão de obra permitindo que o Estado desenvolvesse políticas agrárias governamentais para formação básica, atendendo às demandas do capital, bem como, “a necessidade de um aumento da produção de gêneros alimentícios e com ela a necessidade de adaptação às novas exigências do mercado” (OLIVEIRA, 2007, p. 16). As evidências revelam que o uso da terra, o modo de produção capitalista, a concentração fundiária, as relações de poder, o papel do Estado, a burguesia agrária e a ideologia do capital são fatores que estão

relacionados ao debate da reforma agrária frente às pressões camponesas, sendo necessário impor as reformas no campo para sufocar qualquer embrião de organização e resistência. Desse modo, a luta por uma reforma agrária popular não simboliza apenas a desconstrução da concentração fundiária, mas representa a resistência à natureza do capitalismo agrário com seus diversos polos de poder, a organização política dos movimentos sociais do campo enquanto classe e a construção de um projeto contra-hegemônico de enfrentamento ao capital.

Para corroborar com as afirmações, o impacto social no campo é identificado através dos resultados das políticas agrárias de mercado, pois o problema é revelado e exposto quando apresentamos o número de famílias assentadas na Região Norte e o número de empresas capitalistas instaladas na Amazônia no mesmo período:

Tabela 1: Números de assentamentos rurais entre 1979 a 2016.

Brasil/Região / Estado	Assentamentos Rurais	%	Famílias Assentadas	%	Área (ha)	%
Brasil	9.444	100	1.127.078	100	82.159.838	100
Norte	2.171	23,0	505.056	44,8	61.269.638	74,6
Acre	159	1,7	29.953	2,7	5.227.145	6,4
Amazonas	144	1,5	72.807	6,5	27.363.476	33,3
Amapá	54	0,6	18.898	1,7	2.244.756	2,7
Pará	1.142	12,1	292.896	26,0	20.113.993	24,5
Rondônia	217	2,3	42.250	3,7	3.601.031	4,4
Roraima	67	0,7	22.215	2,0	1.445.927	1,8
Tocantins	388	4,1	26.037	2,3	1.273.311	1,5

Fonte: Relatório DATALUTA (2016); GIRARDI (2017).

O quadro expõe o número de famílias em assentamentos rurais efetivados na Região Norte no período de maior expressão do capitalismo no Brasil, que se dá através da política dos assentamentos rurais, que por sua vez, entra em confronto com a expansão das empresas privadas no interior da Amazônia, contribuindo para disputas de terras, conflitos sociais, formação de mão de obra barata e exploração da força de trabalho no campo. Essa realidade também se repete nos governos do Partido dos Trabalhadores, quando chegam ao poder apresentando um novo projeto nacional em defesa da classe trabalhadora, mas na prática ocorreu o mais do mesmo, com a criação de assentamentos rurais para ocupações de famílias com acesso a financiamento para produção na agricultura familiar, em oposição à instalação de megaempreendimentos na Amazônia. A contradição é identificada ao verificar a expansão das empresas privadas nesse período:

Quadro 2: Números de empresas instaladas na Amazônia entre 1990 a 2010.

Empresa	Área de exploração	Empresa	Área de Exploração
ICOMI	Manganês	VALE	Mineração
AMCEL	Celulose	SAMARCO	Mineração
ENTRERIOS Com.	Mineração	CBMN	Ferro/alumínio
ALCOA	Alumínio	ALUNORTE	Alumínio
BILLITON-SHELL	Mineração	MAGNESITA	Manganês
NIPPON AMAZON	Mineração	VOTORANTIN	Ferro/Níquel
ALCINDO VIEIRA	Mineração	BHP BILLITON	Mineração
STEEL	Ferro/alumínio	BUNGE	Oleaginosos
SHELL BRASIL S/A	Alumínio	CARGILL	Pecuária
TERROX EINUND	Ferro	MRN	Mineração
NIBRASCO	Ferro	USIMINAS	Mineração
ARACRUZCELULOSE	Madeira/Celulose	SADIA/PERD	Carnes
SANTA RITA	Soja	TEGRAN-CGG	Soja
CARGIL	Alimentícios	AMAGGI	Soja

Fonte: Revista Exame (2018); Revista Forbes (2018); OLIVEIRA (1993; 2007).

O quadro expõe a realidade concreta da expansão do capitalismo na Amazônia, que avança em dois sentidos, na isenção de incentivos fiscais para cadeia produtiva sem nenhuma contrapartida e na exploração predatória dos recursos naturais, promovendo a espoliação dos povos tradicionais e a utilização da força de trabalho camponesa por meio dos diferentes empreendimentos, tornando-se cada vez mais avassaladores no processo de acumulação e reprodução ampliada do capital, pois, segundo Oliveira (2007, p. 11) “o processo de reprodução ampliada do capital é uma espécie de acumulação permanente do capital necessário ao seu desenvolvimento”, seja por meio da produção de soja em áreas de florestas e savanas, na extração de minérios, na expansão do agronegócio e principalmente na construção de usinas hidrelétricas para produção de energia. O mapa 1 expõe os grandes empreendimentos na produção de energia elétrica na Amazônia.

Mapa 1: Produção de energia elétrica na Amazônia.



Fonte: Aneel (2018).

Os dados revelam a capacidade de mutação do sistema capitalista na perspectiva neoliberal, onde a Amazônia expõe o cenário propício do monopólio do capitalismo relacionado à exploração dos recursos naturais, materiais e humanos no processo de acumulação flexível do capital (MÉSZÁROS, 2011), funcionando como uma válvula de escape para a crise estrutural do capital por meio da atividade econômica na produção de *commodities*, denominado por Oliveira (2007, p. 21) como “agricultura sob o domínio do capital concorrencial”. O capital cria novas formas de expansão, domínio e distribuição, ou seja, é a capacidade sociometabólica do modo de produção capitalista subsumir formas de extração de mais-valor da relação de produção e de trabalho no meio rural, uma vez que, é por meio da “mercadoria que sai do processo produtivo que contém a mais-valia, pois é na produção que a mais-valia é gerada” (OLIVEIRA, 2007, p. 19).

Portanto, essa contradição do espaço rural amazônico que está permanentemente sob o controle do capital através do Estado e das políticas de reforma agrária, como dizia Ianni (2004a, p. 250), “o problema da reforma agrária é particularmente importante para explicar o modo pelo qual a questão agrária entra na constituição do Estado brasileiro”, isto é, atender aos interesses do capital. Portanto, o cenário amazônico encontra-se sob constante vigilância, repressão, controle e violência, tornando as relações de trabalho cada vez mais selvagens, destrutivas e alienadas das relações sociais produtivas, pois “as condições da cruel competição e da implacável exploração capitalista, sem qualquer apelo ao ideal ontológico e ético da autoestima humana produtor de bom trabalho” (MÉSZÁROS, 2011, p. 509). Esse fato tornou-se evidente com a criação de polos industrializados no norte

do país como a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA², em 1967, através da política de isenção fiscal, evidenciando o aumento de capital estrangeiro e a exploração dos trabalhadores urbanos em áreas de industrialização no coração da Amazônia, ou seja, constituiu-se um polo industrializado para atender às demandas da imigração para Amazônia em um país subdesenvolvido, isto é, na periferia do capital (OLIVEIRA, 2007). A essa questão destacamos que:

Situada no coração da Amazônia, Manaus, capital do estado do Amazonas, comporta uma zona franca criada com base nos incentivos fiscais amparados pelo Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. À época, o regime militar, recém-instalado no país, atraiu capital de grandes empresas multinacionais para região. Nesse período, estava sendo gerado o que se convencionou chamar de “milagre econômico”. O processo de industrialização em Manaus deu-se de forma relativamente rápida, com deslocamento não só de capitais, mas também de matérias-primas de fora da região. Com o advento da criação da Zona Franca de Manaus – ZFM e a conseqüente oferta de empregos na indústria, a cidade cresceu desordenadamente. O reflexo de tal situação vem causando sérios impactos regionais, principalmente pela ausência de políticas públicas direcionadas ao atendimento aos novos habitantes, além do total abandono da zona rural desse imenso estado (OLIVEIRA, 2007, p. 48).

Se, por um momento, houve iniciativa da instalação do polo industrial urbano na Amazônia, em outro houve incentivos de instalação de diferentes indústrias em vários Estados da Região Norte, estabelecendo a territorialidade do capital no campo, contribuindo para “instituir uma prática tipicamente capitalista no meio rural” (STÉDILE, 2013, p. 173). Esse cenário chegaria à exaustão, funcionando como uma verdadeira panela de pressão que explodiria a qualquer momento em detrimento da alta concentração de terras, exploração dos trabalhadores rurais, expropriação dos recursos naturais e expansão das fronteiras do capital. Ou seja, o cenário agrário na Amazônia perpassa pela estratégia de ocupação e política de desenvolvimento vinculada ao capital e ao latifúndio, resultando em impactos devastadores para o espaço amazônico, tais como, a explosão dos conflitos de terras em todos os Estados do Norte, fato evidenciado no relatório da Comissão Pastoral da Terra - CPT³ ao afirmar que “o novo marco político da reforma agrária brasileira, cujos reflexos passaram a ser sentidos com a criminalização das ocupações, a exclusão dos assentados e asfixia econômica dos movimentos” (DA TERRA, 2017, p. 7), revelando as tensões e conflitos no campo.

² A Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA é uma autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior que administra a Zona Franca de Manaus-ZFM, com a responsabilidade de construir um modelo de desenvolvimento regional.

³ O Relatório da Comissão Pastoral da Terra expõe que houve um crescimento dos conflitos rurais no Brasil desde a década de 1990, chegando a uma queda entre 2008 e 2010, tornando a crescer nos anos posteriores (CPT, 2017).

Não obstante, antes de expor os inúmeros conflitos, destacamos os resultados na disputa pela terra na região, casos como o massacre de Corumbiara-RO, em 1995, Eldorado dos Carajás-PA, em 1996 e de Pau d'Arco em Redenção – PA, em 2018, revelam na prática os reflexos nocivos da política agrária capitalista:

Deparamo-nos com uma continuidade estrutural, a coexistência da modernização com a permanência dos conflitos agrários no Brasil, marcados pelas "mortes anunciadas", pelos assassinatos e pelas chacinas: de 1985 até 1996, ocorreram 33 chacinas na área rural, com 195 mortes (Fonte: CPT), sendo as mais conhecidas, a de Corumbiara, em Rondônia, e a de Eldorado dos Carajás (Pará). A expansão da inovação agropecuária e dos complexos agroindustriais coexiste com a manifestação de "trabalho escravo" e o recurso ao suplício do corpo (SANTOS, 2000, p. 5).

O discurso do capital é camuflado pela modernização do campo, isto é, o processo de ocupação da Amazônia por empresas capitalistas evidenciou na reforma agrária de mercado um terreno fértil para expansão de capitais e ampliação das margens de lucros, fatos que são constatados nos dados sobre os conflitos de terras, revelando um crescimento exponencial dos conflitos agrários no país, conforme expõe o relatório da CPT na Tabela 2:

Tabela 2: Números de conflitos de terras no campo entre 2000 e 2016.

	Conflitos de terras								
	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016
Ocorrências de conflitos	174	495	752	761	459	638	861	793	1079
Ocupações	390	184	496	384	252	180	238	205	194
Acampamentos	00	64	150	67	40	35	35	20	22
Assassinatos	20	43	37	35	27	30	34	36	58
Total de conflitos	564	743	1398	1212	751	853	1067	1018	1295

Fonte: CPT (2017).

O que verificamos exposto na Tabela 2 é o crescimento das ocorrências de conflitos no campo como resultado das políticas agrárias associadas ao capitalismo através da implantação dos projetos de assentamentos na Amazônia e a abertura do capital estrangeiro por meio dos projetos agropecuários financiados pelo próprio Estado, representando um saque dos recursos naturais e ampliação da violência para populações do campo. A esse respeito Oliveira (1993) destaca que:

Os conflitos sociais no campo tendem a aumentar como consequência natural da enorme contradição que existe em nosso país: de um lado, vastas extensões de terras inaproveitadas e apropriadas por latifúndios; de outro, enormes contingentes populacionais de trabalhadores que sabem e

podem trabalhar a terra, mas são impedidos de fazê-lo. (OLIVERIA, 1993, p. 63).

Arioaldo de Oliveira (1993; 2007) corrobora ao afirmar que a expansão dos problemas do campo tem como pano de fundo a apropriação de terras por empresas privadas para ampliação do capital, representando a expansão da grilagem, posse, concentração de terras e formação de latifúndios, tornando a agricultura camponesa sob a égide do domínio do capital monopolista concorrencial (OLIVEIRA, 2007), transformando a região amazônica em espaço de reprodução e expansão incontrolável de acumulação do modo de produção capitalista. A tabela 3 expõe a realidade da concentração latifundiária do país.

Tabela 3: Áreas de Estabelecimentos Rurais 1995 a 2017 no Brasil.

Estrato de área	Áreas dos estabelecimentos rurais (ha = hectares)		
	1995	2006	2017
Total	353.611.246	333.680.037	351.289.816
Menos de 10 ha	7.882.194	7.798.777	7.993.969
De 10 ha a menos de 100 ha	62.693.585	62.893.979	63.810.646
De 100 ha a menos de 1.000 ha	123.541.517	112.844.186	112.257.692
De 1.000 ha e mais	159.493.949	150.143.096	167.227.511

Fonte: IBGE; Censo Agropecuário (2017).

O avanço do capitalismo tornou-se mais devastador, dificultando ainda mais o debate em torno da reforma agrária, enquanto algumas tentativas de projetos de reforma esboçaram o debate na construção de uma política agrária popular através da ascensão dos movimentos sociais do campo e da organização política. No entanto, o iminente fracasso das políticas agrárias implantadas como o Estatuto da Terra (1964), o I Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA (1985) e os programas para fortalecimento da reforma agrária não atingiram seus reais objetivos, tampouco contribuíram para o surgimento de mobilizações camponesas em todo o país que constituíssem uma frente ampla de resistência ao capital e suas políticas de exclusão, principalmente na década de 1990 com a expansão da plataforma neoliberal, pois:

Esse processo de ocupação em sentido amplo é preciso destacar a luta de interesses econômicos do grande capital estrangeiro na região. Assim, as políticas públicas na Amazônia apresentam duas vertentes fundamentais que precisam ser analisadas criteriosamente quando se discute sobre ocupação, grandes projetos e assentamentos, pois para a autora ocorreram duas frentes: de um lado a implantação de colônias agrícolas para os trabalhadores rurais sem terras e de outro, a implantação de grandes projetos industriais e agropecuários. Com isso fica claro perceber as tensões e os conflitos na região Norte entre latifundiários e trabalhadores

rurais, em que revela a exploração e a expropriação dos recursos da Amazônia utilizando a força de trabalho dos diferentes sujeitos do campo para atender os interesses do capital estrangeiro. (BECKER, 2005, p. 98).

A autora evidencia as contradições das políticas agrárias para Amazônia, onde a expansão do capital por meio de projetos agropecuários se contrapõe à criação de grandes assentamentos rurais e colônias agrícolas com incentivo do Estado para agricultura familiar. O resultado foi a tentativa de desmobilização dos movimentos camponeses de áreas de conflitos e a criação de bolsões de pobreza nas áreas rurais da Amazônia, em virtude das dificuldades de produção nas áreas de floresta. Essa realidade constituiu o ambiente perfeito para o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, tendo como resultado três movimentos, acumulação, concentração e centralização. Eis a natureza do modo de produção capitalista, pois:

Para a burguesia brasileira, não precisava fazer reforma agrária para desenvolver o capitalismo, para desenvolver o mercado interno, porque o modelo de capitalismo que se adotou aqui, nessa forma dependente, mas acoitada aos interesses dos monopólios e das multinacionais, foi perfeitamente viabilizado com a estrutura de propriedade concentrada que nós temos, não houve nenhum empecilho nesse sentido. Ao contrário, fato de existirem grandes propriedades facilitou que se implantasse de maneira mais rápida o crédito rural, que se implantasse uma modernização mais rápida, mecanização e a monocultura.

Primeiro vocês sabem, é a acumulação – o capitalismo permanentemente está acumulando, reinvestindo e aumentando seu próprio negócio (...) **O Segundo movimento do capital, conseqüente desse primeiro, é a concentração.** O capitalista não fica mais satisfeito em acumular dentro da sua própria empresa (...) **O terceiro movimento do capital que aconteceu, que foi levado para o campo, foi o movimento de centralização,** ou seja, o capitalista não se contenta apenas com seu negócio. Além de ter outras propriedades que comprou na fase da concentração, ele começa então a atuar em vários setores, não só na agricultura, mas no comércio, na indústria, no capital financeiro. (STÉDILE, 2013, p. 374-375, grifo nosso).

O posicionamento de Stédile (2013) permite compreender a natureza concreta do capital, uma vez que, para Mészáros (2011) “os determinantes causais do mundo real sigam o seu curso estabelecido, o qual reproduz estruturalmente os mesmos efeitos com gravidade cada vez maior e em escala crescente” (MÉSZÁROS, 2011, p. 810). Portanto, torna-se cada vez mais necessário a construção do projeto de reforma agrária popular elaborada a partir das bases camponesas, que precisa ser pensado com a participação dos trabalhadores do campo. Mesmo diante do crescimento do número de famílias assentadas entre 1995 a 2002, sendo “464.174 famílias no governo FHC e 425.485 famílias no governo Lula - 2003 a 2010” (GIRARDI, 2017, p.22), aliás, foi o governo FHC que mais promoveu assentamentos rurais, famílias assentadas e desocupações de terras através de decretos institucionais, se concretizou a mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais através

do 3º Congresso Nacional do MST em 1995, que tinha como pauta a reforma agrária popular (STÉDILE, 2013). A figura 1 apresenta o número de imóveis rurais desapropriados;

Figura 1: Imóveis rurais desapropriados para reforma agrária entre 1985 a 2013



Fonte: INCRA (2018).

Os dados revelam exatamente a contradição entre o período de crescimento das políticas neoliberais e o aumento do número de desapropriações de imóveis rurais para reforma agrária, pois nesse mesmo período explodiram os conflitos de terras na Amazônia, expondo a realidade concreta do campo e suas contradições reais, conforme destaca Oliveira (2007);

Os conflitos relativos à terra indicam, portanto, que após o crescimento contínuo entre 1993 e 1999 quando se saltou de 361 conflitos para 870, a pequena queda registrada no ano 2000 (556 conflitos) não sinalizava um novo período de queda dos mesmos como havia ocorrido entre 1987 e 1992. Ao contrário, os 681 casos relativos ao ano 2001 e os 743 de 2002, voltaram a indicar o crescimento dos conflitos já em pleno século XXI. Inclusive, em 2003, eles atingiram 1.099 casos. (OLIVEIRA, 2007, p. 154).

O autor traz à tona as consequências do capital com sua nefasta política agrária, devido ao período que mais houve mobilizações e marcha pela reforma no país e as desapropriações serviram como tentativa de arrefecimento das tensões e conflitos por terras, visto que, é preciso compreender a questão estrutural do campo para pensar uma política agrária, ou seja, “o impossível diálogo sobre a história possível” (MARTINS, 2000, p. 87). Somente em 2003 no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva é implantado o II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA (2003), tendo como elemento central “um projeto nacional soberano que reside em um novo padrão de desenvolvimento para o meio rural assentado na reforma agrária e no fortalecimento da agricultura familiar” (BRASIL, 2003, p. 11), que, em termos práticos, não garantiu êxito em promover a ruptura da estrutura agrária e do modelo produtivo capitalista, mas ampliou os recursos destinados ao campo

provocando uma série de problemas, entre eles o endividamento dos agricultores familiares, a despolitização da luta de classe, a manutenção da concentração fundiária e os conflitos rurais, isto é, o plano não faz nenhum tipo de enfrentamento ao sistema capitalista, pelo contrário, teve como finalidade a ampliação da produção de *commodities* agrícolas do país ao afirmar que “o cenário de retomada do crescimento econômico é de expansão das exportações agrícolas” (BRASIL, 2003, p. 7).

Mediante a conjuntura histórica da reforma agrária no Brasil apresentamos o problema por meio das políticas públicas agrárias desenvolvidas nos últimos anos que estiveram vinculados aos interesses das elites agrárias e do agronegócio, tais como: o Estatuto da Terra, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola – INDA e o I e II PNRA. Essas políticas agrárias se contrapuseram frente a uma reforma agrária popular, o que conduziu para organização de militâncias camponesas iniciarem reivindicações em prol de políticas agrárias, nos quais destacaram a proposta de reforma agrária alinhada à classe trabalhadora do campo das diferentes organizações, tais como: Partido Comunista Brasileiro – PCB, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB e Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. As divergências nos ideais dos movimentos sociais na luta pelo projeto de reforma agrária popular limitaram a resistência, em razão de, as políticas públicas representarem mudanças superficiais para a estrutura agrária, pois estão organizadas para atender ao agronegócio e os interesses da burguesia rural. Portanto, o próprio PNRA apresentava duas vertentes, a do governo e a dos movimentos sociais, fatores que gerariam tensões e conflitos.

Não se trata aqui de travar um embate sobre o PNRA e suas contradições, mas perceber que as políticas agrárias estiveram atreladas aos interesses capitalistas, pois de acordo com Mendonça (2010) a proposta de reforma agrária estava envolvendo não apenas latifúndios ou agroindustriais, mas setores liberais, “o movimento dos trabalhadores rurais vinha crescendo acirrando as tensões entre aqueles segmentos que polarizavam o princípio da reforma agrária” (MENDONÇA, 2010, p. 93), prevalecendo os interesses do capital. Nesse sentido, Prado Júnior (2000) também concorda com essa concepção ao legitimar que a grande exploração capitalista é extensa e se configura no centro das atividades rurais brasileiras acentuando a polarização rural, pois:

A distinção exprime a diferenciação de classes em que se divide a população rural: de uma parte os grandes proprietários interessados unicamente no produto principal que constitui o seu negócio, e organizado em função dele o empreendimento que dirigem (...) de outra parte está a população trabalhadora, que naquela estrutura não participa senão na qualidade de fornecedora ou potencial de mão-de-obra (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 50).

Partindo das considerações postas pelo autor, percebemos as tensões entre aqueles que defendiam uma proposta de reforma agrária voltada para a categoria dos trabalhadores rurais e aqueles que defendiam o latifúndio para o agronegócio. A tese central de Prado Júnior (2000) sobre a definição da questão agrária brasileira é que ela está atrelada a estrutura rural de produção, no qual consolidou o capitalismo agrário, ou seja, o aspecto da questão fundiária e da reforma agrária torna-se um debate insuficiente para iluminar medidas de reformas ou políticas necessárias á superação dessa estrutura, uma vez que, segundo Prado Júnior (2000) a colonização se constituiu na expansão da empresa agromercantil com núcleos de atividades produtivas em dois polos antagônicos, de um lado, os proprietários rurais como determinantes da estrutura econômica, de outro, os trabalhadores rurais subordinados ao mercado da estrutura agrária dos proprietários:

E ela se resume nisto que a grande maioria da população rural brasileira, a sua quase totalidade, com exclusão unicamente de uma pequena minoria de grandes proprietários e fazendeiros, embora ligada à terra e obrigada a nela exercer sua atividade tirando daí seu sustento, se encontra privada da livre disposição da mesma terra em quantidade que baste para lhe assegurar um nível adequado de subsistência. Vê-se assim, forçada a exercer sua atividade em proveito dos empreendimentos agromercantis de iniciativa daquela mesma minoria privilegiada que detém o monopólio virtual da terra (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 32).

À luz de Prado Júnior (2000) é possível compreender de forma concreta o processo de formação da estrutura agrária e suas contradições, visto que, a realização clássica da reforma agrária se daria através da apropriação das terras pela grande massa de trabalhadores excluídos, da mobilização social imediata e da ruptura do modo de produção competitivo agromercantil. Desse modo, a problemática central em questão é: A reforma agrária no Brasil se caracterizou como uma política pública alinhada ao modelo neoliberal para atender ao mercado e ao grande capital ou podemos evidenciar que as políticas públicas agrárias resolveriam os problemas do campo, bem como os conflitos, distribuição de terras, produção agrícola e condições de vida dos trabalhadores? E mais, até que ponto as políticas públicas para o campo seriam capazes de promover mudanças estruturais e articulação dos movimentos sociais populares do campo amplificando a capacidade de mobilização social no enfrentamento ao capitalismo agrário?

Encontrar resposta para o problema da reforma agrária é complexo, porém a concreticidade que se constituiu o modelo agrário neoliberal, em termos práticos, se consolidou no campo através da plataforma de mercado na América Latina e no Brasil. O Estado corroborou em dois aspectos básicos: deixou de garantir as condições mínimas de sobrevivência dos trabalhadores do campo na Amazônia, deixando-os à própria sorte,

servindo de força produtiva para o capital; e incentivou com reduções fiscais a instalação de oligopólios para exploração dos recursos naturais e produção agropecuária sobre os grandes projetos desenvolvidos na Amazônia, considerando que:

Os primeiros projetos agropecuários aprovados pela SUDAM datam de 1966, e entre eles destacam-se os projetos da: Cia. de desenvolvimento Sul do Pará CODESPAR, localizada em Barreira do Campo, no município de Santana do Araguaia (PA); Cia. Agropastoril do Araguaia (Fazenda Santa Fé), também localizada no município de Santana do Araguaia; Cia. Agropecuária Nazareth, em Conceição do Araguaia (PA); Agropecuária Suiá-Missu S/A, localizada no antigo distrito de São Felix. Em 1967, aprovados outros projetos: Arrossenal Agropecuária e Industrial S/A, Mutum Agropecuária (MT), Mutum Agropecuária S/A, em diamantino; Cia. Do Desenvolvimento do Araguaia – CODERARA, no município de Luciara (MT), hoje pertencente ao município de Santa Terezinha (MT) e etc. (OLIVEIRA, 1993, p. 68).

Observamos na exposição de Oliveira (1993) a chegada de grandes empresas para o desenvolvimento capitalista na Amazônia, em diferentes áreas de exploração ocorreu de forma intensa e predatória nos mais diversos setores de produção: madeira, pecuária, mineração, indústria e serviços. Assim, nossa afirmativa conclusiva é que o Estado através de políticas públicas de caráter capitalista permitiu o acesso à exploração e expropriação dos recursos naturais por meio de grandes empresas, em contrapartida, o INCRA (2018) promoveu a distribuição e loteamento de terras para trabalhadores rurais em diferentes locais da Amazônia com o discurso de apoio às condições básicas de permanência no campo. O resultado foi a espoliação dos recursos naturais e o domínio da classe trabalhadora, contribuindo para dependência ao capital internacional, evidenciado por Florestan Fernandes através do livro “Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina”, sua tese sobre o capitalismo dependente na América Latina e no Brasil, ou seja, a teoria do capitalismo dependente tem uma relação conjuntural e estrutural com o debate da reforma agrária e das políticas públicas para o campo, explicando o processo histórico da formação do modelo agrário no Brasil sob a égide expansiva do capital nos países periféricos (FERNANDES, 1975).

Os resultados dessa dualidade entre empresas capitalistas com o aval do poder estatal e os trabalhadores rurais que precisam da terra para sobrevivência, tem como consequência, exploração, mão de obra excedente, altos índices de desigualdade, conflitos e criminalização dos movimentos sociais. Esse resultado é responsável pela formação desordenada de cinturões de miséria nas áreas de assentamentos rurais e nas grandes capitais, tendo em vista que, as dificuldades vivenciadas no espaço rural têm conduzido os trabalhadores do campo para os grandes centros urbanos. As riquezas da Amazônia e a produção capitalista apresentam um cenário perfeito, principalmente a política neoliberal

como estratégia estatal e os organismos internacionais através das políticas agrárias, uma ferramenta de enfraquecimento da luta política do campo, contribuindo para materialização do capitalismo agrário (OLIVEIRA, 2007).

Na égide desses acontecimentos, a reforma agrária precisa ser organizada na luta dos movimentos sociais do campo frente ao grande capital, criando estratégias de enfrentamento a sua reprodução e perpetuação da exploração, acumulação e dominação no espaço rural, pois:

O modelo de produção do campo consiste em perpetuar e manter as estruturas existentes das velhas oligarquias rurais, os interesses dos grandes latifundiários e as políticas públicas agrárias direcionadas aos interesses do capital garantindo o *status quo* da sociedade (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 225).

A afirmativa de Prado Júnior (2000) mostra que a lógica do capital caminha de encontro às necessidades básicas do campo, tais como: assistência social, saúde, educação, incentivo à produção rural, regularização de terras, transporte para produção, manutenção de estradas vicinais e distribuição de terras, uma vez que, somente a conscientização da classe trabalhadora por meio da ação política revolucionária é capaz de combater as estruturas agrárias capitalistas, promovendo uma sociedade coletiva, justa e igualitária *no e do* campo. A esse respeito, Harvey (2011) aborda a possibilidade de superação da lógica do capital, pois:

Uma política revolucionária capaz de enfrentar o problema do interminável acúmulo do capital composto, e finalmente desligá-lo como principal motor da história humana, requer uma compreensão sofisticada de como ocorre a mudança social. O fracasso dos esforços passados para construir um socialismo e um comunismo duradouros tem de ser evitado e lições dessa história extremamente complicada devem ser aprendidas. No entanto, a absoluta necessidade de um movimento revolucionário anticapitalista corrente também deve ser reconhecida. O objetivo fundamental desse movimento é assumir o comando social sobre a produção e distribuição do excedente (HARVEY, 2011, p. 185).

Assim, evidenciamos que a superação da lógica do capital no campo representa um grande desafio, uma vez que, a sociedade brasileira foi forjada nas origens agrárias dos grilhões do capital e, para sua libertação, é necessária à formação política revolucionária e a formação para emancipação humana anticapitalista, compreendendo que a sociedade capitalista se reproduz pela dominação, exploração, alienação, controle social, acumulação e produção de excedente.

Considerações finais

O posicionamento de Ianni (2004a), (2004b), Prado Júnior (2000), Martins (2000) e Oliveira (2007) tem uma grande relevância social na literatura agrária, seja nacional ou internacional, constituindo um arcabouço teórico do marxismo e do materialismo histórico dialético imprescindível para apropriação da natureza do capitalismo no campo, e, portanto a análise que os respectivos autores construíram sobre as origens agrárias no tecido social brasileiro representa a concreticidade do real, revela a nudez do capital com suas diferentes formas de exploração, dominação e ideologização. Desse modo, consideramos que a constituição das políticas agrárias na Amazônia brasileira esteve, na sua totalidade, alinhada ao modo de produção capitalista e à reforma agrária de mercado, alicerçada em políticas públicas pautadas no viés neoliberal, cuja finalidade é a manutenção da estrutura do capitalismo agrário, pois o capital se desenvolve extensivo e intensivamente sem fronteiras.

Consideramos que a tese sustentada sobre a lógica da reforma agrária na Amazônia brasileira se afirma em dois pontos: o primeiro refere-se à análise de Ianni (2004), Prado Júnior (2000), Martins (2000) e Oliveira (2007) sobre o processo histórico que constituiu a estrutura da sociedade rural na base do capital e suas contradições, o grande latifúndio e o trabalhador sem terra. O segundo refere-se aos dados secundários coletados a partir de órgãos institucionais, bem como, o INCRA (2018), o Censo Agropecuário (2017) e a CPT (2017), que revelam a realidade concreta dos problemas nos assentamentos rurais de reforma agrária, a concentração de terras, o aumento dos conflitos no campo e o crescimento de grandes empreendimentos privados na Amazônia.

Assim, constatamos que a Amazônia brasileira, cada vez mais, vem sendo saqueada, expropriada e destruída, não somente seus recursos naturais, mas também os povos tradicionais e a classe camponesa, pois a única lógica do capital é a acumulação e lucro, dado que, as políticas públicas para reforma agrária funcionam basicamente em duas perspectivas: a primeira é a reprodução e manutenção do modo de produção capitalista com seus tentáculos incessantes por mais acumulação, concentração e centralização, pois esta é sua própria natureza. A segunda refere-se à cooptação dos movimentos sociais populares do campo e sua manipulação pela lógica do capitalismo agrário, ou seja, integrar o campesinato ao mercado, transformando-o em um pequeno empreendedor rural.

Essa correlação de forças de classes sociais antagônicas exige com urgência repensar a organização do movimento camponês e a luta de classe como motor da transformação social e enfrentamento às elites agrárias, revelando o confronto entre capital e trabalho, liberdade e opressão, principalmente na resistência à estrutura e supraestrutura, ou seja, é preciso a organização enquanto classe e uma política revolucionária capaz de

enfrentar o problema do acúmulo do capital, possibilitando a ruptura do modelo rural por meio de um projeto de reforma agrária popular.

Referências

BECKER, Berta K. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. São Paulo: Editora Garamond, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA**. Brasília – DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2018.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e qualidade de vida no Meio Rural**. Brasília – DF: MDA, 2003.

DA TERRA, Comissão Pastoral. **Conflitos no Campo – BRASIL 2003**. Goiânia: CPT Nacional, 2017.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GIRARDI, E. P. (Coord.). **Relatório DATALUTA Brasil 2016**. Presidente Prudente: NERA, 2017.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IANNI, Octavio. **Estado e Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004b.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução: A doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. **Reforma Agrária à brasileira: política social e pobreza**. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2000.

MARX K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Frente Revolucionária de Defesa dos Direitos Humanos, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital; 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: Monopólio, exploração e conflitos**. 3. ed. São Paulo: Editora Papirus, 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Selma S. B. de. **A Periferia do Capital: na cadeia produtiva de eletrodomésticos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial: fundamentos, objetivos, contradições e perspectivas**. São Paulo: Hucitec, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SANTOS, J.V.T. dos. **Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária**. Pontifícia Universidad Javeriana. Seminário Internacional, Bogotá: Colômbia, 2000.

SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes, (Org.). **Capturando a Terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão Agrária no Brasil: O debate na década de 1990**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Sobre os autores

Osmiriz Lima Feitosa – Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Graduação em História pela Universidade Estadual de Roraima (UERR). Mestrado em Educação pela Universidade de Alcalá (Espanha). Mestrado em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Atualmente é professor da Universidade Estadual de Roraima (UERR). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-4930-9370>

Selma Suely Baçal de Oliveira – Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-6765-4568>

Como citar este artigo

FEITOSA, Osmiriz Lima; OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. A lógica da reforma agrária na Amazônia brasileira: uma política pública para atender ao capital. **Revista NERA**, v. 24, n. 56, p. 113-138, jan.-abr., 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores **Osmiriz Lima Feitosa** e **Selma Suely Baçal de Oliveira**. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Osmiriz Lima Feitosa** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; a segunda autora **Selma Suely Baçal de Oliveira**,

pela aquisição de dados, sua interpretação, análise e pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 04 de setembro de 2019.

Devolvido para a revisão em 08 de julho de 2020.

Aceito para a publicação em 04 de agosto de 2020.

Zoneamento Territorial para a Cana-de-açúcar no estado de São Paulo (ZTC): Uma proposta crítica ao Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro (ZAA)

Elieni Constatino Gonçalves

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: elienaiconstantino@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar o Zoneamento Territorial para a Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo (ZTC), que é uma contraproposta ao Zoneamento Agroambiental para o setor sucroalcooleiro (ZAA). Partiu-se da hipótese de que o ZAA serve apenas como instrumento para legitimar a expansão territorial do cultivo de cana-de-açúcar e do agronegócio canavieiro em detrimento da agricultura familiar, pois em sua elaboração não foi considerado a existência dos assentamentos rurais e da agricultura familiar. Para a elaboração do ZTC, além dos dados referentes às características edafoclimáticas e de restrições ambientais, também utilizados pelo ZAA, inserimos dados referentes aos territórios dos assentamentos rurais e da agricultura familiar, ou seja, para a elaboração do ZTC consideramos a existência dos múltiplos territórios e a existência da Questão Agrária. Por fim, a partir do ZAA e do ZTC, analisamos a expansão da área plantada com cana-de-açúcar no Estado de São Paulo nos anos que compreende o período de 2003 a 2013.

Palavras-chave: Zoneamento; cana-de-açúcar; estado de São Paulo; território, desenvolvimento; agricultura familiar.

Territorial Zoning for Sugarcane in the State of São Paulo (TZS): A critical proposal for the Agro-environmental Zoning of the Sugar-Alcohol Sector (ZAA)

Abstract

This paper aims to present the Territorial Zoning for Sugarcane in the State of São Paulo (ZTC), which is a counter-proposal to the Agro-environmental Zoning of the Sugar-Alcohol Sector (ZAA). The paper is based on the hypothesis that, since the existence of rural settlements and family agriculture were not considered in ZAA's formulation, the official zonings only serves as an instrument to legitimize the territorial expansion of sugarcane cultivation and agrobusiness to the detriment of family agriculture. At the elaboration of ZTC, in addition to data on edaphoclimatic characteristics and environmental restriction, which are also used by ZAA, we have added data referring to rural settlements and family agriculture territories, that is, to elaborate the ZTC, we considered the existence of multiple territories and the existence of the Agrarian Issue. Lastly, using ZAA and ZTC, we analyzed the expansion of the sugarcane cultivated area in the State of São Paulo from 2003 to 2013.

Keywords: Zoning, sugarcane; state of São Paulo; territory; development; family agriculture.

Zonificación Territorial de la Caña de Azúcar en el estado de São Paulo (ZTC): Una propuesta crítica a el Zonificación Agroambiental para el Sector Zucroalcooleiro (ZAA)

Resumen

El objetivo de este artículo es presentar el Zonificación Territorial de la Caña de Azúcar en el Estado de São Paulo (ZTC), que es una contrapropuesta a el Zonificación Agroambiental para el sector sucroalcooleiro (ZAA). El estudio partió de la hipótesis de que el ZAA es instrumento para legitimar la expansión territorial del cultivo de la caña de azúcar y del agronegocio cañero en detrimento de la agricultura familiar, pues en su elaboración no se consideró la existencia de los asentamientos rurales y de la agricultura Agricultura Familiar em la zona. Para elaboración del ZTC, además de los datos referentes a las características edafoclimáticas y de restricciones ambientales, también utilizados por el ZAA, insertamos datos referentes a los territorios de los asentamientos rurales y de la agricultura familiar, o sea, para la elaboración del ZTC consideramos la existencia de los múltiples territorios y la existencia de la Cuestión Agraria. Por último, a partir del ZAA y del ZTC, analizamos la expansión del área plantada con caña de azúcar en el estado de São Paulo en los años que comprende el período de 2003 a 2013.

Palabras clave: Zonificación, caña de azúcar, estado de São Paulo, Territorio, Desarrollo, Agricultura Familiar.

Introdução

O Brasil é o país que conta com a maior área plantada com cana-de-açúcar no mundo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2014 o Brasil contou com 10.472.169 hectares de cana-de-açúcar plantada e uma produção de 407.466.569 toneladas de cana-de-açúcar. Segundo a FAO, em 2014 foram 10.437.567 hectares. Evidente que dependendo da fonte pesquisada, os números referentes à área plantada e a produção de cana-de-açúcar são diferentes, no entanto, quaisquer fontes pesquisadas revelam a grandeza e a representatividade da produção de cana-de-açúcar no Brasil.

A produção de cana-de-açúcar acontece no Brasil desde quando era colônia, e passou por diversas fases até a sua consolidação, não obstante, nossa análise partiu do ano de 2003, pois o consideramos como um marco inicial de um novo ciclo da expansão da área plantada com cana-de-açúcar no Brasil. Em 2003 o Brasil contava com 5.371.020 hectares de cana-de-açúcar plantada, o que correspondia a 18,64% do total mundial. Em 2014 foram 10.437.567 hectares, um crescimento de 94,33%, e passou a representar 32,19% do total mundial. Como se pode verificar, no período que compreendeu os anos de 2003 a 2014, a produção de cana-de-açúcar no Brasil foi da mesma grandeza do que do período anterior de 470 anos (1532-2002) (SAMPAIO, 2014).

Neste artigo, nosso recorte geográfico é o estado de São Paulo, pois é a unidade da federação brasileira que concentra a maior área plantada com cana-de-açúcar. Segundo dados do IBGE, a área plantada com cana-de-açúcar em São Paulo no ano de 2014 correspondeu a 46,8% do total nacional. Essa predominância da produção paulista é resultado de processo histórico, no entanto, a exemplo da produção nacional, consideramos a territorialização da produção canavieira nos anos que compreende o período de 2003 a

2014, no qual se verificou que a área plantada duplicou. Em 2003, foram plantados no estado de São Paulo 2.817.604 hectares com cana-de-açúcar e em 2014 foram 5.566.584 hectares, um aumento de 97,5%.

O modelo de produção de cana-de-açúcar é baseado no agronegócio, que segundo Welch e Fenandes (2008) é um complexo de sistemas que compreende a agricultura, indústria, mercado e finanças, todos controlados pelo capital, principalmente de corporações transnacionais, que movimentam esse complexo. Esse complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico, e é preciso compreender que esse modelo é distinto do modelo camponês. Enquanto no sistema agrícola do agronegócio a acumulação, o trabalho assalariado e a produção de commodities em larga escala são os pilares, para o sistema camponês as referências são a reprodução, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar, a produção em pequena escala principalmente de gêneros alimentícios (WELCH; FERNANDES, 2009).

A partir desse pressuposto trabalhamos com a perspectiva de que temos no campo brasileiro uma disputa territorial entre o agronegócio e o campesinato. Os territórios distintos do agronegócio canavieiro (representados nesse trabalho pela área plantada com cana-de-açúcar) e do campesinato (representados nesse trabalho pela área controlada pela agricultura familiar e assentamentos rurais) possuem seus respectivos modelos de desenvolvimento e disputam suas aplicações e controle do território nacional.

O conceito de território é indissociável da noção de poder, portanto é limitante concebê-lo apenas como limites político-administrativos dos países. Segundo Girardi (2014) “compreendemos que essas relações de poder são desempenhadas pelos sujeitos que produzem o espaço e têm objetivo de criar territórios, os quais denominamos então sujeitos territoriais.” (p. 26).

Ainda segundo Girardi (2014):

Ao exercerem seu poder no espaço para a criação de territórios, os sujeitos promovem o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR). Para caracterizar a disputa entre os sujeitos no processo de TDR podemos utilizar a noção de poder proposta por Raffestin. (p.26).

Raffestin (1993) utilizou a conceituação de espaço de Lefebvre, e poder de Foucault, concluindo que as sociedades se apropriam dos espaços e através das relações sociais, sobretudo as que revelam relações de poder, criam os territórios e suas respectivas territorialidades.

Portanto como destaca Fernandes (2008) e Gonçalves (2011) a ideia de território “como espaço de governança” está superada pela ideia da multiterritorialidade e

coexistência de múltiplos territórios. As relações sociais advindas do Estado Nação ou do sistema capitalista de produção não são as únicas a tornar o espaço em território.

Fernandes (2008) sugere o reconhecimento da multiterritorialidade, multidimensionalidade e multiescalaridade do conceito de território, pois:

[...] ao se pensar políticas territoriais é necessário compreender sua multiescalaridade e sua multidimensionalidade. Quando o território é concebido como uno, ou seja, apenas como espaço de governança e se ignora os diferentes territórios que existem no interior do espaço de governança, temos então uma concepção reducionista de território, um conceito de território que serve mais como instrumento de dominação por meio das políticas neoliberais. Nesta condição, uma determinada região é escolhida para a aplicação de políticas de desenvolvimento, em grande parte, a partir dos interesses do capital. Evidente que pelo fato das comunidades camponesas terem menor poder político, terão pouco poder de decisão na determinação das políticas, por mais que o discurso das instituições defenda o “empoderamento” das comunidades rurais. Desse modo, as políticas promovem o fortalecimento das relações capitalistas em detrimento das relações não capitalistas ou familiares e comunitárias. Intensificam-se, dessa forma, as políticas de expropriação das comunidades rurais, que perdem seus territórios para o capital que necessita se apropriar continuamente dos territórios camponeses para se expandir (p. 280).

Dessa forma se configura uma disputa territorial entre o capital e o campesinato. As terras do agronegócio, como as usinas e área plantada com cana-de-açúcar, e as terras camponesas, como os assentamentos rurais, são territórios distintos. São territórios que revelam relações sociais diferentes e que promovem modelos divergentes de desenvolvimento.

Para esse trabalho consideramos o princípio da multiterritorialidade, ou seja, a coexistência de vários territórios distintos, que estão disputando as políticas públicas que favoreçam seus territórios, o que faz parte de seus respectivos processos de territorialização. Em seus processos de territorialização os múltiplos territórios disputam o espaço de governança, ou seja, disputam o território nacional, dos estados, dos municípios, etc.

Ao analisar as políticas públicas destinadas ao agronegócio e para a agricultura familiar, fica evidente que o Estado brasileiro privilegia o modelo de desenvolvimento do agronegócio em detrimento do modelo do campesinato. O Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro (ZAA) encontra-se nessa perspectiva, pois fora instituído com o objetivo de orientar e legitimar o crescimento da área plantada com cana-de-açúcar e em nenhum momento se considerou a existência de outro modelo agrícola ou de desenvolvimento territorial.

Zoneamento é um conceito geográfico que significa dividir o espaço em zonas levando em consideração algum aspecto espacial específico para a melhor gestão dos

recursos naturais e otimização do trabalho. Há muito tempo o zoneamento é um instrumento para ordenamento territorial utilizado tanto pela iniciativa pública quanto privada (CASSOL, 1996). O ordenamento territorial funciona como um instrumento ideológico, porque os grandes grupos econômicos conjuntamente com o Estado manipulam a organização espacial para consolidar seu poder sobre o território e aumentar sua importância frente ao mercado mundial. “Tem-se assim o trato do ordenamento influenciado por laços estreitos correspondentes aos anseios da economia internacional, em que o território reflete essa intencionalidade” (CAMARGO, 2009. p. 28).

Neste trabalho apresentamos uma contraproposta ao Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro (ZAA), na qual consideramos a existência do território camponês, representado pelos assentamentos rurais e áreas sobre domínio da agricultura camponesa. Primeiramente analisamos o Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro (ZAA) com o intuito de conhecer sua intencionalidade. Posteriormente cruzamos os dados da área plantada com cana-de-açúcar com o ZAA para conhecer sua efetividade. Por fim, apresentamos o Zoneamento Territorial para a Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo (ZTC) e como aconteceu a territorialização do agronegócio canavieiro segundo a contraproposta de zoneamento para a expansão dos canaviais no estado de São Paulo.

Procedimentos metodológicos

Para a realização do trabalho utilizamos dados cadastrais e dados georreferenciados, que foram trabalhados segundo suas feições e atributos. Os dados a respeito do ZAA foram adquiridos junto à Secretaria do Meio Ambiente (SMA) e Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA); os dados da área plantada com cana-de-açúcar junto ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); Dados sobre a agricultura familiar junto ao Censo Agropecuário do IBGE e os Assentamentos Rurais junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e ao Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP).

Para a realização análise espacial utilizamos a tecnologia computacional para geoprocessamento denominadas de Sistema de Informações Geográficas (SIG). SIG é um sistema que integra hardware, software, informações espaciais, procedimentos computacionais e recursos humanos. Escolhemos trabalhar com SIG, pois nos possibilitou análises espaciais complexas, uma vez que precisamos integrar dados de diversas fontes e criar bancos de dados georreferenciados (CÂMARA, DAVIS; MONTEIRO, 2001).

Essa tecnologia faz parte do conjunto denominado geoprocessamento ou geomática, que além do SIG conta com topografia, fotogrametria, cartografia, sensoriamento

remoto e geoestatística. Os softwares utilizados foram: Quantum – GIS e ArcGis e o software de cartografia temática Philcarto, os quais nos possibilitaram, além das análises espaciais, a automatização de produtos cartográficos apresentados como resultados neste artigo.

Resultados

O Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro (ZAA) foi elaborado pela Secretaria do Meio Ambiente (SMA) em uma ação conjunta com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), e foi estabelecido em 18 de setembro de 2008 seguindo os seguintes objetivos: “disciplinar e organizar a expansão e ocupação do solo pelo setor sucroenergético”, “organizar a expansão e ocupação do solo pelas unidades agroindustriais e subsidiar a elaboração de políticas públicas”. (SÃO PAULO, 2008)

O ZAA foi elaborado e instituído para compor e subsidiar o programa da Secretaria do Meio Ambiente – SMA/SP denominado “Etanol Verde”. Este programa do governo do estado de São Paulo tem como objetivo “desenvolver ações que estimulem a sustentabilidade da cadeia produtiva de açúcar, etanol e bioenergia”. Por sua vez O Programa Etanol Verde foi elaborado a partir de um acordo entre o Governo do Estado de São Paulo representado pela Secretaria do Meio Ambiente (SMA) e Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA) com o Agronegócio Canavieiro representado pela União da Indústria Sucroalcooleira (UNICA) e Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (ORPLANA). Os parâmetros, objetivos e diretrizes bem como as responsabilidades de cada parte do acordo estão versados nos protocolos de cooperação.

O ZAA é resultado do cruzamento de dados de dois outros zoneamentos, que são: Zoneamento Ambiental e Zoneamento Edafoclimático. O Zoneamento Ambiental foi elaborado com base nas áreas de unidade de conservação e preservação e resquícios de matas. O Zoneamento Edafoclimático foi elaborado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), Instituto Agrônomo/ Centro de Cana (IAC) e Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA).

Para a análise climática foi elaborado uma série de cartas e mapas: variação espacial da temperatura do ar, precipitação pluvial, deficiência hídrica, índice hídrico e a diferença aritmética entre a precipitação e evapotranspiração potencial. A análise edáfica foi a partir das condições de fertilidade natural dos solos, pedregosidade dos solos, profundidade efetiva do solo para exploração de raízes e aptidão agrícola do solo para cana-de-açúcar (BRUNINI et al., 2008).

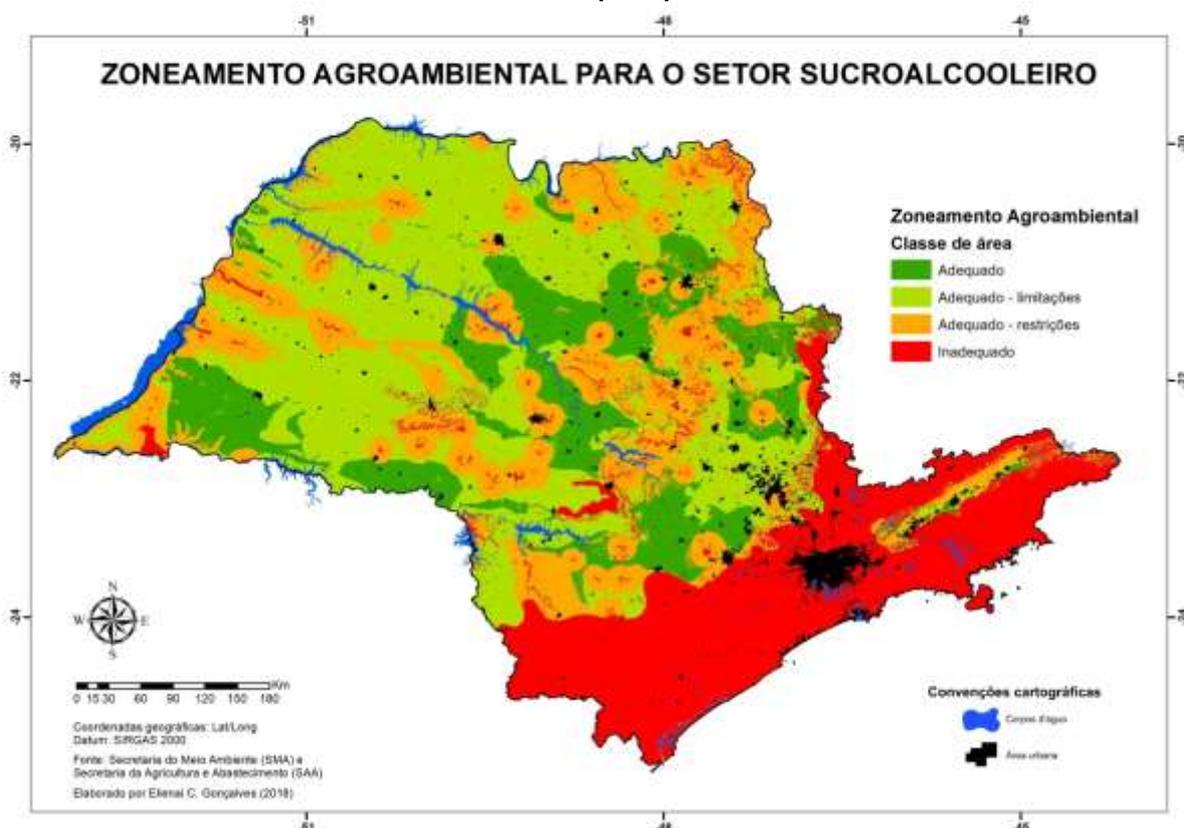
A sobreposição de dados desses dois zoneamentos originou o ZAA, definindo quatro classes de áreas para o estado de São Paulo: adequado, adequado com limitações ambientais, adequado com restrições ambientais e áreas inadequadas (ver tabela 01 e mapa 01). Verifica-se que 59,87% da área do território do estado de São Paulo, apesar das limitações e restrições ambientais, é considerado adequado para a expansão dos canaviais, enquanto apenas 15,72% é considerado adequado.

Tabela 01: Área das classes do Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro do estado de São Paulo.

Classe	Área (ha)	%
Adequado	3.889.816	15,72
Adequado com limitações	8.928.082	36,07
Adequado com restrições	5.891.501	23,80
Inadequado	6.041.795	24,41
Total	24.751.194	100,00

Fonte: INPE. Org. Elienai C. Gonçalves

Mapa 01: Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro do Estado de São Paulo (ZAA).



Ao analisar os dados da expansão da área plantada com cana-de-açúcar, verifica-se que após a instituição do ZAA, que aconteceu em 2008, não se alterou a dinâmica de expansão dos canaviais no estado de São Paulo. A expansão dos canaviais continuou em

maior proporção nas áreas adequadas com restrições e limitações ambientais enquanto diminuiu a participação da área plantada nas áreas consideradas adequadas (ver tabela 02).

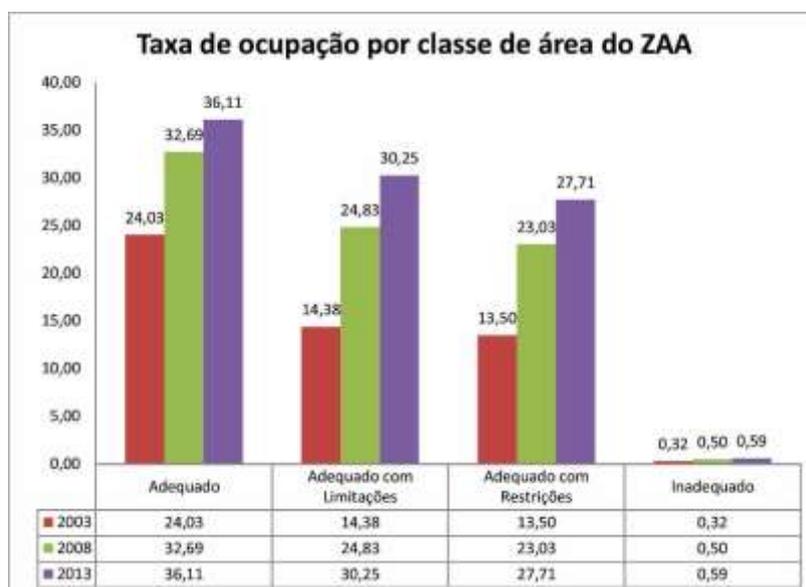
Tabela 02: Área plantada no estado de São Paulo, em hectare, por ano e por classe de área do Zoneamento Agroambiental (ZAA).

Classe de área	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Adequado	934.827	965.923	981.156	1.036.452	1.162.159	1.271.682	1.345.498	1.348.744	1.360.699	1.376.767	1.404.562
Adequado com limitações	1.283.491	1.372.554	1.450.468	1.599.214	1.896.470	2.216.864	2.403.276	2.443.324	2.502.085	2.569.739	2.701.124
Adequado com restrições	795.510	849.690	908.721	999.410	1.163.250	1.356.806	1.461.986	1.479.927	1.506.911	1.555.849	1.632.339
Inadequado	19.415	20.389	22.457	24.614	28.012	30.449	34.787	34.949	35.139	35.584	35.925
Total	3.033.243	3.210.560	3.362.803	3.661.696	4.251.898	4.877.809	5.247.556	5.308.954	5.406.845	5.537.940	5.775.963

Fonte: SMA e Canasat/INPE. Org. Elienai C. Gonçalves

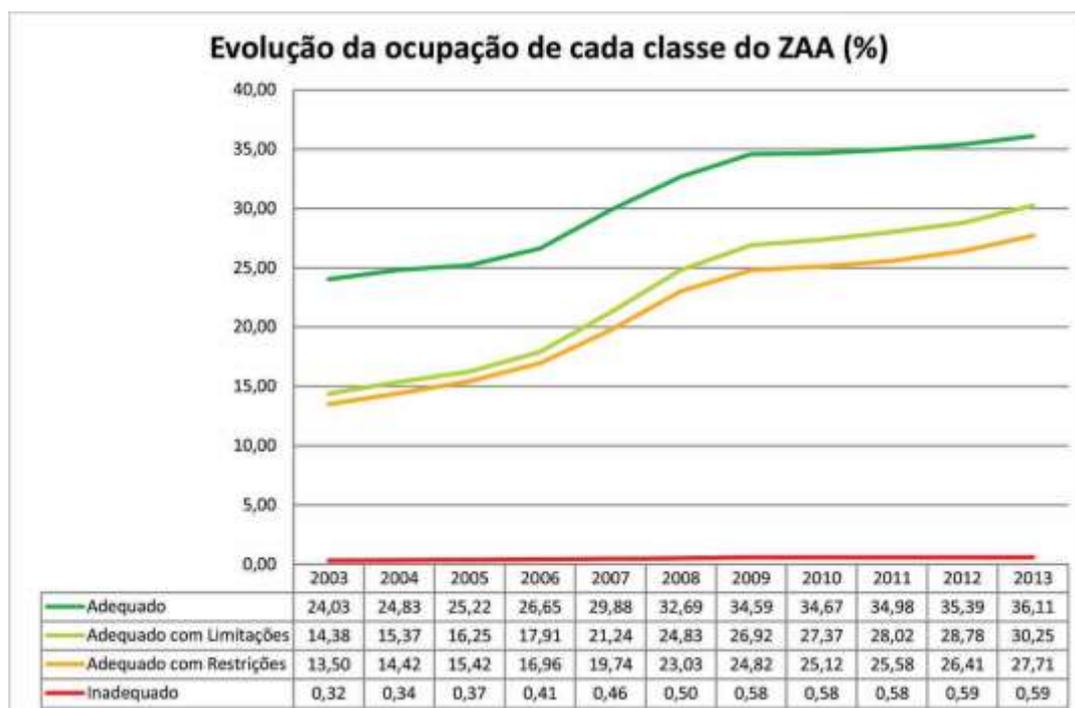
Ao analisar a evolução da produção de cana-de-açúcar em cada classe de área do ZAA constata-se que houve crescimento da área cultivada com cana-de-açúcar em todas as classes. No entanto a classe que contou com o maior crescimento da área plantada e maior taxa de ocupação foi “adequado com limitações”. Em 2003, a classe “adequado com limitações” contava com 1.283.491 hectares cultivados com cana-de-açúcar, e em 2013 passou a contar com 2.701.124 hectares (ver tabela 02) o que representou um aumento de 110%. Em 2003, 14,38% da área total dessa classe de área foi ocupada com cana-de-açúcar e em 2013 aumentou para 30,25% a taxa de ocupação. (ver gráfico 01 e 02)

Gráfico 01: Porcentagem da área plantada de cada classe de área do ZAA (2003, 2008 e 2013).



Fonte: SMA, Canasat/INPE. Org. Elienai C. Gonçalves

Gráfico 02: Evolução da área plantada com cana-de-açúcar por classe de área do ZAA



Fonte: SMA, Canasat/INPE. Org. Elienai C. Gonçalves

Zoneamento territorial para a cana-de-açúcar no estado de São Paulo (ZTC)

O Zoneamento Territorial para a Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo (ZTC) foi elaborado a partir da desconstrução o Zoneamento Agroambiental para a Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo (ZAA) (SÃO PAULO, 2008). O ZAA foi elaborado apenas com dados sobre as condições edafoclimáticas, ambientais e de restrição técnica à lavoura de cana-de-açúcar, não considerando elementos socioeconômicos do campo. Por isso, seu alcance como forma de promoção de um desenvolvimento mais abrangente é muito limitada. Para a elaboração do Zoneamento Territorial para a Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo (ZTC) acrescentamos dados referentes à agricultura familiar e aos assentamentos rurais, elementos muito importantes a serem considerados para o desenvolvimento do campo.

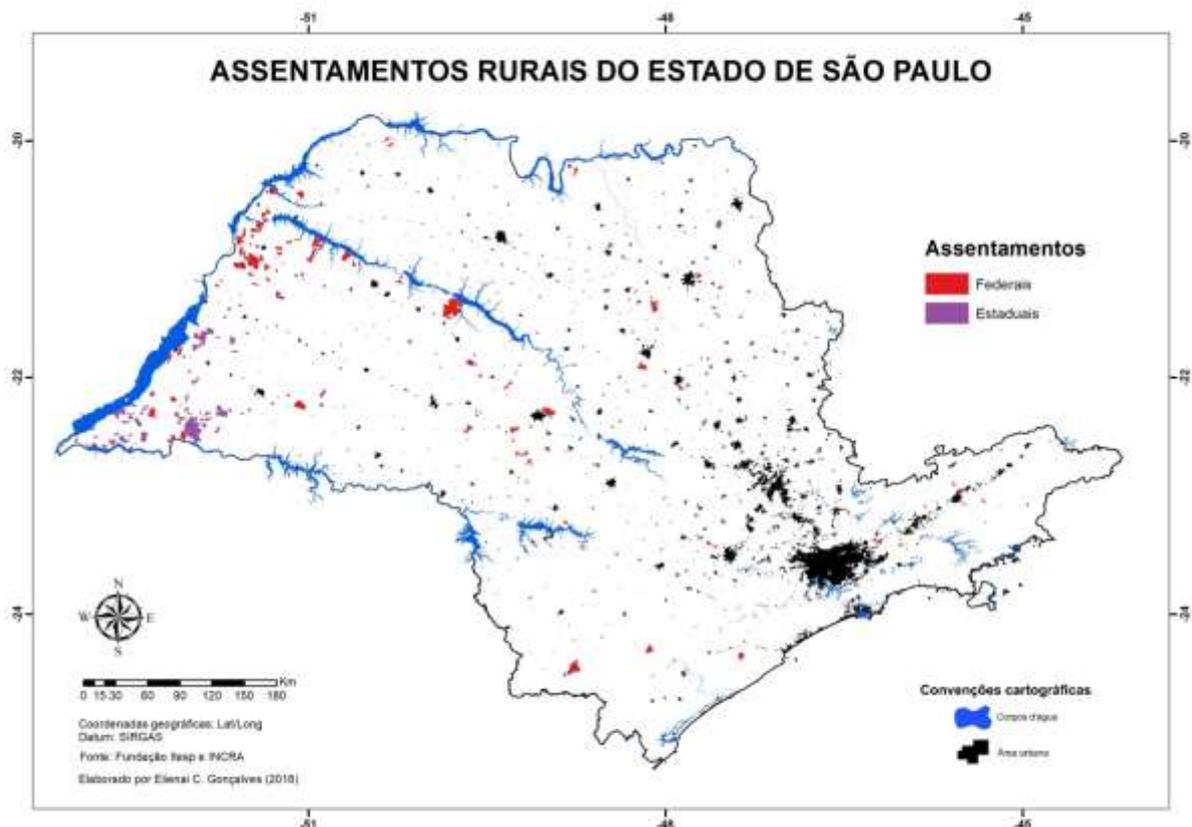
O ZAA possui quatro classes (ver mapa 01), já o ZTC possui sete classes (ver mapa 06): 1) Adequado; 2) Parcialmente adequado (atenção necessária/presença de agricultura familiar); 3) Inadequado (assentamentos rurais); 4) inadequado (forte presença de agricultura familiar); 5) inadequado (questões ambientais); 6) inadequado (questões ambientais e técnicas); 7) área com cana-de-açúcar em 2003.

Para a elaboração das novas classes que compõem o ZTC, construímos dois novos planos de informação (PI): assentamentos rurais e agricultura familiar, e os confrontamos com as classes do ZAA.

O plano de informação “assentamentos rurais” foi criado a partir da união dos dados dos assentamentos rurais federais, produzidos pelo INCRA, e assentamentos estaduais, produzidos pela Fundação Itesp. Os dados do INCRA foram acessados através do portal do acervo fundiário¹, e os dados da Fundação Itesp foram adquiridos através de requerimento oficial. Segundo os respectivos bancos de dados, no estado de São Paulo existem 226 assentamentos rurais, os quais ocupam uma área de 301.790,49 hectares (ver mapa 02).

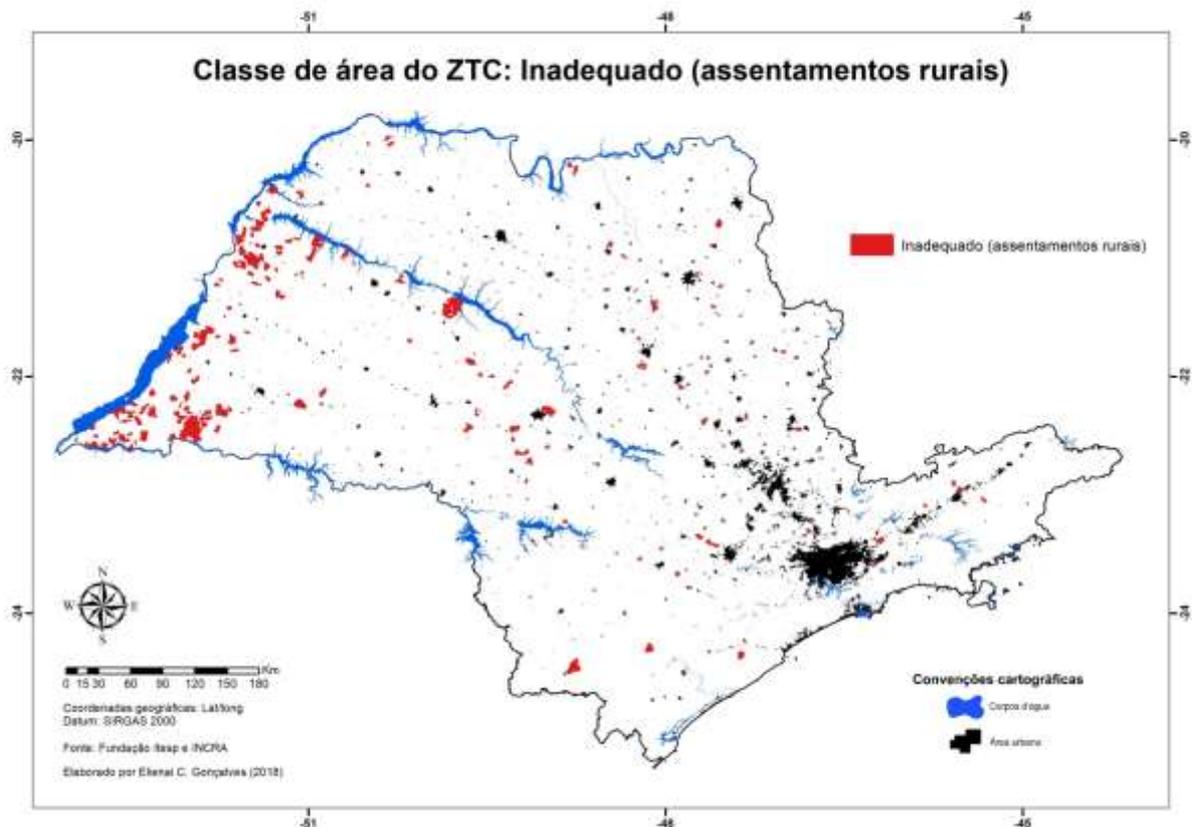
A partir dos polígonos de cada um dos assentamentos, adicionamos um *buffer* de 500 metros, pois a deriva dos agrotóxicos é um dos principais problemas para a agricultura familiar próxima às monoculturas. A deriva de agrotóxicos alcança diferentes distâncias, a qual depende do método de aplicação, das condições climáticas, da velocidade dos ventos e do espectro de gotas. Por causa da ausência de análises que considerem essas especificidades para cada um dos assentamentos, nas diferentes regiões do estado de São Paulo, aplicamos, tomando como referência estudos, uma distância mínima de 500 metros (CUNHA, 2008). Com isso, a área inadequada por causa dos assentamentos passou de 301.790,49 hectares (área dos assentamentos) para 552.228,02 hectares (ver mapa 03).

Mapa 02: Assentamentos rurais do estado de São Paulo.



¹ http://acervofundiario.incra.gov.br/i3geo/geodados/ASSENTAMENTOS_BRASIL/

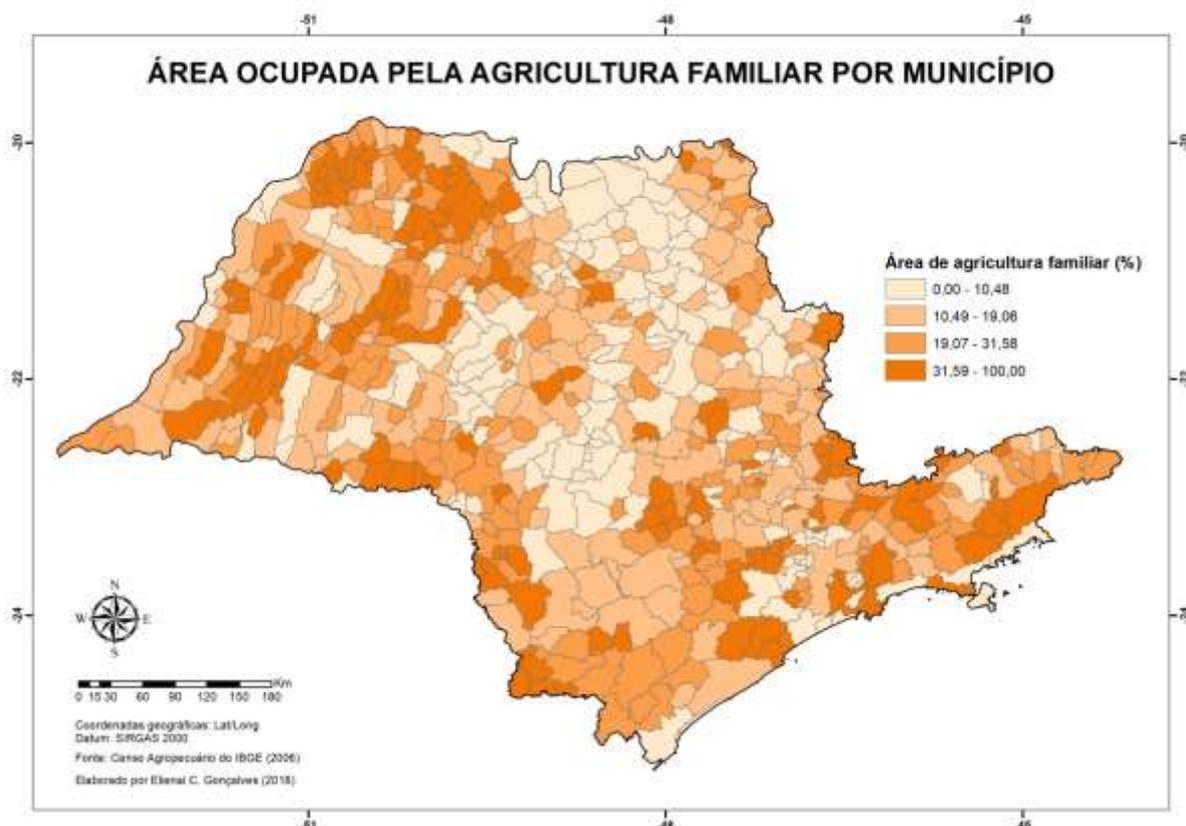
Mapa 03: Classe de área do ZTC: Inadequado (assentamentos rurais).



As áreas que correspondem aos assentamentos rurais foram consideradas inadequadas para a expansão da área plantada com cana-de-açúcar, porque fazem parte do território do campesinato. Apesar das áreas dos assentamentos rurais serem consideradas, pelo ZAA, aptas segundo os fatores edafoclimáticos, essas áreas consistem em territórios, que possuem o modelo de desenvolvimento próprio, que é com base no campesinato, e divergente ao modelo do agronegócio, baseado na agricultura capitalista. Essas diferenças tornam as áreas dos assentamentos definitivamente inadequadas para o cultivo de cana-de-açúcar, pois a produção de cana-de-açúcar nos assentamentos significaria a territorialidade do agronegócio em território camponês, o que levaria à eliminação do modelo de desenvolvimento proposto para os assentamentos rurais.

O plano de informação “agricultura familiar” foi criado a partir da espacialização dos dados do Censo Agropecuário de 2006. Mapeamos os dados da participação dos estabelecimentos agropecuários familiares na área total dos estabelecimentos agropecuários nos municípios paulistas (ver mapa 04).

Mapa 04: Área ocupada pela agricultura familiar por município do estado de São Paulo.

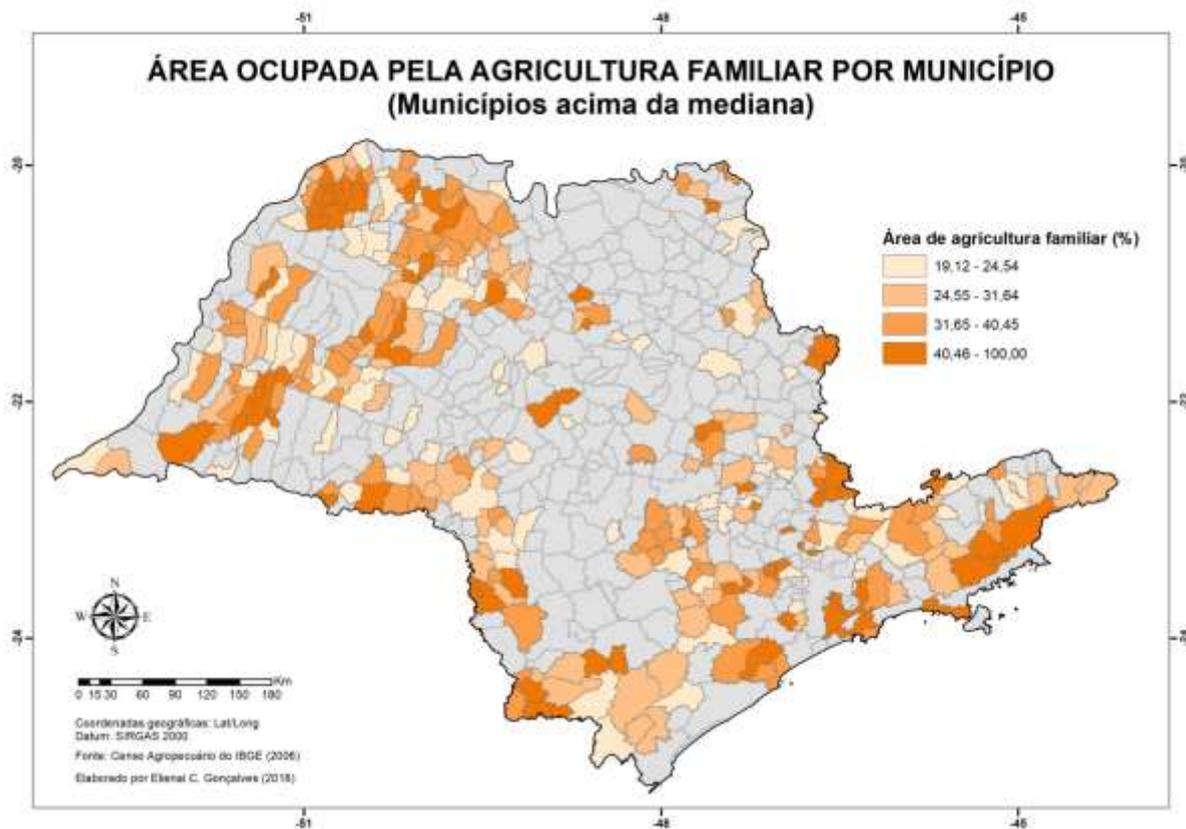


Para a criação das duas classes de área da contraproposta que corresponde às áreas influenciadas pela presença de agricultura familiar por município: “Parcialmente adequado (atenção necessária/presença de agricultura familiar)” e classe “Inadequado (forte presença da agricultura familiar)”, utilizamos o plano de informação “agricultura familiar” (ver mapa 04) e aplicamos os seguintes procedimentos:

1. Classificação dos municípios segundo a participação da área dos estabelecimentos familiares na área total dos estabelecimentos agropecuários dos municípios;
2. Cálculo da mediana² da participação dos estabelecimentos agropecuários familiares na área dos estabelecimentos agropecuários nos municípios (mediana = 19,1%);
3. Seleção dos municípios cuja participação da agricultura familiar na área era igual ou superior à mediana (19,1%) – 324 municípios;
4. Classificação em quartil³ dos municípios com participação da agricultura familiar na área igual ou superior à mediana (ver mapa 05);

² É o valor central de determinado dado que divide um conjunto de indivíduos em duas metades com o mesmo número de indivíduos. Nesse caso, 50% dos municípios estão acima e 50% estão abaixo de 19,1%.

Mapa 05: Área ocupada pela agricultura familiar (municípios acima da mediana).



5. Seleção dos municípios dos dois quartis inferiores (igual ou maior a 19,1 até 31,64%) – Resultou em parte classe **“parcialmente adequado (atenção necessária/presença de agricultura familiar)”** – **163 municípios**;
6. Seleção dos municípios dos dois quartis superiores (igual ou maior a 31,65%) – Resultou em parte na classe **“Inadequado (forte presença da agricultura familiar)”** – **161 municípios**.

Para formar definitivamente as duas classes, os resultados dos itens 5 e 6 foram cruzados com a classe “adequado” do ZAA. No caso da primeira classe em questão (item 5), foi formada pelo cruzamento/coincidência do resultado do tópico 5 acima com a classe “adequado” do ZAA. Para a segunda classe (tópico 6), quando o resultado coincidiu com a classe “adequado” do ZAA, adotamos o resultado do tópico 6, prevalecendo a inadequação. Em todos os outros casos, quando houve coincidência com os resultados dos tópicos 5 e 6, as demais classes prevaleceram.

Assim, 698.222,79 hectares que eram “adequados” no ZAA passam a ser inadequados no ZTC, pois possuem forte presença de agricultura familiar. Outros

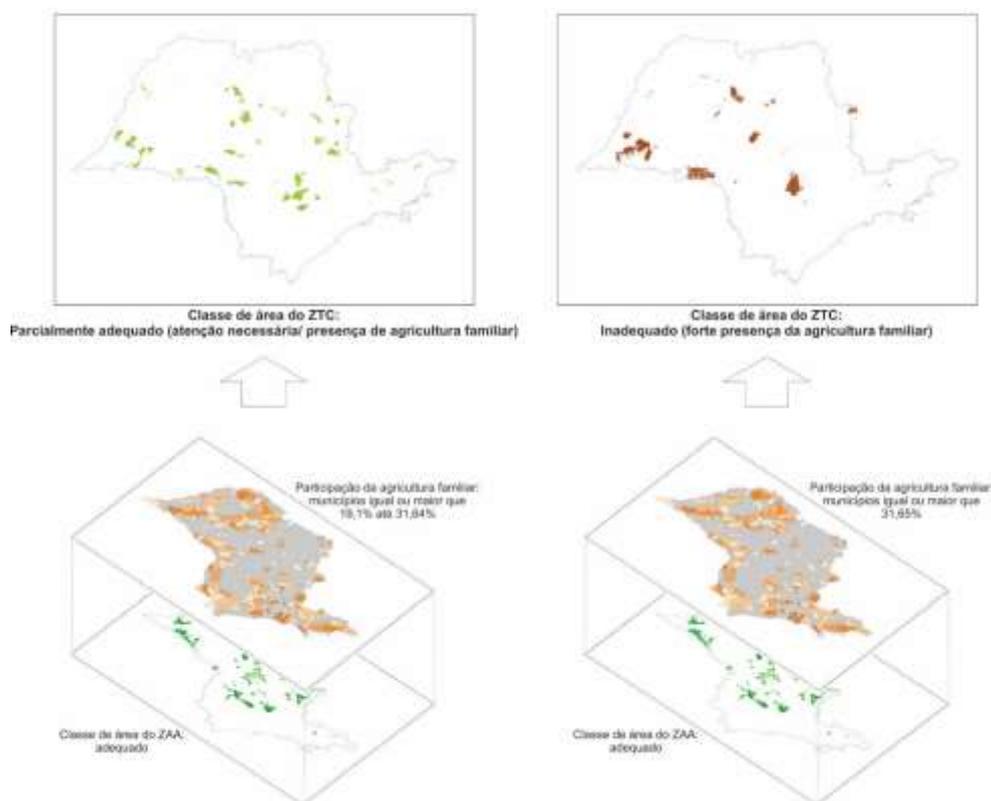
³ São os valores que dividem a distribuição em quatro partes iguais.

733.665,77 hectares também considerados adequados no ZAA passam a ser “parcialmente adequados”, já que possui presença de agricultura familiar.

Na figura 01, apresentamos um modelo de como utilizamos os planos de informação para a elaboração das classes de área: “inadequado (forte presença de agricultura familiar)” e “parcialmente adequado (atenção necessária/presença de agricultura familiar)”.

A partir do cruzamento dos planos de informação e criação das classes de áreas seguindo os critérios apresentados anteriormente, o ZTC conta com as seguintes classes: 1) Adequado; 2) Parcialmente adequado (atenção necessária/presença de agricultura familiar); 3) Inadequado (assentamentos rurais); 4) inadequado (forte presença de agricultura familiar); 5) inadequado (questões ambientais); 6) inadequado (questões ambientais e técnicas); 7) área com cana-de-açúcar em 2003. (ver mapa 06 e tabela 03)

Figura 01: Organização dos planos de informação para a criação das classes de área.



Mapa 06: Zoneamento Territorial para a Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo (ZTC).



Tabela 03: Classes de área do ZTC.

Classe de área	Área (ha)	%
Adequado	1.654.742	6,65
Parcialmente adequado (atenção presença de agricultura familiar)	611.891	2,46
Inadequado (assentamentos rurais)	456.131	1,83
Inadequado (forte presença de agricultura familiar)	587.815	2,36
Inadequado (por questões ambientais e técnicas)	5.991.770	24,09
Inadequado (por questões ambientais)	12.534.330	50,40
Área com cana-de-açúcar em 2003	3.033.301	12,20
Total	24.869.980	100,00

Org. Eliezer C. Gonçalves

Após o tratamento dos dados e definições das classes, para o ZTC, constata-se que a classe adequada é a área também considerada adequada pelo ZAA, porém com subtração das áreas: ocupadas por cana-de-açúcar em 2003; dos assentamentos rurais; e da agricultura familiar (ver tabela 03). Portanto, no ZTC, a área adequada é a que conta com condições edafoclimáticas, técnicas e ambientais favoráveis para a cultura de cana-de-açúcar e que não estão sendo utilizadas pela agricultura familiar.

Julgamos que as áreas utilizadas pela agricultura familiar não são adequadas para a cultura de cana-de-açúcar, pois o modelo de desenvolvimento do agronegócio sucroalcooleiro é antagônico ao modelo da agricultura familiar. Impedir que a cana-de-

açúcar se territorialize nos municípios com maior participação da agricultura camponesa contribui para que o processo de desintegração do campesinato seja minimizado, evitando que o contingente de agricultores familiares que resta no estado de São Paulo seja reduzido.

A classe de área “inadequado (por questões ambientais)” são as áreas classificadas pelo ZAA como “adequado com limitações” e “adequado com restrições ambientais”. Essas áreas são referentes às Áreas de Proteção Ambiental (APA), áreas de amortecimento das UCPI (Unidades de Conservação de Proteção Integral), áreas com qualquer grau de prioridade para incremento da conectividade, bacias hídricas consideradas críticas e áreas de alta vulnerabilidade de águas subterrâneas do estado de São Paulo. Destaca-se que essas áreas são consideradas pelo ZTC como inadequadas para a expansão da cultura da cana-de-açúcar, enquanto para o ZAA são consideradas adequadas.

A classe de área “Inadequado (por questões ambientais e técnicas)” conta com as áreas que além de contar com impedimentos ambientais, como na classe de área “inadequado (por questões ambientais)”, contam também com restrições edafoclimáticas para a cultura da cana-de-açúcar e às áreas com declividade superior a 20%. Essas áreas foram as únicas classificadas como Inadequado pelo ZAA, as quais denominamos no ZTC como “Inadequado (por questões ambientais e técnicas)”.

Tendo como referência os anos de 2003, 2008 e 2013, os quais respectivamente marcam o início do novo ciclo de aumento da área plantada com cana-de-açúcar, ano da elaboração do ZAA e último ano que o INPE disponibilizou os dados georreferenciados da área plantada, procuramos responder as seguintes questões: Para quais áreas a cana-de-açúcar não deveria ter expandido do ano de 2004 até o ano de 2008? Para onde a cana-de-açúcar não deveria ter ido após a instituição do ZAA, que corresponde os anos de 2009 até 2013? E para onde a cana-de-açúcar não deve ir a partir de 2013?

Ao analisar os resultados do cruzamento do ZTC com a área plantada (ver tabela 04) faz necessário enfatizar que, ao elaborar o ZTC consideramos o ano de 2003 como marco inicial. Portanto, as áreas cultivadas com cana em 2003 foram subtraídas das classes de áreas do ZTC. O objetivo da análise foi investigar o processo de expansão da cana-de-açúcar nas classes do ZTC.

Uma observação importante, é que na análise dos dados por período (2004-2008 e 2009-2013) não foi considerada a dinâmica temporal de avanço e recuo do cultivo de cana-de-açúcar, ou seja, se uma área passou a ter ou deixou de ter cana-de-açúcar em um dos anos intermediários os dados dessa dinâmica não foram computados. Consideramos apenas a condição da cultura de cana-de-açúcar nos anos de referência dos períodos (2004-2008 e 2009-2013).

Tabela 04: Evolução anual da área plantada com cana-de-açúcar nas classes de área do ZTC (2004-2013).

Classe de área	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Adequado	32.096	54.540	86.702	159.503	259.987	304.531	313.534	327.248	343.428	367.419
Parcialmente adequado (atenção necessária/presença de agricultura familiar)	9.145	21.177	33.492	62.581	87.311	102.960	105.815	107.438	108.231	110.811
Inadequado (assentamentos rurais)	2.183	5.159	7.413	13.812	24.046	29.771	31.775	33.806	35.773	38.796
Inadequado (forte presença de agricultura familiar)	6.589	11.384	22.276	52.956	74.319	87.809	89.769	92.064	94.810	98.866
Inadequado (questões ambientais)	191.962	361.933	598.309	1.074.419	1.676.729	1.978.475	2.057.480	2.151.783	2.277.573	2.495.057
Inadequado (questões ambientais e técnicas)	1.663	4.179	6.255	10.096	15.510	19.940	20.328	20.727	21.443	22.014
Total	243.638	458.372	754.447	1.373.367	2.137.902	2.523.486	2.618.701	2.733.066	2.881.258	3.132.963

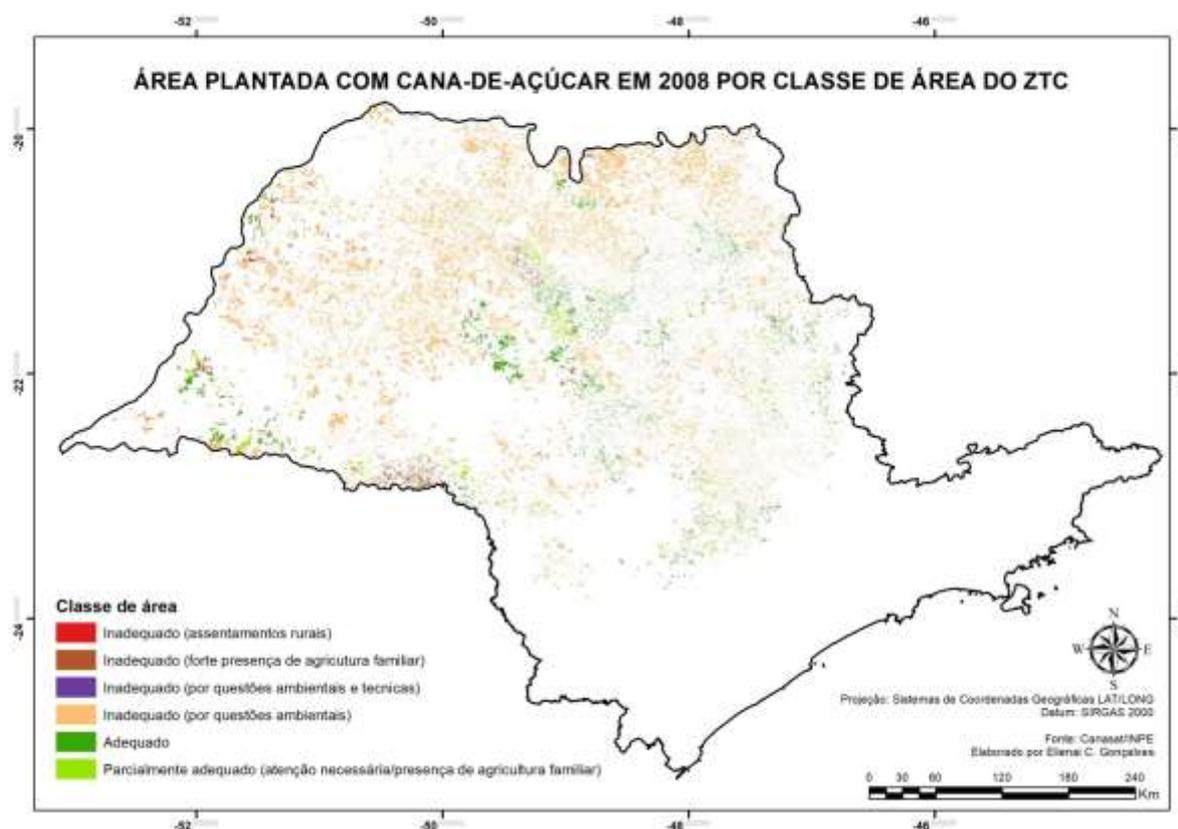
Fonte: Canasat/INPE. Org. Elienai C. Gonçalves

No período 2004-2008, utilizando como referência o ano de 2008, a expansão da área do cultivo de cana-de-açúcar segundo o ZTC não deveria ter se expandido para as áreas classificadas como: “Inadequado (assentamentos rurais)”, “inadequado (forte presença de agricultura familiar)”, “inadequado (questões ambientais)” e “inadequado (questões ambientais e técnicas)”. As áreas plantadas com cana-de-açúcar nesse período e nessas áreas somam um total de 1.790.606,87 hectares (ver tabela 05 e mapa 07).

Tabela 05: Área ocupada por cana-de-açúcar em 2008.

Classe de área do ZTC	Área (ha)
Inadequado (questões ambientais e técnicas)	15.510,63
Inadequado (por questões ambientais)	1.676.729,56
Inadequado (forte presença de agricultura familiar)	74.319,73
Inadequado (assentamentos rurais)	24.046,95
Adequado	259.987,49
Parcialmente adequado	87.311,74

Fonte: Canasat/INPE. Org. Elienai C. Gonçalves

Mapa 07: Área ocupada por cana-de-açúcar no ano de 2008 por classe do ZTC.

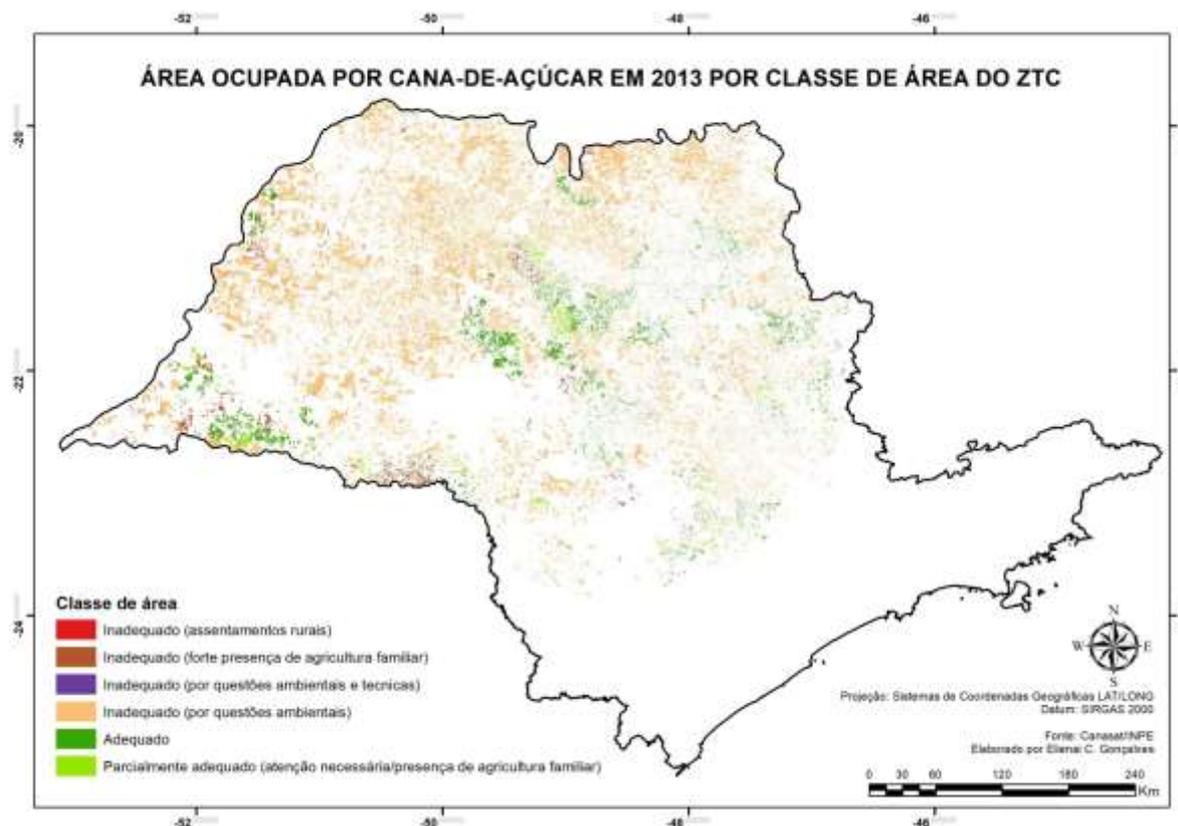
Segundo o ZTC, no período 2009-2013, o cultivo de cana-de-açúcar não deveria ter ocupado 2.836.385,07 hectares referentes às áreas: “Inadequado (por questões ambientais e técnicas)”, “Inadequado (por questões ambientais)”, “Inadequado (forte presença de agricultura familiar)” e “Inadequado (assentamentos rurais)”, como detalhado na tabela 05 e mapa 08.

Tabela 06: Área ocupada por cana-de-açúcar em 2013.

Classe de área do ZTC	Área (ha)
Inadequado (questões ambientais e técnicas)	22.014,93
Inadequado (por questões ambientais)	2.495.057,50
Inadequado (forte presença de agricultura familiar)	98.866,78
Inadequado (assentamentos rurais)	38.796,20
Adequado	367.419,10
Parcialmente adequado	110.811,68

Fonte: Canasat/INPE. Org. Elienai C. Gonçalves

Mapa 08: Área ocupada por cana-de-açúcar no ano de 2013 por classe do ZTC.

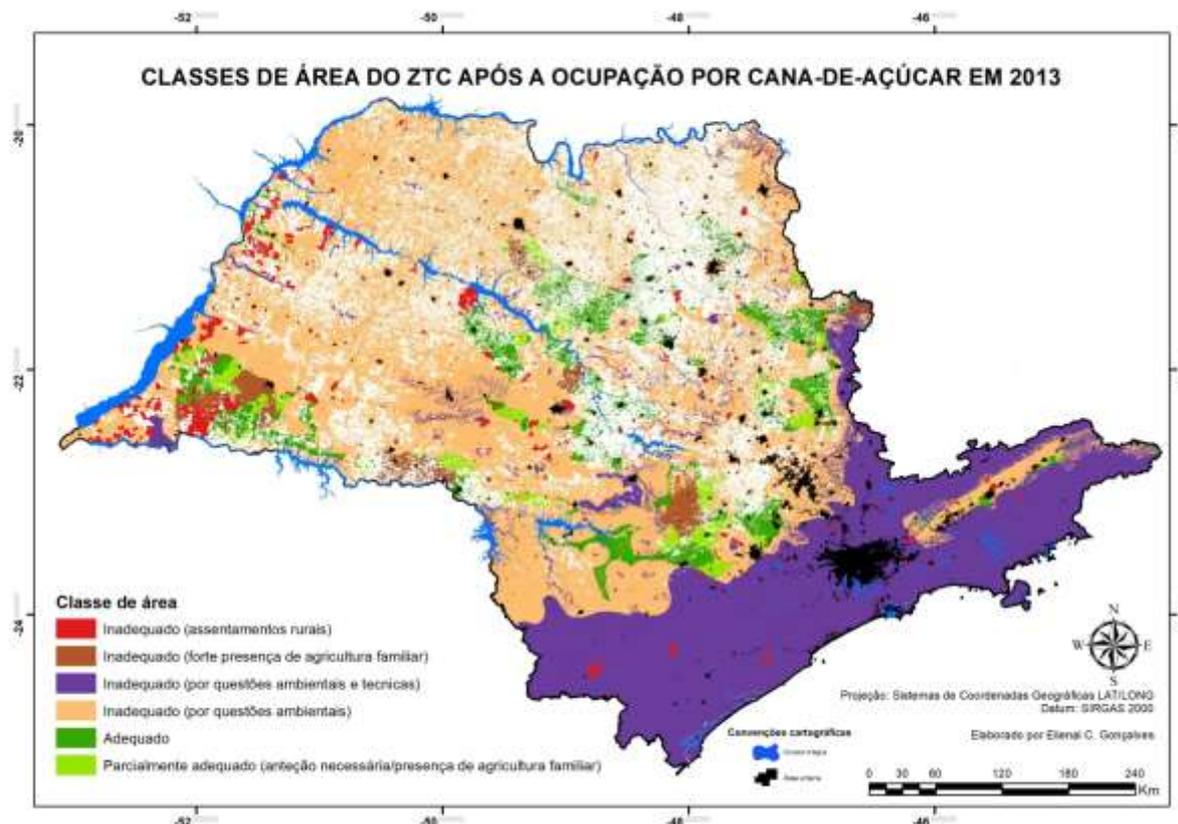


Para responder a questão: Quais as áreas que a cana-de-açúcar não deve ocupar a partir de 2013 segundo o ZTC? Subtraímos das classes de área do ZTC as áreas ocupadas pela cana no ano de 2013. O resultado está apresentado na tabela 06 e mapa 09.

Tabela 07: Área das classes de área do ZTC após a ocupação da cana-de-açúcar em 2013

Classe de área do ZTC	(A) área ZTC	(B) área com cana em 2013	(A) - (B)
Adequado	1.654.742,59	367.419,10	1.287.323,49
Parcialmente adequado (atenção necessária/presença de agricultura familiar)	611.891,31	110.811,68	501.079,63
Inadequado (assentamentos rurais)	456.131,96	38.796,20	417.335,76
Inadequado (forte presença de agricultura familiar)	587.815,76	98.866,78	488.984,98
Inadequado (por questões ambientais e técnicas)	5.991.770,98	22.014,93	5.969.756,05
Inadequado (por questões ambientais)	12.534.330,15	2.495.057,50	10.039.272,50

Fonte: Canasat/INPE. Org. Elienai C. Gonçalves

Mapa 09: Classes de área do ZTC após a ocupação da cana-de-açúcar em 2013.

Considerações finais

Verificou-se que o Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro no Estado de São Paulo (ZAA) foi apresentado com a função de ordenar e orientar a expansão da área plantada com cana-de-açúcar, com o objetivo de promover o crescimento sustentável do agronegócio canavieiro. Como toda forma de conhecimento, notam-se na elaboração dos zoneamentos, elementos políticos subjacentes, uma vez que não se considerou a existência dos assentamentos rurais e da agricultura familiar.

Reconhecendo a Questão Agrária no estado de São Paulo, reinterpretamos os dados utilizados pelo ZAA, adicionamos elementos que consideramos importantes para serem pensados no contexto da questão agrária: os assentamentos rurais e os estabelecimentos da agricultura camponesa. Portanto, acreditamos que o ZTC é mais abrangente ao compreender a multidimensionalidade e multiterritorialidade do território.

Nossa contraproposta, o ZTC, não tem a pretensão de ser um “modelo ideal” de zoneamento, e sim se apresentar como possibilidade, pois ao reconhecermos o território da agricultura familiar e os assentamentos rurais com suas respectivas territorialidades e modelos de desenvolvimento, a área considerada adequada para a expansão do agronegócio canavieiro no estado de São Paulo não é da dimensão indicada pelo ZAA.

O ZAA ao não considerar a existência de outros territórios, demonstra que foi elaborado numa perspectiva de não haver possibilidade para outros modelos de desenvolvimento para o campo no estado de São Paulo numa perspectiva oficial que privilegia a expansão do agronegócio canavieiro em detrimento do modelo de desenvolvimento da agricultura camponesa.

O ZAA foi elaborado para responder as reivindicações de ambientalistas, movimentos sociais e sociedade em geral sobre o rápido crescimento da área plantada com cana-de-açúcar, sobretudo a partir de 2003. No entanto, ao analisarmos a evolução da área plantada com cana-de-açúcar no período de 2003 a 2013, percebemos que não houve alteração na dinâmica de territorialização do agronegócio canavieiro, que continuou a crescer, em relação à área plantada, majoritariamente em áreas consideradas inadequadas por questões ambientais.

Após a elaboração do sistema de credenciamento ambiental e assinatura dos protocolos de cooperação entre o Governo do estado de São Paulo e o agronegócio, na figura da Orplana e Única, fica evidente que o ZAA serve apenas como ferramenta para legitimação da expansão da área plantada com cana-de-açúcar. Mesmo em áreas com restrições e limitações ambientais, que julgamos serem inadequadas, é reconhecida como uma atividade “sustentável” por se enquadrar nas exigências dos protocolos.

O ZAA, também serviu para indicar ao agronegócio canavieiro as melhores terras para a cultura da cana-de-açúcar no estado de São Paulo. Ao mapear as condições edafoclimáticas favoráveis para a cultura da cana e as áreas com declividade do terreno abaixo de 12%.

Referências

BRUNINI, Orivaldo et. al. **Zoneamento de culturas bioenergéticas no Estado de São Paulo**: Aptidão edafoclimática da cultura da cana-de-açúcar. São Paulo: Ciiagro, 2008. Apresenta dados sobre a aptidão edafoclimática para a cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.ciiagro.sp.gov.br/zoneamento/2008/Zoneamento2008a.htm>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2019.

CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodoveu; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira. **Introdução à Ciência da Geoinformação**. São José dos Campos: INPE, 2001. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2019.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. Ordenamento Territorial e Complexidade: Por uma reestruturação do espaço social. In: Almeida, F.G.; SOARES, L.A.A. (Orgs.). **Ordenamento Territorial**: Coletânea de Textos com Diferentes Abordagens no Contexto Brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 21-60.

CASSOL, Roberto. **Zoneamento ambiental elaborado com variáveis otimizadas estatisticamente, geradas por técnica cartográfica**. 1996. 292f. Tese. (Doutorado em

Geografia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

FOUCAULT, Michel; MACHADO, Roberto. **Microfísica do poder**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. 349 f. tese (doutorado - Universidade Estadual Paulista) Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/Presidente Prudente.)

_____. Subsídios do conceito de espaço geográfico em Milton Santos e em Roger Brunet para uma interpretação sobre a indissociabilidade entre espaço geográfico e território. In: **Revista Mato Grossense de Geografia**. v. 17, n.1, p. 15-32, Cuiabá, 2014.

GONÇALVES, Elienai Constantino. **Disputa territorial entre o movimento camponês e o agronegócio canavieiro em Teodoro Sampaio – SP**. 2011. 153 f. dissertação (doutorado – Universidade Estadual Paulista) Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/presidente Prudente.

LEFBREVE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell Publishing, 1991 [1974].

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

RAMALHO FILHO, Antônio.; BEEK, Klaas Jan. **Sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras**. 3. ed. Rio de Janeiro: EMBRAPA, 1995.

SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado. **360 graus – O périplo do açúcar em direção à Microregião Canavieira do Centro-Sul Brasileiro**. 2014. 826f. tese. (doutorado – Programa de Pós Graduação em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH/ USP.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Resolução nº 88, de 19 de dezembro de 2008.

WELCH, Clifford Andrew.; FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: Paulino, Eliane Tomiasi.; FABRINI, João Edmilson. (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 161-190.

Sobre o autor

Elienai Constantino Gonçalves – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-9802-1146>

Como citar este artigo

ZONEAMENTO TERRITORIAL PARA A CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO (ZTC): UMA PROPOSTA CRÍTICA AO ZONEAMENTO AGROAMBIENTAL PARA O SETOR SUCROALCOOLEIRO (ZAA)

GONÇALVES, Elienai Constantino. Zoneamento Territorial para a Cana-de-açúcar no estado de São Paulo (ZTC): Uma proposta crítica ao Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro (ZAA). **Revista NERA**, v. 24, n. 56, p. 139-161, jan.-abr., 2021.

Recebido para publicação em 23 de setembro de 2019.

Devolvido para a revisão em 18 de março de 2020.

Aceito para a publicação em 30 de setembro de 2020.

Acaparamiento e Controle de terras: a presença chinesa em terras brasileiras e argentinas

Monalisa Lustosa Nascimento

Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI/UNESP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.

e-mail: monaliisalustosa@gmail.com

Alexandre Cesar Cunha Leite

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.

e-mail: alexccleite@gmail.com

Resumo

A “febre pela terra”, disputa territorial global que toma impulso a partir da convergência de crises em 2008, apresentou consequências diversas. Uma delas é o controle de terras pelo capital transnacional, direcionado à reprodução, valorização e proteção de capitais, produção de commodities, produção de agrocombustíveis, produção de energia ou tão somente a especulação. Esta “corrida pela terra” culminou no crescimento do Acaparamiento ou Controle de terras. Neste cenário, a América Latina tem sido um dos principais destinos da busca por terras pelo capital transnacional. Brasil e Argentina são avaliados neste artigo como os países latino-americanos com maior índice de estrangeirização de terras até 2019. Funcionando como países-chave para o acesso à América Latina, estes países também são avaliados enquanto principais exportadores latino-americanos de commodities como soja e milho. Por fim, toma-se como relevante o papel da China enquanto apropriador que busca o controle de terras agricultáveis no Brasil e na Argentina. Para tal, são avaliadas as relações sino-brasileiras e sino-argentinas, os contratos que revelam o controle de terras pela China no Brasil e na Argentina e qual seu grau de sua atuação nestes países enquanto estrangeirizador de terras latinas.

Palavras-chave: Acaparamiento de tierras; controle de terras; estrangeirização; Brasil; Argentina; China.

Acaparamiento and control of land: the chinses presence in Brazilian and Argentina land

Abstract

The “fever for land”, a global territorial dispute that arises from the convergence of crises in 2008, had different consequences. One of them is the control of land by transnational capital, aimed at reproduction, appreciation, and protection of capital, production of commodities, production of agrofuels, or just speculation. This “race for land” culminated in the emergence and growth of the Acaparamiento de Tierras phenomenon or transnational capitalist appropriations of land, also known as Foreigners. In this scenario, Latin America has been one of the main destinations in the search for land for transnational capital. Brazil and Argentina are assessed in this article as the Latin American countries with the highest rate of Land Covering and Foreign by 2019. These countries are considered as the main Latin American exporters of commodities like soy and corn. Finally, China's role as a capitalist appropriator and seeking control of agricultural land in Brazil and Argentina are considered relevant. To sum up, the Sino-Brazilian and Sino-Argentine relations evaluated, the contracts

reveals the control of land by China in Brazil and Argentina, and the degree of its performance in these countries as a collector and foreigner of Latin lands.

Keywords: Acaparamiento; foreignization of land; land control; Brazil, Argentina.

Acaparamiento y controle de tierras: la presencia china en tierras brasileñas y argentinas

Resumén

La llamada "fiebre por la tierra" que surgió de la convergencia de las crisis de los años 2007/2008 tuvo múltiples consecuencias, incluida la intensificación del control de la tierra por parte del capital transnacional, dirigida a la reproducción, valorización y protección del capital, la producción de commodities, producción de agrocombustibles o simplemente especulación. Esta "carrera por la tierra" culminó con la aparición y el crecimiento del Acaparamiento de Tierras o el fenómeno de Apropiación Transnacionales de Tierras. En este escenario, América Latina ha sido uno de los principales destinos de Acaparamiento. Brasil y Argentina son calificados en este artículo como los países latinoamericanos con el índice de Acaparamiento más alto y objetivos para el control de la tierra por parte del capital transnacional hasta 2019. Funcionando como países clave para el acceso a América Latina, estos países también se valoran como los principales exportadores latinoamericanos de productos básicos como la soja y el maíz. Finalmente, se considera relevante el papel de China como parte interesada en el control de las tierras cultivables en Brasil y Argentina. Con este fin, se evalúan las relaciones chino-brasileñas y chino-argentinas, los contratos de liquidación de tierras de China en Brasil y Argentina, y su grado de desempeño en estos países como acaparador de tierras.

Palabras-clave: Acaparamiento de tierras; controle de tierras; Brasil; Argentina; China.

Considerações iniciais

A demanda mundial por terras, fruto de um interesse global gerado pelo aumento do preço das *commodities* agrícolas e não agrícolas no mercado internacional, adquiriu em 2008 um caráter de "disputa territorial" a nível global. A estrangeirização e o controle da terra pelo capital nacional e internacional, tratado como recente, tem de novidade somente suas novas causas, motivações e tecnologias: uma crise financeira que desencadeou as crises alimentar, energética e climática (SAUER; LEITE, 2012). As tecnologias de comunicação e computação permitem que os capitalistas nos países centrais tenham maior confiança sobre o controle não só dos investimentos, mas também de vigilância sobre todos os processos de produção e comercialização (FEDERICO; ALMEIDA 2019).

O que não é novidade no controle e estrangeirização da terra na América Latina, por exemplo, é que seu início data dos tempos da colonização, já que o processo de colonização em si, constituiu uma grande apropriação e estrangeirização das terras latino-americanas. Neste ponto vale a leitura que Oliveira (2010) faz sobre o

movimento de estrangeirização de terras no Brasil desde a ditadura militar na década de 1960 e os planos de internacionalização da Amazônia.

Já a crise alimentar reforçou argumentos como o de que mais pessoas no mundo demandam mais alimentos e desta forma, somente através da aquisição de terras em diversos países, produção de *commodities* e exportação massiva, seria capaz de produzir uma segurança alimentar (COTULA, 2012). A entrada do capital financeiro no setor agrícola é parte de um modelo de acumulação intensiva. Para McMichael (2016), a extrema industrialização e financeirização da agricultura resultam em um regime alimentar corporativo ou (na configuração de um) mercado da “segurança alimentar”.

Este modelo de expansão do capitalismo quando atinge o setor agrário não só transforma a relação entre o camponês e a terra, como também ocasiona a concentração do capital nas mãos de poucos, gerando, por consequência, as migrações tanto do capital quanto da mão de obra dos trabalhadores, que partem do campo rumo aos centros urbanos em busca de trabalho e meios de subsistência (HARVEY, 2004).

Algumas das consequências do controle e estrangeirização de terras são: concentração agrária, desigualdades, dependência econômica e insegurança alimentar. Além de aumentar consideravelmente conflitos contra os povos do campo e os povos tradicionais, expulsões e desterritorialização (SASSEN, 2014; ARAGÃO; SANTOS, 2017; BOECHAT, et al, 2017).

Na América Latina e Caribe a apropriação de terras é chamada em espanhol de *Acaparamiento de Tierras*. Carregado de peso político, o termo traz a denúncia sobre concentração de terras como risco aos direitos dos camponeses sobre a terra, povos indígenas, agricultores familiares e demais “povos pobres do campo” (EGUREN, 2011; BORRAS; FRANCO, 2010). Ao utilizar *Acaparamiento de Tierras* para designar as práticas de apropriações de terras, tem-se o reflexo de poder e das relações de poder inseridos no entendimento sobre *acaparamiento* que abrangem mais fatores que somente o controle estrangeiro da terra, como o papel do Estado e do capital nacional no processo de *Acaparamiento* (EGUREN, 2011; BORRAS; FRANCO, 2010).

Pereira (2017) propõe a utilização do termo “controle de terras” como uma alternativa equivalente em português ao *acaparamiento de tierras*, ao perceber que a apropriação de terras em larga escala tem como elemento central o controle da terra. Já a transferência do controle da terra para atores transnacionais, constitui parte do processo de apropriações de terras: é a estrangeirização ou “o controle de terras pelo capital estrangeiro” (PEREIRA, 2017. p. 47).

A maior parte da produção presente nas terras apropriadas é caracterizada pelo cultivo de “*commodities flexíveis*”, os cultivos-tríade: alimento-ração-combustível como a soja, cana de açúcar, óleo de palma e milho (BORRAS, et al, 2016). Esse tipo de produção é impulsionado pelo “*boom das commodities*”, ocasionado pela mudança na dieta alimentar, muito pautada no aumento do poder aquisitivo da população em alguns países, e a elevação do preço do petróleo bruto que exerceu grande influência no uso de *commodities* alimentares para a produção de biocombustíveis (MARANHÃO; VIEIRA, 2017).

Apesar de este artigo focar especificamente em dois países da América Latina, é necessário enfatizar que o acaparamiento e o controle de terras é encontrado por toda a América Latina, desde América Central à América do Sul, sob diferentes regimes, formas e impactos, coincidindo dentro deste panorama as disputas territoriais, os conflitos e a histórica concentração de terras e demais recursos naturais latino-americanos.

Neste cenário de controle de terras latinas, a China destaca-se como um dos principais países interessados nas terras brasileiras e argentinas, sendo também um dos principais destinos das *commodities* latino-americanas. Parte dessa relação é fruto do crescimento chinês e sua preocupação com a insegurança alimentar (BRAUTIGAM, 2011, 2015), outra parte é fruto da política *Going Out* centrada na internacionalização da economia chinesa e no movimento massivo de investimento estrangeiro direto da China na América Latina.

Com a melhora da qualidade de vida da população chinesa derivada de um crescimento econômico contínuo por mais de três décadas, políticas de aumento do consumo e do acesso da população a bens básicos, além de políticas de produção alimentar em cadeia houve, conseqüentemente, a melhora da dieta alimentar de parte dessa população (BRAUTIGAM, 2011, 2015; SOUSA; LEITE, 2017).

O incremento no consumo chinês lança a preocupação com a segurança alimentar do país e aumenta a demanda por bens primários, entre os principais: milho e soja. Conseqüentemente, há uma demanda intensificada pelo governo chinês em estabelecer metas e políticas públicas domésticas e internacionais que mantenham o acesso/fornecimento do seu mercado interno a bens alimentícios e insumos essenciais para produção de mercadorias que também são direcionadas a cadeia de alimentação (SOUSA; LEITE, 2017).

Sol Mora (2019) evidencia esse movimento chinês em busca de controle sob o abastecimento alimentar de seu país através de análises dos investimentos estrangeiros diretos (IED) chinês como uma prioridade na estratégia *Going Out*, criada para promover a expansão de empresas chinesas ao redor do mundo. Assim, a autora

argentina se debruça a estudar os investimentos chineses no setor agrícola argentino como uma estratégia oficial da China de investir ao redor do mundo como forma de garantir seu abastecimento (MORA, 2019).

De acordo com os dados da plataforma Land Matrix¹ (fevereiro, 2019) sobre acaparamiento e controle de terras, a China possui contratos de estrangeirização de terras com pelo menos 8 dos 12 países da América do Sul, a saber: Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Peru, Venezuela, Bolívia e Guiana e 1 contrato na América Central com a Nicarágua. Os contratos de apropriação de terras são maiores com a Argentina e com o Brasil seguindo o mesmo fluxo dos investimentos: os setores de agropecuária, mineração e energia.²

Dado o cenário acima delineado, o objetivo deste artigo é avaliar o acaparamiento de tierras na Argentina, apropriações e estrangeirização de terras no Brasil e dentro de um panorama nacional, avaliar o marco legal de terras nestes dois países, as relações bilaterais destes países com a China, dos contratos de apropriações transnacionais de terras sino-brasileiros e sino-argentinos. A estrutura do artigo deriva deste desenho de objetivos traçados. Faz-se em um primeiro momento um panorama do acaparamiento e da estrangeirização nos países foco para posteriormente tratarmos os casos. Encerra-se com as considerações finais.

No que concerne ao aparato metodológico utilizado, fez-se uso da síntese narrativa. A síntese narrativa, também denominada de revisão tradicional, apresenta uma operacionalização menos rígida da documentação e dos dados encontrados sobre o tema tratado. Serve bem aos objetivos propostos pois é frequentemente utilizada para apresentar uma temática de maneira mais aberta e exploratória. Esse instrumental permitiu que se tratasse o tema trazendo um panorama geral sem esgotar todas as fontes. Por conta disso, não é necessário estabelecer critérios específicos para seleção de base de dados, escolha de literatura e sintetização de informações. Dado que o objetivo proposto é analisar a estrangeirização de terras (ver se será mantido essa nomenclatura) nos casos de Brasil e Argentina, entende-se que essa

¹ O Land Matrix é uma iniciativa independente impulsionada por organizações não governamentais e instituições acadêmicas que desde 2009 monitoram e alimentam um banco de dados sobre controle de terras ao redor do globo. A plataforma Land Matrix é de livre acesso e reúne dados de compra, venda, arrendamento, concessões e quais os usos e destinos destas terras (agricultura, mineração, florestamento, energia, turismo, indústria etc.). Entretanto, na América Latina e Caribe, a base de dado Land Matrix tem disponibilizado dados que representam somente 2% de toda área agrícola da região (VENENCIA; et al, 2019), isso mostra por fim, que existem lacunas e ausências de dados que seriam muito ricos para entender melhor o contexto latino-americano e que muitos países estão subnotificados em relação a real situação de acaparamiento e controle de terras.

² Os dados disponibilizados pelo Land Matrix permitem analisar estes países como principais alvos, porém, a falta de dados sobre transações e negociações e ainda os diferentes marcos regulatórios de outros países como Paraguai e Equador por exemplo, permitem somente uma visão parcial da realidade acerca do controle e acaparamiento de terras na América Latina. Estima-se que cerca de 35% do território paraguaio esteja sob controle estrangeiro, sobretudo de países vizinhos como Brasil, Argentina e Uruguai (PEREIRA, 2018).

estrutura metodológica atende aos propósitos ao realizar uma análise ampla que possibilite a discussão dos casos listados e seu “estado de arte”.

O controle chinês nas terras brasileiras e argentinas: similaridades e diferenças no acaparamiento e controle de terras

Brasil e Argentina compartilham semelhanças na trajetória do acaparamiento e controle de terras, tanto em números quanto em características. Ambos tiveram governos de partidos de centro-esquerda durante os picos de estrangeirização de terras e ambos modificaram as leis para dificultar a posse da terra por estrangeiros (LEITE; LIMA, 2017)³.

Entretanto, uma ressalva a ser feita sobre a estrangeirização de terras nestes países, é também a posição destes enquanto estrangeirizadores em escalas internacionais. O Brasil ocupa (dados de 2019) o 8º lugar no *ranking* mundial de países apropriadores de terras. É um caso curioso, principalmente quando o Brasil também figura no 4º lugar do *ranking* de países com terras apropriadas pelo capital estrangeiro (LAND MATRIX, 2019). Os investimentos brasileiros para além dos países latino-americanos se concentram nos países africanos, sobretudo Angola e Moçambique (SOUZA; LEITE, 2017).

Na Argentina a peculiaridade está na sua multiplicidade de formas e fins do acaparamiento, que podem ser desde o cultivo de soja e através da expansão do agronegócio, até por meio da mineração, principalmente metais (PEREIRA, 2018).

Para Costantino (2016), o chamado processo de “pampeanización” das regiões extra-pampeanas, isto é, produzir em regiões nortenhas ou na Patagônia, culturas que antes só poderiam ser produzidas nos Pampas como a soja, milho e trigo, constitui parte das mudanças de uso da terra em curso na Argentina, impulsionadas pela demanda e elevação do preço da terra.

No Brasil há um movimento de abertura e facilitação ao controle de terras estimulado por parte do governo desde 2016, como incentivo à estrangeirização. Este movimento é entendido como fundamental para o aumento dos investimentos no agronegócio brasileiro⁴. Decorrente deste incentivo nas apropriações transnacionais e da expansão do setor agropecuário por novos territórios, o controle e a

3 O cenário regulatório foi alterado com a entrada dos Presidentes Michel Temer (2016) e, posteriormente, Jair Bolsonaro (2019) no Brasil e Mauricio Macri (2015) na Argentina.

⁴ Entende-se que há uma nítida motivação política no caso brasileiro. Infelizmente, não é foco deste artigo trazer esta análise, que se encontra em curso em outro documento que os autores estão produzindo.

estrangeirização de terras tem avançado com intensidade na região do MATOPIBA⁵ (discutido mais adiante) e também na região da Amazônia (CASTRO, et al, 2017).

Ao tempo que o meio rural brasileiro é constituído historicamente por resistências à exploração, expropriação e de luta pela terra, também é constituído pela concentração de terra e de renda, pelo monocultivo e exploração do trabalho. São simultaneamente antigas suas raízes patronais que reafirmam constantemente a sua aliança entre o capital e a terra, entre governo e representantes do agronegócio – que em muitos casos são governantes – em esferas de poder e alcances variados (CASTRO, et al, 2017).

A entrada da China na América Latina dá-se, sobretudo, através dos fluxos comerciais, investimentos diretos, da compra de empresas de setores estratégicos como energia, transporte e mineração, e por fim, através da compra de terras agricultáveis. Em todos estes casos o Brasil figura como primeiro da lista de interesse chinês (CEPAL, 2016; 2018).

Neste âmbito, é necessário apontar o papel determinante que o setor de exportação latino-americano desempenhou frente às demandas externas por *commodities* agrícolas proporcionando também a diversificação dos parceiros comerciais e dos investidores internacionais. Entende-se ainda que a predominância do setor agroexportador como promotor histórico do crescimento da economia destes países tende a fortalecer a força política dos seus representantes além de reforçar o discurso econômico da preferência pela posição de país agroexportador.

Este é o caso específico da China neste artigo. A China é responsável pela metade do crescimento mundial do consumo de óleo de soja, além de ter sido responsável pela terça parte do incremento no consumo de soja do mundo entre 2007 e 2008 (ROSALES; KUWAYAMA, 2012). Apesar de ser uma das grandes produtoras mundiais do grão, a China importou pelo menos 53% da soja mundial, 28% do óleo de soja e 23% do algodão estrangeiro (GRAIN, 2019).

As medidas de intensificação das exportações da América Latina para a China foram assumindo caráter de prioridade em diversos Estados latino-americanos, já que as exportações de bens primários para o país asiático representaram 70% do total exportado pela América Latina em 2015, estando concentrado em 4 produtos: petróleo e derivados, minério de ferro, cobre e derivados, soja e outros grãos (CEPAL, 2016). Só o Brasil é responsável por pelo menos 68% das exportações agrícolas latino-americanas para a China e a quase totalidade do setor agroexportador latino-americano é complementada com outros países sul-americanos como Argentina,

⁵ Acrônimo para uma microrregião que liga partes dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Chile, Uruguai e Paraguai. Dentro deste panorama, a soja representou 74% das exportações em 2015 (CEPAL, 2016).

O Brasil continua exportando sozinho cerca de 70% do total enviado para a China, seguido da Argentina, Chile e Uruguai, que juntos chegam aos 97%. Com isto, crescem o número de empresas latinas que exportam para a China. A partir de 2016 é observado o crescimento das fusões e aquisições tendo a China como grande investidora/compradora mundial, ficando atrás somente dos Estados Unidos. Na América Latina e Caribe, as empresas chinesas investiram concentradamente nos setores de energia, mineração e agropecuária (CEPAL, 2018).

O Brasil e a Argentina, países-chave da entrada chinesa em território latino-americano, são avaliados no próximo tópico como os principais fornecedores de alimentos e matérias-primas da região, e de acordo com o exposto no artigo, os principais alvos da estrangeirização e acaparamiento que visa o controle de terras agricultáveis (geral e pela China).

A Estrangeirização de terras brasileiras e o controle do território pela China

Segundo Celso Furtado (1961), o Brasil é um país marcado pela abundância de terras e, contraditoriamente, pelo difícil acesso à propriedade destas. Complementando-se ao pensamento de Furtado, Ariovaldo Oliveira (2013, p. 144), afirma que “o Brasil se caracteriza por ser um país que apresenta elevadíssimos índices de concentração da terra. Nele estão os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou”.

A financeirização da agricultura enquanto estratégia é construída historicamente desde o período da ditadura militar brasileira. Com a entrada do século XXI e após a crise econômica na primeira década, a acumulação de capital na esfera do agronegócio retorna enquanto estratégia, configurando-se como pacto (DELGADO, 2013). É desta época também que nasce o marco regulatório da apropriação de terras por estrangeiros sob a Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971.

A política fundiária brasileira da primeira década afastou-se das perspectivas dos movimentos sociais agrários e tornou-se “ostensivamente pró-agronegócio, do ponto de vista do Executivo federal”. Um exemplo é a MP 458/2008 que permitiu que ocupantes e grileiros apropriassem cerca de 68 milhões de hectares de terras públicas na Amazônia (DELGADO, 2013, p. 74).

Diante da corrida por terras e expansão espacial do agronegócio, a estrangeirização de terras no Brasil apresentou números cada vez maiores, obtendo

em resposta, uma tentativa de conter o avanço das estrangeirizações através do Parecer da Advocacia Geral da União (doravante AGU), o Parecer AGU/LA-01, aprovado pelo presidente Lula em 2010, que tem como objetivo limitar e restringir as apropriações transnacionais de terras brasileiras a compras de 5 mil ha e soma das terras de 25% da área do município (BRASIL, 2010).

Entretanto, haja vista a existência de marcos regulatório sobre o acesso à terra no Brasil, o que se observa são fatores que evidenciam a ineficiência no controle dos mesmos. Para Teixeira (2013, p.89), tal “frouxidão” “representa o padrão institucional brasileiro graças ao qual foram se constituindo e consolidando a assimetria e demais anomalias na estrutura de posse e uso da terra no Brasil”. Esta postura ou marca de conduta, é fruto da influência política dos grandes proprietários rurais que ainda segundo Teixeira (2013, p. 90):

“Mantém-se no Brasil o anacronismo das leis, normas e práticas administrativas por meio do qual são admitidas permissividades descabidas, como a possibilidade concreta do acesso sem limites à propriedade fundiária, ainda que pesem vedações ou limites presentes na Constituição de 1988; contudo, originariamente sem eficácia por conta dos efeitos de outros dispositivos conflitantes no próprio Estatuto Federal, ou por reinterpretações judiciais”.

Com o *boom de commodities* e a posição brasileira enquanto fornecedora mundial de *commodities* agrícolas (e dentro destas, inclui-se os agrocombustíveis) e minerais, observou-se uma corrida pelos recursos naturais do Brasil. Os incentivos ao capital estrangeiro também andaram lado a lado com a remoção de barreiras para a expansão de fronteira agrícola (TEIXEIRA, 2013; LEITE e NETTO, 2018).

A apropriação e controle de terras pelo capital financeiro impulsionou no Brasil a constante expansão do agronegócio para fins de produção de commodities, especulação imobiliária e financeirização da agricultura. Este é o caso da idealização do agronegócio para a exploração da nova fronteira agrícola, o chamado MATOPIBA (acrônimo para Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). O Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA foi criado a partir do decreto nº 8447 em 2015 e propõe a criação de políticas públicas para o desenvolvimento econômico do agronegócio na zona (GITE, 2015).

Apesar da delimitação formal ter sido realizada somente em 2015 pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), em 2013 a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) começou a delimitar a região do MATOPIBA e trazer para as mídias a promessa da nova e última fronteira agrícola brasileira (FREDERICO; ALMEIDA, 2019). De acordo com a EMBRAPA, a área de

implementação do Plano MATOPIBA corresponde a cerca de 73 milhões de hectares distribuídos em 31 microrregiões e 337 municípios.

A criação do MATOPIBA em 2015 é a consolidação de um movimento que vem tomando proporções maiores desde o início dos anos 2000 através das empresas de capital financeiro em busca de controle de terras de fácil aquisição (FREDERICO; ALMEIDA, 2019). Os investimentos, sobretudo de capitais transnacionais voltados para a produção de commodities como a soja, milho e cana-de-açúcar, expressam de acordo com Castro et al, (2017, p. 89) “a territorialização de capital transnacional na região”. De acordo com Fernandes, Frederico e Pereira (2019), há pelo menos 36 empresas transnacionais que atualmente, participam da estrangeirização e controle de terras no Maranhão, Piauí, Tocantins e na Bahia.

Dentre as 36 empresas estrangeiras apropriando terras, grande parte destas são oriundas de países como Estados Unidos, Japão, Canadá e Argentina.

Quadro 1: Apropriações transnacionais de terras na região do MATOPIBA – alguns casos.

Região	Empresa investidora	País investidor	Setor	Hectare
Maranhão	Mitsui & Co Ltd.	Japão	Agricultura	9.864
São Desiderio, Bahia	Mitsui & Co Ltd.	Japão	Agricultura	75.075
Tocantins	South American Soy LLC	Estados Unidos	Agricultura	1.416
Santa Cruz de Cabrália, Bahia	Stora Enso e Fibria	Finlândia e Brasil	Madeira	100.000
Baixa Grande, Bahia	Cresud S.A. e Novo Mercado	Argentina e Brasil	Biocombustíveis	27.807
Tocantins	Biogreen Oil B.V.	Noruega	Biocombustíveis	4.400
Salvador, Bahia	Largo Resources Ltd	Canadá	Mineração	28.587
Tocantins	Belo Sun Mining	Canadá	Mineração	35.000
Dianópolis, Tocantins	Soros Fund Management e Qatar Investment Authority (QIA)	Estados Unidos e Qatar	Agricultura	20.508
Luis Eduardo Magalhaes, Bahia	Arakatu LLC.	Estados Unidos	Agricultura	3.529
Ribeiro Gonçalves, Piauí	Cresud S.A. e Novo Mercado	Argentina e Brasil	Agricultura	7.455
Baixa Grande do Ribeiro, Piauí	Grupo CGG e Sojitz Group	Brasil e Japão	Agricultura	50.000
São Raimundo das Mangabeiras, Maranhão	Cresud S.A. e Novo Mercado	Argentina e Brasil	Agricultura	32.556

Cotegipe, Bahia	Harvard Management Company	Estados Unidos	Agricultura e Pecuária	140.000
Pedro Afonso, Tocantins	Bunge Limited e Itochu	Estados Unidos e Japão	Indústria	93
Rio Gurupi ⁶	Jaguar Mining Inc.	Estados Unidos	Mineração	128.627

Elaboração própria. Fonte: Land Matrix, maio de 2019. Fernandes, Frederico e Pereira, 2019.

O Quadro 1 traz alguns dos contratos de apropriações transnacionais de terras na região do MATOPIBA. O caso do Rio Gurupi chama atenção para as apropriações de recursos naturais que não somente a terra, mas também cursos d'água e rios. A apropriação para fins de mineração faz parte do Projeto Gurupi, da empresa Jaguar Mining Inc. através de sua subsidiária brasileira MCT, e está localizado no Estado do Maranhão. A Jaguar é uma empresa mineradora que explora principalmente o ouro e opera no Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais.

Outras regiões brasileiras que historicamente são alvos da expansão da agropecuária apresentaram nas últimas décadas o aumento de apropriações transnacionais e controle de terras para fins de produção de commodities agrícolas (sobretudo a soja). São estados como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Pará e também com a ostensiva produção sucroalcooleira no estado de São Paulo (PITTA, 2016; LAND MATRIX, 2019).

Paralela à produção de soja, há também a ostensiva produção canieira, que como mostrado anteriormente, é propulsora da economia agrícola desde a colonização. Controlada em grande parte pelo capital transnacional, há pelo menos 58% de área plantada de cana-de-açúcar no Brasil, controlada por estrangeiros e dentre estes, multinacionais como Cargill, Bunge e Shell (MITIDIERO Jr., 2016).

Neste cenário, a China apresenta-se como uma das principais compradoras das *commodities* brasileiras. O relacionamento sino-brasileiro apesar de já despontar na década de 1980, somente a partir de 2003 é de fato consolidado. Com a criação dos BRICS em 2009, a relação entre Brasil e China intensifica-se pautada não só pelo comércio de commodities, mas a priori, como uma política de relações 'estratégica' entre países do Sul Global como aposta ao desenvolvimento.

As apropriações transnacionais de terras brasileiras pela China apresentam menores proporções em relação às apropriações diretas de outros países no Brasil, tanto em quantidade de contratos, quanto em número de hectares. Entretanto, os fins das apropriações de terras pela China, seguem o mesmo fluxo dos investimentos, as *commodities* agrícolas como a soja, são os principais interesses.

⁶ Curso d'água localizado na divisa entre Maranhão e Pará.

Quadro 2: Contratos de apropriações de terras por empresas chinesas no Brasil.

Região	Empresa investidora	Setor	Hectare
Goiás	Pacific Century Group ⁷	Biocombustíveis e agricultura	7.786
Jaborandi, Bahia	Pacific Century Group	Agrícola	10.853
Correntina, Bahia	Pacific Century Group	Agrícola	8.758
Tocantins	Zhejiang Fudi Agriculture Company, Heilongjiang State Farm Company	Agrícola (soja)	16.000
Rio Grande do Sul	Zhejiang Fudi Agriculture Company, Heilongjiang State Farm Company	Agrícola (soja)	600

Elaboração própria. Fonte: Land Matrix, 2019.

É importante observar que da mesma forma que os outros países (listados no quadro anterior), a China também está presente nas regiões do MATOPIBA, como a Bahia e o Tocantins, onde tem inclusive, os maiores números de hectares apropriados dentre seus contratos de aquisição de terras no Brasil.

O Plano de implementação do MATOPIBA reforça a territorialização do agronegócio na última fronteira agrícola do cerrado, num território onde 35% da população pertence ao campo. O MATOPIBA, portanto, se territorializa destruindo o cerrado e as comunidades locais, povos do campo, povos tradicionais, além de modificar o espaço e trazer consigo os conflitos, expulsões e desterritorialização (FERNANDES; FREDERICO; PEREIRA, 2019).

De acordo com os dados de Fernandes, Frederico e Pereira (2019), os conflitos têm apresentado aumento exponencial com ápice no ano de 2016. As motivações dos conflitos na região do MATOPIBA são principalmente a luta pela terra, trabalho e água. Entretanto, apesar de em 2017 os conflitos apresentarem uma queda em relação aos anos anteriores, o estado do Piauí seguiu intensificando os conflitos nos municípios situados na região MATOPIBA: dos 22 conflitos por terra registrados no estado, 19 foram registrados nos municípios inseridos no MATOPIBA (FERNANDES; FREDERICO; PEREIRA, 2019).

De acordo com o documento “Os Custos Ambientais e Humanos do Negócio de Terras: O caso do MATOPIBA, Brasil”. Publicado em junho de 2018 pela FIAN International, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra (CPT), o avanço no cultivo de soja e cana-de-açúcar na região do MATOPIBA

⁷ Pacific Century Group, TRG Management LP ("TRG," d/b/a The Rohatyn Group), Said Holding, Pictet Private Equity Investors, Solvia Investment Management, Louis Dreyfus Group. Provenientes de: China, Região Administrativa Especial de Hong Kong, Estados Unidos, Bermudas, Suíça, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Holanda.

creceu entre 2000 e 2014, 253% e 379% respectivamente. Parte do território apropriado correspondem às áreas de baixão e de chapada, utilizados de forma coletiva, de onde se retiravam os meios de subsistência das comunidades camponesas e povos tradicionais e eram administrados com base nos costumes tradicionais (FIAN, 2018).

Outra forma de acaparamento e controle que não as apropriações transnacionais de terras, estão nas aquisições de empresas de setores estratégicos como energia, transporte, mineração e agroindustrial (EDELMAN, 2016, EDELMAN, BORRAS JR, 2016). As grandes aquisições chinesas se concentraram no setor energético e o Brasil foi o país que mais vendeu empresas do setor para a China.

Quadro 3: Principais aquisições da China no Brasil entre 2016 e 2017.

Empresa investidora	Ativos adquiridos	Setor	Montante (em Milhões U\$)
China Molybdenum Co. Ltd.	Anglo americana-niobio e fosfatos	Mineração	1.500
China Three Gorges Corporation	Duke Energy International, Brasil Ltda.	Energia	1.200
Hainan Airlines Co Ltd	Azul S.A. (23,7%)	Transporte	450
GIC Pte Ltd (Singapura), Brookfield Infrastructure Partners LP (Canadá), China Investment Corporation (China)	Nova Transportadora Do Sudeste S.A. (90%)	Energia	5.200
State Grid Corporation of China	CPFL Energia SA (100%)	Energia	10.290
State Power Investment Corporation	Sao Simao Hydroelectric Power Plant Brazil	Energia	2.250
CITIC Agricultural Industry Fund Management Co Ltd	Dow Agro Sciences Sementes & Biotecnologia Brasil Ltda	Químicos	1.100

Elaboração própria. Fonte: Land Matrix, 2019.

Há que se ressaltar que as aquisições de empresas brasileiras pela China são, juntamente com a Argentina, as principais aquisições em linhas gerais na América Latina. O Brasil foi o principal alvo das aquisições não só no Cone Sul como em todo território latino-americano. Entretanto, as apropriações transnacionais de terras brasileiras por parte da China ainda são menores se comparadas aos números e proporções das apropriações transnacionais de terras no Brasil por países como Estados Unidos, Canadá, Argentina e Japão. Porém, quando se trata de aquisições de empresas, controle de cadeias de valor e até mesmo a dependência brasileira das exportações para a China, entende-se que o Brasil não só é o maior parceiro comercial da China na América Latina, como também seu maior dependente.

Como resultado, presencia-se uma precoce desindustrialização brasileira, em grande parte, relacionada à crescente relação com a China, principal comprador/consumidor das *commodities* brasileiras (CUNHA et al, 2012). A tendência reprimarizadora da economia brasileira é consequência, portanto, do processo de especialização da pauta exportadora brasileira no setor primário, visto que as principais exportações se concentram em commodities como soja, milho, petróleo e gás, além de recursos naturais como a extração mineral (CASTRO, et al 2017).

Por fim, a concentração fundiária segue seu curso, por vias nacionais ou internacionais, avançando cada dia a fronteira agrícola, expandindo cada vez mais as monoculturas de soja, milho e cana-de-açúcar. A transformação de uma economia agrícola colonial em uma economia agroindustrial e sua sensação de modernidade trouxe junto com o desenvolvimento do capitalismo internacionalizado, maior concentração agrária e, sobretudo, expulsões e exclusões de povos do campo.

Depois do Brasil, o curso do acaparamiento e estrangeirização segue América Latina adentro e quase tão forte quanto é a apropriação capitalista e internacional das terras no Brasil apresenta-se o acaparamiento de terras na Argentina, avaliado no próximo tópico.

Acaparamiento de terras na Argentina: o território argentino sob controle chinês

A Argentina, país federativo, possui 23 províncias autônomas que possuem controle sobre seus recursos naturais e seu território, assegurado pela constituição argentina de 1994 (ARGENTINA, 1994, Art. 142; PEREIRA, 2018). Tradicionalmente o país divide o território de acordo com a homogeneidade de suas regiões produtivas. A região com maior atividade econômica é a região pampeana constituída de províncias como Buenos Aires, sul da província de Santa Fe, parte da província de La Pampa, a província de Entre Ríos e Córdoba. A principal produção destas regiões são grãos e gado, destacando-se a produção de soja (GIARRACCA; TEUBAL, 2008).

A transição para os anos 1990, dirigida pelo governo de Carlos Menem (de 1989 até 1999) foi marcada pela Reforma de Estado fundamentada no modelo neoliberal de desenvolvimento: desregulação dos mercados, leis de emergência econômica e privatizações. A partir das reformas econômicas dos anos 1990, teve início o processo de desmonte das empresas públicas, órgãos de controle de regulação, produção e comercialização de produtos, dando lugar às corporações agroindustriais tanto nacionais quanto internacionais (SOU MOULOU; SEGHEZZO, 2015). As reformas neoliberais tornaram o setor rural argentino em um dos mais

desregulados a nível mundial, sujeito mais que outros às inconstâncias da economia internacional (LENDE, 2015).

A partir da primeira década do século XXI, com a massiva onda de investimentos estrangeiros em terras, o acaparamiento torna-se um assunto de preocupação de algumas províncias. Como aponta Murmis e Murmis (2012), foram apresentadas no Congresso Nacional algumas propostas de leis com o objetivo de limitar a propriedade de terras por estrangeiros nas províncias de Santa Fe, Corrientes e Chubut. A partir de 2010 a província de Río Negro sancionou uma lei da mesma natureza, sobretudo a respeito das terras fiscais seguindo o decreto anterior da província de San Luis (MURMIS; MURMIS, 2012).

Semelhante ao governo Lula no Brasil, o governo de Néstor Kirchner diante da corrida por terras que também assolava a Argentina, tentou decretar uma lei que limitasse ou pelo menos regulasse o mercado de terras no país, entretanto a lei ficou restringida ao controle das apropriações de terras por estrangeiros. Em 2011 o governo argentino promulga a Lei Federal nº 26.737, a lei de Régimen de Protección al Dominio Nacional sobre la Propiedad, Posesión o Tenencia de las Tierras Rurales (ARGENTINA, Lei nº 26.737, 2011). De acordo com esta lei, o total de terras argentinas sob posse estrangeira não pode ultrapassar 15% do território nacional.

De acordo com a presidente Cristina Kirchner, a lei servia como uma atitude de cuidado com as terras do país, que, entretanto, foi anulada logo em seguida no governo de Mauricio Macri em 2016 (PEREIRA, 2018).

De 2015 em diante, o governo Macri tratou de pôr abaixo os empecilhos referentes ao acaparamiento de terras que de forma contraditória haviam sido construídos pelos governos anteriores, como por exemplo, a “Ley de Tierras”. Com o objetivo de eliminar as barreiras ao capital estrangeiro Macri decretou a eliminação de alguns artigos da lei de terras e como resultado, não existe mais um limite claro sobre o máximo de terras que podem ser adquiridas por estrangeiros. Também foram eliminadas as sanções em casos de descumprimento da Lei de Terras (COSTANTINO, 2017).

O Acaparamiento de terras na Argentina, podendo ser realizada pela compra ou pelo arrendamento, também engloba um tipo diferente de forma de acaparamiento. São os chamados “*pools*”, contratos ou parcerias entre empresas transnacionais e camponeses que funcionam como uma ferramenta de organização da produção que combina terra, capital e recursos humanos tanto pelo arrendamento quanto pela compra direta da terra. Em geral se dá principalmente através do arrendamento, sobretudo contratando maquinaria e serviços de produção (PEREIRA, 2018).

De acordo com os dados da Land Matrix (2019) para os contratos de apropriações transnacionais de terras na Argentina, os países que mais apresentam em números, contratos de acaparamiento de terras são em primeiro lugar e de forma ostensiva, os Estados, Unidos. Outros países como Arábia Saudita, China e Reino Unido apresentam contratos de apropriações, em números consideravelmente menores de contratos.

Quadro 4: Empresas estrangeiras e suas aquisições na Argentina – alguns casos.

Empresa investidora	País investidor	Setor	Nº de contratos	Total de hectares
Soros Fund Management, Qatar Investment Authority (QIA)	Estados Unidos e Qatar	Agricultura e pecuária	12 contratos divididos entre 6 províncias	198.087
Harvard University	Estados Unidos	Madeira e fibra	2 contratos na província de Corrientes	88.048
Quebracho Colorado SA.	Estados Unidos	Agricultura e pecuária	3 contratos na província de Salta	154.261
Tompkins Conservation	Estados Unidos	Agricultura e pecuária	3 contratos em 2 províncias	17.263
Garfin Group	Itália	Agricultura e pecuária	3 contratos na província de Buenos Aires	19.726
Alkhorayef Group	Arábia Saudita	Agricultura	1 contrato na província de Chaco	200.000
Walbrook	Malásia	Agricultura e turismo	1 contrato na província de Mendonza	468.000
Sojitz Group	Japão	Agricultura	1 contrato na província de La Pampa	11.000
Orocobre Limited e Toyota Tsusho Co.	Austrália e Japão	Mineração	1 contrato na província de Jujuy	63.000
Blue Sky Uranium Corp	Canadá	Mineração	1 contrato na província de Río Negro	128.689

Elaboração própria. Fonte: Land Matrix, 2019.

O quadro 4 evidencia alguns dos principais contratos ou os contratos com maior área apropriada por estrangeiros, de acordo com as empresas e países de origem. A agricultura segue como principal fim do acaparamiento de terras na Argentina, seguida pela mineração. Estados Unidos segue como principal país

acaparador, tanto por número de empresas quanto por presença em diversas províncias e número de hectares.

Costantino (2016) também fala do “apoio público” enquanto apoio do Estado ao acaparamiento:

“‘Apoio público’ refere-se a várias ações, desde o momento em que a empresa ou o projeto recebe o apoio do governo - se houver algum conflito com comunidades indígenas ou grupos ambientalistas - até o apoio financeiro recebido por muitos dos investidores” (COSTANTINO, 2016, p. 144).

Esse “apoio público” é comparado ao longo dos anos por Costantino (2016) para que se entenda o papel do Estado no acaparamiento de terras. De acordo com a autora:

“Em primeiro lugar, pode-se ver como a terra adquirida graças, de uma forma ou de outra à intervenção do Estado aumenta, não só em termos absolutos (de mais de 250.000 hectares nos anos noventa para mais de 1.500. 000 em 2000), mas também em relação ao total de terras adquiridas por estrangeiros: nos anos noventa, de todas as terras acumuladas, foi registrado que 20% tiveram apoio explícito do Estado; enquanto em 2000 esse percentual aumentou para 59%” (COSTANTINO, 2016, p. 143).

Dentre estes “apoios do Estado” concedidos às empresas estrangeiras, Costantino (2016) aponta o caso da China como o país com o apoio mais evidente e explícito do Estado argentino.

Este apoio à China foi concedido em troca de investimentos nos sistemas de irrigação da terra na província de Río Negro. Como resposta, o governo da província isentou a empresa chinesa de impostos provinciais e isto inclui a receita bruta, selos, patentes e outros; também assegurou garantias de “melhor política de investimento”, através de leis; espaços para o escritório da empresa, transporte, equipamentos, cobertura de despesas das viagens dos chineses especialistas responsáveis pela análise do investimento e ainda a concessão de área portuária de San Antônio, por 50 anos (COSTANTINO, 2016, p. 144).

De acordo com Costantino (2016), os 5 países que mais recebem o apoio explícito do Estado nas aquisições de terras (entre 2000 e 2013) são: China, Canadá, Arábia Saudita, Luxemburgo e Índia. A relação sino-argentina e o acaparamiento chinês obedecem à alta demanda por commodities como a soja e minerais, além de investimentos em setores estratégicos como energia e mineração com o aval e “apoio” do Estado.

Quadro 5: Contratos de apropriações de terras por empresas chinesas na Argentina.

Região/Província	Empresa investidora	Setor	Hectare
Coronel Juan Solá, Salta.	New Times Energy Corporation (60%); JHP International Petroleum Engineering (10%) e Maxipetrol Petroleos de Occidente (30%) ⁸	Mineração	300.000
Pehuajó, Buenos Aires	Pacific Century Group	Agricultura	1.082
Villa Cañas, Santa Fe	Pacific Century Group	Agricultura e pecuária	3.365
Ceres, Santa Fe.	Pacific Century Group	Agricultura e pecuária	4.638
Sierra Grande	A Grade Trading Ltda e China Metallurgical Group (CMG)	Mineração	3.360
Campo Gallo, Santiago del Estero	Chongqing Red Dragonfly Oil Co., Ltd; Chongqing Grain & Oil Group Dazu Grain & Oil Purchase and Sales Co., Ltd.	Agricultura	13.000

Elaboração própria. Fonte: Land Matrix, 2019.

Para Miranda (2015), a China surge como um parceiro comercial que salva a Argentina da situação de encurralamento entre Estados Unidos e Brasil. De um lado, os benefícios da relação sino-argentinias são entendidos pelo autor como aspectos-chaves para o crescimento da Argentina. Entretanto, apesar das suposições argentinias de ter encontrado a fonte de financiamento do seu desenvolvimento, a realidade não deu por este caminho.

A autonomia da Argentina nesta relação com a China, não estava de todo certa. Uma relação interdependente requer uma autonomia proporcional à redução das assimetrias, “e precisamente, a Argentina não conseguiu manter o nível de assimetria que tinha com a China, então o risco de entrar em uma situação de dependência era mais do que evidente” (MIRANDA, 2015, p. 95). Os objetivos chineses na relação bilateral sino-argentina, não estavam de fato alinhados aos interesses Argentinos de promover a (re) industrialização e passar a ser um país exportador de bens manufaturados, pelo contrário.

Para Sol Mora (2019) esse clássico movimento de troca de matérias primas por bens manufaturados somados aos déficits comerciais crônicos (da argentina para

⁸ Maxipetrol Petroleos de Occidente é uma empresa argentina que atua junto com as duas empresas chinesas. Juntas elas formam a High Luck Group Limited, companhia que operacionaliza as atividades mineradoras na região.

com a China), resultam na acentuação da reprimarização argentina. Apesar disso, de acordo com os dados da CEPAL (2018), a Argentina figurou como um dos 4 países latino-americanos que mais receberam financiamentos chineses entre 2005 e 2016. Parte desta iniciativa chinesa vem das grandes reservas de hidrocarbonetos que a Argentina (e também, Venezuela, Brasil e Equador têm), motivos dos quais alguns dos acordos incluem o compromisso de vender produtos petrolíferos. Dentre os setores que mais recebem financiamento chinês, destacam-se os setores de energia, infraestrutura e mineração (CEPAL, 2018).

Em 2017, a China através da Shandong Gold Mining Co. Ltd adquiriu 50% da empresa argentina do setor de mineração Barrick Gold Corporation, a mina de ouro Veladero, na província de San Juan pelo montante de 960 milhões de dólares. (CEPAL, 2018).

Por fim, apesar das grandes expectativas argentinas sobre a relação sino-argentina, e ainda que muitos investimentos e financiamentos chineses tenham de fato chegado à Argentina, a China percebe este país essencialmente como um país fornecedor de commodities, uma potência agrícola, mais um degrau latino-americano para o desenvolvimento chinês.

Os custos argentinos dessa corrida por suas terras e por seus recursos naturais é, como visto ao longo do capítulo, a reprimarização, desindustrialização, mudanças no uso do solo e, sobretudo, os deslocamentos e expulsões silenciosas e/ou violentas, que renegam aos povos argentinos o direito à função social de sua terra.

Um estudo realizado por Sol Mora (2018) sobre o conflito socioambiental presente na construção do Complexo Hidrelétrico Presidente Néstor Kirchner-Governador Jorge Cepernic que representa um dos maiores investimentos chineses fora de seu país, revelou que o impacto ambiental da construção fez nascer inúmeras rejeições das comunidades locais, povos originários, movimentos e organizações sociais, que lutam sobretudo contra as expropriações e desterritorializações presentes na dinâmica de acaparamiento e construção da hidrelétrica e de luta pelo acesso aos recursos naturais da região como águas, rios, produção e reprodução dos modos de vida da população local (MORA, 2018).

Considerações finais

O *acaparamiento* e o controle de terras é uma prática que desde 2008 tem se alastrado sob diversas formas, em muitos países da América Latina. A estrangeirização, ou seja, o controle de terras pelo capital internacional – dentre estes

podem ser empresas multinacionais, transnacionais, Estados e ainda por *offshores* – tornaram-se uma forma muito atrativa de investimento e proteção de capitais em tempos de incertezas no cenário financeiro internacional.

Neste sentido, a terra adquire mais que nunca um significado de bem apropriável, uma riqueza a ser especulada, um recurso natural cada vez mais privado em mãos de poucos. Este cenário transforma Brasil e Argentina em alvos perfeitos para a germinação do modelo de controle da terra pelo capital transnacional, não só pela abundância em terras agricultáveis e recursos naturais, mas também pela promoção deste modelo por setores como o público (através do Governo), o agronegócio, a ideologia de desenvolvimento de cunho neoliberal e a extensiva produção de monoculturas de commodities.

O Brasil enquanto segundo maior produtor mundial de soja e líder regional, funciona como porta de entrada para a América Latina. Já a Argentina neoliberal e aberta ao mundo como nunca antes, é atrativa pelos moldes que sua economia rege a propriedade da terra e a extensa mudança de uso do solo em prol da monocultura de soja. Nestas terras o capital transnacional encontra solo fértil para se fincar.

O que pode ser ressaltado deste artigo é a contraditória ideia de que a China é a maior apropriadora ou acaparadora de terras na América Latina. Talvez seja umas das principais parceiras do setor de exportação brasileiro e argentino, entretanto, como visto nos quadros sobre acaparamiento, controle e estrangeirização de terras no Brasil e na Argentina, está muito inferior em números de estrangeirização e de acaparamiento por hectare a países como Estados Unidos, Japão, Espanha, Qatar, entre outros.

Oliveira (2018) defende ao longo de suas pesquisas que houve no Brasil uma grande resistência tanto do agro nacional quanto dos movimentos socioterritoriais para barrar as apropriações de terras pelos chineses no Brasil, através de uma narrativa disseminada no país de que a China seria a maior apropriadora de terras após 2008, o que não só é falso como também barrou futuras apropriações, uma meia vitória dos movimentos socioterritoriais que, entretanto, invisibilizou a massiva onda de controle e apropriação de terras por outros países como EUA e países da Europa.

Portanto, pode-se concluir que a China está no caminho do Acaparamiento latino, porém, longe de ser o principal acaparador e ainda, não pesa sobre este, o peso histórico das apropriações de terras latinas no transcurso dos anos, seja por meios violentos e neocoloniais, seja por meios político-econômicos e neoliberais.

Por fim, sob uma visão desde abaixo, ou seja, desde os povos do campo, povos tradicionais, movimentos e organizações socioterritoriais, a luta travada neste âmbito é pela terra, pela água e demais recursos naturais que proporcionam a

produção e reprodução destes povos em seus espaços e organizações socioculturais. Os conflitos inerentes no processo de acaparamiento e controle das terras brasileiras e argentinas, revelam a face dos povos silenciados pela violência, exclusão, desterritorialização e pelos enfrentamentos e resistências, de recuperação e retomadas das terras, acesso aos recursos naturais e direito ao território.

Referencias

ARAGÃO, Daniel Maurício de, SANTOS, Tiago Matos dos. A Governança Global do Desenvolvimento e a Despolitização do Land Grabbing: “there is no alternative”? *Estudos Internacionais*, Belo Horizonte, v.5 n.2, p.57-73, 2017.

BOECHAT, Cássio Arruda. PITTA, Fábio Teixeira, MENDONÇA, Maria Luisa. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. *Estudos Internacionais*, Belo Horizonte, v.5 n.2, p.155-179, 2017.

BORRAS JR., Saturnino M, FRANCO, Jennifer. La política del acaparamiento mundial de tierras: Replanteando las cuestiones de tierras, redefiniendo la resistencia. **ICAS Working Paper Series** No. 001. 2010.

BORRAS JR., Saturnino M, FRANCO, Jennifer C, KAY, Cristobal, SPOOR, Max. **El acaparamiento de tierras en América Latina y el Caribe visto desde una perspectiva internacional más amplia**. FAO, 2011.

BORRAS JR., Saturnino M, KAY, Cristóbal, GÓMEZ, Sergio. WILKINSON, John. Acaparamiento de tierras y acumulación capitalista: aspectos clave en América Latina. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**. n. 38, p. 137-149, 2013.

BORRAS JR., Saturnino M, FRANCO, Jennifer C, ISAKSON, S. Ryan, LEVIDOW, Les VERVEST, Pietje. The rise of flex crops and commodities: implications for research. **The Journal of Peasant Studies**. v. 43, n. 1, p. 93-115, 2016.

BRAUTIGAM, Debora. **The Dragon Gift: The Real Story**. London: Oxford University Press, 2011.

BRAUTIGAM, Debora. **Will Africa Feed China?**. London: Oxford University Press, 2015.

BRASIL. Parecer nº LA-01. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AGU/PRC-LA012010.htm>. Acesso em: maio, 2019.

BRASIL. Decreto nº 8.447, de 06 de maio de 2015. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA e a criação de seu Comitê Gestor. **Diário Oficial da União**, Brasília, 07 maio 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8447.htm>. Acesso em: maio, 2019.

BRASIL. Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 11/10/1971, Página 8201.

CASTRO, Luís Felipe Perdigão de. HERSHAW, Eva. SAUER Sérgio. Estrangeirização e internacionalização de terras no Brasil: oportunidades para quem? **Revista Estudos Internacionais**. Belo Horizonte, v.5 n.2, p. 74-102, 2017.

CEPAL. **Relaciones económicas entre América Latina y el Caribe y China: Oportunidades y Desafíos**. Santiago, 2016.

CEPAL. **Explorando nuevos espacios de cooperación entre América Latina y el Caribe y China**. Segunda Reunión Ministerial del Foro de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) y China. Santiago, 2018.

COSTANTINO, Agostina. El capital extranjero y el acaparamiento de tierras: conflictos sociales y acumulación por desposesión en Argentina. **Revista de Estudios Sociales**, 55, Jan., p. 137-149, 2016.

COSTANTINO, Agostina. La extranjerización de la tierra en Argentina. Continuidades y cambios entre el Macrismo y el Kirchnerismo. **Revista Estudos Internacionais**. Belo Horizonte, v. 5 n. 2, p.103-120, 2017.

COSTANTINO, Agostina. **Fiebre por la tierra**. Debates sobre el land grabbing en Argentina y América Latina / Compilado por Agostina Costantino. - 1a ed.- Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo, 2019.

CUNHA, Samantha Ferreira. XAVIER, Clésio Lourenço. Fluxos de investimento direto externo, competitividade e conteúdo tecnológico do comércio exterior da China no início do século XXI. **Revista Economia Política**, volº 30, nº3 (119), pp. 491-510. 2010.

DELGADO, Guilherme. Reestruturação da economia do agronegócio – anos 2000. *In*: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000/ -1**. Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2013.

EDELMAN, Marc. Siete dimensiones del acaparamiento de tierras que todo investigador tendrían que tomar en cuenta. **Estudios agrarios críticos: Tierras, semillas, soberanía alimentaria y los derechos de las y los campesinos**. p. 1-14, 2016.

EDELMAN, Marc. BORRAS, JR., Saturnino M.. **Political dynamics of transnational agrarian movements**. Practical Action Publishing, 2016.

EMBRAPA. **MATOPIBA**. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/tema-MATOPIBA>>. Acesso em: abril de 2019.

FAO. **El acaparamiento de tierras en América Latina y el Caribe visto desde una perspectiva internacional más amplia**. 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. FREDERICO, Samuel. PEREIRA, Lorena Izá. Acumulação pela renda da terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira. **Rev. NERA**. Presidente Prudente v. 22, n. 47, pp. 173-201 Dossiê – 2019.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GIARRACCA, Norma, TEUBAL, Miguel. Del desarrollo agroindustrial a la expansión del “agronegocio”: el caso argentino. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1.ed. Expressão Popular. São Paulo, 2008.

HARVEY, David. **El nuevo imperialismo. Acumulación por desposesión.** Buenos Aires: CLACSO, 2004.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Tierra, Capital y Producción Agroalimentaria:**

Despojo y Resistencias en Argentina. In: Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982-2012): Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, Uruguay. Guillermo Almeyra et al. (Org.). Vol 1. 1ed. Universidad Autónoma Metropolitana, México, 2014.

LAND MATRIX. **Agricultural Drivers.** Acesso em: fevereiro, 2019. Disponível em: <<https://landmatrix.org/en/get-the-idea/agricultural-drivers/>>.

LAND MATRIX. **Argentina.** Disponível em: <<https://landmatrix.org/country/argentina/>> Acesso em: abril, 2019.

LAND MATRIX. **Brazil.** Disponível em: <<https://landmatrix.org/country/brazil/>>. Acesso em: abril, 2019.

LEITE, Alexandre César Cunha. LIMA, Thiago. **Aquisição Transnacional De Terras (land Grabbing).** Revista Estudos Internacionais. Belo Horizonte, v.5 n.2, 2017.

LEITE, Alexandre César Cunha. NETTO, O.V.P. **As Relações Comerciais Sino-Brasileiras: Assimetrias Qualitativas e Desequilíbrios Federativos.** In: Sobre a China. Marcos Costa Lima (Org.). 1ed – Recife: Editora UFPE, 2018, v1, p. 279-320.

LENDE, Sebastián Gómez. **El Modelo Sojero en la Argentina (1996-2014), un caso de Acumulación por Desposesión.** Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 3, p.7-25, set./dez. 2015.

LORENSINI, Carolina Lobello. Et al. **Mapeamento e identificação da época de desmatamento das áreas de expansão da agricultura no MATOPIBA.** Anais XVII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, João Pessoa-PB, Brasil, 25 a 29 de abril de 2015, INPE.

MCMICHAEL, Philip. **The land grab and corporate food regime restructuring.** The Journal of Peasant Studies, v. 39, n. 3-4, p.681-701, 2012.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes Alimentares e Questões Agrárias.** Tradução Sonia Midori. 1ed. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora da UFRGS, 2016.

MIRANDA, Roberto. **Argentina con China: el riesgo de la bonanza.** Estudios Internacionales 180 (2015) - ISSN 0716-0240 • 91-113 Instituto de Estudios Internacionales - Universidad de Chile. 2015.

MITIDERO JR., Marco Antônio. **Crise do Capital Global, Natureza e Agronegócio.** In: Questão Agrária e Conflitos Territoriais. Eraldo da Silva Ramos Filho, Marco Antônio Mitidiero Junior, Laiany Rose Souza Santos (Org.). Coleção: Território e Questão Agrária. Editora Outras Expressões, 1ed, São Paulo, 2016.

MORA, Sol. **El Going Out agrícola de China. Un análisis de su desarrollo en Argentina.** Si Somos Americanos. Revista de Estudios Transfronterizos, 19(2), 89-113. 2019.

MORA, Sol. **Resistencias sociales a la cooperación de China en infraestructura: las represas Kirchner-Cepernic en Argentina.** Colombia Internacional (94): 53-81. 2018. <https://doi.org/10.7440/colombiaint94.2018.03>

MURMIS, Miguel, MURMIS, María Rosa. **El Caso de Argentina**. *In: Dinámicas del Mercado de la Tierra en América Latina y el Caribe: Concentración y Extranjerización*. Fernando Soto Baquero e Sergio Gómez (Org.). FAO, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Barbárie e Modernidade: As Transformações no Campo e o Agronegócio no Brasil**. *In: A questão agrária do Brasil: o debate na década de 2000/João Pedro Stedile (org.)*. – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

OLIVEIRA, G. de LT. **A resistência à apropriação chinesa de terras no Brasil desde 2008: Lições e alternativas agroecológicas (A resistência à grilagem chinesa no Brasil desde 2008: Lições e alternativas agroecológicas)**. *Revista Ideias* 9 (2): 99-132. 2018c.

PEREIRA, Lorena Izá, PAULI, Lucas. **O Processo de Estrangeirização da Terra e Expansão do Agronegócio na Região do Matopiba**. *Campo-Território: revista de geografia agrária*. Edição especial, p. 196-224, jun., 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. Land Grabbing, Land Rush, Controle e Estrangeirização da Terra: uma análise dos temas e tendências da produção acadêmica entre 2009 e 2017. *Estudos Internacionais*, Belo Horizonte, v.5 n.2, p. 34 -56, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Las Estrategias del Capital Regional en la Extranjerización del Territorio Paraguayo**. *In: Con la soja al cuello. Informe sobre Agronegocios 2018*. Asunción, BASE-IS, pag. 14-17, novembro, 2018.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 6ª edição. 1961.

ROSALES, Osvaldo, KUWAYAMA, Mikio. **China y América Latina y el Caribe: Hacia una relación económica y comercial estratégica**. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Santiago, 2012.

SASSEN, Saskia. **Expulsion: brutality and complexity in the global economy**. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

SAUER, Sérgio. LEITE, Sergio Pereira. Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra Por Estrangeiros no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 50, Nº 3, p. 503-524, jul. /set. 2012.

SOUMOULOU, Luciana, SEGHEZZO, Gabriel. La Situación de Argentina. *In: La tierra un recurso en disputa Instituciones, actores y procesos en Argentina, Colombia, Perú y Venezuela*. Centro Peruano de Estudios Sociales – CEPES. Maio, 2015.

SOUSA, Maria Eduarda de Andrade. LEITE, Alexandre César Cunha. O dinamismo das aquisições transnacionais de terra: aproximando o fenômeno das relações internacionais e da economia política internacional. **Revista Estudos Internacionais**. v. 5, n. 2, p. 13-33, 2017.

TEIXEIRA, Gerson. **Os Indícios do Agravamento da Concentração da Terra no Brasil no Período Recente**. *In: A questão agrária do Brasil: o debate na década de 2000/João Pedro Stedile (org.)*. – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Sobre os autores

Monalisa Lustosa Nascimento – Graduação em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Atualmente é mestranda em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de São Paulo. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-6257-0012>

Alexandre Cesar Cunha Leite – Graduação em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário UNA. Mestrado em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutorado em Ciências Sociais/Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente é professor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-0209-2717>

Como citar este artigo

NASCIMENTO, Monalisa Lustosa; LEITE, Alexandre Cesar Cunha. Acaparamiento e controle de terras: a presença chinesa em terras brasileiras e argentinas. **Revista NERA**, v. 24, n. 56, p. 162-186, jan.-abr., 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em trabalho conjunto dos autores do manuscrito.

Recebido para publicação em 27 de agosto de 2020.
Devolvido para a revisão em 23 de setembro de 2020.
Aceito para a publicação em 26 de outubro de 2020.

Organizaciones de la producción familiar y políticas públicas en el marco del desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay

Emiliano Guedes Bica

Universidad de la República (UdelaR) – Montevideo, Uruguay.
e-mail: emilianoguedes@gmail.com

Resumen

Este trabajo busca comprender las principales características y condicionantes del relacionamiento histórico entre las políticas públicas y las distintas formas de organización de la agricultura familiar, en el marco del desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay. Para su elaboración, se procesó información de 118 organizaciones del medio rural que vinculan unidades de producción familiar (ubicación geográfica, forma jurídica, vinculación con organizaciones de segundo grado y trayectorias temporales -fecha de fundación, cese de actividades y procesos de reactivación-). Esta información fue analizada en relación a las principales etapas del desarrollo del capitalismo agrario y las principales políticas públicas orientadas hacia el medio rural (construcción en base a revisiones bibliográficas). Del estudio se desprende que existieron diferentes momentos históricos que influyeron en la capacidad de reproducción de la agricultura familiar y en el desarrollo de sus procesos organizativos, los cuales están fuertemente pautados por el rol asumido por el Estado y las políticas públicas impulsadas hacia el sector. Partiendo de la fuerte relación evidenciada, se discute la posibilidad de estos actores de construir proyectos identitarios (de resistencia contrahegemónica) que los posicionen como sujetos de transformación social.

Palabras claves: Agricultura familiar; organizaciones rurales; políticas públicas; resistencia; capitalismo agrario.

Organizações da agricultura familiar e as políticas públicas no âmbito do desenvolvimento do capitalismo agrário no Uruguai

Resumo

No artigo são analisadas as principais características e fatores condicionantes da relação histórica entre políticas públicas e as diferentes formas de organização da agricultura familiar, no marco do desenvolvimento do capitalismo agrário no Uruguai. Foram processadas informações de 118 organizações rurais que vinculam unidades de produção familiar (localização geográfica, forma jurídica, vínculos com organizações de segundo grau e trajetórias de tempo - data de fundação, cessação de atividades e processos de reativação-). A informação foi analisada em relação às principais etapas do desenvolvimento do capitalismo agrário e às principais políticas públicas orientadas para o meio rural (construção baseada na revisão bibliográfica). O estudo mostra que existiram diferentes etapas históricas que afetaram a capacidade reprodutiva da agricultura familiar e o desenvolvimento de seus processos organizacionais, fortemente orientados pelo papel assumido desde o Estado com as políticas públicas promovidas para o setor. A partir dessa forte relação evidenciada, foi discutida a possibilidade desses atores de construir projetos de identidade (de resistência contra-hegemônica) que os posicionam como sujeitos de transformação social.

Palavras-chave: Agricultura familiar; organizações rurais; políticas públicas; resistência; capitalismo agrário.

Family production organizations and public policies in the frameworks of development of agrarian capitalism in Uruguay

Summary

This work seeks to understand the main characteristics and conditioning of the historical relationship between public policies and the different forms of organization of family agriculture, within the framework of the development of agrarian capitalism in Uruguay. For its elaboration, was processed information from 118 rural organizations that link family production units (geographical location, legal form, link with second degree organizations and temporary trajectories -date of foundation, cessation of activities and reactivation processes-). This information was analyzed in relation whit the main stages of the development of agrarian capitalism and the main public policies oriented towards the rural environment (construction in base of bibliographic reviews). The study shows that they existed different historical moments in the capacity of reproduction of family farming and in the development of its organizational processes, which are strongly guided by the role assumed by the State and the public policies promoted towards the sector. Starting from the close relationship evidenced, are discuss the possibility of these actors to build identity projects (of counter-hegemonic resistance) that position them as subjects of social transformation.

Keywords: Family agriculture; rural organizations; public policies; resistance; agrarian capitalism.

Introducción

En el presente trabajo se aborda el relacionamiento entre agricultura familiar, organizaciones rurales y políticas públicas. Para ello se analizará la evolución de la agricultura familiar en Uruguay y de sus principales procesos organizativos a la luz de los diferentes momentos históricos del desarrollo del capitalismo agrario y las principales políticas públicas (orientadas al medio rural) de cada época. A partir del mismo, se espera llegar a una mejor comprensión de las condicionantes históricas hacia las formas de organización de la agricultura familiar y vislumbrar las principales, tensiones, conflictos y contradicciones impuestas por su relación con las políticas públicas en el marco del desarrollo del capitalismo agrario.

En Uruguay a diferencia de muchos países de América Latina el concepto con el cual se ha trabajado para definir a las economías familiares de producción, tanto desde la academia como a nivel político es el de producción agropecuaria familiar o agricultura familiar, diferenciándolo de la figura de campesinado (acepción fuertemente utilizada por los principales movimientos sociales en Latinoamérica). Recientemente algunos autores (OYHANTÇABAL, 2007, 2010; ROSSI, 2013) han comenzado a utilizar el concepto de campesinado en Uruguay. En este trabajo, si bien se mantiene la denominación de producción familiar, por entender que es el concepto con el cual se referencian las principales organizaciones sociales del medio rural uruguayo, se entiende al campesinado como clase social y proyecto político que involucra a varias formas de producción del agro latinoamericano (producción familiar, agricultura familiar, campesinos, pueblos originarios y otras autodenominaciones) que no responden o están en contraposición con las lógicas de

la empresa capitalista (MARTINS DE CARVALHO, 2012) En este sentido la producción familiar (o gran parte de la misma) en Uruguay, se vincula al proyecto campesino contemporáneo en América Latina, por compartir una misma praxis social y estar sujeta a los mismos intentos de desagregación por parte del capital.

Según Piñeiro (2003, p.3), la producción familiar se define por las relaciones sociales de producción y en este sentido existen dos variables centrales que la definen. Estas son el uso de mano de obra familiar (fuerza de trabajo) sobre la tierra en propiedad o usufructo (medio de producción). Hablamos entonces de que este sujeto social combina el uso de su propia fuerza de trabajo a nivel de su unidad productiva.

Una de las características de estas economías familiares, es la de responder a lógicas de producción no capitalistas, es decir que la maximización de la ganancia, no siempre es el principal objetivo. (PIÑEIRO, 2003, p.8; MARTINS DE CARVALHO, 2012, p.31). A su vez otro de los rasgos característicos de la producción familiar en Uruguay es su fuerte relación con el mercado, tanto de insumos como de productos (PIÑEIRO, 2003, p.4). Esta última característica de la producción familiar determina que la misma se encuentra siempre sometida a procesos de diferenciación social. Este proceso determina que en base a su relación con el mercado y asociado a una serie de características propias de los sistemas (actividad productiva, integrantes del núcleo familiar, lógica de producción, etc.), los productores familiares podrán vivir etapas o momentos de capitalización o descapitalización a lo largo del desarrollo del núcleo familiar, haciendo inclusive que estos puedan migrar hacia otras clases sociales (PIÑEIRO, 2003, p.7).

Diversos autores, plantean que existe una larga discusión (iniciada a principio del siglo XX) en relación a como comprender la persistencia de los campesinos en el desarrollo de las relaciones capitalista a nivel agrario. (PIÑEIRO, 1985, p.28; FOLADORI, 1986; KAY, 1995; OYHANTÇABAL, 2007, 2010; ROSSI, 2013). En este sentido priman dos visiones predominantes, aquellas en las cuales las unidades campesinas en el marco del desarrollo capitalista tienden a desaparecer o diferenciarse en las dos clases sociales básicas del capitalismo, la burguesía agraria y el proletariado (visión descampesinista o proletarista), dentro de la cual los principales exponentes han sido Kaustky y Lenin. Por otro lado, una visión, que establece que los mismos son capaces de desarrollarse de manera articulada al desarrollo capitalista (campesinistas), en este sentido el principal referente ha sido Chayanov. (PIÑEIRO, 1985, p.28; OYHANTÇABAL, 2010, p.26; ROSSI, 2013, p.2). Foladori (1986), a partir de su obra "Proletarios y Campesinos", discute desde una visión proletarista con los principales autores campesinistas mexicanos, en lo que fue una reedición de la discusión original entre Lenin y Chayanov.

Si bien es cierto que las economías familiares a nivel del agro, se han mantenido durante todo este tiempo, existen suficientes evidencias para afirmar que las mismas han

sufrido un proceso de creciente proletarización y que la tendencia general del desarrollo capitalista es a la polarización de clases, es decir a la diferenciación de este tipo de economía en sentido mayoritariamente hacia el empobrecimiento y el despojo de sus medios de producción. Las distintas velocidades que ha asumido este proceso en distintas partes del mundo se debe al desarrollo desigual y contradictorio de la economía capitalista. En la actualidad el desarrollo capitalista ha penetrado en pleno en las economías agrarias latinoamericanas, a través de sus distintas leyes de tendencia (división social del trabajo, desarrollo de las fuerzas productivas y diferenciación social) y con el agronegocio como su mayor expresión, lo cual hace mucho más evidente el proceso de proletarización de la fuerza de trabajo rural. (FOLADORI y MELAZZI, 2012, NARBONDO y OYHANTÇABAL, 2013)

Si bien la diferenciación social es la tendencia central que debe ser considerada a los efectos de ver la dinámica de los sistemas agropecuarios, esta es solo una parte de la ecuación de la que resultará la realidad concreta en la cual los sistemas se inviabilizan o reproducen. La diferenciación social es una tendencia constante que opera sobre los sistemas de producción, pero en todo momento se presentan contratendencias, como pueden ser las políticas agrarias vigentes. No es lo mismo, por ejemplo, un contexto histórico de apertura de la economía y de políticas económicas neoliberales, que momento en donde predominan las políticas de protección y estímulo a la pequeña producción, o políticas de reforma agraria o colonización. (TOMMASINO, 2001, p.160)

Piñeiro y Fernandez (2008, p.127), señalan la importancia de las organizaciones rurales por varios motivos, actúan como grupos de presión con influencia sobre las políticas públicas y las medidas que pueda tomar el estado en beneficio (o no) de sus intereses y en otros casos prestan servicios a sus asociados facilitando la compra de insumos o ventas de productos.

Siguiendo los planteos de Modonesi (2008), Florit y Piedracueva (2015), identifican dos tipos de resistencia que pueden asociarse a las prácticas de las organizaciones rurales. Un tipo de resistencia antagonista, que a punto de partida de reunir distintas fuerzas contrahegemónicas que resistan el sistema, busca generar alternativas para revertir su situación social de clase y el sistema global en su conjunto (reformas estructurales). “La construcción de una contrahegemonía supone la ubicación de un discurso que condense a los sujetos subalternos y sea capaz de unirlos en un movimiento contrario a la hegemonía actual que los ubica en esa posición subyugada” (FLORIT Y PIEDRACUEVA, 2015, p.127) El par dicotómico a la resistencia antagónica, sería lo que se denomina como resistencia subalterna. “Esta forma de resistencia es caracterizada como un discurso y acciones que se desarrollan dentro de los límites establecidos por el sistema, evitando rebasar su normativa

y haciendo uso de los mecanismos ya previstos para la resolución de los conflictos.” (FLORIT Y PIEDRACUEVA, 2015, p.128)

Similares consideraciones se podrían hacer desde el planteo de Comunidades de Resistencia y Superación propuesto por Martins de Carvalho (2013, p.329), quien apoyándose en las categorías desarrolladas por Castells (1999), plantea que la agricultura familiar y campesina ha desarrollado una identidad social legitimadora, que mediante diversos mecanismos no les ha permitido, política e ideológicamente, resistir a la explotación económica, dominación política y sumisión ideológica de las clases dominantes. Esta identidad social legitimadora, podría asociarse a formas de resistencia subalterna.

Sin embargo, hay algunos agricultores/as familiares, vinculados a los movimientos sociales que, a través de sus luchas, han generado una conciencia crítica respecto a su condición de campesinos insertos en una sociedad de explotación económica y dominación política. El posicionamiento en contrario de la explotación económica y dominación política genera formas de resistencia colectiva, lo que construye una identidad destinada a la resistencia. A su vez las identidades de resistencia, permiten a partir de una reconfiguración de los valores y los referenciales sociales de los agricultores/as familiares y campesinos, construir proyectos de vida diferentes, que busquen en alianza con otros sectores populares, la transformación de las relaciones sociales de producción, esto es lo que denomina el autor como identidad proyecto. (MARTINS DE CARVALHO, 2013, p.330) Por su parte, las identidades de resistencia, las podríamos asociar a formas de resistencia antagónica, las cuales a partir de la articulación con otros sectores populares puede generar proyectos (identidad proyecto), tendientes a la transformación estructural del sistema (contrahegemonía).

La construcción de proyectos de resistencia de la agricultura familiar, implica un posicionamiento de los mismos desde una posición antagónica a los mecanismos de opresión y desagregación impuestos por el sistema capitalista. Esto implica la organización social de los agricultores y agricultoras familiares (en alianza con otros sectores populares) en la construcción de sujetos colectivos¹. O como lo plantea Martins de Carvalho (2012),

“Para resistir y superar esa concepción de mundo, (...) de discriminación social de los campesinos, asociada a la tendencia intrínseca del capital, en la dinámica de su reproducción ampliada, a eliminar o someter a todos los demás modos y formas de producción a su interés de clase social, inclusive homogenizando el universo general de la producción bajo el estándar reproductivo capitalista, más que nunca el campesinado necesita construirse políticamente y comportarse como clase social en contradicción irreconciliable con el capitalismo”. (MARTINS DE CARVALHO, 2012, p.3)

¹ Refiere a la construcción de una subjetividad colectiva que se construye en la práctica (la acción política, la movilización, la lucha) en torno a una visión de mundo. Esta acción, a la vez que construye subjetividad, les confiere una identidad social de clase, que da significado y sentido a la acción. (Retamozo, 2005; Torres, 2000, 2009).

Metodología

Para este estudio se utilizó la información procesada de un grupo de organizaciones que participaron de la convocatoria a Propuestas de Fortalecimiento Institucional de la Dirección General de Desarrollo Rural, del Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (DGDR – MGAP, 2013). De un total de 190 organizaciones que se presentaron a la convocatoria, se hizo un recorte, tomando como criterio de selección aquellas organizaciones de productores familiares de base territorial (locales), resultando un total de 118 organizaciones que son la base de análisis para este trabajo. Con la información proveniente de las organizaciones se conformó una base de datos en formato excel donde se procesó la información referente a su estructura y funcionamiento. La información procesada para este trabajo refiere a ubicación geográfica, forma jurídica, vinculación con organizaciones de 2° grado y trayectorias temporales (fecha de fundación, cese de actividades y procesos de reactivación) de las organizaciones estudiadas.

Por otra parte, se identificaron las principales etapas del desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay (PIÑEIRO, 1985, 2004; PIÑEIRO y MORAES, 2008; ROSSI, 2010; MORALES, 2013; RIELLA y MACHERONI, 2017), las cuales nos permiten realizar una organización temporal de las principales variables analizadas. A la interna de las distintas etapas se identificaron las principales acciones de política pública orientadas hacia el medio rural que permiten analizar los principales hallazgos identificados y son correlato del desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay. A continuación, se detallan las principales etapas identificadas (Tabla 1):

Tabla 1: Principales etapas del desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.

Periodo temporal y denominación.	Características principales
1870-1900: La transición al capitalismo agrario.	En esta etapa se sientan las bases fundamentales para el desarrollo de la propiedad privada a nivel agropecuario, uno de los requisitos que aseguran el desarrollo del modelo capitalista agrario en Uruguay. En un país con una economía basada en un modelo primario exportador de tipo agropecuario, se establecen en esta etapa acciones tendientes a la <i>modernización agraria</i> . Se suceden una serie de innovaciones institucionales y tecnológicas que determinaran un aumento de la productividad del sector agropecuario. Este proceso se terminara de consolidar a inicio de siglo XX.
1901-1930: La Reforma Batllista.	Durante el periodo de Reformismo Batllista, se da un proceso que estuvo básicamente ligado al desarrollo interno del país, que basado en un modelo con fuerte intervención estatal, se volcaban los excedentes generados en el sector agropecuario al desarrollo de los sectores industriales y urbanos. Existe en esta etapa a su vez, un fuerte accionar del estado en el desarrollo de la pequeña producción agropecuaria, con objeto de asegurar el abastecimiento alimentario de una población urbana en ascenso. “El primer

ORGANIZACIONES DE LA PRODUCCIÓN FAMILIAR Y POLÍTICAS PÚBLICAS EN EL MARCO DEL DESARROLLO DEL CAPITALISMO AGRARIO EN URUGUAY

	<p>batllismo impulsó una amplia política de industrialización, nacionalizaciones y estatizaciones que hicieron del Estado un agente económico de primer orden para las dimensiones de la estructura económica del país. Al mismo tiempo la apuesta a la diversificación productiva como vía para romper el predominio ganadero se concretó en el impulso del desarrollo agrícola y la industrialización.”(YAFFÉ, 2001, p.7)</p>
<p>1931-1960: La sustitución de importaciones.</p>	<p>Durante los primeros años del siglo XX, Uruguay había vivido un crecimiento económico, debido a una matriz productiva agroexportadora que tenía como principales productos la carne y la lana. Esto se veía favorecido por los conflictos bélicos a nivel mundial y la gran depresión de 1929. Tras las guerras Europa empieza a recomponerse y a crecer en distintas ramas industriales, desarrollándose la química y la mecánica. “Este avance industrial penetra en el sector agropecuario generando un aumento elevado de la productividad, lo que, junto con el fin de la guerra, produce una caída enorme de las exportaciones de los países Latinoamericanos proveedores de materias primas agropecuarias.” (SKIDMORE y SMITH, 1996, citado por CERONI, 2017, p.19). En la misma hay un desarrollo importante, en base al apoyo estatal, de varios complejos agroindustriales vinculados a la producción de alimentos para consumo interno.</p>
<p>1961-1990: Desarrollo del modelo neoliberal.</p>	<p>Esta etapa que a la vez es acompañada por los procesos dictatoriales ocurridos en América Latina se caracteriza por el desarrollo de una economía de carácter liberal, se dan procesos de privatización de empresas públicas y hay un retiro progresivo del Estado y de las políticas proteccionistas de la producción familiar, liberando a estos al juego de la economía. Los complejos agroindustriales vinculados al mercado interno y que presentaban su base en los sistemas de producción familiar, comienzan a sufrir los efectos de la apertura comercial, lo cual los lleva a un proceso de creciente debilitamiento y en algunos casos de inviabilidad económica. Este proceso se consolida y da paso a la etapa siguiente con la integración y apertura comercial a nivel regional tras la conformación del Mercosur.</p>
<p>1991-2004: Etapa de reestructuración, diversificación e intensificación productiva – Neoliberal.</p>	<p>Esta etapa se caracteriza por el desarrollo de nuevos rubros de explotación que se suman a la dinámica de la producción agropecuaria. Este proceso el cual es liderado por inversiones de empresas transnacionales (favorecidos por la acción del estado) conlleva al desarrollo de rubros como la forestación, el cultivo de arroz y la agricultura de secano, quienes comienzan a jugar en las dinámicas del mercado de tierras a nivel nacional y a configurar cambios importantes en las regiones de especialización productiva características de Uruguay a lo largo del siglo XX. A inicios de siglo XXI la región entra en una profunda crisis económica y financiera, de la que Uruguay (dado el fuerte relacionamiento y dependencia comercial con los países vecinos), no fue ajeno. Esto favoreció que en el año 2004, llegara al gobierno por primera vez en la historia el Frente Amplio (coalición de partidos de centro-izquierda).</p>
<p>2005-2019: Etapa de reestructuración, diversificación e intensificación productiva – Neodesarrollista.</p>	<p>Tras la llegada del primer gobierno progresista (en concordancia con los cambios que se sucedían en la región), existe un cambio de rumbo en las políticas generales impulsadas por el gobierno y en el rol asumido por el Estado en la regulación de las actividades económicas y la distribución de la riqueza generada. Si bien a nivel macroeconómico, se siguió promocionando la inversión como motor de la economía, se impulsaron políticas públicas a nivel social, con la finalidad de apoyar a los sectores más postergados de la sociedad (los más afectados por la crisis económica que había afectado al país y por los efectos del modelo neoliberal de desarrollo). A nivel agropecuario y en base al alza de los precios de los commodities en el mercado internacional, se profundizaron los procesos de concentración y extranjerización de la tierra, en manos de los grandes capitales transnacionales vinculados al modelo del agronegocio. A la vez se generan políticas específicas de promoción y fomento de la agricultura familiar. Este</p>

modelo económico, denominado por varios autores como neodesarrollismo (PIÑEIRO y CARDELLIAC, 2018; RIELLA y MASCHERONI, 2017, SANTOS *et al.*, 2013), se caracteriza por "... generar condiciones institucionales para el arribo y permanencia de la inversión transnacional al tiempo que despliega políticas sociales compensatorias de redistribución del ingreso imponiendo algunas condiciones al capital transnacional." (SANTOS *et al.*, 2013, p.13).

Fuente: Elaboración propia

Las dinámicas de la producción familiar y sus procesos organizativos en el marco del desarrollo del capitalismo agrario.

De las etapas propuestas para este análisis que comprenden el periodo entre 1900 a la actualidad, cabe señalar que el desarrollo de la agricultura familiar en Uruguay, presenta una tendencia clara de reproducción en la primera mitad de siglo XX hasta la década del 60 y un decrecimiento continuo del número de productores de los 60 a la actualidad, es decir que de las etapas a analizar podemos decir que las dos primeras corresponden a etapas de reproducción de la producción familiar y las siguientes a etapas de desaparición (diferenciación social con una fuerte tendencia a la proletarización o salida del proceso productivo) de la misma. Como se observa en el gráfico siguiente (Figura 1) en base a los datos de los censos agropecuarios desde 1908 a la fecha, presentados por Riella y Romero (2014), vemos que la principal variación en el número de explotaciones agropecuarias se da a expensas del estrato de predios entre 1 y 100 hectáreas, predios que podríamos caracterizar como de la agricultura familiar.

Figura 1: Evolución del número de explotaciones agropecuarias, según estrato de tamaño.

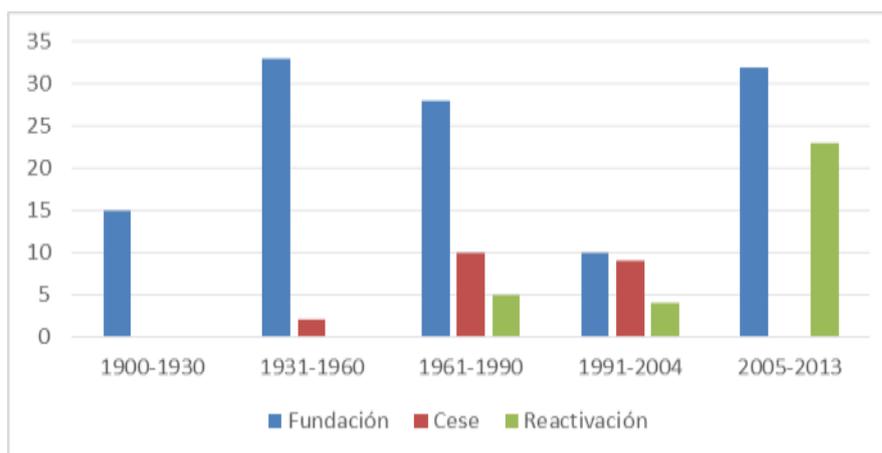


Fuente: Elaboración propia en base a Riella y Romero (2014).

No obstante, el desarrollo de los procesos organizativos a nivel rural no guarda relación con el número de explotaciones agropecuarias, teniendo una dinámica fuertemente

relacionada a las políticas de Estado y en específico a la promoción de los procesos organizativos hacia el medio rural. En el siguiente gráfico (Figura 2) se observa el comportamiento de las organizaciones de productores familiares a lo largo de los distintos periodos analizados, donde se observan diferentes comportamientos en relación a las distintas trayectorias temporales (fundación de nuevas organizaciones, cese en la actividad de las mismas y reactivaciones) de las organizaciones analizadas.

Figura 2: Distribución de las organizaciones de productores, según trayectoria temporal.



Fuente: Elaboración propia en base a PFI (DGDR–MGAP, 2013).

En el gráfico anterior, podemos visualizar que durante las etapas de reproducción de la agricultura familiar (1900 – 1960) se da también simultáneamente un proceso caracterizado por procesos fundacionales de organizaciones rurales. El mayor número de organizaciones nace en la etapa correspondiente a los años 1931 – 1960, incluso duplicando ampliamente las de la etapa anterior (1901 – 1930).

Durante la etapa que va desde 1961 a 1990, si bien la tendencia mayoritaria es la de procesos fundacionales, se empieza a dar un proceso de cese de actividades en algunas de las organizaciones, el cual se acentúa hacia la década de los 90, y en el periodo 1991-2004 la dinámica de cese en el funcionamiento de las organizaciones llega a superar los procesos de fundación de nuevas organizaciones.

Por último, la etapa neodesarrollista se presenta como una etapa de crecimiento de los procesos organizativos de la agricultura familiar, lo cual significa un quiebre con la tendencia observada en los últimos 50 años. Si observamos que también en esta etapa se dan la mayoría de los procesos de reactivación de las organizaciones que cesaron su actividad en algunos de las etapas previas y consideramos los mismos como procesos de conformación de nuevos colectivos, podemos decir que esta etapa histórica, supera cuantitativamente el grado de desarrollo de procesos organizativos observado en las etapas

de reproducción de la agricultura familiar que representaron los primeros 60 años de historia del siglo XX.

Ahora bien, tras este breve análisis nos interesa profundizar en las principales políticas públicas impulsadas en cada etapa y como estas pueden dar respuesta a las tendencias observadas, así como avanzar en el análisis de las características de los procesos organizativos que se dieron en cada etapa, para lo cual analizaremos la dinámica de funcionamiento (trayectorias temporales) según tipo de organizaciones (forma jurídica).

a) La transición al capitalismo agrario (1870 – 1900)

Según Moraes (2012, p.13), luego de casi medio siglo de diversas revoluciones y disputas territoriales en la región del Río de la Plata (proceso durante el cual se funda constitucionalmente el territorio uruguayo - 1830) y después de la Guerra de la Triple Alianza (1865-1870), la región entra en una cierta estabilidad política a partir de la cual se inician procesos de institucionalización y modernización de las sociedades rioplatenses. Entre las transformaciones ocurridas, que marcaron los principales cambios en la economía agraria y aseguraron el desarrollo del modelo capitalista, se encuentran:

i. La ovinización: Proceso que se inicia en 1860 e implicó una diversificación de la producción agropecuaria (ganadería tradicional vacuna) y fue la base de cambios en la sociedad rural, se conforma una nueva clase media rural (ganaderos extranjeros, preocupados por el lucro y predispuestos al cambio) y cambios en la organización del trabajo (mayor demanda de mano de obra y división del trabajo). (MORAES, 2012, p.15)

ii. El cercamiento de los campos: Con un fuerte impulso desde los sectores más conservadores (ganaderos-empresarios), nucleados en la Asociación Rural del Uruguay (fundada en 1871) y con el apoyo de los gobiernos militares de la época, se promocionaron el alambramiento y “disciplinamiento” de la campaña. Esto configuró tras la expulsión de las personas que explotaban tierras ajenas, la estructura de pequeñas poblaciones en precarias condiciones (rancheríos rurales) de donde los grandes terratenientes aseguraban mano de obra para sus explotaciones desarrollándose así las relaciones asalariadas en el campo. (ROSSI, 2010, p.92)

iii. La expansión ferroviaria: La misma se da entre 1884 y 1982, financiada por capitales británicos, lo cual posibilitó la formación de mercados agrarios a nivel nacional (con fuerte sesgo territorial hacia los puertos atlánticos), al disminuir los costos de traslados. (MORAES, 2012, p.15)

iv. La mestización del ganado vacuno: a partir del bovino criollo (orientado principalmente a la producción de cueros), con razas británicas, lo cual permitió una especialización ganadera orientada a la producción de carne. Este proceso de transición tecnológica se basó principalmente en la iniciativa privada para la adopción de innovaciones.

Esto se vio influenciado por la demanda mundial de carne, la cual favoreció también el desarrollo de la industria frigorífica a partir de 1904. (MORAES, 2012, p.15)

A nivel estatal y en articulación con el sector privado, representado por la Asociación Rural del Uruguay, se generan una serie de normativas que aseguraron el desarrollo de este proceso de transición al capitalismo. Entre ellas se destaca: la aprobación del Código Rural (1875), aprobación del Reglamento de Policías Rurales y Departamentales de Campaña (1976), creación de una Oficina General de Marcas y Señales del Ganado (1977), creación, Registro de Propiedades Departamentales y Seccionales (1979), y aprobación de la Ley represora de vagancia y el abigeato (1986) (MORAES, 2012, p. 27).

“El proletariado rural ya no podía optar entre la vagancia y la labor en las estancias, ahora debía trabajar para alimentarse. Los desocupados miserablemente en los llamados "pueblos de ratas", cambiando su anterior dieta carnívora por ensopados de escaso valor nutritivo. El servicio doméstico o la prostitución para las mujeres; el peonaje, la esquila, el contrabando y el robo de ganado para los hombres, fueron las actividades del gaucho moderno. Pero, ya empezó a emigrar a las ciudades.” (BARRÁN, 1995, p. 1).

b) Reforma Batllista (1901 – 1930)

En esta etapa temporal se termina de consolidar el proceso denominado como de modernización agraria, con la instalación de una industria frigorífica orientada hacia la exportación de carne, proceso que se termina de consolidar hacia 1914, cuando la industria frigorífica supera a los saladeros. Hacia 1913 el producto ganadero de Uruguay había crecido a una tasa anual del 3% desde 1870, debido a las distintas innovaciones ocurridas que significaron un aumento de la carga animal, debido a la incorporación del ovino y un aumento de la productividad de las pasturas naturales (MORAES, 2012, p. 23).

“La sociedad uruguaya, resultante y promotora a la vez de estos cambios, fue muy distinta a la de la primera mitad del siglo XIX. Las clases se diferenciaron con claridad, la dueña de la tierra era compleja, pues al lado del latifundio se consolidó la propiedad mediana con la explotación del ovino. El censo de 1908 permite deducir que los predios de 100 a 2.500 hectáreas, asimilables a estancias de la clase media rural, ocupaban el 52% de la superficie apta, y que 1391 predios de más de 2501 hectáreas - los latifundios - ocupaban el 43% de esa superficie. Este era el fruto de una larga evolución histórica que salvo a la gran propiedad, pero la obligó a cohabitar con una importante clase media rural.” (BARRÁN, 1995, p. 1).

Sin embargo, a diferencia de los últimos años del siglo XIX, el estado a partir de lo que se conoce como la reforma batllista comienza jugar un rol decisivo en el desarrollo interno nacional. A diferencia de los gobiernos militaristas (1776- 1886), donde los grandes estancieros representados en la ARU tuvieron un gran peso en los procesos que consolidaron el *orden de la campaña*, se fue consolidando un estado moderno y centralizado

que hacia 1903 generó una experiencia reformista (primer batllismo 1903-1916), que incluso se enfrentó a los intereses de los hacendados. (MORAES, 2012, p.32)

A nivel agropecuario los gobiernos batllistas, tuvieron una alta incidencia en el desarrollo de la pequeña producción agropecuaria (la cual hoy podemos caracterizar como de la agricultura familiar) y en los procesos organizativos vinculados a la misma. En este sentido una de las principales herramientas fue la colonización agraria, con la cual se buscaba fomentar la producción granjera y agrícola para abastecer el mercado interno de alimentos de una población urbana en desarrollo. El proceso de colonización es fuertemente apoyado por las Comisiones de Fomento Rural, las cuales, a partir de 1915, tras la creación por ley de Comisión Nacional de Fomento Rural pasan a denominarse Sociedades de Fomento Rural. Estos procesos organizativos impulsados por el batllismo con la finalidad de nuclear a los actores del medio rural que no respondían a la lógica ganadera de tipo latifundista, perseguían el objetivo de trabajar en la promoción y fomento de las localidades rurales, así como generar procesos organizativos que contrarrestaran la predominancia del Partido Nacional a nivel agropecuario, sobretodo asociada a la producción ganadera. (ROSSI, 2010, p.93)

En los datos analizados se observa que de las organizaciones estudiadas que se fundaron en la época, el 80% corresponden a Sociedades de Fomento Rural las cuales se ubican en su mayoría al sur del Rio Negro en concordancia con los sistemas productivos a los que respondían estas organizaciones en la época. A su vez el 100% de estas Sociedades de Fomento Rural surgen a posterior del año 1915.

Como vemos estos datos responden a las características antes señaladas en relación a las políticas públicas impulsadas en esta etapa. Según Piñeiro y Moraes (2008, p.22) el sello distintivo de este momento histórico fue la fuerte oposición entre el Estado y el sector ganadero tradicional sobre todo por motivos fiscales. Tal es así, que en el año 1916 se crea la Federación Rural como organización político-gremial de representación de los intereses del sector ganadero. Esto llevo a la tradición de principios de siglo XX de pensar en la FR como la organización que representa los intereses del sector ganadero (asociado principalmente al latifundio) y a CNFR como la organización representante de los intereses de las pequeñas producciones (granjeras y agrícolas).

c) La sustitución de importaciones (1931 – 1960)

Tras las crisis económicas de los años 30, la desvalorización de la moneda afecta la balanza comercial del país, determinando un encarecimiento de las importaciones y un escenario adverso para los sistemas agroexportadores (ganaderos). Es por esto que desde el Estado se trabaja en la generación de un modelo de sustitución de importaciones. Durante 1930-1939 el estado a través de una política monetaria activa, establece una serie

de medidas de apoyo al sector agroexportador ganadero de manera de asegurar un nivel de ingresos para el sector y reconociendo que las exportaciones ganaderas eran el sostén de la balanza comercial del país. (PIÑEIRO Y MORAES, 2008, p.23)

Según Piñeiro (2004, p.255), entre 1940 y 1950 se produce un fuerte proceso de urbanización del país como consecuencia del modelo de sustitución de importaciones y por otro lado un proceso de mecanización agraria que expulso población rural. Este proceso que se denomina como de “agriculturización” porque además de la producción cerealera que venía en aumento, se produce un aumento también de las áreas destinadas a otros rubros de producción (oleaginosas, caña y remolacha azucarera, fruticultura, viticultura, horticultura, etc.) en un proceso de asegurar al autoabastecimiento alimentario.

Superada la crisis, y en un escenario de conflicto internacional, durante la Segunda Guerra Mundial aumentan los precios internacionales de la carne, debido a un interés de los principales países para el abastecimiento. Aprovechando los precios favorables el Estado propicia una política de industrialización acelerada que durante los años siguientes (1946-1956) a través de un sistema de cambio de tipo diferencial para las importaciones y exportaciones, buscó mantener el equilibrio de la balanza comercial y fortalecer el modelo de sustitución de importaciones, con subsidios importantes para algunos tipos de producción, como trigo, oleaginosas, caña de azúcar, etc. (PIÑEIRO Y MORAES, 2008, p.23)

Hacia mediados de siglo (1956) la estructura agraria se caracterizaba por la bipolaridad latifundio-minifundio. Los predios de menos de 100 has totalizaban el 75% del total y ocupaban el 10% de la superficie, mientras que los predios mayores a 1000 has representaban el 4% y concentraban el 56% de la superficie explotada. Los primeros eran la imagen de los predios agrícolas y los segundos representaban la estancia ganadera típica. (PIÑEIRO Y MORAES, 2008, p.6).

En este periodo se crea el Instituto Nacional de Colonización - INC - (1948) como el instrumento idóneo para promover una racional subdivisión de la tierra y su adecuada explotación, procurar la radicación y bienestar del trabajador rural, promoviendo además el aumento y la mejora de la producción agropecuaria. Si bien los antecedentes de colonización agraria se remontan a la época de reforma batllista, en este periodo y con un fuerte impulso desde el Sistema de Fomento Rural que organiza el Congreso Nacional de Tierras, se sientan las bases para la discusión política y la promulgación de la ley que crea este instituto.

En relación a los procesos organizativos que se gestaron en esta etapa vemos que se intensifican los procesos de formación de organizaciones a nivel rural, alcanzando a casi el 28% de las organizaciones estudiadas. En cambio, se comienzan a observar cambios en la dinámica del tipo de organizaciones en relación a la etapa anterior. Si bien el peso

predominante lo mantienen las SFR, en el total de organizaciones disminuye su peso relativo, representando estas el 48% del total (a diferencia del 80% observado en la etapa anterior). Comienzan a observarse en esta etapa otras formas organizativas que comienzan a jugar, como ser las asociaciones civiles y sociedades rurales vinculadas a Federación Rural, lo que se puede corresponder con un rol más importante del sector ganadero en esta etapa. Y hacia finales de este periodo (década del 50), comienzan a aparecer las formas organización representadas por las Cooperativas Agrarias.

d) Desarrollo del modelo neoliberal (1961 – 1990)

Los procesos de apertura económica y de desregulación estatal generaron diferentes efectos en los distintos rubros de producción. Dentro de ellos los que presentaban competitividad internacional (carne y lana) o los que contaban con algún apoyo estatal (leche, arroz, cebada y cítricos), se beneficiaron al recibir los precios internacionales sin mayores mediaciones. Sin embargo, los rubros como cereales y oleaginosas, producción azucarera, horticultura y fruticultura, tuvieron (con oscilaciones) desempeños negativos. (PIÑEIRO 2004, p. 256)

En esta etapa se profundizan los procesos de difusión de tecnologías y se desarrollan modelos técnicos ahorradores de fuerza de trabajo, se generó desempleo y se redujo la capacidad de la producción familiar de competir en un mercado globalizado, (ROSSI, 2010, p.7). Aquí se encuentra el primer punto de inflexión en relación al desarrollo de la agricultura familiar en Uruguay, que como vimos anteriormente culmina el proceso de reproducción observado en la primera mitad de siglo XX, para comenzar a partir de 1962 un proceso de decrecimiento sostenido del número de productores familiares, el que se mantiene hasta la actualidad.

En relación a los procesos organizativos, si bien la tendencia es a la generación de nuevas organizaciones, se comienzan a generar procesos de ceses de actividades de muchas de las organizaciones fundadas en etapas anteriores. Las SFR siguen disminuyendo su peso relativo en las dinámicas de generación de nuevas organizaciones (32% del total), lo cual se puede asociar a un debilitamiento del Sistema de Fomento Rural. Esto queda en mayor evidencia cuando analizamos las organizaciones que cerraron en el periodo y vemos que las SFR representan más del 60% del total. Dentro de las otras formas organizativas se observa un mayor peso relativo de las asociaciones civiles (algunas con vinculación directa a FR) y de las cooperativas agrarias en la dinámica de generación de nuevas organizaciones.

e) Etapa de reestructuración, diversificación e intensificación productiva de carácter neoliberal (1991 – 2004)

En esta etapa podríamos decir se consolida el modelo neoliberal de relacionamiento económico hacia afuera, que ahora tendrá como actores claves a los países vecinos, tras la conformación del Mercosur. Esto determino la crisis de varios complejos agroindustriales que aun mantenían una cierta protección estatal, la cual es retirada en esta etapa. A su vez la ganadería sufre cambios importantes a nivel de la dinámica de los sistemas, existe una reducción importante del mercado lanero internacional lo que determina una crisis del sector ovino. Toma un rol preponderante la producción vacuna, tras la apertura de nuevos mercados (mercado no aftósico) y el dinamismo tecnológico impulsado en la década de los 90 y que se ve favorecido por la incorporación de nuevas tecnologías como la siembra directa. (PIÑEIRO y MORAES, 2008, p.23).

Esto determina un aumento en la productividad, a la vez que se inicia un proceso a nivel nacional de diversificación de la matriz productiva, impulsado principalmente por inversiones transnacionales y la incorporación de rubros como la forestación (para la cual existían subsidios y exoneraciones fiscales importantes a través de la ley forestal aprobada en 1987) y la soja que comenzara a tomar una importancia cada vez mayor en la producción agrícola uruguaya. La incorporación de nuevos rubros de producción traerá cambios importantes en las dinámicas de producción y en el uso del suelo.

Con la creación del Mercosur, se reducen los aranceles para la comercialización dentro de la región y se establece un arancel común moderado para las exportaciones, lo cual determino que se aumenten las exportaciones de arroz, cebada, malteada y productos lácteos, principalmente hacia Brasil y de productos manufacturados e industriales, hacia Argentina. Como resultado el 60 al 70% de las exportaciones totales del país se orientaban hacia estos mercados. “Durante la década del ‘90 crecen el PBI agropecuario, la inversión y las exportaciones. Los mayores volúmenes físicos coinciden con mejores precios agrícolas en los mercados internacionales, en los cuales ahora los productores uruguayos colocan directamente sus productos, captando esta mejoría.” (PIÑEIRO, 2004, p.257)

Según Piñeiro (2004, p.258), partir del año 1998 una serie de factores (nacionales e internacionales) afectaron negativamente al sector agropecuario, lo que determino la inmersión del sector agropecuario y del país en su conjunto en una profunda crisis económica y financiera: a) La suba gradual de la tasa de interés a nivel internacional, que afectara la tasa de interés local y a un sector de la producción altamente endeudado; b) La suba de precio del petróleo, que aumentara el precio de los combustibles y varios insumos agropecuarios; c) La devaluación del real y el euro frente al dólar, siendo Brasil y Europa nuestros principales destinos de las exportaciones agropecuarias; d) Inclemencias climáticas, sequias (verano 1999-2000) e inundaciones (otoño 2000), que afectaron principalmente a los cultivos de verano y la producción de pasturas; e) Caída de los precios

internacionales de la mayoría de los productos agropecuarios; f) Brote de aftosa (2001) que afecta el acceso a los mercados y genera pérdidas de productividad.

En relación a la agricultura familiar la cual continúa en una etapa de disminución en el número total de establecimientos agropecuarios, se observa también un retiro importante del Estado en la promoción de los mismos. Los programas de extensión y asistencia técnica, perseguían el objetivo final de aumento de la productividad y adopción de tecnologías, pero apuntaban a un sector de productores de perfil medio, como fue el caso de la ganadería y el Programa Nacional de Desarrollo Ganadero (Pronadega).

Si observamos los datos analizados en relación a la dinámica de las organizaciones, se puede identificar a este periodo como el de menor desarrollo de organizaciones rurales y en este sentido son las SFR las más afectadas. Se mantiene aquí un desarrollo que apunta principalmente a las formas jurídicas vinculadas a las Cooperativas Agrarias y a las Asociaciones Civiles, pero es más importante en cantidad los procesos de cierre de organizaciones o ceses de actividad, siendo en este sentido las SFR las que lideran la dinámica, representando el 78% de las organizaciones que cierran en esta etapa.

f) Etapa de reestructuración, diversificación e intensificación productiva de carácter neodesarrollista (2005– 2019)

Según Riella y Mascheroni (2017, p.15), al comienzo del siglo XXI el escenario de la producción agropecuaria, cambia radicalmente. El aumento de los precios internacionales de los alimentos, hace que la producción agropecuaria resulte interesante para los capitales transnacionales, lo cual provoca una fuerte inversión extranjera en el sector. Las exportaciones del sector valorizan y se multiplican, lo cual se da principalmente debido al alza de los precios de la soja, la leche, carne y la actividad forestal.

“En el contexto reseñado de fuerte crecimiento y expansión del sector agropecuario, asume el primer gobierno del Frente Amplio, que busca introducir una serie de cambios en la orientación de las políticas públicas para lograr reducir la pobreza y la desigualdad y fomentar el crecimiento de la producción. La perspectiva que asumen esas políticas remite a lo que podríamos llamar una vocación regulacionista, inspiradas en los enfoques neo-desarrollistas, que postulan la importancia de la intervención estatal para corregir las fallas del mercado y lograr que los procesos de crecimiento produzcan una mayor redistribución de los excedentes con más inclusión social” (KAY, 2005; GARCIA, 2012, citados por RIELLA Y MASCHERONI, 2017, p. 29).

En este sentido, se instrumentaron una serie de políticas horizontales a nivel nacional, pero hay tres que han generado un efecto notorio en el sector agropecuario: políticas de regulación de las relaciones laborales, las reformas en el sistema tributario y la promoción de inversiones. (RIELLA y MASCHERONI, 2017, p.29).

Si bien a nivel macroeconómico se guardan muchas relaciones con la etapa anterior, se mantiene e intensifica el apoyo a las inversiones extranjeras, existe un cambio importante en el rol del estado en la dinámica económica, sobre todo apuntando a la redistribución de las divisas generadas. Este modelo impulsado por los gobiernos progresistas de la región y que pareciese tener contradicciones ideológicas importantes con las posturas políticas de izquierda, plantea por un lado un escenario favorable al desarrollo de los sistemas de producción capitalistas y genera políticas sociales compensatorias que generan mitigación a los efectos del propio capital.

A nivel rural estas políticas compensatorias no han podido dar cuenta a la dinámica de disminución de la producción familiar, observándose en el periodo 2000 – 2011, la desaparición de más de 12000 establecimientos agropecuarios de los cuales el 91% corresponden a establecimientos de menos de 100 has. (DIEA – MGAP, 2014). No obstante, han tenido un alto impacto en el mapa de organizaciones rurales, presentándose esta etapa como la de mayor desarrollo de los procesos organizativos, superando incluso el dinamismo observado durante la primera mitad del siglo XX. Para ello el estado ha puesto en juego una serie de políticas públicas de apoyo a la producción familiar que se basan en la incorporación de estos sujetos sociales en ámbitos de participación (Mesas de Desarrollo Rural²) y el apoyo específico al fortalecimiento y accionar de sus procesos organizativos.

Durante el periodo 2004 – 2008, se trabajó en base a distintos proyectos de endeudamiento externo, dentro de los cuales el Programa Uruguay Rural (FIDA–MGAP) fue el que jugó un rol más preponderante en relación al fortalecimiento de los procesos organizativos de la agricultura familiar. Tras el año 2008 y con la creación de la Dirección General de Desarrollo Rural (DGDR-MGAP), estos programas de fortalecimiento se incorporan a la órbita de esta dirección. En el periodo 2005-2019 han existido más de 15 políticas (convocatorias a llamados) de la DGDR orientadas al fortalecimiento de organizaciones rurales. (GUEDES y SGANGA, 2019)

Cuando analizamos los datos referentes a los procesos de generación de nuevas organizaciones, vemos que en el periodo se forman 32 nuevas organizaciones en todo el país, no existiendo diferencias significativas entre las principales formas de organización (distribución casi equitativa entre SFR, Asociaciones Civiles y Cooperativas agrarias), esto en cambio representa un cambio importante para el sistema de fomento rural que como analizamos anteriormente, se encontraba en un proceso de debilitamiento a partir de los años 60. La otra dinámica que cobra relevancia a diferencia de las etapas anteriormente expuestas, son los procesos de reactivación de procesos organizativos que cesaron sus

² Ámbito de participación y articulación público- privada (creadas por la ley 18126 del 12 de mayo de 2007), con el cometido de promover un mayor involucramiento y participación de la sociedad agropecuaria en la instrumentación de las políticas del sector, canalizando demandas e inquietudes, así como los distintos proyectos de desarrollo.

actividades en la segunda mitad de siglo XX. Aquí si podemos señalar que las SFR son las principales formas organizativas que jugaron en esta dinámica, reactivándose en el periodo 20 SFR.

Esto posiciona a CNFR como el aliado estratégico de las políticas públicas, no solo porque las SFR representan casi el 55% del total de las organizaciones nuevas y reactivadas, sino también porque cuando analizamos la afiliación de 2° grado de las organizaciones con las que se trabajó, las afiliadas a CNFR representan el casi el 60% del total. Esto a su vez guarda relación con el accionar de CNFR, quien asume a partir de los años 70 la defensa de los intereses de la producción familiar y durante la década de los 90 se posiciona como el principal defensor de estos intereses.

Si bien este modelo ha significado avances con respecto a los modelos neoliberales, sobre todo asociado a un rol importante del estado en la dinámica económica y el fomento y la promoción, tampoco ha generado una ruptura con el capitalismo, sino que ha agudizado su proceso de expansión a nivel agropecuario. En las propias palabras de CNFR, en su documento de políticas públicas para la agricultura familiar, plantea la coexistencia conflictiva de dos modelos de desarrollo, el del agronegocio y el de la agricultura familiar y reclama acciones del estado contener el primero y defender al segundo. (SANTOS *et al.*, 2013, p. 27).

La relación agricultura familiar, organizaciones y políticas públicas: principales desafíos y contradicciones

A lo largo de este trabajo visualizamos como se dio el relacionamiento histórico entre la agricultura familiar y sus procesos organizativos en relación a las políticas públicas impulsadas por el estado en las distintas etapas del desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay. Se identificaron diferentes momentos históricos en la capacidad de reproducción de la agricultura familiar y en el desarrollo de sus procesos organizativos. Estos procesos estuvieron pautados fuertemente por el rol asumido por el estado y las políticas públicas impulsadas hacia el sector.

En relación a la evolución de la agricultura familiar, se diferenciaron dos etapas bien marcadas, una a comienzos de siglo XX, donde se observa una evolución de la misma caracterizada por la reproducción de los sistemas de producción familiar, en donde existió una impronta fuerte desde la intervención estatal en la promoción de los mismos. Dentro de las principales políticas públicas asociadas podemos señalar, los procesos de colonización agraria como herramienta para el fomento de la instalación de sistemas agrícolas y granjeros que asegurasen el suministro de alimentos a una población urbana en crecimiento. A su vez se promociono el agrupamiento a través de las Sociedades de

Fomento Rural para la promoción y el desarrollo de las localidades rurales y que significó una herramienta de acción gremial con la creación de la Comisión Nacional de Fomento Rural que contrarrestase la influencia de los poderes tradicionales operantes en el agro uruguayo en la época.

En cambio, desde la segunda mitad de siglo XX esta tendencia se revierte comenzando aquí un proceso de involución de la agricultura familiar que con matices se caracterizó por políticas macroeconómicas de apertura comercial y liberación al mercado. La principal política pública fue el no accionar del Estado en la economía, con lo cual se agudizaron los procesos de diferenciación social. Las principales herramientas utilizadas durante la primera mitad de siglo para la promoción de la agricultura familiar (colonización agraria) perdieron protagonismo. El Sistema de Fomento Rural fue fuertemente castigado, quizás debido a los avatares a los que se enfrentaba su base social, con la caída de varios complejos agroindustriales subsidiados que daban sustento económico a estos sujetos sociales. La promoción de procesos organizativos se basaba principalmente en el desarrollo de formas organizativas que pudiesen trabajar desde lo asociativo una mayor capacidad de competencia en las lógicas de mercado (cooperativas agrarias).

Sobre finales de siglo XX esta situación se agudiza con un rol mayor en la economía de capitales transnacionales y financieros que a través de la inversión directa en sistemas productivos como la forestación y la soja, inician un proceso de competencia por el recurso tierra (lo que resulta en un aumento del precio de la tierra y los arrendamientos), haciendo más dificultosa la capacidad de resistencia de la agricultura familiar. Esto trajo consigo un cambio sustancial en los reclamos de las principales organizaciones vinculadas, principalmente en la CNFR, quien toma como propia la defensa de los intereses de la agricultura familiar e inicia un proceso de fuertes críticas al rol asumido por el estado. Se reclama la necesidad de políticas públicas específicas para la producción familiar, siendo actor fundamental en la defensa del INC y la colonización como herramienta de reforma agraria, cuando las políticas de Estado promocionaron el cierre de dicho instituto.

A partir del año 2005, se inicia un momento histórico con características bien diferenciadas, en relación a la evolución de la producción familiar, no existen cambios sustantivos en la dinámica que se viene observando desde la mitad del siglo XX, tendencia general sigue siendo a la concentración de la tierra, asociado ahora a un proceso de también creciente de extranjerización de la propiedad de la tierra. No obstante, existe un cambio sustancial en el rol asumido por el estado en relación a la agricultura familiar y la promoción de sus procesos organizativos. A su vez se promociona una participación mayor de estos sujetos en el diseño e instrumentación de las políticas públicas. Se retoman algunos de los principales reclamos provenientes de la agricultura familiar como ser la colonización a partir de la revitalización del INC en la dinámica de compra y distribución de

tierras. Estas dinámicas que se dan en un escenario de fuertes contradicciones, principalmente asociado a las políticas macroeconómicas que fomentan el desarrollo del capitalismo agrario y por consiguiente intensifican los procesos de diferenciación social.

Partiendo de la estrecha relación evidenciada entre los procesos organizativos de la agricultura familiar y las políticas públicas, el principal desafío está en pensar el pasaje de estos actores como sujetos colectivos de transformación social, frente a las condicionantes impuesta por las propias políticas públicas.

En los procesos organizativos impulsados por las políticas públicas se pueden encontrar dos tipos, los que se forman por intervención de la política a instancias de la mediación de técnicos o a través de la gestión de un bien común y los que se forman de manera más autónoma frente a la propuesta de la política pública. (MIGLIARO, 2010, p. 62). Podríamos decir que en esta etapa histórica gran parte de los procesos organizativos de la producción familiar responden al primer grupo, ya que se forman o sufrieron procesos de reactivación a impulso principalmente de los programas de desarrollo rural del MGAP (Uruguay Rural 2005 – 2008, DGDR 2009 – 2019) o por las políticas de acceso colectivo a tierra del INC.

Migliaro y Picos (2008, p.128), plantean una serie de impensables o dificultades que se dan en los procesos grupales u organizativos fuertemente relacionados a las políticas públicas, dentro de los cuales se puede mencionar los tiempos destinados a la construcción de los procesos grupales, y que los procesos son guiados muchas veces por una visión idealista de los procesos cooperativos y asociativos. Los autores plantean que muchas veces “aparecen primero las cooperativas (en el sentido legal, normativo) que los cooperativistas (en un sentido del ejercicio de las practicas cooperativistas).” (p. 128). En tanto las políticas públicas no avancen en la discusión en torno al proceso de construcción grupal colectivo, opero un escenario en el cual se proyectan las acciones y donde el grupo funciona como un medio para la transferencia de las propuestas tecnológicas o para viabilizar la propia política pública (MIGLIARO, 2010, p.66).

El desafío de la agricultura familiar, está en cómo superar las influencias de las políticas públicas para posicionarse como sujetos colectivos con objetivos de superación de su situación social de subordinación de clase. Para ello se debería dar a la interna de los procesos organizativos, procesos de formación y discusión colectiva sobre su situación como sujetos sociales, propiciando la construcción de objetivos colectivos y la generación de una identidad propia de estos colectivos. En este sentido, para el caso uruguayo, si entendemos que CNFR es el actor fundamental en la defensa de los intereses de la producción familiar, el mismo deberá generar mecanismos de trabajo con su base social, que superen los objetivos de las políticas públicas.

En este sentido, habría que pensar cómo CNFR, como principal organización representativa de la agricultura familiar en Uruguay, establece estrategias de resistencia frente a los poderes hegemónicos y a un modelo económico que subordina a su base social. Florit y Piedracueva (2015, p.134), plantean que la estrategia de resistencia de esta organización se ha caracterizado por basarse en el reclamo de políticas públicas diferenciadas para su masa social y un accionar fuertemente articulado con el estado, lo cual según los autores corresponde a una resistencia de tipo subalterna. Florit (2013, p. 76), plantea como una de las amenazas a la constitución de una resistencia antagónica por parte de CNFR, la composición heterogénea de la misma, donde si bien predominan los /as productores/as familiares, también se vinculan a su base social tanto agricultores capitalistas, como asalariados rurales.

Siguiendo, el planteo de Martins de Carvalho (2012), la construcción de identidades de resistencia, se basa en la identificación por parte de los sujetos sociales vinculados al campesinado, de su situación estructural de clase en contradicción con el sistema capitalista. Estas identidades de resistencia, tendrán sustento y podrán avanzar en un proyecto político en base a la articulación y la generación de alianzas con otros sectores populares del campo y la ciudad (identidad proyecto). Por tanto, más allá del tipo de resistencia que ha establecido históricamente CNFR, es importante analizar las distintas alianzas y relaciones que la misma ha establecido en los últimos años con otras organizaciones nacionales que se vinculan con la producción familiar.

Pascual, et. al. (2016), identificaron las principales organizaciones nacionales vinculadas a la producción familiar y analizaron los vínculos entre ellas. Entre estas organizaciones se reafirma el papel principal de CNFR, pero se identifican otras organizaciones que por sus temáticas y dado sus vínculos con organizaciones de tercer grado como ser Vía Campesina, se vinculan con el proyecto campesino y pueden actuar como articuladoras para la construcción de un proyecto político de la agricultura familiar y campesina en Uruguay. Entre estas organizaciones se destacan, La Red Nacional de Agroecología, La Red de Semillas Nativas y Criollas y la Red de Grupos de Mujeres Rurales del Uruguay. Si bien los vínculos, entre estas organizaciones son aún incipientes, los mismos en los últimos años se han fortalecido y pueden representar un camino importante en el sentido de construcción de identidades de resistencia. Florit y Piedracueva (2015), analizando a la Red de Grupos de Mujeres Rurales, identifican a partir de sus discursos una resistencia de tipo antagónica, pero plantean la dificultad de la misma de generar contrahegemonía. En este sentido se refuerza la idea de las alianzas necesarias entre los distintos colectivos que nuclea a la producción familiar en Uruguay.

En un escenario futuro, con la vuelta de la derecha al poder (en una alianza multipartidaria conformada por los partidos tradicionales en articulación con otras

expresiones políticas vinculadas a la ultraderecha y al militarismo), existe la posibilidad de que operen cambios en las políticas públicas con orientación más liberal, como las acontecidas en la década del 90, las cuales en ese contexto histórico fueron contrarias al desarrollo de la agricultura familiar y sus procesos organizativos. Como vimos anteriormente en esta etapa el principal actor perjudicado fue el Sistema de Fomento Rural, el cual sufrió un proceso de debilitamiento, donde gran parte de su base social se desarticuló, lo que se vio evidenciado en el cierre de varias Sociedades de Fomento Rural.

Por tanto, uno de los principales desafíos actuales y futuros, estará en ver como se posiciona y relaciona CNFR con las políticas públicas. Cabe preguntarse, por tanto, si el escenario político acontecido en los últimos 15 años, que tuvo un fuerte impacto en cuanto al número de organizaciones representativas de la producción familiar, ¿ha generado impactos en cuanto al accionar gremial y político de las mismas?, en el sentido de articulación política (construcción de proyecto), capacidad de análisis y defensa de los intereses de la agricultura familiar, así como en generar herramientas que permitan su sostenibilidad.

Sostenemos en tanto, que el desafío central está en pensar, cómo las organizaciones pueden construir proyectos autónomos e identitarios, que aseguren la autonomía (relativa) de las organizaciones, incluso frente al propio Estado. Constituyéndose las mismas como un sujeto de transformación, que necesariamente deberá analizar las contradicciones propias de las políticas públicas, para asegurar la sustentabilidad de los sujetos de la producción familiar y no solo esto, sino la conformación de un sujeto colectivo en disputa por el poder y contra las formas de dominación-subordinación.

Bibliografía

BARRÁN, José Pedro. **El nacimiento del Uruguay moderno en la segunda mitad del siglo XIX**. 1995. Disponible en: <https://www.rau.edu.uy/uruguay/historia/Uy.hist3.htm>

BONFANTI, Daniele. Desde la disconformidad eufórica hasta el pesimismo melancólico. Elites, Estado y técnicos extranjeros en los procesos de innovación agrícola en el Uruguay de los centenarios (1910-1930). En: BERRETA, Alcides (coord.). **Agricultura y Modernización 1840 – 1930**. Montevideo-Uruguay: Ediciones Universitarias, Universidad de la República. 2012. cap. 3, p. 91-118. Disponible en: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Uruguay/fhce-udelar/20170106050754/pdf_699.pdf Acceso en: 23 abr. 2020.

CERONI, Mauricio. Profundización del capitalismo agrario en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI. **Revista Nera**, Presidente Prudente. Año 20, n. 35, p. 12- 40. 2017. Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/326304559_Profundizacion_del_capitalismo_agrario_en_el_Uruguay_dinamicas_en_el_espacio_agrario_durante_el_comienzo_del_siglo_XXI Acceso en: 23 abr. 2020.

DIEA-MGAP. **Censo General Agropecuario 2011**. Resultados Definitivos. Montevideo-Uruguay: Estadísticas Agropecuarias, Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca. 2014.

FLORIT, Paula. ¿Subalternidad o antagonismo? Análisis de la resistencia de la producción familiar organizada a la concentración y extranjerización de la tierra en Uruguay. 2013. Tesis (Maestría en Sociología). Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la Republica, Montevideo, Uruguay. 2010. Disponible en: https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/20.500.12008/7693/1/TMS_FloritPaula.pdf Acceso en: 22 may. 2020.

FLORIT, Paula.; PIEDRACUEVA, Maximiliano. Contrahegemonía y Estado en el agro uruguayo: Estrategias de resistencia de organizaciones rurales. **Revista de Ciencias Sociales**. Año 28, n. 37, 119- 137. 2015. Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/296486887_Contrahegemonia_y_Estado_en_el_agro_uruguayo_Estrategias_de_resistencia_de_organizaciones_rurales Acceso en: 23 abr. 2020.

FOLADORI, Guillermo. **Proletarios y Campesinos**. 1. Ed. Xalapa, Mexico: Universidad Veracruzana. 1986

FOLADORI, Guillermo; MELAZZI, Gustavo. **La economía de la sociedad capitalista y sus crisis recurrentes**. 2. Ed. Montevideo: Universidad de la Republica, Comisión Sectorial de Extensión y Actividades en el Medio (CSEAM). 2012.

GUEDES, Emiliano; SGANGA, Fernando. **Las políticas públicas de apoyo a los procesos asociativos de la agricultura familiar en Uruguay (período 2005-2019). Aportes a la construcción de experiencias de Economía Solidaria en el agro uruguayo**. En: XV Seminario Internacional PROCOAS “La diversidad económica como alternativa política para los territorios de América Latina”. Valparaíso- Chile: Comité Académico Procesos Cooperativos y Asociativos- Asociación de Universidades Grupo Montevideo, Universidad de Playa Ancha. 2019.

YAFFÉ, J. **El intervencionismo batllista: Estatismo y regulación en Uruguay (1900-1930)**. 2001. Montevideo- Uruguay: Facultad de Ciencias Económica y de Administración, Universidad de la República. 2001. Disponible en: <https://core.ac.uk/download/pdf/6335112.pdf> Acceso en: 23 abr. 2020.

KAY, Cristóbal. El desarrollo excluyente y desigual en la América Latina rural. **Nueva Sociedad**. n. 37, p. 60-81. 1995 Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/317102747_El_desarrollo_excluyente_y_desigual_en_la_America_Latina_rural Acceso en 23 abr. 2020.

MARTINS DE CARVALHO, Horacio. **El campesinado contemporáneo como modo de producción y como clase social**. Curitiba, Brasil. 2012. Disponible en: <https://web.ua.es/es/giecryal/documentos/campesinado-contemporaneo.pdf> Acceso en: 23 abr. 2020.

MARTINS DE CARVALHO, Horacio. Comunidad de resistencia y superación. En Martins Do Carvalho. **Agricultura familiar y el campesinado en América Latina**. Montevideo, Uruguay: Extensión Libros, Universidad de la Republica. 2013. p. 323-352.

MORALES, Selene. La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay. **Revista NERA**, Presidente Prudente. Año 16, n. 23, p. 109-130. 2013. Disponible en: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2227> Acceso en: 23 abr. 2020

MORAES, María Inés. Las transformaciones rurales en el Uruguay de la segunda mitad del siglo XIX: una síntesis revisada. En: BERRETA, Alcides (coord.). **Agricultura y Modernización 1840 – 1930**. Montevideo-Uruguay: Ediciones Universitarias, Universidad de la República. 2012. cap. 1, p. 13-42. Disponible en: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Uruguay/fhce-udelar/20170106050754/pdf_699.pdf Acceso en: 23 abr. 2020.

MIGLIARO, Alicia. Y el viento los amontona: Reflexiones sobre grupos, políticas públicas y recursos naturales. **Revista Estudios Cooperativos**. Año 15, n. 1, p. 58-72. 2010. Disponible en: <http://www.extension.edu.uy/sites/extension.edu.uy/files/Revista-UEC.pdf> Acceso en: 23 abr. 2020.

MIGLIARO, Alicia; PICOS, Gabriel. Por la Tierra y.. con..¿?. Estrategias de intervención en procesos asociativos vinculados al Instituto Nacional de Colonización. En: **Crítica de la Cultura Organizacional: claves para cambiar la organización del trabajo**. Montevideo – Uruguay: Psicolibros Universitario. 2008.

OYHANTÇABAL, Gabriel. **Agricultura familiar y campesinado: un abordaje desde el pensamiento social alternativo**. Monografía (Curso Antropología económica y política). Facultad de Humanidades, Universidad de la Republica, Montevideo, Uruguay. 2007. Disponible en: <https://www.upc.edu.uy/produccion-familiar?download=72:oyhantcabal-2007> Acceso en: 23 abr. 2020.

OYHANTÇABAL, Gabriel. **Evaluación de la sustentabilidad de la producción familiar de cerdos a campo: un estudio de seis casos en la zona sur del Uruguay**. 2010. Tesis (Grado en Ingeniero Agrónomo). Facultad de Agronomía, Universidad de la Republica, Montevideo, Uruguay. 2010. Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/265835698_Sustentabilidad_de_la_produccion_familiar_de_cerdos_a_campo_estudio_de_6_casos_en_el_sur_de_Uruguay Acceso en: 23 abr. 2020.

OYHANTÇABAL, Gabriel; NARBONDO, Ignacio. El Agronegocio y la Expansión del Capitalismo en el Campo Uruguayo. **REBELA Revista Brasileña de Estudios Latinoamericanos**. Año 2, n. 3, p. 409-425. 2013. Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/273341515_El_Agronegocio_y_la_Expansion_del_Capitalismo_en_el_Campo_Uruguayo Acceso en: 23 abr. 2020.

PASCUAL, Ana; GUEDES, Emiliano; MONTEVERDE, Santiago; AGÜERO, Mariella; BENÍTEZ, Gustavo; OREGGIONI, Walter. **Organizaciones de la Producción Familiar en Uruguay: Situación actual y principales desafíos**. En: III Congreso de Ciencias Sociales Agrarias “Desafíos para el desarrollo rural sostenible, frente a los nuevos escenarios”. Montevideo-Uruguay: Facultad de Agronomía, Universidad de la República. 2016.

PIÑEIRO, Diego. **Formas de resistencia de la agricultura familiar. El caso del noreste de Canelones**. Montevideo, Uruguay: CIESU. Ediciones de la Banda Oriental. 1985.

PIÑEIRO, Diego. **Caracterización de la Producción Familiar**. Mimeo. Montevideo, Uruguay. 2003. Disponible en: <http://mail.upc.edu.uy/produccion-familiar?download=80:pineiro> Acceso en: 23 abr. 2020.

PIÑEIRO, Diego. Rentabilidad o muerte: la protesta rural en el Uruguay. En: CLACSO, **En busca de la identidad. La acción colectiva en los conflictos agrarios de América Latina**. Buenos Aires, Argentina. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2004. p. 253-294. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/identidad/Cap6.pdf> Acceso en: 23 abr. 2020

PIÑEIRO, Diego. Asalto a la tierra: el capital financiero descubre el campo uruguayo. En: ALMEIRA, Guillermo; CONCEIRO, Luciano; MENDES, Joao Marcio; PORTO GONCALVEZ, Carlos. (Coord) **Capitalismo: Tierra y Poder en América Latina (1982-2012)**. Mexico: Ediciones Continente, Universidad Autónoma Metropolitana, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2014. Vol. 1, p. 215-253. Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/264971116_Capitalismo_tierra_y_poder_en_America_Latina_1982-2012_-_vol_I_-_Argentina_Brasil_Chile_Paraguay_y_Uruguay/link/53f78a410cf24ddb7d8958d/download Acceso en: 23, abr. 2020.

PIÑEIRO, Diego; CARDELLIAC, Joaquín. El Frente Amplio y la Política Agraria en Uruguay. En: KAY, Cristóbal; VERGARA CAMUS, Leandro. (Coord.) **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina: campesinos, agronegocio y neodesarrollismo**. 1. Ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO. 2018. P. 259-286. Disponible en: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20180608115610/La_cuestion_agraria.pdf Acceso en: 23 abr. 2020.

PIÑEIRO, Diego; FERNANDEZ, Emilio. Organizaciones rurales. En CHIAPPE, Marta; CARAMBULA, Matías; FERNANDEZ, Emilio. (Comp.). **El Campo Uruguayo: una mirada desde la sociología rural**. Montevideo, Uruguay: Facultad de Agronomía, Universidad de la Republica. 2008. p. 127-152.

PIÑEIRO, Diego; MORAES, María Inés. Los cambios de la sociedad rural durante el siglo XX. En: **El Uruguay del siglo XX**. Montevideo, Uruguay: La Sociedad, Ed. Banda Oriental. 2008. Vol. 3, p. 105-136. Disponible en: https://eva.udelar.edu.uy/pluginfile.php/470582/mod_resource/content/1/Pi%C3%B1eiro%20%20Moraes%20-%20Los%20cambios%20en%20la%20sociedad%20rural.pdf Acceso en: 23 abr. 2020.

RETAMOZO, Martin. Movimientos sociales y orden social en América Latina. Sujetos, antagonismos y articulación en tiempos neoliberales. **Desde el Fondo**. n. 28, p. 27- 35. 2005. Disponible en: <https://www.academica.org/martin.retamozo/8.pdf> Acceso en: 23 abr. 2020.

RIELLA, Alberto; MASCHERONI, Paola. **Las políticas públicas y las organizaciones agrarias en el Uruguay progresista**. Montevideo-Uruguay: Ediciones Universitarias, Universidad de la República. 2017.

RIELLA, Alberto; ROMERO, Juan. **Continuidades y Rupturas en la estructura agraria en el Uruguay del siglo XXI**. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República. 2014. Disponible en: http://dedicaciontotal.udelar.edu.uy/adjuntos/produccion/1109_academicas__academicaarchivo.pdf Acceso en: 23 abr. 2020.

ROSSI, Virginia. Territorios en conflicto. Reestructuración productiva y producción familiar en el campo uruguayo. **Pampa. Revista Interuniversitaria de Estudios Territoriales**. Año 6, n. 6, p. 89-111. 2010. Disponible en: www.bibliotecavirtual.unl.edu.ar/ojs/index.php/PAMPA/article/view/3178 Acceso en: 23 abr. 2020.

ROSSI, Virginia. La cuestión agraria uruguaya en dialogo con Pierre Bourdieu y Bernardo Mançano Fernandes. **Boletim DATALUTA. NERA**, Universidad Estadual Paulista. Brasil. 2013. Disponible en: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/1artigodomes_2013.pdf Acceso en: 23 abr. 2020.

SANTOS, Carlos.; NARBONDO, Ignacio.; OYHANTCABAL, Gabriel.; GUTIÉRREZ, Ramón. Seis tesis urgentes sobre el neodesarrollismo en Uruguay. En CASTRO, Diego. y Col. (Ed.) **Contrapunto: Bienes comunes. Saqueo y resistencias**. Montevideo- Uruguay. Comisión Sectorial de Extensión y Actividades en el Medio, Universidad de la República. 2013. p. 13-32.

TOMMASINO, Humberto. Sustentabilidad rural: desacuerdos y controversias. En PIERRI, Naina y FOLADORI, Guillermo. (Ed.) **¿Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el Desarrollo Sustentable**. Montevideo, Uruguay: Ed. Trabajo y Capital. 2001. p. 39- 163.

TORRES, Alfonso. Educación Popular, subjetividad y sujetos sociales. **Pedagogía y Saberes**. n. 15, p. 5-14. 2000. Disponible en: <https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/PYS/article/view/6001> Acceso en: 23 abr. 2020.

TORRES, Alfonso. Acción colectiva y subjetividad. Un balance desde los estudios sociales. **Folio** n. 30, p. 51-74. 2009. Disponible en: <https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/RF/article/view/6135> Acceso en: 23 abr. 2020.

Sobre o autor

Emiliano Guedes Bica – Mestrando em Educação y Extensión Rural, Programa de Posgrados, Facultad de Veterinaria, Universidad de la República. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0001-6444-0548>

Como citar este artigo

GUEDES BICA, Emiliano. Organizaciones de la producción familiar y políticas públicas en el marco del desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay. **Revista NERA**, v. 24, n. 56, p. 187-212, jan.-abr., 2021.

Recebido para publicação em 13 de agosto de 2020.
Aceito para a publicação em 22 de dezembro de 2020.

Resenha: A atualidade da reforma agrária na América Latina e Caribe

Fernanda Aparecida Matheus

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

e-mail: fernanda.matheus@unesp.br

Resenha: FERNANDES, Bernardo Mañano; RINCÓN, Luis Felipe; KRETSCHMER, Regina (Org.). **La actualidad de la reforma agraria en America Latina y el Caribe.** Buenos Aires/São Paulo: CLACSO/Perseu Abramo, 2018.

O livro intitulado *La actualidad de la reforma agraria en America Latina y el Caribe*, organizado por Bernardo Mañano Fernandes, Luis Felipe Rincón e Regina Kretschmer, com contribuições de pesquisadores sobre a questão agrária em vários países, aborda o debate sobre a atualidade e concepção da reforma agrária e contrarreforma agrária e os processos de lutas e resistências dos povos do campo e movimentos socioterritoriais. Trazendo presente aspectos históricos, estruturais e conjunturais relacionados às dinâmicas de conflitos e conflitualidades territoriais, a concentração fundiária, a modernização capitalista no campo, o papel e atuação dos Estados nacionais e organismos internacionais.

A obra publicada em 2018, nas versões impressa e digital em uma parceria entre o CLACSO e a editora Perseu Abramo¹, consiste em uma coletânea de artigos, resultado da sistematização das discussões e reflexões realizadas no âmbito do grupo de trabalho “Desarrollo rural, campesinado, disputas territoriales y decolonialidad”, do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), tendo como ponto de partida a reunião realizada em Assunção-Paraguai, no ano de 2008. O livro está composto por 11 textos, além da apresentação pelos organizadores.

No artigo “La experiencia brasileña de lucha por la tierra e la reforma agraria”, Bernardo Mañano Fernandes analisa as diferentes interpretações de reforma agrária e de contrarreforma agrária. De acordo com o autor, no Brasil, há três tendências de interpretação da reforma agrária: uma primeira, que afirma que o Brasil fez reforma agrária; uma segunda que entende que a reforma agrária está sendo realizada e uma terceira, que defende que já não há mais necessidade de reforma agrária no país.

Na análise de Fernandes, há um processo de reforma agrária em curso, no Brasil, nas últimas quatro décadas, como resultado das condições que a correlação de forças entre governo, movimentos socioterritoriais, agronegócio e latifundistas impõem uns aos outros.

¹ A versão digital em PDF do referido livro, pode ser acessada em:
http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/actualidad_reforma_2018.pdf

Em outras palavras, é a reforma agrária que os movimentos socioterritoriais estão capazes de conquistar, a partir de seus processos de lutas.

Buscando confirmar sua tese, o autor utiliza dados sistematizados pela rede de pesquisa DATALUTA e as disputas paradigmáticas entre o paradigma da questão agrária e o paradigma do capitalismo agrário, como método de análise. E afirma que a implantação dos assentamentos, demonstra uma relação direta entre o número de ocupações e o número de novos assentamentos criados em cada período. Ao mesmo tempo em que o número de ocupações depende do acúmulo de forças que as alianças que sustentam a defesa de cada paradigma, constroem em cada período.

No artigo “A reforma agrária como território da política e a reforma agrária de mercado como território da economia” Eraldo Ramos Filho propõe uma reflexão teórica sobre os conceitos de espaço, território, reforma agrária e contrarreforma agrária, buscando compreender as influências das políticas neoliberais sobre a política brasileira de reforma agrária prevista na Constituição Federal.

O autor discute como se dá o processo de espacialização e territorialização em duas dinâmicas distintas de acesso à terra, pelos trabalhadores rurais. Àquela promovida pela constituição de assentamentos como resultado da desapropriação de latifúndio, como resposta a pressão dos movimentos sociais, através das ocupações de terras. E a outra promovida através dos mecanismos de mercado, sob orientação do Banco Mundial.

De acordo com Ramos Filho, no Brasil a ação dos movimentos socioterritoriais, que através das mais variadas formas de lutas, de modo especial, as ocupações de terras, forçam o governo a realizar um processo de reforma agrária amplo em contraposição as ações paliativas e de contrarreforma agrária do Estado. Enquanto a reforma de mercado, assume uma dinâmica de privatização da terra e de subordinação dos territórios a lógica do agronegócio e se constitui efetivamente em uma política de contrarreforma agrária.

No artigo “Trayectoria y la actualidad de la reforma agraria en Colombia: relato de una ilusión (¿que se renova?)”, Luis Felipe Rincón e Hellen Charlot Cristancho Garrido debatem o conceito de reforma agrária e o processo empreendido pelo Estado colombiano, desde a Lei de Terras de 1936, passando pela Lei de Reforma Agrária Integral de 1961 aos dias atuais, com a contrarreforma agrária no bojo da reforma agrária de mercado e das políticas neoliberais.

A abordagem busca compreender a conflitualidade no campo, a concentração fundiária, os conflitos pela terra e seu uso na Colômbia no contexto das dinâmicas de enfrentamento entre classes sociais por modelos de desenvolvimento e territórios.

No artigo “Tierra, território y dinámicas de guerra: reflexiones a partir del caso colombiano” Flor Edilma Osorio Pérez, analisa o conflito armado e a concentração de terras no contexto histórico da realidade colombiana, aspectos que mantém intrínsecas ligações

entre si e contribuem para a lógica de ocupação e disputa territorial e para as condições de miséria e exclusão social das populações do campo – afrodescendentes, indígenas e camponeses.

A abordagem propõe a compreensão dos conflitos e disputas territoriais, a partir da ação dos sujeitos políticos – organizações camponesas, Estado, guerrilha, grupos paramilitares e corporações transnacionais e as inter-relações que estes mantêm entre si, combatendo ou subsidiando e fortalecendo um ao outro. E reivindica que a solução para os conflitos armados e para a efetivação dos acordos de paz, passa por um amplo processo de democratização no país, donde se inclui a democratização da estrutura fundiária.

No artigo “Conflictos agrários y Luchas campesinas en el Paraguay”, Regina Kretschmer, caracteriza a concentração de terras no Paraguai, como resultado do processo de reestruturação agrária iniciada com a derrota do país na guerra da Tríplice Aliança, que interrompeu um projeto de soberania e desenvolvimento nacional. Desde então, a questão da terra tem sido um dos principais desencadeadores das lutas, disputas e conflitos territoriais e políticos no país. O que teve reflexos diretos na articulação e concretização do golpe que derrubou o presidente Fernando Lugo.

Neste contexto, a autora analisa os processos de lutas protagonizados pelos camponeses e das camponesas em contraposição ao avanço do capitalismo agrário e as alianças políticas que sustentam o projeto pautado pela modernização capitalista da agricultura com base no monocultivo agroexportador, com uso intensivo de agrotóxicos e estrangeirização das terras públicas.

No artigo “Reforma agraria en el Paraguay”, Ramón B. Fogel traz presente a relevância do debate sobre desenvolvimento rural para o debate sobre desenvolvimento nacional, abrangendo o conjunto da economia e não apenas o setor agroexportador, tendo em conta, o fato do Paraguai ser o país com maior contribuição da agricultura no PIB nacional, dentre os países latino-americanos.

Para o autor as grandes desigualdades no campo no país, são expressas na alta concentração de terras, que por sua vez agrava as assimetrias nas condições de renda. Tal situação tem sido agravada nos últimos anos com o processo de apropriação de terras por brasileiros e o avanço da soja. Neste contexto se inscreve a aliança política que produziu o golpe que colocou fim ao governo de Fernando Lugo e revela o intrincado jogo de interesses entre grupos políticos conservadores, empresas transnacionais e organizações paramilitares, num intento não só de barrar a reforma agrária, mas de se apropriar do território, transformando-o em território do capitalismo agroexportador.

No texto “La agricultura en Cuba y las reformas agrarias” Angelina Herrera Sorzano aborda a conceituação de reforma agraria e discute como esta tem sido implementada em Cuba, como uma das principais ações de Estado no âmbito da revolução socialista, de

acordo com a primeira e a segunda leis de reforma agrária promulgadas respectivamente em 1959 e 1963. Além de uma séria de legislações complementares que versam sobre o acesso e a propriedade da terra, que são revistas e reformuladas de modo colaborativo entre instituições estatais e organizações representativas da população, em função de dar respostas aos desafios enfrentados, de garantir a produtividade da agricultura e da agroindústria e a soberania alimentar. A ANAP - Associação Nacional de Pequenos Agricultores é uma das principais entidades que contribuem com o debate visando o constante aperfeiçoamento da reforma agrária no país.

Segundo autora, a reforma agrária como projeto de Estado, que transformou radicalmente a estrutura fundiária do país, é pautada pelo objetivo de promover melhorias na qualidade de vida da população do campo e a participação social de forma coletiva, o que tem sido possível mediante incentivo estatal para promover transformações na organização territorial, produtiva, tecnologia e nas formas de sociabilidade. A estatização da propriedade da terra e o incentivo às formas cooperativadas de produção são importantes aspectos da reforma agrária cubana.

No artigo “México: de la lucha por la tierra a la disputa por los territorios rurales”, Luciano Conchero Bórquez e Carlos Rodrigues Wallenius abordam a temática da luta pela terra, pelo território e recursos naturais no México no século XX. A reforma agrária mexicana tem seus primórdios na revolução popular (1910-1919) e se estende ao longo do século XX, com forte impulso no período de 1930, quando se repartem mais e melhores terras e se constitui um aparato de Estado de apoio e de promoção de formas coletivas de produção.

A partir dos anos 1940 se inicia o retrocesso da reforma agrária mexicana e nos anos 1980-90 no decurso dos governos neoliberais se intensificam as mudanças estruturais, como a revisão do marco institucional, visando à privatização da propriedade social (comunal e ejidal) e retirar dos camponeses a possibilidade do acesso a terra.

Segundo o autor a contrarreforma agrária intensificada pelo aprofundamento das políticas neoliberais para o campo e a modificação nos marcos institucionais que sustentavam a reforma agrária, fez ressurgir nos debates dos movimentos e organizações camponesas o tema da reforma agrária, colocando-o no centro da discussão e das lutas pelo acesso a terra, trabalho, território e recursos naturais e transformações estruturais na sociedade.

No artigo “Políticas de tierras, capital agrário y control social. Actual fase de resistencia de la lucha campesina em Argentina” Luis Daniel Hocsman e Mariana Romano, discutem as políticas e a legislação, que ao longo dos tempos, regulamentam a propriedade da terra na Argentina, de forma subordinada aos interesses da classe dominante, visando manter a concentração fundiária. Dinâmica que confluíu para a conformação das

características da atual fase de domínio e avanço territorial do capital agrário sobre territórios, usurpando comunidades camponesas e indígenas.

Para Hocsman e Romano os desafios dos camponeses no processo de luta e resistência frente ao processo de sojização do território, judicialização das disputas territoriais e criminalização das lutas demonstram a existência de uma questão agrária e a necessidade de se promover um amplo processo de reforma agrária na Argentina.

O artigo de Sérgio Gómez E. “La tierra y las reformas agrarias em América Latina: una mirada al pasado y prespectivas” tem como fio condutor da discussão a respeito da reforma agrária na América Latina a reflexão sobre as *Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da posse da terra, a pesca e as florestas no contexto da segurança alimentar*, aprovadas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, em maio de 2012, como instrumento para enfrentar a atual dinâmica de estrangeirização de terras, a concentração fundiária e a pobreza.

O autor faz uma revisão sobre os processos desencadeados, em vários países na América Latina, no século XX e os classifica como, reformas agrárias: clássicas, massivas e tardias. O caso brasileiro é considerado exitoso e incluído entre os processos de reformas agrárias tardias, aquelas realizadas através da criação de leis de reforma agrária, de acordo com as orientações da Aliança para o Progresso, como forma de enfrentar a influência cubana nos processos políticos no continente. Para Gómez E. os únicos países que não realizaram reforma agrária no século XX, na região, foram a Argentina e o Uruguai, pois nestes países a estrutura fundiária não exigia tal política.

João Marcio Mendes Pereira no artigo “Banco mundial, política agrária neoliberal e reforma agrária assistida pelo mercado na América Latina” discute aspectos da política fundiária orientada pela lógica mercantil. Os objetivos e a fundamentação teórica e metodológica, donde se inclui a argumentação de combate à pobreza, enfrentamento aos conflitos agrários, democratização do acesso dos trabalhadores pobres a terra e incentivo a integração dos agricultores eficientes ao mercado.

O autor também traz presente uma análise crítica dos resultados dos programas implementados no Brasil, Colômbia e Guatemala e sobre o posicionamento crítico e de combate dos movimentos socioterritoriais, diante das políticas que considera, como instrumentos de contrarreforma agrária.

A leitura desta coletânea nos permite ter uma visão de conjunto das disputas pela terra, pelo território, pelos recursos naturais e projetos societários, tanto em termos conjunturais, quanto estruturais. Levando em consideração que a atual estrutura fundiária, caracterizada pela concentração de terras e poder na atualidade, é decorrente de uma dinâmica histórica de ocupação e uso do território, a partir do projeto das elites, voltado para a produção para a agroexportação, baseada no monocultivo.

O método de análise a partir das disputas paradigmáticas possibilita perceber as disputas em torno do desenvolvimento do capitalismo no campo e suas interações no âmbito da sociedade e de modo particular no modo de vida e de produção do campesinato. Está, portanto, relacionado ao debate de projeto de desenvolvimento societário e a função que a agricultura pode cumprir neste sentido. Revelam os conflitos de classes inerentes a propriedade dos meios de produção e exploração dos recursos naturais e do território e a leitura e construção de alternativas desde o ponto de vista da classe dominante ou do ponto de vista da classe trabalhadora.

O que interfere diretamente na defesa ou refutação da existência de uma questão agrária na América Latina, de forma especial em alguns países como Brasil, Argentina e Uruguai. Ou na compreensão da pobreza, da concentração de renda e poder como questões pontuais e conjunturais que o desenvolvimento das forças produtivas no interior do capitalismo resolve. Logo estão relacionados à interpretação da concepção de reforma agrária, os meios para sua realização ou ainda sobre a importância e necessidade de realizar processos de reforma agrária, na atualidade. Aspectos que perpassaram os textos aqui debatidos.

A questão da violência é outro elemento que compõe a realidade histórica do problema agrário latino-americano, como um componente estrutural, presente em todos os países analisados. Apresenta peculiaridades em cada país e momento histórico, mas está sempre presente, com exceção de Cuba a partir de 1959, que conseguiu romper este ciclo através da revolução socialista. Nos demais países, o que se observa é o imbricamento entre os interesses estatais e privados, que lança mão das mais diversas e possíveis formas de violência para garantir o projeto de dominação capitalista no campo, impedir a realização da reforma agrária e em alguns casos promover processos de contrarreforma agrária.

Sobre a autora

Fernanda Aparecida Matheus – Graduação em Agronomia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de São Paulo. Atualmente é doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-1643-3906>

Como citar este artigo

MATHEUS, Fernanda Aparecida. Resenha: A atualidade da reforma agrária na América Latina e Caribe. **Revista NERA**, v. 24, n. 56, p. 213-218, jan.-abr., 2021.

Recebido para publicação em 06 de agosto de 2020.
Aceito para a publicação em 29 de agosto de 2020.

COMPÊNDIO AUTORES

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas.** Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

ACOSTA, Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18. n. 28. p. 68-91, 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

ADOUE, Silvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile.** Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74-93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22-34, 2005.

ALMEIDA, Elson Pereira; VIDAL, Maria Rita. **O uso de elementos de etnomapeamento no ensino de geografia em terras indígenas.** V. 23, n. 54, p. 259-283, 2020.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha.** V. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo.** Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58-67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35.

ALMEIDA, Suenia Cibeli Ramos. **O legado da concentração de terra no Brasil e seus efeitos sobre a soberania alimentar: o caso da produção de sementes crioulas do MPA.** V. 23, n. 55, p. 63-90, set.-dez., 2020.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ALVES, Flamarion Dutra. **Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade**. V. 22, n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense**. Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil**. Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina**. Ano 18. n. 28.p.19-31.2015.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação**. Ano 21, n. 42, p. 14-33.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocial a la constitución de sujetos**. Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança**. Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina**. Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia)**. Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

BACCARIN, José Giacomo; OLIVERA, Jonatan Alexandre; MARDEGAN, Gláucia Elisa. **Monocultura e concentração da terra: efeitos da expansão da cana-de-açúcar na estrutura fundiária do Estado de São Paulo, Brasil.** V. 23, n. 55, p. 38-62, set.-dez., 2020.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1-27, 2006.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales.** Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 -23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1-10, 2007.

BERNINI, Carina Inserra. **Políticas ambientais como caminho para o acesso à terra: uma estratégia eficaz para a territorialidade de comunidades tradicionais?** V. 23, n. 55, p. 269-293, set.-dez., 2020.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano

12, n. 14 p. 112-124, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas**. V. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

BEZERRA, Livia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA**. Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST**. Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. **“Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola**. V. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR)**. Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST**. Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números**. Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163**. Ano 21, n. 42, p. 51-73.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX)**. Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder**. Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay**. Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)**. Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique**. Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola**. Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos**. Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades**. V. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo**. Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil**. Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná**. Ano. 18. n. 29.p. 174-193, 2015.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade**. Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul**. Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo**. Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares**. Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico**. Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas**. Ano 12, n.

15 p. 22-33, 2009.

CARVALHO, Ana Maria de; SIQUEIRA, José do Carmo Alves. **Violências reais e simbólicas nos conflitos agrários brasileiros e a atuação estatal**. V. 23, n. 55, p. 111-137 set.-dez., 2020.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária**. Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC**. Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate**. Ano 16, n. 23, p. 81-108, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social “Nós da Sul”**. V. 22, n. 49, p. 15-30, 2019.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais**. V. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR**. Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de; ROSSONI, Roger Alexandre. **A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019)**. V. 23, n. 55, p. 138-164, set.- dez., 2020.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão**. V. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109-121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014**. Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI**. Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; CARVALHO, Isabele de Oliveira. **A Formação do Licenciando Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID**

Interdisciplinar Educação do Campo. V. 22, n. 48, p. 114-136, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Terra e Geografia.** V. 22, n. 50, p. 21-39, 2019.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias.** Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-19, 2014.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais.** Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

COUTINHO, Elenice Aparecida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. **A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG**. V. 22, n. 49, p. 59-82, 2019.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano**. Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano**. V. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010**. Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas**. Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico**. Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica**. Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial**. Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DAMBRÓS, Cristiane. **Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil**. V. 22, n. 48, p. 174-189, Dossiê Território em Movimento, 2019.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS**. Ano. 18. n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses**. Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá**. Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72-75, 1998.

DOMINGUEZ, Diego Ignacio. **Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina.** V. 22, n. 49, p. 297-313, 2019.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83-101, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48-67, 2005.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay.** Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8-32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinicius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano 18. n. 29.p.70- 100. 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba.** V. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil.** Ano 21, p. 162-185.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais.** V. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112-124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 02-44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 01-32, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira.** V. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil.** V. 22, n. 50, p. 208-238, 2019.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado.** Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: Controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61-80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9, p. 113-143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine. **A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista.** V. 22, n. 48, p. 14-37, Dossiê Território em Movimento, 2019.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA.** V. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

FREDERICO, Samuel. **From subsistence to financial asset: the appropriation of the Brazilian Cerrado lands as a resource.** V. 22, n. 50, p. 239-260, 2019.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14, n. 19 p. 44-58, 2011.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016).** V. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016).** V. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11-36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295. 2015.

GALVÁN, Gabriel Horacio; RIBEIRO, Dinalva Donizete. **Impactos da cultura da soja no êxodo rural na Argentina (1990 – 2017).** V. 23, n. 55, p. 383-401, set.-dez., 2020.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP.** Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunião del GTDR - CLACSO, agosto/setiembre de 2005)**. Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista**. Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista**. Ano 8, n. 6 p. 75-91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo**. Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Questão agrária, conflitos e violência no campo brasileiro**. V. 22, n. 50, p. 116-134, 2019.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. **Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo**. V. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Gentes|terras: o ouvir mútuo das geografias indígenas**. V. 23, n. 54, p. 9-34, 2020.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Por caminhos e andanças indígenas (a geobricolagem como trilha)**. V. 23, n. 54, p. 303-329, 2020.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill**. Ano 18. n.28. p.32-67. 2015.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara**. Ano 21, n. 42, p. 135-161.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturales y su aplicación desde américa latin**. Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social**. Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136-138, 2009.

GOMIDE, Maria Lúcia Cereda; AIKANÃ, Carlos. **Terras indígenas em áreas de transição cerrado-amazônia em Rondônia: o caso da T. I. Tubarão Latunde**. V. 23, n. 54, p. 233-259, 2020.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero**. Ano 7, n. 5 p. 43-55, 2004.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR.** Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

GUERRA, Emerson Ferreira; ARRUZZO, Roberta Carvalho. **Geografia e povos indígenas: um panorama da produção brasileira contemporânea.** V. 23, n. 54, p. 115-136, 2020.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay.** Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar.** Ano 21, n. 43, p. 282-308.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica.** V. 22, n. 48, p. 206-223, Dossiê Território em Movimento, 2019.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151-164, 2007.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antônio; CALALA, Manoel. **Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás.** V. 22, n. 49, p. 140-167, 2019.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências.** Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

JUSTO, Marcelo. **Agroecologia e agricultura urbana na cidade de São Paulo: movimentos socioespaciais e socioterritoriais.** V. 23, n. 55, p. 218-242, set.-dez., 2020.

JUSTO, Marcelo Gomes. **Agroecology and urban agriculture in the city of São Paulo: sociospatial and socio-territorial movements.** V. 23, n. 55, p. 218-241, set.-dez., 2020.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul.** Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho.** V. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros in the middle São Francisco: state planning and labor mobility.** V. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 309-331.

KONZGEN, Queli Rejane da Silva; MANTELLI, Jussara. **As estratégias de reprodução social e econômica da agricultura familiar: um estudo sobre as perspectivas de permanência e continuidade do grupo agroecológico do Remanso – Canguçu/RS.** V. 23, n. 55, p. 243-268, set.-dez., 2020.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada.** Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

KUBOYAMA, Rey; CUNHA, FÁBIO CÉSAR ALVES. **“A escola é nossa!”: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016.** V. 22, n. 49, p. 31-58, 2019.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26, p. 149-166, 2015.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini.** Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo.** Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas.** Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

LIMA, Maria Messias Ferreira. **Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo.** V. 22, n. 49, p. 270-296, 2019.

LIRA, Keyte Ferreira; ROSSETTO, Onélia Carmen. **Territorialidade indígena: trajetórias para implantação de uma nova aldeia no Parque Indígena do Xingu (PIX) – Mato Grosso – Brasil.** V. 23, n.54, p. 163-185, 2020.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

LOPES, Cláudio Ribeiro; MIRANDA, Napoleão. **O Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) reificação da natureza ou proposta de preservação ambientalista?** V. 22, n. 50, p. 193-207, 2019.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

LUIZ, Luana Fernanda; NARDOQUE, Sedeval. **Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato.** V. 22, n. 49, p. 83-110, 2019.

LUNA, Diana Itzu Gutiérrez. **Geografías de muerte versus tejidos territoriales de vida: otros modos de elaboración política (México)**. V. 23, n. 54, p. 35-58, 2020.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas**. Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará**. Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária**. Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder**. Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGDSICK, Sílvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital**. Ano 18. n. 27. p. 53-63. 2015.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro**. Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil**. Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará**. Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MARCHETTI, Fábio Frattini; SANTOS, João Dagoberto dos; MARQUES, Paulo Eduaro Morizzi. **Dinâmicas socioeconômicas de famílias assentadas e suas relações com a agrobiodiversidade em áreas de reforma agrária**. V. 23, n. 55, p. 191-2017, set.-dez., 2020.

MARICHAL, Walter Oreggioni; PAREJA, Matías Carámbula. **¿Otro consumo es posible? La experiencia de grupos de consumidores y su vínculo con los productores agroecológicos en Uruguay**. V. 22, n. 50, p. 152-172, 2019.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios**. Ano 18. n. 28. p.09-18, 2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo.** Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS.** V. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57-71, 2007.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense.** Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade.** Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária.** Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA.** Ano 21, n. 43, p. 332-353.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens.** Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena.** Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais.** V. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOPIBA, 2019.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; CORDEIRO, Márcio Pereira. **Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS).** V. 22, n. 48, p. 58-84, Dossiê Território em Movimento, 2019.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das ‘escolinhas de favores’ à ‘escola de direito’: a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155 -176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45-57, 2000.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisia Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015.

MOREIRA, Fabiano Greter. **As relações produtivas nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS.** V. 23, n. 55, p. 165-190, set.-dez., 2020.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas.** Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo *Tekoha-Tekohará*.** Ano 15. n. 21, p. 114-134, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo *tekoha*: os acampamentos de retomadas e a conquista do *teko porã* (*bem viver*).** Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI.** Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

NAHUN, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos. **Dendê para que? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 113-134.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. **Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo.** V. 22, n. 45, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti; FREDERICO, Samuel; SAWELJEW, Yuri. **Financial capital and land control: new rentiers on the Brazilian agricultural frontier**. V. 22, n. 50, p. 261-286, 2019.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica**. Ano 17, n. 25, p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil**. Ano 18, n. 27, p. 138-155, 2015.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra**. Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso**. Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais**. Ano 18, n. 27, p. 156-182, 2015.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar**. Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica**. Ano 7, n. 5, p. 35-42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena**. Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHÓ, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17, n. 24, p. 133-145, 2014.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. **A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso**. V. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI**. Ano 21, n. 42, p. 34-50.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha**. Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP.** Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

Ó LOIOLA, Valéria do; SILVA, Tânia Paula. **As táticas sustentáveis para um melhor gerenciamento do território no município de Cáceres-MT.** V. 22, n. 50, p. 173-192, 2019.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro.** Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária.** Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA.** Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil.** V. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. **A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira.** V. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: veinte años de lucha en Cerro de San Pedro, México.** Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137. 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo.** Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai.** Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; PEREIRA, Lorena Izá; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Tendências dos estudos sobre questão agrária a partir das publicações da Revista NERA.** V. 22, n. 50, p. 08-20, 2019.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; PEREIRA, Lorena Izá. **Da centralidade da questão agrária à atualidade da luta pela terra e reforma agrária no Brasil.** V. 23, n. 55, p. 09-20, set.-dez., 2020.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16, n. 22, p. 82-95, 2013.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 354-372.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17, n. 24, p. 107-121, 2014.

PASSOS, Delaíde Silva; BELATTI, Gabriela Solidário de Souza. **Desenvolvimento e territórios indígenas na Amazônia brasileira no período ditatorial.** V.23, n. 54, p. 212-232, 2020.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50, 1998.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15, n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279. 2015.

PEDON, Nelson Rodrigo; CORRÊA, Rubens Arantes. **Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa.** V. 22, n. 48, p.85-97, Dossiê Território em Movimento, 2019.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Higor; LOBATO, Sidney. **Educação para “lavrar a liberdade”: trabalho, sindicalismo rural e educação popular em Afuá-PA (1989-1994).** V. 23, n. 55, p. 322-342, set.-dez., 2020.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29.p. 48- 69, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **MATOIPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato.** V. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOIPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **MATOIPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra.** V. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOIPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá. **Do global ao local: as singularidades do controle do território no Paraguai.** V. 23, n. 55, p. 362-382, set.-dez., 2020.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”**. **Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil**. Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial**. Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios**. Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural**. Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

PORTO, José Renato Sant’Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”**. Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex**. Ano 19, n. 30, p.58-79.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo**. Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia**. Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil**. Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST)**. Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato**. Ano 8, n. 6 p. 46-58, 2005.

RECLUS, Eliseé. **Ao meu irmão, o camponês**. Traduzido por Sergio Aparecido Nabarro, v. 23, n. 55, p. 402-408, set.-dez., 2020.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São**

Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. **O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro.** V. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n. 1 p. 45-58, 1998.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27. p. 296-300, 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191,2014.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

ROCHA, Otávio Gomes. **Territorialidades indígenas no México e a experiência do povo maseual de Cuetzalan (Puebla): diálogos e contribuições para as lutas indígenas no Brasil.** V. 23, n. 54, p. 90-114, 2020.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações.** Ano 21, n. 42, p. 202-228.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO; J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará.** Ano 21, n. 43, p. 257-281.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista.** Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROOS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho.** Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador.** Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

SANT'ANNA, Leticia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano.** Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

SANTOS, Flávio Reis; SILVA, Magda Valéria. **Produção agrícola familiar no Brasil: experiências materializadas em três mesorregiões do estado de Goiás**. V. 22, n. 49, p. 211-243, 2019.

SANTOS, Gilberto Vieira; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **O movimento indígena contemporâneo e a Geografia**. V. 23, n. 54, p. 137-162, 2020.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes**. Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô**. Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP**. Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**. Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP)**. Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil**. Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional**. Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

SANTOS, Thiago Araujo. **Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo**. V. 22, n. 46, p. 234-258, jan.-abr. 2019.

SANTOS, Thiago Araujo; NEVES, Joser Ceyton; MELO, Aliucha de. **Notas para uma crítica geográfica das ideologias: a modernidade truncada e a vertigem do progresso no município de Três Lagoas-MS**. V. 23, n. 55, p. 343-361, set.-dez., 2020.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro**. Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff**. Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1-21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.

SILVA, Allan Rodrigo de Campos. **Resenha: Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência, de Rob Wallace.** V. 23, n. 55, p. 427-431, set.-dez., 2020.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia.** V. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112, 2015.

SILVA, Beatriz Barbosa; GONÇALVES, Cláudio Ubiratan; SANTOS JÚNIOR, Avelar Araújo; PINTO, Luana Elis Oliveira. **Limolaygo Toype: as assembleias indígenas e a construção da identidade territorial dos Xukuru do Ororubá.** V. 23, n. 54, p. 186-211, 2020.

SILVA, Cássio Alexandre. **A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: a ação territorial dos Xakriabá.** V. 23, n. 54, p. 284-302, 2020.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil).** Ano 42, n. 22, p. 186-201.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239. 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

SILVA, Lucas Bento da; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **Estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial no Quilombo Cafundó –SP – Brasil.** V. 23, n. 55, p. 91-110, set.-dez., 2020.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74-08, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SILVA, Paulus Vinicius; GRZEBIELUCKAS, Cleci. SANTOS, Josiane Silva Costa dos Santos. **Benefícios e Entraves do Programa Aquisição Alimentos - PAA Diamantino-MT.** V. 22, n. 49, p.168-188, 2019

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território.** Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Raimundo Pires; LORENZO, Helena Carvalho de. **Questão agrária: uma discussão necessária.** V. 23, n. 55, p. 21-37, set.-dez., 2020.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. **Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense.** V. 22, n. 46, p. 309-315, jan.-abr. 2019.

SILVA, Jesiel Souza. **Breve revisitação ao conceito de campesinato**. V. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira**. Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo**. Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão**. Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável**. Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará**. Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA**. Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 27. p. 64-95. 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces**. Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças**. Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; CARDOSO, Messias Alessandro; VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Os gigantes dos pés de barro da reforma agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático**. V. 22, n. 50, p. 91-115, 2019.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa**. Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUSA, Rafael Benevides de. **Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense**. V. 22, n. 49, p. 244-270, 2019.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta**. V. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. **Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro**. V. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência**. Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 98-112.

SULZBACHER, A. W. **Perspectivas relacionais das categorias Território e Campo na análise geográfica**. V. 22, n. 48, p. 137-153, Dossiê Território em Movimento, 2019.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação**. Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

TERRA, Ademir. **A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais**. V. 22, n. 48, p. 190-205, Dossiê Território em Movimento, 2019.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo**. Ano 9, n. 8, p. 122-132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil**. Ano 13, n. 17, p. 7-28, 2010.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la extensión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira**. Ano 21, n.42, p. 229-256.

TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência**. Ano 18, n. 26. p. 11-28, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná**. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **A educação em agroecologia e as disputas de classe no ensino superior: estudo de caso de formações pioneiras instituídas em universidades públicas brasileiras.** V. 23, n. 55, p. 294-321, set.-dez., 2020.

VALE, Ana Rute do. **A questão de gênero na Geografia Agrária: Entrevista com Rosa Ester Rossini.** V. 23, n. 55, p. 409-426, set.-dez., 2020.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18, n. 27. p. 240-258. 2015.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52. 2015.

VELÁSQUEZ, Yanga Villagómez. **Acerca de la poscolonialidad y el desarrollo como paradigma de transformación social en América Latina.** V. 23, n. 54, p. 59-89, 2020.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como una idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18, n. 29.p.220 -232, 2015.

VIANA, Camila Eduarda; TRICHES, Rozane Marcia; CRUZ, Fabiana Thomé da. **Que qualidades para quais mercados? O caso do queijo colonial da microrregião de Capanema, Paraná.** V. 22, n. 49, p. 189-210, 2019.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. **Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência.** Relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **“A volta dos que não foram”**: camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato. V. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry.** V. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica.** Ano 21. n. 45, edição especial, p. 12-31.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana.** Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

WAHREN, Juan; SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18. n.28. p.149-164, 2015.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2000.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco.** Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorange. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

ZENETTI, Fábio Luiz. **Cooperativismo e disputas territoriais no Paraná: o caso da Cocamar e da Corol.** V. 22, n. 50, p. 135-151, 2019.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

ZIMMERMANN, Angelita; MEURER, Ane Carine. **Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS.** V. 22, n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, 2019.

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1, p. 2-44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n.1, p. 45 -58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33-50, 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7-27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 -57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20-28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29-41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”:** breve abordagem. Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achilles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”:** a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6, p. 46-58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11, p. 109-121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31-56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98-

107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117-136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102-117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118-127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 07-27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28-47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48-62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72-96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97-111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. **Urbanização e Ruralidade. Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil**. Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance**. Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala**. Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária**. Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina**. Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre**. Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais**. Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA**. Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas**. Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência**. Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás**. Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo**. Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola**. Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais**. Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica**. Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural**. Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo;

SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMAYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21-42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127-154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155-176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35, 2014.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-190, 2014.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18. n. 26. p. 11-28, 2015.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 11-37, 2015.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52, 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63, 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 27. p. 64-95, 2015.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137, 2015.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155, 2015.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182, 2015.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239, 2015.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18. n. 27. p. 240-258, 2015.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27, p. 296-300, 2015.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18, n. 28, p. 09-18, 2015.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18, n. 28, p. 19-31, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18, n. 28, p. 32-67, 2015.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18, n. 28, p.92-105, 2015.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação.** Ano 18, n. 28, p.106-131, 2015.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18, n.28, p. 132-148, 2015.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18, n. 28, p. 149-164, 2015.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay:conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n. 28, p.165-185, 2015.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara**

del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México. Ano 18. n.28. p.206-222, 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240, 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturales y su aplicación desde América Latina.** Ano 18. n.28. p. 241-264, 2015.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29, p. 48- 69, 2015.

FACCO, Vinicius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR).** Ano. 18. n. 29.p.70- 100, 2015.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29, p.101-132, 2015.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150, 2015.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173, 2015.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174-193, 2015.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29, p.220 -232, 2015.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná.** Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la extensión universitaria: repensando ‘los’ territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina).** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productiva (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitária** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP.** Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional.** Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo.** Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay.** Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diógenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisal Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana.** Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas.** Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná.** Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo.** Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense.** Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará.** Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências.** Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil.** Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATEs em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA.** Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo.** Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador.** Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado**. Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI**. Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR)**. Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR**. Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil**. Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no**

Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes. Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales.** Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar.** Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Viecente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco.** Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada.** Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder.** Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas.** Ano 20, n. 38, p. 68-105, 2017.

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas.** Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo.** Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio.** Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique.** Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?.** Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorange. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo.** Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces.** Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena.** Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo *tekoha*: os acampamentos de retomadas e a conquista do *teko porã* (*bem viver*).** Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina.** Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS).** Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade.** Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai.** Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos.** Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano.** Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números.** Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil.** Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: veinte años de lucha en Cerro de San Pedro, México.** Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina.** Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá.** Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho.** Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014.** Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR.** Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens.** Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP.** Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista.** Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay.** Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território.** Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas.** Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais.** Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33, 2018.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI.** Ano 21, n. 42, p. 34-50, 2018.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163.** Ano 21, n. 42, p. 51-73, 2018.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97, 2018.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 98-112, 2018.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara.** Ano 21, n. 42, p. 135-161., 2018.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil.** Ano 21, n. 42, p. 162-185, 2018.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturção territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil).** Ano 21, n. 42, p. 186-201, 2018.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações.** Ano 21, n. 42, p. 202-228, 2018.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira.** Ano 21, n.42, p. 229-256, 2018.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará.** Ano 21, n. 43, p. 257-281, 2018.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar.** Ano 21, n. 43, p. 282-308, 2018.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 309-331, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA.** Ano 21, n. 43, p. 332-353, 2018.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 354-372, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças.** Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini.** Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária.** Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul.** Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro.** Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

ADOUE, Silvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile.** Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocial a la constitución de sujetos.** Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das 'escolinhas de favores' à 'escola de direito': a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias.** Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica.** Ano 21, n. 45, edição especial p. 12-31.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016)**. v. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016)**. v. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. **A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso**. v. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. **Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo**. v. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil**. v. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano**. v. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"A volta dos que não foram": camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato**. v. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry**. v. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho**. v. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. *Posseiros in the middle São Francisco: state planning and labor mobility*. v. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

SANTOS, Thiago Araujo. **Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo**. v. 22, n. 46, p. 234-258, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. **A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira**. v. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. **Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo**. v. 22, n. 46, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. **Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense**. v. 22, n. 46, p. 309-315, nota, jan.-abr. 2019.

PEREIRA, Lorena Izá. **MATOIPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato**. V. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOIPIBA, 2019.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta**. V. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

BEZERA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas**. V. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. **O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro**. V. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. **“Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola**. V. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA**. V. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra**. V. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira**. V. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. **Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro**. V. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais**. V. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha**. V. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais**. V. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais**. V. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOPIBA, 2019.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia**. V. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba**. V. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão.** V. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. **Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência.** Relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FOLMER, Ivano; MEURER, Ane Carine. **A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista.** V. 22, n. 48, p. 14-37, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades.** V. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; CORDEIRO, Márcio Pereira. **Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS).** V. 22, n. 48, p. 58-84, Dossiê Território em Movimento, 2019.

PEDON, Nelson Rodrigo; CORRÊA, Rubens Arantes. **Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa.** V. 22, n. 48, p.85-97, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ALVES, Flamarion Dutra. **Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade.** V. 22, n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; CARVALHO, Isabele de Oliveira. **A Formação do Licenciando Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID Interdisciplinar Educação do Campo.** V. 22, n. 48, p. 114-136, Dossiê Território em Movimento, 2019.

SULZBACHER, A, W. **Perspectivas das categorias Território e Campo na análise geográfica.** V. 22, n. 48, p. 137-153, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ZIMMERMANN, Angelita.; MEURER, Ane Carine. **Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS.** V. 22, n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, 2019.

DAMBRÓS, Cristiane. **Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil.** V. 22, n. 48, p. 174-189, Dossiê Território em Movimento, 2019.

TERRA, Ademir. **A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais.** V. 22, n. 48, p. 190-205, Dossiê Território em Movimento, 2019.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica.** V. 22, n. 48, p. 206-223, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social “Nós da Sul”.** V. 22, n. 49, p. 15-30, 2019.

KUBOYAMA, Rey; CUNHA, FÁBIO CÉSAR ALVES. **“A escola é nossa!”: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016.** V. 22, n. 49, p. 31-58, 2019.

COUTINHO, Elenice Aparecida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. **A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG**. V. 22, n. 49, p. 59-82, 2019.

LUIZ, Luana Fernanda; NARDOQUE, Sedeval. **Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato**. V. 22, n. 49, p. 83-110, 2019.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS**. V. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antônio; CALALA, Manoel. **Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás**. V. 22, n. 49, p. 140-167, 2019.

SILVA, Paulus Vinicius; GRZEBIELUCKAS, Cleci. SANTOS, Josiane Silva Costa dos Santos. **Benefícios e Entraves do Programa Aquisição Alimentos - PAA Diamantino-MT**. V. 22, n. 49, p. 168-188, 2019.

VIANA, Camila Eduarda; TRICHES, Rozane Marcia; CRUZ, Fabiana Thomé da. **Que qualidades para quais mercados? O caso do queijo colonial da microrregião de Capanema, Paraná**. V. 22, n. 49, p. 189-210, 2019.

SANTOS, Flávio Reis; SILVA, Magda Valéria. **Produção agrícola familiar no Brasil: experiências materializadas em três mesorregiões do estado de Goiás**. V. 22, n. 49, p. 211-243, 2019.

SOUSA, Rafael Benevides de. **Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense**. V. 22, n. 49, p. 244-270, 2019.

LIMA, Maria Messias Ferreira. **Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo**. V. 22, n. 49, p. 270-296, 2019.

DOMINGUEZ, Diego Ignacio. **Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina**. V. 22, n. 49, p. 297-313, 2019.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; PEREIRA, Lorena Izá; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Tendências dos estudos sobre questão agrária a partir das publicações da Revista NERA**. V. 22, n. 50, p. 08-20, 2019.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Terra e Geografia**. V. 22, n. 50, p. 21-39, 2019.

SILVA, Jesiel Souza. **Breve revisitação ao conceito de campesinato**. V. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O paradigma originário da educação do campo e a disputa de territórios materiais/imateriais com o agronegócio**. V. 22, n. 50, p. 64-90, 2019.

SOBREIRO FILHO, José; CARDOSO, Messias Alessandro; VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Os gigantes dos pés de barro da reforma agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático**. V. 22, n. 50, p. 91-115, 2019.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Questão agrária, conflitos e violência no campo brasileiro**. V. 22, n. 50, p. 116-134, 2019.

ZENETTI, Fábio Luiz. **Cooperativismo e disputas territoriais no Paraná: o caso da Cocamar e da Corol**. V. 22, n. 50, p. 135-151, 2019.

MARICHAL, Walter Oreggioni; PAREJA, Matías Carámbula. **¿Otro consumo es posible? La experiencia de grupos de consumidores y su vínculo con los productores agroecológicos en Uruguay**. V. 22, n. 50, p. 152-172, 2019.

Ó LOIOLA, Valéria do; SILVA, Tânia Paula. **As táticas sustentáveis para um melhor gerenciamento do território no município de Cáceres-MT**. V. 22, n. 50, p. 173-192, 2019.

LOPES, Cláudio Ribeiro; MIRANDA, Napoleão. **O Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) reificação da natureza ou proposta de preservação ambientalista?** V. 22, n. 50, p. 193-207, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil**. V. 22, n. 50, p. 208-238, 2019.

FREDERICO, Samuel. **From subsistence to financial asset: the appropriation of the Brazilian Cerrado lands as a resource**. V. 22, n. 50, p. 239-260, 2019.

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti; FREDERICO, Samuel; SAWELJEW, Yuri. **Financial capital and land control: new rentiers on the Brazilian agricultural frontier**. V. 22, n. 50, p. 261-286, 2019.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Gentes|terras: o ouvir mútuo das geografias indígenas**. V. 23, n. 54, p. 9-34, 2020.

LUNA, Diana Itzu Gutiérrez. **Geografías de muerte versus tejidos territoriales de vida: otros modos de elaboración política (México)**. V. 23, n. 54, p. 35-58, 2020.

VELÁSQUEZ, Yanga Villagómez. **Acerca de la poscolonialidad y el desarrollo como paradigma de transformación social en América Latina**. V. 23, n. 54, p. 59-89, 2020.

ROCHA, Otávio Gomes. **Territorialidades indígenas no México e a experiência do povo maseual de Cuetzalan (Puebla): diálogos e contribuições para as lutas indígenas no Brasil**. V. 23, n. 54, p. 90-114, 2020.

GUERRA, Emerson Ferreira; ARRUZZO, Roberta Carvalho. **Geografia e povos indígenas: um panorama da produção brasileira contemporânea**. V. 23, n. 54, p. 115-136, 2020.

SANTOS, Gilberto Vieira; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **O movimento indígena contemporâneo e a Geografia**. V. 23, n. 54, p. 137-162, 2020.

LIRA, Keyte Ferreira; ROSSETTO, Onélia Carmen. **Territorialidade indígena: trajetórias para implantação de uma nova aldeia no Parque Indígena do Xingu (PIX) – Mato Grosso – Brasil**. V. 23, n.54, p. 163-185, 2020.

SILVA, Beatriz Barbosa; GONÇALVES, Cláudio Ubiratan; SANTOS JÚNIOR, Avelar Araújo; PINTO, Luana Elis Oliveira. **Limolaygo Toype: as assembleias indígenas e a construção da identidade territorial dos Xukuru do Ororubá**. V. 23, n. 54, p. 186-211, 2020.

PASSOS, Delaíde Silva; BELATTI, Gabriela Solidário de Souza. **Desenvolvimento e territórios indígenas na Amazônia brasileira no período ditatorial**. V.23, n. 54, p. 212-232, 2020.

GOMIDE, Maria Lúcia Cereda; AIKANÃ, Carlos. **Terras indígenas em áreas de transição cerrado-amazônia em Rondônia: o caso da T. I. Tubarão Latunde**. V. 23, n. 54, p. 233-259, 2020.

ALMEIDA, Elson Pereira; VIDAL, Maria Rita. **O uso de elementos de etnomapeamento no ensino de geografia em terras indígenas**. V. 23, n. 54, p. 259-283, 2020.

SILVA, Cássio Alexandre. **A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: a ação territorial dos Xakriabá**. V. 23, n. 54, p. 284-302, 2020.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Por caminhos e andanças indígenas (a geobricolagem como trilha)**. V. 23, n. 54, p. 303-329, 2020.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; PEREIRA, Lorena Izá. **Da centralidade da questão agrária à atualidade da luta pela terra e reforma agrária no Brasil**. V. 23, n. 55, p. 09-20, set.-dez., 2020.

SILVA, Raimundo Pires; LORENZO, Helena Carvalho de. **Questão agrária: uma discussão necessária**. V. 23, n. 55, p. 21-37, set.-dez., 2020.

BACCARIN, José Giacomo; OLIVERA, Jonatan Alexandre; MARDEGAN, Gláucia Elisa. **Monocultura e concentração da terra: efeitos da expansão da cana-de-açúcar na estrutura fundiária do Estado de São Paulo, Brasil**. V. 23, n. 55, p. 38-62, set.-dez., 2020.

ALMEIDA, Suenia Cibeli Ramos. **O legado da concentração de terra no Brasil e seus efeitos sobre a soberania alimentar: o caso da produção de sementes crioulas do MPA**. V. 23, n. 55, p. 63-90, set.-dez., 2020.

SILVA, Lucas Bento da; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **Estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial no Quilombo Cafundó –SP – Brasil**. V. 23, n. 55, p. 91-110, set.-dez., 2020.

CARVALHO, Ana Maria de; SIQUEIRA, José do Carmo Alves. **Violências reais e simbólicas nos conflitos agrários brasileiros e a atuação estatal**. V. 23, n. 55, p. 111-137 set.-dez., 2020.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de; ROSSONI, Roger Alexandre. **A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019)**. V. 23, n. 55, p. 138-164, set.-dez., 2020.

MOREIRA, Fabiano Greter. **As relações produtivas nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS**. V. 23, n. 55, p. 165-190, set.-dez., 2020.

MARCHETTI, Fábio Frattini; SANTOS, João Dagoberto dos; MARQUES, Paulo Eduardo Morizzi. **Dinâmicas socioeconômicas de famílias assentadas e suas relações com a agrobiodiversidade em áreas de reforma agrária**. V. 23, n. 55, p. 191-207, set.-dez., 2020.

JUSTO, Marcelo. **Agroecologia e agricultura urbana na cidade de São Paulo: movimentos socioespaciais e socioterritoriais**. V. 23, n. 55, p. 218-242, set.-dez., 2020.

JUSTO, Marcelo Gomes. **Agroecology and urban agriculture in the city of São Paulo: sociospatial and socio-territorial movements**. V. 23, n. 55, p. 218-241, set.-dez., 2020.

KONZGEN, Queli Rejane da Silva; MANTELLI, Jussara. **As estratégias de reprodução social e econômica da agricultura familiar: um estudo sobre as perspectivas de**

permanência e continuidade do grupo agroecológico do Remanso – Canguçu/RS. V. 23, n. 55, p. 243-268, set.-dez., 2020.

BERNINI, Carina Inserra. **Políticas ambientais como caminho para o acesso à terra: uma estratégia eficaz para a territorialidade de comunidades tradicionais?** V. 23, n. 55, p. 269-293, set.-dez., 2020.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **A educação em agroecologia e as disputas de classe no ensino superior: estudo de caso de formações pioneiras instituídas em universidades públicas brasileiras.** V. 23, n. 55, p. 294-321, set.-dez., 2020.

PEREIRA, Higor; LOBATO, Sidney. **Educação para “lavar a liberdade”: trabalho, sindicalismo rural e educação popular em Afuá-PA (1989-1994).** V. 23, n. 55, p. 322-342, set.-dez., 2020.

SANTOS, Thiago Araujo; NEVES, Joser Ceyton; MELO, Aliucha de. **Notas para uma crítica geográfica das ideologias: a modernidade truncada e a vertigem do progresso no município de Três Lagoas-MS.** V. 23, n. 55, p. 343-361, set.-dez., 2020.

PEREIRA, Lorena Izá. **Do global ao local: as singularidades do controle do território no Paraguai.** V. 23, n. 55, p. 362-382, set.-dez., 2020.

GALVÁN, Gabriel Horacio; RIBEIRO, Dinalva Donizete. **Impactos da cultura da soja no êxodo rural na Argentina (1990 – 2017).** V. 23, n. 55, p. 383-401, set.-dez., 2020.

RECLUS, Eliséé. **Ao meu irmão, o camponês.** Traduzido por Sergio Aparecido Nabarro, v. 23, n. 55, p. 402-408, set.-dez., 2020.

VALE, Ana Rute do. **A questão de gênero na Geografia Agrária: Entrevista com Rosa Ester Rossini.** V. 23, n. 55, p. 409-426, set.-dez., 2020.

SILVA, Allan Rodrigo de Campos. **Resenha: Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência, de Rob Wallace.** V. 23, n. 55, p. 427-431, set.-dez., 2020.